UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BRENDA ROLEMBERG DE LIMA

NAS TRAMAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO:
mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Município de São Paulo
(Versão corrigida)

São Paulo

2019

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE SOCIOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

BRENDA ROLEMBERG DE LIMA

NAS TRAMAS DE PRODUÇÃO E REPRODUÇÃO:
mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Município de São Paulo
(Versão corrigida)

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Área de concentração: Sociologia.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Márcia Regina de Lima Silva.

São Paulo

2019

USP
SÃO PAULO
FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS

ENTREGA DO EXEMPLAR CORRIGIDO DA DISSERTAÇÃO/TESE

Termo de Ciência e Concordância do (a) orientador (a)

Nome do (a) aluno (a): Brenda Rolemberg de Lima

Data da defesa: 22/11/2018

Nome do Prof. (a) orientador (a): Marcia Lima

Nos termos da legislação vigente, declaro **ESTAR CIENTE** do conteúdo deste **EXEMPLAR CORRIGIDO** elaborado em atenção às sugestões dos membros da comissão Julgadora na sessão de defesa do trabalho, manifestando-me **plenamente favorável** ao seu encaminhamento e publicação no **Portal Digital de Teses da USP**.

São Paulo, __15__ / __01__ / __2019__

(Assinatura do (a) orientador (a))

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

Catálogo na Publicação
Serviço de Biblioteca e Documentação
Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo

L732t Lima, Brenda Rolemberg de
 Nas tramas de produção e reprodução: mulheres
 titulares do Programa Bolsa Família no Município de
 São Paulo / Brenda Rolemberg de Lima ; orientadora
 Marcia Regina de Lima Silva. - São Paulo, 2019.
 197 f.

 Dissertação (Mestrado)- Faculdade de Filosofia,
 Letras e Ciências Humanas da Universidade de São
 Paulo. Departamento de Sociologia. Área de
 concentração: Sociologia.

 1. Programa Bolsa Família. 2. Trabalho. 3. Gênero.
 4. Pobreza. I. Silva, Marcia Regina de Lima, orient.
 II. Título.

LIMA, Brenda Rolemberg de. **Nas tramas de produção e reprodução:** mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Município de São Paulo (Versão corrigida). Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo para obtenção do título de Mestre em Sociologia.

Aprovada em: __/__/____

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Márcia Regina de Lima Silva Instituição: FFLCH/USP

Julgamento: _____ Assinatura_____

Profa. Dra. Helena Sumiko Hirata Instituição: FFLCH/USP

Julgamento: _____ Assinatura_____

Profa. Dra. Marta Rodriguez de Assis Machado Instituição: DIREITO SP/FGV

Julgamento: _____ Assinatura_____

Prof. Dr. Dario Sousa e Silva Filho Instituição: ICS/UERJ

Julgamento: _____ Assinatura_____

Às mulheres-mães da classe trabalhadora

AGRADECIMENTOS

Agradeço, primeiramente, ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) pela bolsa concedida para a realização desta pesquisa de mestrado e pelo importante papel de fomento à pesquisa no país.

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo pela oportunidade e suporte concedidos à realização e divulgação deste estudo.

À minha orientadora, Profa. Márcia Lima, pela seriedade na orientação, mas também pelo enorme carinho e acolhimento em meio a todas as dúvidas e angústias que permearam o caminho da pesquisa. Meu especial agradecimento pela confiança em meu trabalho e por toda a generosidade na transmissão de conhecimentos ao longo desses anos.

À Profa. Bianca Freire-Medeiros, uma pessoa que me é muito querida que acompanhou esta pesquisa desde o exame de qualificação, que me deu a oportunidade de ser sua estagiária PAE na disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa II e acompanhou de perto o desenvolvimento das entrevistas que compõem esta pesquisa.

Estendo o agradecimento à Profa. Vera Telles, com a qual trabalhei na disciplina Métodos e Técnicas de Pesquisa II e cuja transmissão de saberes me foram fundamentais.

Agradeço à Profa. Helena Hirata pela leitura atenta de meu trabalho apresentado ao III Seminário Discente do PPGS, pelas indicações valiosas que permitiram um maior aprofundamento teórico desta dissertação e pela referência inspiradora no campo de estudos feministas sobre trabalho que é.

À Profa. Nádyá Guimarães, cujos apontamentos feitos na disciplina Sociologia dos Mercados foram fundamentais para o norteamento desta pesquisa em seu início e cujas aulas foram de especial importância para a conformação do arcabouço teórico.

Ao Prof. Edson Bertencelo pela orientação no manuseio dos dados do Cadastro Único que compõem a análise quantitativa deste estudo.

Ao Prof. Dário Sousa, pelas contribuições cruciais ao direcionamento da pesquisa quantitativa e qualitativa. Agradeço pela dedicação na análise do material proposto para o exame de qualificação e pelas valiosas orientações em um momento em que muito havia para ser desenvolvido.

Agradeço à Profa. Marta Machado, pela primeira oportunidade de trabalho com pesquisa, ainda durante a Faculdade de Direito. Agradeço à sua orientação e a da Profa. Maíra

Machado naquele período, pois esta foi essencial para a decisão de traçar um caninho na vida acadêmica.

Aos funcionários de pós-graduação do Departamento de Sociologia, Gustavo Mascarenhas e Evânia Guilhon, pela excelência no trabalho prestado à comunidade acadêmica e por todo o suporte que me forneceram.

Agradeço à Secretaria Municipal de Assistência Social da prefeitura de São Paulo pela possibilidade de trabalho com dados próprios e nos espaços sob sua gestão. A Luiz Francisquini e Weize Lopes, da Coordenação de Gestão de Benefícios – CGB, pela prestatividade no auxílio à coleta dos dados do CadÚnico e à disponibilização dos dados. À Viviane Ferreirinho, do Comitê de Avaliação de Pesquisas, à Aline Pantoja, do CRAS Perus, e à Irenice, do CRAS São Mateus, pelo apoio à realização da pesquisa de campo.

Agradeço à extinta Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres da Prefeitura de São Paulo, em nome de sua então Secretária, Denise Motta Dau, pela oportunidade de trabalhar próxima à pauta do trabalho feminino, passo inicial ao desenvolvimento deste mestrado. À Cristina Corral e Lygia Sabbag pelo companheirismo de nossa equipe. À Waldeli Melleiro, cuja parceria externa foi fundamental para o desenvolvimento de ações voltadas ao mundo do trabalho feminino. Agradeço à Maria Inês Santiago e Thaís por todo o apoio na entrevista com as mulheres da região do CCM Parelheiros, guardo com carinho minha passagem pelo equipamento.

Agradeço ao Prof. Luís Fernando Massonetto pela oportunidade de trabalho concedida junto à Secretaria de Negócios Jurídicos da Prefeitura Municipal de São Paulo e pelo incentivo ao trabalho junto às mulheres. À Cássia Goreti e demais parceiros do Conselho Municipal da Assistência Social.

Agradeço às quinze mulheres que confiaram em meu trabalho e compartilharam um pouco de seus relatos de vida, sem os quais os resultados desta pesquisa não seriam obtidos.

À Mara de Castro, pelo caminho ao autoconhecimento, pelo apoio nos momentos conturbados, pela troca de saberes sobre a produção acadêmica e pela comemoração em momentos de felicidade como este.

À minha amiga tão querida, Juliana Helena, pela compreensão, confiança e conselhos sábios. Sua amizade por todos esses anos é um presente do qual sou imensamente grata.

Aos amigos Anderson Lobo e Pedro Salomon, por nossa amizade tão saudável e feliz, pela atenção e suporte em tantos momentos, pelos debates sobre o Brasil e o mundo. À Amanda

Ibraim, pelo carinho, amizade e companheirismo todos esses anos. Vocês são as melhores pessoas que a São Francisco me trouxe.

À Isabel Veloso, amiga sem a qual este projeto poderia jamais ter se concretizado, agradeço as contribuições valiosas e pela boa amizade que temos. A Rafael Barros, cujo incentivo foi fundamental à realização do projeto que resultou nesta pesquisa. À minha professora querida Rosana Guimarães, amiga querida que sempre apoiou minhas iniciativas. À Bruna Nicodemos, amiga que a FFLCH me trouxe, de um coração enorme e generosidade sem fim, a quem sou grata pela amizade que criamos.

Aos amigos Vitória Oliveira, Saylon Pereira e Vitor Ido, que me acompanham desde a Faculdade de Direito e que é uma felicidade ter ao lado. Aos amigos e colegas de mestrado, que percorreram caminhos e dramas semelhantes e cuja parceria sou enormemente grata: Gustavo Queiroz, Marcello Stella, Letícia Gomes, Jéssica Höring, Thais Santos, Max Gimenes, Karina Fasson, Francesco Tomei, Ivo Soares.

Também agradeço ao Grupo Raça, Desigualdade e Política, coordenado pela professora Márcia Lima e cujas leituras e discussões sobre meu trabalho foram preciosas: Manoela, Gabriel, Danilo, Paulo, Denise, Silvia, Natália, Renata, Layla, Silvio, Bruno, Túlio, Bóris, Benno, Bianca e tantos outros colegas com quem tive a rica oportunidade de discutir nesses anos.

Agradeço aos companheiros de movimento estudantil do Largo São Francisco, de representação discente da FFCLH e de Associação de Pós-Graduandos/USP Capital. À Clínica de Direitos Humanos Luiz Gama.

Agradeço a Marcus Repa pelo companheiro dedicado e amoroso que é, pela doçura, paciência e apoio nesta jornada, da leitura atenciosa às tarefas do cotidiano. Obrigada pelo carinho e pela motivação quando esta faltava neste longo ano.

Agradeço a meu irmão, Alison, tão doce e amigo, pelas nossas conversas longas tentando traçar estratégias para o futuro, por todas as risadas, indecisões, conselhos valiosos, e paciência infinita.

Ao meu pai, Marcos, pelo apoio incondicional e irrestrito a todos os planos que saio por aí traçando, por sempre ter acreditado nos meus sonhos e ser o maior incentivador deles. Obrigada por ter me ensinado a persistir.

À minha mãe, Maria do Carmo, por todos os valores que transmitiu em minha criação, por ser mulher forte que é, companheira e amiga. Obrigada pelo apoio contínuo, por sofrer e vibrar junto comigo. Esta conquista também é sua.

*Todo caminho da gente é resvaloso.
Mas também, cair não prejudica demais – a
gente levanta, a gente sobe, a gente volta!...
O correr da vida embrulha tudo, a vida é
assim: esquenta e esfria, aperta e daí
afrouxa, sossega e depois desinquieta.
O que ela quer da gente é coragem.*

J. G. ROSA

RESUMO

LIMA, Brenda Rolemberg de. **Nas tramas de produção e reprodução:** mulheres titulares do Programa Bolsa Família no Município de São Paulo. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Resumo: A pesquisa analisa a forma como se articulam as experiências de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres que compõem a base da pirâmide social e que se encontram na titularidade do Programa Bolsa Família (PBF) no município de São Paulo, no intuito de compreender em que medida o substrato social existente favorece ou desfavorece a superação da pobreza por essas mulheres. Visou-se identificar o cenário no qual se encontram tais mulheres no município de São Paulo e analisar suas trajetórias individuais no que se refere ao trabalho não remunerado desenvolvido no âmbito doméstico-familiar e o trabalho remunerado desenvolvido no mercado de trabalho, bem como a maneira pela qual o Programa Bolsa Família interfere na dinâmica laboral. Para tanto, a pesquisa integrou abordagens metodológicas de naturezas distintas, quantitativa e qualitativa, a fim de tanto captar um panorama geral sobre quem são as mulheres titulares do PBF em São Paulo, como entender o funcionamento da dinâmica existente entre as esferas da produção e da reprodução. A metodologia quantitativa consistiu na análise estatística dos dados do Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico) referentes ao universo total de mulheres titulares do PBF na cidade de São Paulo. Por sua vez, a abordagem qualitativa partiu de entrevistas semiestruturadas com quinze mulheres titulares do PBF em três diferentes regiões da capital, com base na técnica dos relatos de vida. Como resultados da metodologia quantitativa, obteve-se um perfil geral de mulheres majoritariamente negras, com média etária superior a 30 anos, com Ensino Fundamental como maior escolaridade alcançada, inseridas no mercado de trabalho em atividades sem registro em carteira de trabalho. O resultado da abordagem qualitativa, por sua vez, aponta para um engajamento ainda na adolescência no mercado de trabalho, por vezes interrompido por gravidez e/ou casamento. Também aponta para as dificuldades de conciliação de trabalho remunerado e o cumprimento de obrigações da esfera reprodutiva. O Programa Bolsa Família incrementa a renda familiar mensal e confere a suas titulares arbítrio sobre a destinação do valor monetário transferido, porém gera acúmulo de funções atreladas à maternidade. Observa-se que os fatores que criam o substrato para a situação de pobreza na qual tais mulheres são complexos e a superação sustentada dessa condição depende da articulação de políticas públicas referentes à infância, qualificação profissional e emprego ao Programa Bolsa Família.

Palavras-chave: Programa Bolsa Família; trabalho; gênero; pobreza.

ABSTRACT

LIMA, Brenda Rolemberg de. **Between production and reproductions:** female holders of the Bolsa Família Program in the Municipality of São Paulo. Dissertação (Mestrado). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Abstract: The study analyzes how productive and reproductive work experiences of the women who make up the base of the social pyramid and are in the ownership of the Bolsa Família Program (PBF) in the Municipality of São Paulo are articulated, in order to understand to what extent the existing social substratum favors or disadvantages the overcoming of poverty by these women. The objective was to identify the scenario in which these women are located in the city of São Paulo and to analyze their individual trajectories regarding unpaid work developed in the domestic-family environment and the paid work developed in the labor market, as well as the way for which the Bolsa Família Program interferes with the work dynamics. To do so, the research integrated methodological approaches of different natures, both quantitative and qualitative, in order to capture a general picture about who are the women members of the PBF in São Paulo and to understand the functioning of the dynamics between the spheres of production and reproduction. The quantitative methodology consisted in the statistical analysis of data from the Unified Registry for Social Programs (CadÚnico) referring to the total universe of women holding the Bolsa Família Program in the city of São Paulo. On the other hand, the qualitative approach was based on semi-structured interviews with fifteen women who hold the BFP in three different regions of the capital, based on the technique of life stories. As a result of the quantitative methodology, a general profile of mostly black women, with an average age of over 30 years, with primary schooling as a higher level of schooling reached, entered into the labor market in activities without work paper. The result of the qualitative approach, in turn, points to an engagement in adolescence in the labor market, sometimes interrupted by pregnancy and/or marriage. It also points to the difficulties of conciliation of paid work and the fulfillment of obligations of the reproductive sphere. The Bolsa Família Program increases monthly family income and gives its holders discretion over the allocation of the monetary value transferred, but generates an accumulation of functions linked to maternity. It is observed that the factors that create the substrate for the situation of poverty in which such women are complex and the sustained overcoming of this condition depends on the articulation of public policies regarding childhood, professional qualification and employment to the Bolsa Família Program.

Key-words: Bolsa Família Program; work; gender; poverty.

LISTA DE TABELAS E GRÁFICOS

Tabelas

Tabela 1: Perfil das mulheres titulares do PBF em São Paulo, segundo cor ou raça.	85
Tabela 2: Número de pessoas no domicílio das famílias inseridas no PBF em São Paulo.	87
Tabela 3: Número de pessoas no domicílio das famílias inseridas no PBF em São Paulo.	89
Tabela 4: Nível de escolaridade alcançado pelas mulheres titulares do PBF em São Paulo....	89
Tabela 5: Trabalho assalariado e não trabalho na semana anterior e motivos para o não trabalho entre as mulheres titulares do PBF em São Paulo.	92
Tabela 6: Não trabalho na semana anterior em relação à cor ou raça das titulares do PBF em São Paulo.	92
Tabela 7: Tipo de trabalho realizado pelas mulheres titulares do PBF em São Paulo que declararam estar empregadas.....	93
Tabela 8: Tipo de trabalho alcançado em relação à escolaridade das mulheres titulares do PBF em São Paulo.	94
Tabela 9: características gerais das mulheres entrevistadas	112
Tabela 10: escolaridade e trabalho produtivo das mulheres entrevistadas	119
Tabela 11: tempo de permanência, renda e usos do dinheiro proveniente do Programa Bolsa Família.....	160

Gráficos

Gráfico 1: Histograma etário das mulheres titulares do BF em São Paulo.	86
Gráfico 2: Outras fontes de renda mensais (exceto trabalho) declaradas pelas mulheres titulares do PBF em São Paulo.	95

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BNH	Banco Nacional de Habitação
BPC	Benefício de Prestação Continuada
CadÚnico	Cadastro Único dos Programas Sociais
CBF	Cartão Bolsa Família
CCM	Centro de Cidadania da Mulher
CEF	Caixa Econômica Federal
CF	Constituição Federal
CLT	Consolidação das Leis do Trabalho
CRAS	Centro de Referência da Assistência Social
CRM	Centro de Referência da Mulher
DIEESE	Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos
ESF	Estratégia Saúde da Família
FGTS	Fundo de Garantia do Tempo de Serviço
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IGD	Índice de Gestão Descentralizada
IGD-E	Índice de Gestão Descentralizada Estadual
IGD-M	Índice de Gestão Descentralizada Municipal
INAN	Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição
IPEA	Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada
LOAS	Lei Orgânica da Assistência Social
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MDSA	Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário
NOB-SUAS	Norma Operacional Básica – Sistema Único de Assistência Social
ONU	Organização das Nações Unidas

PAF	Programa Ação Família
PBF	Programa Bolsa Família
PETI	Programa de Erradicação do Trabalho Infantil
PGRM	Programa de Garantia de Renda Mínima
PIB	Produto Interno Bruto
PLR	Participação nos Lucros e Resultados
PNAD	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNAS	Política Nacional de Assistência Social
PRONAN	Programa Nacional de Alimentação e Nutrição
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PTRC	Programa de Transferência de Renda Condicionada
RF	Responsável pela Unidade Familiar
SMADS	Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo
SMDHC	Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania
PAIF	Proteção e Atendimento Integral às Famílias
STF	Supremo Tribunal Federal
SUAS	Sistema Único da Assistência Social
SUS	Sistema Único de Saúde

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	18
CAPÍTULO 1 – POBREZA, TRABALHO E MULHERES NO BRASIL: O DEBATE RECENTE.....	25
1. Introdução	25
2. Os estudos sobre pobreza.....	27
2.1. Definições operacionais	27
2.2. Mudanças analíticas	28
2.2.1. A pobreza brasileira pré-anos 2000	28
2.2.2. A pobreza brasileira pós-anos 2000	30
2.3. A especificidade do fenômeno da pobreza na cidade de São Paulo.....	32
3. Movimentos do mercado de trabalho brasileiro.....	35
4. O trabalho das mulheres no Brasil	45
4.1. Apontamentos teóricos preliminares	45
4.2. Trabalho e pobreza feminina no Brasil.....	53
5. Políticas de enfrentamento à pobreza e Programa Bolsa Família	63
5.1. O enfrentamento à pobreza via políticas sociais	63
5.2. O Programa Bolsa Família	67
5.3. O debate sobre a centralidade das mulheres no Programa Bolsa Família	74
CAPÍTULO 2 – A ABORDAGEM QUANTITATIVA: PERFIL DAS MULHERES TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SÃO PAULO	81
1. Sobre os dados.....	82
2. Análise sociológica dos dados estatísticos	84
CAPÍTULO 3 – A ABORDAGEM QUALITATIVA: RELATOS DE VIDA DAS TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SÃO PAULO	100
1. Introdução	100
2. O desenho de pesquisa.....	101
2.1. O acesso às informantes.....	103
2.1.1. Os espaços e suas diferenças: CRAS e CCM	103
2.1.2. A entrada em campo: do CCM ao CRAS	105
2.2. Considerações sobre sistematização e análise sociológica	108

3. Nas tramas de produção e reprodução: os relatos de vida	112
3.1. Revisitando trajetórias e experiências educacionais, laborais e domésticas	118
3.1.1. Escola.....	121
3.1.2. Trabalho.....	126
3.1.3. Casa	153
3.2. Experiências relativas ao Programa Bolsa Família	160
CONCLUSÃO	166
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	175
ANEXO: ROTEIRO DE ENTREVISTA	196

INTRODUÇÃO

O estudo do fenômeno da pobreza, no Brasil, é informado pela desigualdade de gênero e raça que marca o acesso a oportunidades e renda, assimetricamente alocadas na sociedade. Tal desigualdade guarda vínculos históricos com o sistema patriarcal escravista que predominou, por séculos, na economia brasileira e cujos resquícios se manifestam, nos dias de hoje, na forma como a pobreza atinge a população feminina e negra no país. Isso porque sexo, raça e classe conformam relações sociais que não existem de forma isolada na sociedade, mas, pelo contrário, se imbricam e afetam o modo como a pobreza é vivenciada entre os diferentes grupos sociais.

Nesse sentido, a análise do mercado de trabalho, local onde se obtém a maior parte da renda das famílias, permite a nítida observação de como essas desigualdades se manifestam, determinando as posições alcançadas dentro da estrutura ocupacional e, consequentemente, o maior ou menor acesso à renda. Neste espaço, o aumento e consolidação da presença feminina ocorrido, sobretudo, a partir da década de 1970, quando a participação feminina no mercado de trabalho salta de menos de 20% para uma média de 55% nos anos 1990, 2000 e 2010 (IPEA; ONU MULHERES, 2017), não eliminou as desigualdades nele existentes.

As mulheres são maioria dentre as pessoas que se encontram fora do mercado de trabalho (69%) e apresentam maiores taxas de desocupação (IBGE, 2016). Dentre as que estão nele inseridas, 42,2% se encontram em ocupações informais (ibidem), não obstante tenha se verificado a ampliação do emprego formal a partir de 2003. Além disso, a diferença salarial ainda é um fator persistente nessa dinâmica, o que se observa pelo fato de, em 2015, as mulheres ainda receberem, em média, 76% do rendimento do trabalho dos homens (ibidem), o que implica, em um cenário mais amplo, uma menor participação dos salários na renda nacional.

Nesse contexto, destaca-se o fato de a mulher negra ser a que possui menores rendimentos quando comparada com homens brancos, mulheres brancas e homens negros (IPEA; ONU MULHERES, 2017). Há que se salientar que a desigualdade salarial segundo o sexo ocorre não obstante a escolaridade feminina ser superior à masculina em todas as ocupações e, em 2015, enquanto apenas 17% dos homens ocupados possuíam doze anos de estudos ou mais, esse percentual, entre as mulheres, era de 27%. A jornada de trabalho total também é superior para as mulheres, que trabalham, em média, 55,1 horas por semana, contra 50,5 para os homens (IBGE, 2016).

Um elemento de grande relevo na explicação da diferença salarial consiste na segregação ocupacional (horizontal) e no local de trabalho (vertical) existente entre homens e mulheres. Em relação à segregação no local de trabalho, é possível afirmar que, embora a participação de mulheres em posições de chefia tenha se verificado desde os anos 1990 (Cf. BRUSCHINI, 1998), ela ainda é inferior à proporção masculina ocupada em cargos de gerência ou direção. Além de as mulheres serem minoria no preenchimento de tais cargos, observa-se neles uma desigualdade salarial ainda maior, segundo a qual as mulheres nesta posição recebiam, em média, 68,0% do rendimento médio dos homens, em 2015 (IBGE, 2016). Em relação ao percentual de empregadores segundo sexo e raça, observou-se que, em 2009, enquanto o percentual de homens brancos empregadores era de 7,9%, mulheres negras nesta posição representavam apenas 1,4% (LIMA et al., 2013).

Já no tocante à segregação ocupacional, verifica-se a estabilidade da concentração feminina na agricultura, no comércio, na educação, na saúde e serviços sociais e no serviço doméstico (LEITE; SALAS, 2014). O emprego doméstico, que emprega mais de 6 milhões de pessoas (DIEESE, 2013), ainda é a ocupação de 14,3% das mulheres brasileiras, sendo que, para mulheres negras, este percentual é de 18% (IPEA; ONU MULHERES, 2017). Nesta ocupação, encontra-se o menor percentual de formalização, que alcança apenas 30,4% – a média de trabalhadores inseridos no setor privado não agrícola com carteira de trabalho assinada foi de 79,4% no ano de 2015 (IBGE, 2016) – e as menores remunerações, que não chegam a alcançar o salário mínimo (IPEA; ONU MULHERES, 2017).

Além de estarem em ocupações menos protegidas por direitos e de remuneração inferior em relação aos homens, também são as mulheres as principais responsáveis pelos afazeres domésticos e de cuidado com os filhos, o que gera limitações em sua inserção no mercado de trabalho e, conseqüentemente, na obtenção de rendimentos do trabalho. E, entre as mulheres mais pobres, o acúmulo de trabalho produtivo e reprodutivo se faz ainda mais acentuado, à medida que a externalização do trabalho doméstico e de cuidados não se apresenta como saída para a permanência no mercado, como ocorreu entre as mulheres de classes médias e altas (HIRATA; KERGOAT, 2007).

A pobreza, por sua vez, que se retraiu nos anos 2000 após duas décadas em expansão, teve como potente instrumento para sua redução as políticas públicas de enfrentamento à pobreza, em relação às quais o Programa Bolsa Família (PBF) logrou destaque. O programa transfere mensalmente um valor monetário a famílias consideradas, segundo os critérios por ele estabelecidos, pobres (atualmente consideradas aquelas com renda familiar mensal *per capita*

entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00) ou extremamente pobres (renda familiar *per capita* de até R\$ 89,00 mensais), a título de complementação de renda (MDS, 2015b). A contrapartida das famílias consiste no cumprimento de condicionalidades no campo da saúde e da educação e é aqui que a perspectiva de gênero ganha espaço, uma vez que o programa designa preferencialmente às mulheres a titularidade pelo recebimento do benefício transferido e pelo cumprimento de suas condicionalidades. Nesse contexto, as mulheres são peça-chave para o sucesso do programa, o qual expressa uma tendência presente nos programas sociais criados a partir da década de 1980, ao tomar as mulheres como principais responsáveis pelo cuidado familiar (SANTOS, 2016).

O Programa Bolsa Família inspirou centenas de estudos desde sua implementação e ensejou os mais diversos debates, em relação aos quais o papel da mulher dentro do funcionamento da política é um deles. Em um polo, alguns estudos enfatizam o ganho de liberdade individual das mulheres (LIBARDONI, 2008; REGO; PINZANI, 2014) e o incremento produtivo obtido à medida que as mulheres são posicionadas como titulares do programa (OLIVEIRA et al., 2007; TAVARES, 2010). Em outro, estudos se concentram sobre o efeito, sobretudo, negativo da instrumentalização das funções reprodutivas de maternidade e maternagem das mulheres pela política (CARLOTO; MARIANO, 2008, 2010; SORJ; FONTES, 2010; SANTOS, 2016).

O adensamento dos estudos acerca do Programa Bolsa Família e das relações marcadas pelo gênero demanda, assim, sua observação situada a partir de uma conjuntura composta pelo fenômeno da pobreza no Brasil, pelos movimentos do mercado de trabalho e pelo imbricamento das relações de sexo, raça e classe que embasam as desigualdades sociais. E é a partir desse entrelaçamento de variáveis que esta pesquisa se debruça.

Problema de pesquisa

Neste trabalho, indaga-se a forma como se articulam as experiências de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres que compõem a base da pirâmide social e que se encontram como titulares do Programa Bolsa Família no município de São Paulo, a fim de compreender qual é o substrato social que favorece ou desfavorece a superação da pobreza por essas mulheres.

O Programa Bolsa Família, nesta pesquisa, surge: (i) como uma espécie de “filtro” nivelador da pobreza e da extrema pobreza na qual se inserem tais mulheres, uma vez que ele próprio estabelece critérios fixos de elegibilidade a partir do que considera pobreza e extrema

pobreza¹, e; (ii) como uma política que produz efeitos sobre as experiências de trabalho dessas mulheres a partir dos efeitos provocados pela assunção feminina do cumprimento das condicionalidades impostas, impactando a situação de pobreza que vivenciam.

A análise recai sobre as titulares do programa porque são elas as responsáveis pela inclusão e permanência de suas famílias no PBF. Em sendo titulares do Cartão Bolsa Família, são elas as que recebem em seu nome o benefício monetário mensal e as que costumam direcionar o dinheiro para atender às necessidades de suas famílias – conforme será observado nas entrevistas realizadas. Também são as mulheres titulares do PBF as que assumem as responsabilidades inerentes ao recebimento do benefício que se exprimem no cumprimento das condicionalidades do programa.

Além disso, a pesquisa se refere exclusivamente ao município de São Paulo por ser a municipalidade a entidade que realiza o cadastro das mulheres e sua renovação periódica, bem como a gestão dos órgãos responsáveis pela inclusão no Programa e sobre o território onde elas deverão cumprir as condicionalidades que lhes são impostas. Há, ademais, o interesse de se verificar as condições relativas a trabalho e renda em uma cidade com as características particulares de São Paulo, destoantes da média nacional e que congrega, em si, uma própria universalidade de diferentes realidades, que expressam a desigualdade social existente em tal ambiente.

Assim, se é possível enunciar como objetivo geral da pesquisa a compreensão de como se articulam as experiências de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres titulares do Programa Bolsa Família no município de São Paulo, há como objetivos específicos: (i) identificar o cenário em que se encontram as mulheres titulares do PBF no município de São Paulo, de modo a traçar as características que as identificam enquanto uma coletividade específica; (ii) analisar trajetórias individuais dessas mulheres no que se refere ao trabalho não remunerado desenvolvido no âmbito doméstico e familiar e o trabalho remunerado desenvolvido no mercado de trabalho e como o Programa Bolsa Família interfere nessa dinâmica.

¹ É necessário destacar que o critério de pobreza adotado pelo PBF é, inclusive, mais restrito que o do IBGE. Enquanto para este são pobres pessoas que participam de conjuntos familiares cuja renda familiar per capita seja inferior a 1/4 do salário mínimo (limite atualmente estimado em R\$ 238,50, considerando que o salário mínimo referente ao ano de 2018 é de R\$ 954,00) (IBGE, 2018), para o PBF são pobres pessoas em núcleos familiares cuja renda familiar *per capita* não supere R\$ 178,00 (MDS, 2015b).

Metodologia

Para tanto, a articulação entre as abordagens quantitativa e qualitativa é central. Nesta investigação, adota-se o que se chama de métodos mistos, procedimento que consiste na coleta e análise, em um único estudo, tanto de dados quantitativos, como qualitativos (CRESSWELL, 2010). Cada técnica adotada persegue objetivos diferentes, a partir do desenho de pesquisa elaborado.

Desse modo, em relação ao objetivo específico de identificar a realidade social e econômica na qual estavam inseridas as mulheres estudadas, realizou-se uma análise quantitativa dos dados do Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico) referentes à cidade de São Paulo. A partir dele, houve acesso a informações relativas à totalidade das mulheres titulares do PBF em São Paulo, as quais permitiram delinear um perfil característico desse segmento social. Visa-se, com esta técnica, responder ao anseio de configurar um cenário no qual se encontram as mulheres titulares do PBF em São Paulo.

Para tratar da análise das trajetórias individuais sobre família e trabalho, por sua vez, desenvolveu-se uma investigação qualitativa por meio da realização de entrevistas semiestruturadas com quinze mulheres residentes em diferentes regiões do município. Tais entrevistas foram conduzidas em espaços de atendimento do serviço público municipal diante autorização prévia. O método qualitativo traça estratégias para visualizar as narrativas de experiências vividas por essas mulheres entre o âmbito familiar, onde impera o trabalho reprodutivo, e a esfera de trabalho remunerado (produtivo), cujo valor é reconhecido na sociedade.

A vinculação metodológica ocorreu sequencialmente, o que significa que os dados foram coletados em duas fases diferentes. Mais especificamente, trata-se de uma estratégia de pesquisa mista explanatória sequencial, dado que a coleta e análise de dados quantitativos antecede a coleta e análise qualitativa. Seu objetivo é utilizar os resultados qualitativos para auxiliar a explicação e interpretação de um estudo primariamente quantitativo, que testou hipóteses acerca de um determinado fenômeno (CRESSWELL, 2010). Há o intuito de que os dados estatísticos advindos da pesquisa quantitativa forneçam uma medida cifrada dos fatos sociais, ao passo que as entrevistas permitam o acesso à experiência vivida dos indivíduos (DIETRICH et al., 2015), expandindo os resultados mais gerais e abstratos do método quantitativo com a análise qualitativa, que se propôs mais detalhada e, para tanto, envolveu um número menor de pessoas.

Segundo Cresswell (2010), a utilização dos resultados qualitativos na explicação de resultados quantitativos encontra grande utilidade para lidar com as peculiaridades dos achados estatísticos, ou mesmo quando surgem resultados inesperados no estudo quantitativo. E esta foi uma situação observada em diversos momentos da condução da pesquisa. Apenas a título exemplificativo, causou espanto, em um primeiro momento, perceber que a enorme maioria das mulheres estudadas declararem ter o trabalho autônomo (“bico”) como ocupação. A investigação qualitativa permitiu, a partir desse resultado, buscar verificar se esse fenômeno ocorria nos relatos coletados e, quando sim, perseguir as situações e desdobramentos que o motivavam.

Visa-se, com o procedimento multimetodológico, a integração dos resultados das análises realizadas a partir dos diferentes métodos. A integração consiste na combinação dos dados, produzindo informações que se apoiam mutuamente (CRESSWELL, 2010). No caso, a integração dos dados ocorreu no momento após a análise de cada um deles, quando os resultados de cada uma das abordagens já tinham sido obtidos. Segundo Seawright (2016), a integração dos métodos é possível quando a coleta dos dados não é feita concomitantemente (produzindo sua triangulação) e teria como vantagem o fato de poder oferecer de forma clara o quanto cada método contribui à inferência causal final. Ao permitir que os pesquisadores tenham uma maior oportunidade de testar suas premissas, seria possível produzir inferências mais fundamentadas.

A ideia inicial de se articular métodos de naturezas distintas surgiu da experiência profissional prévia da pesquisadora enquanto servidora pública do município de São Paulo. Tal experiência inspirou não apenas perceber a situação familiar e laboral das mulheres titulares do PBF enquanto um objeto de pesquisa a ser investigado, como também a pensar em um modo combinado de procedimentos metodológicos: por um lado, percebeu-se a possibilidade de obter acesso a dados municipais – relativos às pessoas inseridas no PBF via CadÚnico – pouco explorados por pesquisas oficiais e autônomas; por outro, os espaços onde ocorriam o atendimento municipal à população mostravam um potencial para encontrar mulheres beneficiárias do PBF em situação de titularidade. E, de fato, esta percepção inicial resultou em um efetivo entrelaçamento metodológico, o qual se pretende demonstrar nos capítulos seguintes.

Estruturação dos capítulos

Destarte, esta pesquisa se desenvolve em três capítulos, complementados pelas seções de introdução e conclusão.

O Capítulo 1 consiste no balanço teórico que fundamenta o estudo realizado. Este capítulo encontra-se dividido em cinco tópicos: uma introdução que visa fundamentar a escolha teórica; um tópico que se dedica a apresentar a literatura sobre o fenômeno da pobreza no Brasil e suas especificidades na cidade de São Paulo; um terceiro tópico sobre os movimentos do mercado de trabalho no país; um tópico sobre trabalho feminino, que se subdivide em dois blocos, um teórico e outro no qual se traça a evolução do trabalho feminino no Brasil e a sua relação com a pobreza entre as mulheres, e; um tópico final, que apresenta a trajetória evolutiva das políticas sociais no Brasil, o desenho institucional do Programa Bolsa Família e a discussão sobre a centralidade das mulheres no programa.

O Capítulo 2 apresenta a pesquisa quantitativa realizada. Apresenta-se, de modo mais detido, a técnica quantitativa adotada, bem como o modo como se deu o acesso e o tratamento dos dados selecionados a partir do registro do CadÚnico referente ao município de São Paulo. Também é apresentada a análise das variáveis selecionadas, a saber: sexo, idade, raça, número de pessoas no domicílio, alfabetismo e analfabetismo, se estudam ou não, se estudam em rede de ensino pública ou privada e, dentre as que não mais estudam, qual foi o nível escolar mais alto alcançado, trabalho e não trabalho, se trabalhou nos últimos doze meses, trabalho urbano e rural, tipo de trabalho realizado, rendimentos obtidos do trabalho e acesso a outras fontes de renda familiar. A análise e interpretação sociológica da pesquisa é realizada a partir dos resultados estatísticos obtidos e, por vezes, entrecruzados de modo a evidenciar as diferenças existentes dentro do grupo estudado.

O Capítulo 3 consiste na pesquisa qualitativa. Apresenta-se o caminho metodológico percorrido, que se centrou na realização de entrevistas semiestruturadas por meio da técnica de relato de vida. Também se explicita o modo como se obteve o acesso às informantes em diferentes espaços da cidade de São Paulo, a entrada em campo, a realização das entrevistas, a sistematização e a análise qualitativa dos dados. Os resultados da pesquisa são apresentados a partir de tais frentes: características gerais das mulheres entrevistadas, educação, trabalho, casa e Programa Bolsa Família.

Por fim, a seção de conclusão retoma os principais resultados das pesquisas quantitativa e qualitativa de forma relacional. Assim, apresenta-se o modo como dialogam os resultados estatísticos com o que se observa a partir da entrevista, apontando os pontos de aproximação e afastamento entre eles.

CAPÍTULO 1 – POBREZA, TRABALHO E MULHERES NO BRASIL: O DEBATE RECENTE

1. Introdução

Este capítulo é dedicado à apresentação da base teórica desta pesquisa, no intuito de articular a forma como pobreza, trabalho e gênero se relacionam no caso das experiências de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres titulares do Programa Bolsa Família no município de São Paulo. Como aventado na seção introdutória, esta pesquisa de mestrado se debruça sobre o modo pelo qual se interrelacionam as estruturas familiares e a esfera produtiva na realidade dessas mulheres, indagando pela forma como esta configuração produz efeitos sobre a situação de pobreza na qual se encontram.

Assim, há aqui o esforço de compor um arcabouço explicativo de como a pobreza, o trabalho e, mais especificamente, o trabalho feminino no Brasil conformam o substrato sobre o qual surge o Programa Bolsa Família dentro do âmbito das políticas sociais criadas após a Constituição Federal de 1988. E, no interior de todos os debates engendrados a partir do PBF, buscar entender como a discussão sobre a titularidade feminina se produz e se vale dos apontamentos teóricos sobre as relações de trabalho originalmente elaborados pela literatura feminista internacional ao longo da segunda metade do século XX.

O segundo tópico que compõe este capítulo – considerando que esta introdução compõe o primeiro tópico – trata especificamente do fenômeno da pobreza e a especificidade de seu desenvolvimento no Brasil e na cidade de São Paulo. Primeiramente, são feitas breves considerações sobre as definições operacionais e as mudanças analíticas relativas à pobreza. Em seguida, apresenta-se a literatura sobre a pobreza brasileira, a qual foi dividida em dois tópicos, tendo como marco a entrada nos anos 2000. Essa escolha de segmentar em dois períodos a discussão sobre o fenômeno da pobreza no país se deve à virada significativa que se teve, na década de 2000, em relação à conjuntura econômica e ao enfrentamento à pobreza por meio de políticas públicas, conforme se indicará adiante. Por fim, é trazido o debate sobre como se organizou o arranjo da pobreza na cidade de São Paulo ao longo das últimas décadas, tendo em vista que esta pesquisa se volta à análise dos dados quantitativos e qualitativos referentes às mulheres situadas neste município.

O tópico seguinte trata dos movimentos do mercado de trabalho brasileiro ocorridos a partir das últimas décadas do século XX. Há o intuito de relacionar esses movimentos com a evolução da pobreza no país no mesmo período, razão pela qual o tópico tem início com a aproximação das categorias trabalho e pobreza. Nesta seção, é possível observar a forma como,

sobretudo, os fenômenos de precarização e flexibilização da força de trabalho, dentro de um panorama de reestruturação produtiva, eleva a pobreza entre a classe trabalhadora, ao passo que a implementação de políticas governamentais tais como a valorização do salário mínimo parece apontar no sentido inverso.

O quarto tópico focaliza especificamente a evolução do trabalho feminino no Brasil a partir da segunda metade do século XX. Para tanto, como passo inicial, são feitos apontamentos teóricos sobre conceitos que servem de base tanto à discussão trazida pela literatura nacional sobre o trabalho feminino no Brasil, como o próprio debate sobre a titularidade feminina nas políticas sociais das quais o PBF é parte. A partir desse importante esclarecimento sobre quais os conceitos que são trabalhados na literatura nacional sobre trabalho feminino e mulheres no PBF e que são utilizados com frequência no presente estudo, discorre-se sobre a inserção e consolidação da presença feminina no mercado de trabalho brasileiro. Da mesma forma, são apontados os limites dessa inserção, as contradições de raça e classe na qual ela ocorre, a ascendência da esfera doméstico-familiar sobre a mesma e o modo pelo qual esses fatores guardam relação com a pobreza feminina. É necessário apontar que, pelo próprio fato desta pesquisa de mestrado explorar de forma mais exaustiva as relações de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres estudadas, buscou-se trazer um maior detalhamento do conteúdo conceitual e da literatura sobre o trabalho feminino no Brasil, que servirão de fundamento para as análises que se seguirão nos próximos capítulos.

Por fim, o último tópico situa o desenho institucional do Programa Bolsa Família no interior do movimento de criação dos “novos” programas sociais criados nas décadas de 1980 e 1990 (SANTOS, 2016) e apresenta o debate a partir de uma perspectiva que enfoca o sexo/gênero, o qual ganha fôlego com sua implementação. E, nesse sentido, dialoga-se diretamente com os cenários de pobreza e pobreza feminina, em relação aos quais o mercado de trabalho é elemento de relevância, introduzidos nos tópicos anteriores. Assim, primeiramente, discorre-se sobre a incorporação, no contexto brasileiro, dos novos programas sociais, especialmente no que se refere ao combate à pobreza. Na sequência, apresenta-se o processo de implementação do Programa Bolsa Família e as peculiaridades de seu desenho institucional. Finalmente, discute-se as implicações trazidas pela centralidade das mulheres no PBF aos estudos que possuem como pano de fundo a autonomia feminina e em relação ao qual se observam divergências sobre os efeitos que o papel central da mulher – entendida, sobretudo, como mãe – possui nessa política estatal.

2. Os estudos sobre pobreza

2.1. Definições operacionais

A noção de pobreza abarca uma heterogeneidade de situações em que pessoas vivenciam precariedade econômica e social, conforme aponta a literatura sobre o tema. Segundo o sociólogo francês Serge Paugam (1991), a pobreza consiste em uma categoria flutuante, relativa e arbitrária, que não pode ser pensada como um bloco único a ser qualificado como pobre. Eduardo Marques (2010) sustenta que, pelo contrário, a pobreza deve ser tratada enquanto um fenômeno de dimensões múltiplas gerado por diversos processos sociais, relacionados à inserção socioeconômica dos indivíduos. Para Sônia Rocha (2003), uma vez considerada a complexidade de tratar pobreza como uma categoria de análise, foram concebidas diferentes formas de conceituar, mensurar e lidar com a pobreza, levando em conta a diversidade de desenvolvimento socioeconômico atingido e as tradições culturais de cada país.

A distinção entre os conceitos de pobreza absoluta e pobreza relativa marca o ponto sobre o qual gravita a discussão sobre este fenômeno no Brasil. A pobreza absoluta está atrelada à sobrevivência física, ou seja, diz respeito ao não-atendimento das necessidades vinculadas ao mínimo vital. Por sua vez, a noção de pobreza relativa se relaciona às necessidades a serem satisfeitas em função do modo de vida predominante em uma determinada sociedade, na qual o mínimo vital já é garantido de antemão a todos (ROCHA, 2003).

Assim, enquanto a ideia de pobreza relativa pode ser bem utilizada nos países ditos desenvolvidos, opera-se de modo mais relevante, na realidade brasileira, o conceito de pobreza absoluta. Isso porque, embora o Brasil não seja marcado pela escassez de recursos, a alta desigualdade predominante no país faz com que exista um elevado número de pessoas pobres, vivendo em condições de insuficiência de renda (BARROS et al., 2000) – e o próprio número 55,8 milhões de pessoas atendidas, atualmente, pelo Programa Bolsa Família, equivalente a, cerca de $\frac{1}{4}$ da população brasileira (SAGI/MDSA, 2018) –, sugere que tal entendimento ainda não foi superado.

Em um contexto no qual um contingente significativo de pessoas não tem suas necessidades básicas atendidas, são adotadas linhas de pobreza como modo de definir parâmetros que permitam entender o fenômeno da pobreza. Segundo Sônia Rocha (2003), é adequado mensurar a pobreza por meio de linhas de pobreza porque não apenas a monetarização da economia brasileira permite revelar uma boa *proxy* do bem-estar das famílias, como a existência de dados sobre consumo disponibilizados desde a década de 1970 fornece informações sobre consumo, rendimentos e características socioeconômicas da população

brasileira. Dessa forma, a maioria das pesquisas nacionais e das políticas de superação de pobreza adotadas no país partem de um critério monetário de estipulação da pobreza. Ao se tratar do atendimento de necessidades nutricionais da população, fala-se em pobreza extrema, relacionada a uma linha de indigência. Ao se referir a um conjunto mais amplo de necessidades, tais como às relativas também a habitação e vestuário, fala-se em linha de pobreza (ROCHA, 2003).

2.2. Mudanças analíticas

2.2.1. A pobreza brasileira pré-anos 2000

No Brasil, somente a partir dos anos 1970 as questões relativas às desigualdades sociais e à pobreza passaram a ser institucionalmente reconhecidas enquanto fatores que produziam efeitos sobre o crescimento econômico. Neste período, a Organização das Nações Unidas passou a considerar explicitamente a redução da desigualdade e da pobreza como objetivos para o processo de crescimento econômico, o que contribuiu para a popularização dessa ideia como pressuposto político em meio internacional (ROCHA, 2003). No contexto do regime militar vivenciado pelo país desde meados da década anterior, é de se destacar que a política social esteve vinculada ao cumprimento de uma agenda de crescimento econômico (POCHMANN, 2004).

É nesta década que o Estado começou a desenvolver ações voltadas ao enfrentamento da pobreza e direcionadas ao segmento populacional mais pobre. Segundo Amélia Cohn (1995), o lançamento do primeiro conjunto de programas de atuação do Estado no combate à pobreza esteve voltado ao setor de alimentação e nutrição. Em 1972, criou-se o Instituto Nacional de Alimentação e Nutrição (INAN) e o I Programa Nacional de Alimentação e Nutrição (PRONAN). O II PRONAN vigorou entre 1976 e 1984, sendo sua extinção resultado da drástica redução de verba estatal a ele direcionada.

Márcio Pochmann (2004) sustenta que, nesse período, as políticas sociais reafirmavam o caráter filantrópico das medidas assistenciais voltadas para a população excluída dos direitos trabalhistas abarcados pelo regime salarial, acentuando a dualidade da proteção social brasileira. Isso porque o sistema de proteção social brasileiro teria se desenvolvido em meio a múltiplas relações de trabalho não capitalistas, ao contrário da sociedade salarial constituída nas economias centrais – o que gerou um grande contingente de população urbana sem acesso ao sistema de proteção social advindo das garantias do trabalho.

A década de 1970 também corresponde ao período denominado como “milagre brasileiro”, marcado por uma média anual de crescimento do Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro na ordem de 8,6%, o que proporcionou um substancial aumento de renda para todos os estratos de rendimento. Como consequência desse aumento, a pobreza cai significativamente: enquanto, em 1970, o número de pessoas com renda familiar *per capita* era de 61,1 milhões, em 1980, esse número declinou para 41,3 milhões (ROCHA, 2003).

Entretanto, a queda da pobreza não ocorreu de forma homogênea em todas as regiões do país, o que acentuou a desigualdade regional referente à repartição da pobreza. Apesar de a redução ter ocorrido em todas as regiões e estratos de renda, esta ocorreu de modo mais intenso na região Sudeste, em especial no estado de São Paulo, na região Sul e no estrato rural. Isto é, de modo geral, a redução da pobreza ocorreu de modo mais incisivo em áreas onde a incidência da pobreza já era menor em 1970 (ROCHA, 2003).

Já na década de 1980, marcada por potentes oscilações na conjuntura econômica, essa redução ocorreu de forma muito menos expressiva: a proporção de pobres no país decresceu de 34% para 30% e o montante total de pobres pouco se alterou. Disseminou-se, assim, uma sensação de empobrecimento, em parte decorrente do movimento de *stop and go* da economia brasileira, que resultou em um estancamento do processo de melhoria de renda e mobilidade social (ROCHA, 2003).

Por outro lado, o advento da Constituição Federal de 1988 retomou o fôlego do entendimento da pobreza como uma questão social a ser enfrentada. Segundo Vera da Silva Telles (2001), a pobreza passa a ser tratada enquanto “dívida social” a ser resgatada de modo a alçar o país a um projeto de modernidade: “evoca o enigma de uma sociedade que não consegue traduzir direitos proclamados em parâmetros mais igualitários de ação” (TELLES, 2001, p. 14). Marcio Pochmann (2004) salienta que, no processo de elaboração da Constituição, o complexo da seguridade social teria apresentado os maiores avanços legais, na tentativa de articular e integrar os sistemas de saúde, previdência e assistência social.

No mesmo sentido, Rocha (2007) aponta que, o final da década de 1980, permeado por um comportamento evolutivo da renda nada animador, teria feito emergir na sociedade brasileira uma frustração relativa ao enfrentamento da pobreza e da desigualdade. Isso porque se reconhecia cada vez mais que existia um descompasso entre os níveis de pobreza e desigualdade verificados no país e o nível de renda alcançado. Passou-se a consolidar o entendimento de que a persistência de elevados índices de pobreza, no Brasil, estaria associada à desigualdade de renda, e não à insuficiência de renda para atender às necessidades básicas da

população. Consequentemente, parecia possível enfrentar essa questão social sem atrelá-la ao crescimento econômico, por meio da implementação de políticas públicas de transferência de renda.

Contudo, a ideia de guiar o país rumo a um sistema de bem-estar social não se consolidou desde o início, revelando, na prática, um avanço contido no enfrentamento à pobreza (POCHMANN, 2004). De acordo com Rocha (2003), a principal característica da pobreza, durante a década de 1990, teria sido a sua manutenção relativamente estável em índices altos, apesar da importância da estabilização macroeconômica para a redução de sua incidência. Ricardo Paes de Barros et al. (2000) corroboram esse entendimento ao sustentarem que, embora o percentual de pobres tenha declinado cerca de 6 pontos percentuais em relação à década anterior, o montante total da pobreza, na década de 1990, teria se mantido alto, contabilizando 50 milhões de pessoas pobres. Ou seja, 33% da população brasileira estaria distribuída heterogeneamente abaixo do valor da linha de pobreza e com renda média em torno de 55% abaixo desta linha. Destas pessoas, 21 milhões seriam consideradas indigentes e possuiriam renda média em um valor 60% inferior à linha de indigência.

2.2.2. A pobreza brasileira pós-anos 2000

Ao adentrar a década de 2000, uma queda mais acentuada e sustentada da pobreza começa a ser observada. Marcelo Neri e Pedro Herculano (2012) afirmam que, desde o fim da recessão de 2003, a pobreza teria mantido uma contínua trajetória descendente de ordem maior a 55%. O que chama a atenção dos autores, entretanto, seria o fato de 52% desta queda ter sido provocada por mudanças na desigualdade de renda, sem as quais, um aumento da ordem de 89% na renda média teria sido necessário para que a pobreza apresentasse a mesma queda, ao invés dos 32% observados entre 2001 e 2011.

No mesmo sentido, Rafael Osório et al. (2011) pontuam que 26,6 milhões de brasileiros que teriam escapado da pobreza e da alta vulnerabilidade entre 2004 e 2009. Tais pessoas teriam sido estruturalmente alavancadas pelo aumento real de 28% da renda domiciliar *per capita* acompanhado pela redução da desigualdade. De acordo com os autores, as principais causas para a redução da pobreza no período 2004-2009 seriam: (i) o crescimento com inclusão via mercado de trabalho; (ii) os aumentos reais do salário mínimo, que teria passado de um compromisso de governo ao status de lei, e; (iii) a expansão da cobertura e do valor das transferências focalizadas de renda – ainda que subestimados pela PNAD, o número de beneficiários do BPC teria aumentado 69% e o PBF teria alcançado 40 milhões de pessoas neste período. Os dois últimos fatores, em especial, teriam sido os grandes protagonistas dos

processos de redução da desigualdade de renda e da mudança no perfil da pobreza (OSÓRIO et al. 2011).

Similarmente teria notado Rocha (2007), para qual a redução da desigualdade de renda seria explicada pela elevação do salário mínimo e a expansão das transferências fiscais:

A tendência de declínio de desigualdade de renda que vem ocorrendo no Brasil nos últimos anos se deve principalmente a dois fatores. Em primeiro lugar, ao comportamento do mercado de trabalho: em razão de um desempenho econômico fraco e da política de valorização do salário mínimo, ocorreram ganhos de rendimento maiores para os trabalhadores na base da distribuição. Em segundo, ao aumento do valor e da cobertura das transferências de renda, sejam as constitucionais, vinculadas ao salário mínimo, sejam aquelas associadas aos “novos” programas de transferência², hoje reunidos sob o guarda-chuva do Bolsa Família. (ROCHA, 2007, pp. 131-132.).

Dentro da explicação fornecida pelas transferências focalizadas de renda, Marcelo Medeiros et al. (2007) indicam que o Programa Bolsa Família, sozinho, teria contribuído para uma elevação da renda familiar média mensal na ordem de 11%. Rodolfo Hoffman (2007), por sua vez, afirma que os programas de transferência de renda teriam sido não somente fundamentais para a redução da pobreza como também para a queda da desigualdade de renda. Isso porque, ao passo que, entre 2003 e 2011, o efeito do crescimento do salário mínimo sobre a redução do índice Gini teria perdido fôlego, as transferências federais teriam agido no sentido contrário, especialmente no que se refere ao Programa Bolsa Família (HOFFMAN, 2013).

O rompimento do entrelaçamento entre pobreza e desigualdade, no qual a redução da segunda explicaria a diminuição da primeira parece vir com Medeiros et al. (2015). À medida que os autores trazem uma nova perspectiva sobre a queda da desigualdade nos anos 2000, a força da queda da desigualdade como elemento explicativo da redução da pobreza se dissipa. Segundo este novo modelo interpretativo, de fato teriam ocorrido mudanças na base da distribuição, porém não suficientes para transformar o quadro da desigualdade de renda como um todo, tendo em vista o forte e estável acúmulo de renda no topo da pirâmide social entre 2006 e 2012.

Ao contrário de um Estado com potente função distributiva de renda, como se observara até então, surge em tela um Estado concentrador em suas políticas tributárias, em especial no tocante ao imposto de renda. O entendimento de uma estreita vinculação entre queda da

² A autora chama de “novos” programas federais aqueles por oposição ao âmbito da Lei Orgânica da Assistência Social (Loas), sendo o valor do benefício transferido aos participantes do programa bastante inferior ao salário mínimo, estipulado arbitrariamente e com reajuste atrelado a decisão política, não sendo sujeito à periodicidade ou a regras predefinidas (ROCHA, 2007).

desigualdade total e redução da pobreza perde força. Com Medeiros et al. (2015), reconhece-se o papel redistributivo do Estado nos estratos que não compõem o topo piramidal, ou seja, a redistribuição explica a queda da pobreza. Porém, assumindo que não existiu a queda da desigualdade como até então se pensava, a queda da pobreza não mais pode ser apresentada como resultado da queda da desigualdade total (englobando todos os estratos da sociedade).

O elo entre desigualdade e pobreza se rompe na medida em que o atrelamento do combate à pobreza à redução da desigualdade de renda perde sua força explicativa. Uma vez que o último diagnóstico que se tem é o de uma desigualdade alta e estável até 2012, parece se tornar possível a queda da pobreza sem redução da desigualdade total. A elevada concentração no topo teria inviabilizado a queda da desigualdade total, porém, ao lado disso, conviveria a possibilidade de redistribuição e redução da pobreza entre os estratos inferiores.

2.3. A especificidade do fenômeno da pobreza na cidade de São Paulo

Uma vez que este trabalho analisa as relações desenvolvidas em território paulistano, interessa localizar como se deu o desenvolvimento de pobreza e desigualdade em São Paulo, cidade que concentra o maior Produto Interno Bruto (PIB) municipal, que, em 2015, era da ordem de R\$ 650,5 milhões e correspondia a 10,9% do PIB nacional (IBGE, 2017). Além disso, a atenção sobre São Paulo decorre também do fato de ser a municipalidade o ente federativo responsável por realizar o cadastramento e recadastramento das mulheres no Programa Bolsa Família, bem como a gestão dos órgãos responsáveis pela inclusão no programa e ser o território onde as mulheres titulares devem cumprir as condicionalidades que lhes são impostas.

Em São Paulo, onde 47% da população municipal apresenta rendimentos domiciliares *per capita* de até dois salários mínimos (BAENINGER, 2011), a pobreza está fortemente associada à segregação socioespacial. Conforme leciona Teresa Caldeira (2000), uma das formas de segregação social que teve expressão no espaço urbano de São Paulo se deu especialmente entre os anos 1940 e 1980 e se caracterizou pela dicotomia centro-periferia. Nesse modelo, grandes distâncias passaram a separar os diferentes grupos sociais: enquanto as classes média e alta gozavam de boa infraestrutura nos bairros centrais, os pobres passaram a viver em periferias distantes, precárias e marcadas pela ilegalidade. Assim, esse novo padrão de urbanização deixa de ser concentrado para se tornar disperso – a densidade populacional de São Paulo cai de 110 hab/ha, em 1914, para 53 hab/ha, em 1953, em um universo em que as classes sociais vivem espacialmente distantes umas das outras.

Tal padrão se consolida no momento em que a cidade se tornou o centro industrial do país, ao mesmo tempo em que recebia um grande fluxo de migrantes da região Nordeste – segundo Rosana Baeninger (2011), os fluxos migratórios da pobreza ocorridos nos anos 1970, levou, inclusive, a um crescimento demográfico “incontrolável e explosivo” da cidade de São Paulo. Lúcio Kowarick (1993), ao analisar a avaliação positiva que muitos migrantes faziam de sua fixação na Grande São Paulo, diz que a ideia de que a vida desses migrantes teria melhorado se daria em um aspecto muito mais simbólico do que real – fala em um “mercado de ilusões” forjado pela sociedade de consumo. A melhoria social e econômica que esses grupos teriam observado em suas vidas seriam limitadas pelas situações de pobreza e de deterioração urbana das quais faziam parte. Para Kowarick (1993), os problemas sociais por eles enfrentados só se tornavam problemas públicos à medida que compartilhados também pelos setores dirigentes.

Teresa Caldeira (2000) segue entendimento parecido ao sustentar que, em meio a esse movimento, os pobres do município acabaram negligenciados pela esfera pública em diferentes frentes. Isso porque, até a década de 1970, pouco controle ou ajuda das autoridades governamentais foi direcionada no processo de urbanização das periferias, a começar pela própria legislação municipal, que deixou as zonas suburbana e rural praticamente sem regulamentação – o que abriu terreno para diversas formas de exploração, tal como a especulação imobiliária.

O acesso à propriedade também privou os moradores da zona periférica, uma vez que estes nunca puderam contar com nenhum tipo de financiamento para suas casas. Dado que os programas de moradia criados possuíam exigências que as pessoas pobres não conseguiam cumprir ou eram diretamente direcionados para a classe média, como no caso do Banco Nacional de Habitação (BNH), a construção das casas das periferias ocorreu por meio da autoconstrução (CALDEIRA, 2000). A ação do Estado nas periferias se deu de modo gradual, na medida em que a população se instalava em regiões não assistidas por serviços públicos.

Ainda que a distância entre espacial entre pobres e ricos tenha se reduzido ao longo dos anos, São Paulo ainda é caracterizada pela divisão espacial dos diferentes grupos sociais. Caldeira (2000) aponta para a formação dos “enclaves fortificados”, em que muros e tecnologias de segurança e vigilância atuam ostensivamente no cerco de propriedades, separando ricos e pobres de modo privado. São Paulo continua, dessa forma, a apresentar relevantes níveis de desigualdade social entre a população urbana no município, ainda que os mecanismos da desigualdade tenham se alterado ao longo do tempo.

Para Eduardo Marques (2010), nas últimas décadas, as condições de vida em São Paulo teriam se alterado por conta das transformações vistas na esfera do trabalho, família, mercado e migrações, mas também no papel do Estado sobre a provisão de bem-estar dos indivíduos. Esses processos agiram no sentido de tornar mais heterogêneas as situações de pobreza urbana, decorrente justamente da melhoria das condições sociais médias da maioria dos espaços, a qual ocorreu, entretanto, simultaneamente à manutenção de locais muito precários.

À medida que a economia brasileira volta a crescer a partir de 2003, as mudanças no sentido da melhoria de condições de vida em São Paulo passam a ser mais observáveis, muito embora sua estrutura social tenha se mantido praticamente constante. Demograficamente, observou-se a continuidade da queda de fecundidade junto à diversificação dos conjuntos familiares. São Paulo retorna a rota das migrações internacionais, recebendo pessoas especialmente advindas de outros países latino-americanos. A violência passa a ser a marca característica da degradação das condições de vida no município, tornando-se onipresente no cotidiano dos espaços periféricos (MARQUES, 2010)

Por outro lado, elevou-se o acesso da população mais pobre a bens duráveis obtidos via mercado, em parte devido à expansão do crédito popular. Também se observou um aumento considerável nas coberturas dos serviços públicos, que caminharam em direção à universalização dos serviços básicos. Isso permitiu que, mesmo entre os mais pobres, houvesse maior acesso a políticas e serviços públicos (ibidem).

Em relação ao Programa Bolsa Família, é interessante notar que situação similar ocorre. Apesar de o programa ter sido implementado nacionalmente em 2003, apenas em 2013 a cidade de São Paulo passou a apresentar um número mais significativo de famílias cadastradas no programa: segundo dados do Ministério do Desenvolvimento Social, em São Paulo, houve um salto de 50% no total de famílias cadastradas no ano de 2013, quando o total de cadastramento passou de 228 mil famílias para 337 mil (MDS, 2014). Neste ano, a estratégia da gestão municipal de contratar um maior número de cadastradores do CadÚnico, que passaram a buscar e cadastrar pessoas também em seus lares, permitiu um maior ingresso de pessoas ao PBF. A taxa de cadastramento continuou aumentando, sendo que, em outubro de 2016, 491 mil famílias estavam cadastradas, aproximando-se do número de 500,6 mil famílias que viviam com até R\$ 140,00, segundo o Censo de 2010 (IBGE, 2018) – e que, portanto, atenderiam ao critério de elegibilidade do PBF.

Este maior alcance do programa às famílias em situação de pobreza e pobreza extrema domiciliadas no município instigou a realização da presente pesquisa, que busca, a partir desses

dados sobre a população pobre de São Paulo – especificamente as mulheres titulares do programa – articular categorias tais como trabalho e escolaridade, na busca por um diagnóstico quantitativo geral. Além disso, é importante notar que, em relação à metodologia qualitativa, que as mulheres abordadas nas entrevistas realizadas não são apenas mulheres pobres titulares do PBF; elas são mulheres pobres de periferia, ou seja, que estão no centro de todo esse roteiro da exclusão e precariedade de direitos vivenciado nos bairros periféricos da cidade de São Paulo.

3. Movimentos do mercado de trabalho brasileiro

Pobreza e trabalho se relacionam na medida em que seus aspectos produzem implicações mútuas, o que pode ser observado, dentre outros fatores, pelo rendimento do trabalho. Isso ocorre porque o rendimento advindo do trabalho constitui a maior parte da renda das famílias brasileiras: em 2009, a renda advinda do trabalho era responsável por 72,6% do total da renda domiciliar *per capita*. E, em décadas anteriores, como nos anos 1990, esse valor já foi da ordem de 80%, sendo que sua redução se deu na medida em que a renda da previdência social, a renda anexada ao salário mínimo e as transferências de renda focalizadas aumentaram sua significância no total da renda domiciliar (SOARES, 2010).

A participação do rendimento do trabalho na renda nacional também é majoritária e tanto é maior quanto mais elevados são os componentes relativos à melhora da situação geral dos trabalhadores, refletindo a ampliação da taxa de ocupação – a queda da taxa de desemprego – e da formalização de empregos e queda da pobreza absoluta. Entre os anos 1960 e 2010, observou-se, no Brasil, três dimensões de transformações sociais associadas à participação da renda do trabalho na economia nacional, que permite observar a forma como esse rendimento produz efeitos sobre a pobreza (POCHMANN, 2012).

Na primeira, ocorrida entre os anos 1960 e 1980, observou-se um crescimento da economia que implicou na melhora de renda por habitante, mas reduziu a participação dos rendimentos do trabalho na economia e piorou a distribuição da renda. A segunda transformação, entre 1981 e 2003, por sua vez, foi marcada não apenas pelo baixo crescimento econômico, como pela redução, ainda maior, da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional e a manutenção dos patamares de desigualdade. Já a terceira, de 2004 a 2010, caracterizou-se pelo o crescimento da economia acompanhado pelo aumento da participação dos rendimentos do trabalho na renda nacional, o que promoveu, ainda que parcialmente, a

redução da desigualdade na distribuição pessoal na renda do trabalho e da pobreza entre a população (POCHMANN, 2012).

Tais movimentos guardam relação com o fato de a efetivação das garantias relativas ao trabalho no Brasil ter enfrentado consideráveis obstáculos ao longo do século XX, não obstante a existência de um conjunto unificado de leis do trabalho desde 1943, quando da introdução da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). A criação de direitos trabalhistas, tais como a remuneração mínima legal (salário mínimo), é parte de uma ação estatal direcionada à regulação das relações de trabalho, reduzindo suas assimetrias com vistas a diminuir a desigualdade social existente em meio urbano (DEDECCA, 2009). Essa regulamentação, voltada, sobretudo, ao setor industrial, já encontrava expressão nas economias europeias, onde se desenvolveu, especialmente após à Segunda Guerra Mundial, um regime de bem-estar social (*welfare state*), no qual o Estado aparece como ente regulador da economia, agindo ativamente na distribuição de renda e na prestação de serviços básicos.

Na literatura internacional, Gösta Esping-Andersen (1985) já apontava para o fato de as atividades relacionadas ao *welfare* terem garantido direitos presumíveis para além das relações de mercado, uma vez que o *status* de direito, de res pública, promoveria uma descomodificação de relações antes atingíveis pelo mercado. Ademais, tais atividades seriam efetivas no sentido de institucionalizarem responsabilidades políticas coletivas para os padrões de vida individuais, redistribuírem renda e recursos, provendo bens e serviços externos ao nexos do dinheiro. Assim, tenderiam essas medidas a encontrar resistência por parte das classes privilegiadas, uma vez que tais atividades possuem o condão de alterar a balança de poder de classe em prol dos desfavorecidos.

Além disso, é necessário apontar para o fato de, nos países europeus, haver se desenvolvido uma sociedade salarial junto a regimes de *welfare*. De acordo com o sociólogo francês Robert Castel (2015), a sociedade salarial corresponderia a um momento histórico em que a proporção dos trabalhadores assalariados passa a representar a maior parte de tal população. Nos países europeus, especialmente em se tratando do caso francês, a expansão capitalista dada ao longo do século XX e a estruturação do Estado de bem-estar social generalizaram a condição salarial, na qual o trabalho passa a assegurar aos trabalhadores proteções básicas para enfrentar os riscos da existência social.

No Brasil, entretanto, a carência de um sentido universalista e republicano nas ações sociais do Estado impediu uma conformação plena de um sistema de *welfare*, assim como não se generalizou a relação salarial estável como forma dominante de uso de trabalho. Conforme

aponta Nadya Guimarães (2004), a cultura política existente na sociedade brasileira “jamais favoreceu a estabilidade das regras de negociação salarial, a inviolabilidade dos acordos trabalhistas ou a legitimidade da ação reivindicativa dos trabalhadores” (GUIMARÃES, 2004, p. 352). Segundo a autora, o que se formou, no Brasil, foi um “arremedo” de um *welfare* público, quando comparado, por exemplo, ao caso francês, sem um correspondente desenvolvimento compensatório de um *welfare* privado, como no caso do Japão (GUIMARÃES, 2004). Assim, é necessário notar que o fenômeno de reestruturação produtiva e de flexibilização das relações de trabalho ocorre em um país sem uma prévia experiência de uma sociedade salarial ao modo europeu.

Diferentemente dos países em que se instituiu um “fordismo genuíno”, não haveria se desenvolvido um compromisso entre a política social do Estado Brasileiro, os interesses da empresa e as demandas do trabalhador. O movimento sindical não chegou a se constituir num interlocutor legítimo na negociação das condições de uso e remuneração do trabalho e o trabalhador não alcançou a condição de consumidor, centro sobre o qual se dá a produção em massa. Ao contrário do que ocorrera nas economias europeias, também não houve um envolvimento das empresas com a formação profissional e treinamento, generalizando um baixo investimento em capital humano e pela dissociação da formação profissional do sistema educacional – o que provocou baixa qualificação formal. (GUIMARÃES, 2004).

Constituiu-se, no país, uma economia de baixos rendimentos mesmo nos grandes centros industriais e se perpetuavam diversas relações de trabalho não capitalistas em importantes setores (POCHMANN, 2004). A isso se somava o fenômeno que Wanderley Guilherme dos Santos (1979) denominou como cidadania regulada. O nome é dado essencialmente porque o acesso a direitos sociais, no Brasil, esteve por muito tempo atrelado à inserção ao mercado formal de trabalho enquanto condição, reproduzindo em si as desigualdades presentes no mercado de trabalho – de onde também decorre a ideia de uma “cidadania ocupacional”. Esse cenário prevalece até a instituição da Constituição Federal de 1988, que universalizou formalmente a garantia dos direitos sociais.

De tal modo que, com a chegada dos anos 1980 e o abandono do projeto de desenvolvimento nacional, o baixo dinamismo das atividades produtivas resultou em maior incapacidade de expandir o emprego no mesmo nível em que crescia a população economicamente ativa (PEA) (POCHMANN, 2012) – a consolidação do ingresso das mulheres no mercado de trabalho contribuiu para esse crescimento da PEA, conforme será visto adiante. Segundo Guimarães et al. (2015), o desemprego dos anos 1980 e 1990 deriva da combinação

entre reestruturação à nível micro organizacional e alteração macroeconômica associada à crise e à nova regulação estatal marcada por uma célere abertura comercial. E, pelo menos até a década de 1990, esse desemprego crescente não esteve amparado por nenhuma política social que institucionalizasse uma cesta mínima de benefícios ao desempregado, tornando possível sua busca por emprego, ao contrário do que ocorreu em países com regimes de proteção social mais inclusivos (GUIMARÃES et al., 2015).

A instituição da Constituição Federal de 1988 representou um avanço nesse cenário, uma vez que estendeu alguns direitos, consolidou outros e criou novas políticas públicas de natureza universal, como o sistema de aposentadorias e o Sistema Único de Saúde (SUS), que integrou universalmente a população na saúde pública (DRUCK, 2014). Todavia, o advento de uma Constituição em moldes mais garantistas não foi suficiente para conter, por si só, as pressões desregulamentadoras vindas de parte do meio empresarial. Por sua vez, os governos eleitos a partir de 1989 contribuíram para o movimento de liberalização comercial externa e financeira ao realizarem intensos ajustes sobre a estrutura econômica, trazendo consequências muito desfavoráveis ao mercado de trabalho. A taxa de desemprego triplicou em relação à década de 1970, os salários sofreram desvalorização e apenas metade dos postos de trabalho industriais sobreviveram (DEDECCA, 2009).

O desemprego aberto³ crescente resultou em um contingente ainda maior de mão de obra excedente, não absorvida pelo mercado de trabalho. Da mesma forma, proliferaram as ocupações precárias e o mal remunerado trabalho de prestação de serviços a famílias. Essa situação se prolonga no tempo, a ponto de, na década de 1990, não apenas se reduzirem os postos de trabalho – na década de 1980, 18,1 milhões de novos postos de trabalho foram criados; na década de 1990, apenas 11 milhões –, como, dentre os postos criados, mais da metade não preverem qualquer remuneração (POCHMANN, 2012).

Mais do que uma questão provisória a ser superada, o desemprego aberto em larga escala chega como um problema para ficar, à medida que se associava a retração da atividade produtiva à uma crescente racionalização no uso do trabalho pelas empresas (GUIMARÃES et al., 2015). Nesse novo cenário, apenas uma minoria de trabalhadores mais qualificados logrou encontrar emprego na indústria, trabalhando com carteira de trabalho assinada. Mas, para muitos, a saída do trabalho formal das indústrias, naquele momento, ocorreu de forma permanente (HIRATA; HUMPHREY, 1989). A partir dos anos 1980 e 1990, o desemprego

³ Desemprego aberto corresponde à desocupação, ou seja, pessoas sem ocupação laboral e que buscam por trabalho (IBGE, sd).

perde seu caráter de ser um movimento pendular ou transitório; agora, a saída da condição de desemprego passa a não significar o alcance de uma ocupação estável e de boa qualidade (GUIMARÃES, 2004).

O crescimento e a permanência do desemprego foram acompanhados pela flexibilização do contrato de trabalho em diversos flancos. Por um lado, os sindicatos perdiam poder de negociação à medida que o desemprego se posicionava enquanto ameaça constante aos trabalhadores. Por outro, os governos cediam às pressões das empresas em prol de uma desregulação das relações de trabalho, sob a justificativa que a regulação pública do contrato de trabalho seria a causa maior do desemprego em massa. Assim, no auge do desemprego – o qual, nos anos 1990, teria atingido 20% da população ativa (GUIMARÃES, 2008) –, a flexibilização se deu por via da adoção da jornada de trabalho flexível, remuneração por resultados (Participação nos Lucros e Resultados – PLR), enxugamento das estruturas de cargos e salários, redução dos salários, trabalho aos domingos, contratos por tempo parcial ou determinado, redução das contribuições sociais para as empresas de menor porte, subsídio estatal ao emprego de jovens, menor fiscalização sobre o contrato de trabalho (e consequente menor punição para empresas desviantes) e criação da figura do trabalhador como pessoa jurídica (desprovido-o de proteção social) (DEDECCA, 2009).

Consequentemente, a partir da década de 1990, passam a existir várias formas de nomear e hierarquizar os indivíduos, de acordo com os diversos estatutos de trabalho que surgiram: antepunham-se trabalhadores permanentes e temporários, mensalistas e horistas, regulares e subcontratados ou cooperativados. A diferenciação dos trabalhadores não mais perpassava a natureza do trabalho, a ocupação, a atividade profissional ou o posto de trabalho; o marcador da diferença passa a ser a relação de emprego desenvolvida, se mais ou menos protegida, ou mais ou menos duradoura (GUIMARÃES et al., 2015). A hierarquização dos diferentes *status* de emprego passa a se dar não apenas no que se refere a níveis de responsabilidade e poder no local de trabalho, mas também em relação ao grau de estabilidade que o emprego fornece e o âmbito de vantagens econômicas e sociais que a atividade profissional obtém (GUIMARÃES; PAUGAM, 2016).

A intensificação do trânsito no mercado de trabalho também passa a ser marca desse período, em que os trabalhadores perdem os elos que mantinham com seu destino profissional anterior (GUIMARÃES, 2004). Em pesquisa de John Humphrey (1994) realizada em cinco distritos da região sul de São Paulo, habitada mormente por trabalhadores empobrecidos e de baixa qualificação, observou-se que, em 28% dos casos, eles estavam em seus empregos há

menos de seis meses e, em 42% dos casos, há menos de um ano. Dentre os últimos, 66% não manteve sua posição original, transitando entre o registro em carteira de trabalho, o mercado informal e o desemprego – no caso de mulheres e jovens, também a inatividade. Telles (2001) fala em um “nomadismo ocupacional”, que atinge não apenas os assalariados no mercado informal, como também os trabalhadores com registro em carteira de trabalho, quando estes não logram se fixar em seus empregos. Ademais, a instabilidade não apenas teria afetado o tempo de permanência no emprego, como também teria aumentado o tempo de procura por trabalho (GUIMARÃES, 2008).

Também é nesse momento em que os contratos de trabalho informais passam a ser dominantes no mercado de trabalho brasileiro (DEDECCA, 2009). Ainda que a transição do mercado formal para o informal não tenha ocorrido de forma imediata, os trabalhadores demitidos da economia formal foram empurrados, pela conjuntura econômica, no sentido da busca por emprego no setor informal, por conta própria e sem carteira de trabalho (HIRATA; HUMPHREY, 1989).

Ao se falar sobre o não imediatismo dessa transição, a pesquisa de Helena Hirata e John Humphrey (1989) se faz pertinente. Analisando destino de trabalhadores de um distrito de São Paulo que foram desligados do emprego industrial, os autores apontam que, a princípio, esses trabalhadores resistiram à procura por postos de emprego não-industriais, por possuírem um *status* inferior quanto às garantias que detinham no emprego formal. E, mesmo realizando “bicos” como estratégia de alívio à pressão financeira que surgia, não conferiam à atividade o estatuto de trabalho. Entretanto, grande parte desses desligados não conseguiram retornar às ocupações anteriores. Em sentido similar, Álvaro Comin (2003), ao discorrer sobre as alterações na estrutura ocupacional da capital paulistana, afirma que, embora a desindustrialização do emprego não tenha se dado de forma imediata, o deslocamento das ocupações na indústria para empresas de menor porte do setor serviços teve como resultado a maior informalização dos vínculos de trabalho.

A reinserção laboral na economia informal decorrente do desemprego de ocupações formais guarda uma relação intrínseca à ideia de precariedade (TELLES, 2001; HIRATA, 2009), à medida que a informalidade impõe uma improvisação na mobilização de recursos e aproveitamento de oportunidades incertas e descontínuas no mercado – por várias vezes se desenvolvendo, inclusive, na trama das ilegalidades (TELLES, 2001). Para Telles (2001), a instabilidade predominante nas relações de trabalho é a chave para explicar como pobreza e trabalho se articulam. Isso porque, à exceção do segmento de mão-de-obra mais qualificado, a

trajetória de uma ampla maioria de trabalhadores desligados do emprego formal passou a ser regida pela insegurança, instabilidade e precariedade nos vínculos de trabalho. E, até porque passaram a transitar entre empregos diferentes, permanecendo neles por muito pouco tempo, seriam poucas as chances de permanecerem em profissões e ocupações definidas. Nesse momento histórico, tais trabalhadores passaram a tangenciar constantemente o mercado de trabalho informal por meio do trabalho irregular e precário.

Telles (2001) fala que o mercado teria produzido um “curto-circuito” sobre o vínculo laboral dos trabalhadores. O emprego e o desemprego passam a ser entendidos como uma questão de azares ou como um fenômeno da natureza, aleatório. E, nesse contexto, o trabalho irregular aparece como alternativa ao desemprego prolongado, o qual, por mais permanente e constante que venha se tornar, não são considerados como trabalho. No caso, sobretudo, de mulheres e jovens, a perda do emprego favorece sua integração no mercado local estruturado entre relações de vizinhança e sociabilidade doméstica, desempenhando atividades que se configuram como a extensão das funções domésticas de sobrevivência.

Segundo Machado da Silva (1991), o mercado informal criou um inesgotável fornecimento de mão de obra, na medida em que, por estar fora do âmbito da regulamentação, não possui nenhuma barreira à entrada. Para o autor, “a ausência de um suporte político-institucional para um conjunto claro e definido de posições fora do mercado socialmente reconhecidas torna o excedente uma massa amorfa de ‘trabalhadores em disponibilidade’” (MACHADO DA SILVA, 1991, p. 4). Na ausência de mecanismos regulatórios que demarcassem as fronteiras do mercado informal, a superoferta de mão de obra nesse locus passa a decorrer não somente dos ritmos e lógica interna do processo de produção, como também de razões de ordem extra econômica, dada a inorganicidade sob a qual o assalariamento é produzido. A organização do trabalho urbano informal, na qual os trabalhadores se lançam ao mercado a fim de evitar a miséria, é fluida, precária e insegura (ibidem, 1991).

A noção de precariedade, que passa a ser tão correntemente mencionada nos trabalhos que estudam as relações de trabalho no Brasil a partir das últimas décadas do século XX é de origem europeia e se refere à deterioração da sociedade salarial. A partir dos anos 1980, a noção de precariedade passa a ser utilizada para descrever as situações de trabalho “atípico”, em comparação a outros tipos de emprego, mais estáveis e protegidos (GUIMARÃES; PAUGAM, 2016). Castel (2015) fala em “instalação da precariedade” para se referir às trajetórias dos trabalhadores franceses desligados de seus trabalhos formais, que passam a transitar entre

emprego e desemprego – trazendo a ideia de um “trabalho aleatório” – e também para se referir à insegurança que passa a permear o mundo dos contratos de trabalho.

Para Guimarães e Paugam (2016), apesar de essa abordagem ser essencial à compreensão fenômeno, ela é incompleta na medida em que atrela a precariedade à noção de insegurança – quando ela pode também ter outros significados, como o de estar preso a um trabalho mal pago, a exemplo da literatura britânica. E especialmente quando se há em conta o caso brasileiro, essa abordagem se faz incompleta. Aqui, a noção de precariedade surge em meio a um ambiente onde não apenas não se desenvolveu a sociedade salarial, como também o trabalho regulado pela CLT não se generalizou e o acesso a direitos sociais se dá de forma fragmentada. Nesse mesmo cenário, ocorreu a flexibilização do contrato de trabalho e a proliferação de um mercado de trabalho informal.

Ao longo da década de 2000, observa-se uma virada na situação socioeconômica brasileira, conforme já aventado. Nesse período, houve, para além da estabilização do Plano Real, a combinação entre retorno do crescimento econômico com mobilidade social, em especial no tocante à base da pirâmide social. Entre 2001 e 2011, o aumento de rendimentos foi maior para as pessoas que se encontravam na faixa de 6% a 38% mais pobre da população, com faixa de remuneração entre R\$ 150 e R\$ 600 mensais. O desemprego, crescente até então, se reduz para níveis médios inferiores a 10% da população. Houve considerável evolução no gasto social, estagnado durante toda a década anterior, e um aumento da regulação estatal da proteção social ao trabalho (POCHMANN, 2014).

Célia Kerstenetzky (2017) fala em uma “década dourada brasileira” para se referir aos anos 2000, com a combinação de crescimento compatível com redistribuição, valorização do salário mínimo pelo Estado compatível com crescimento do emprego, programas de renda focalizado e políticas sociais com efeitos redistributivos. A autora destaca a queda na desigualdade salarial de 55% para 48%, a retração da informalidade em mais de 16%, alcançando um percentual de 34% da força de trabalho ocupada e a o aumento da formalização, especialmente no setor de serviços.

Guimarães (2011), analisando dados da Relação Anual de Informações Sociais aponta para uma inflexão ocorrida no ano de 2002, momento a partir do qual o mercado formal se reanima. O crescimento em taxas mais elevadas do mercado formal faz dobrar o número de trabalhadores contratados no comércio (139%) e nos serviços (105%), entre 2002 e 2010. Mesmo na indústria, que apresentava taxas negativas de crescimento de emprego registrado, houve o aumento de 46%. Entretanto, a autora salienta que, não obstante a retomada do

crescimento econômico no país, o desemprego não perdeu seu caráter recorrente, sobretudo em relação aos mais pobres – até porque, a recente institucionalização das formas de proteção é exigente em seus critérios de elegibilidade e pouco inclusiva.

E, de acordo com dados mais recentes, a retomada do aumento do desemprego passa a dominar a realidade brasileira a partir de 2015. Segundo Pochmann (2015), o retorno da adoção de políticas de ajuste fiscal teria provocado um processo de recessão da economia nacional. Esta, por sua vez, teria por especial consequência o aumento do desemprego em todas as faixas etárias da PEA, a qual teria ocorrido de forma potencializada entre as mulheres e entre trabalhadores com até oito anos de escolaridade. Em um intervalo de seis meses, de janeiro a julho de 2015, a taxa de desemprego, no Brasil metropolitano, teria acumulado aumento de 60,5%.

Além disso, as novas maneiras de acesso, inclusão e mobilidade no mercado formal promovidas pelas empresas privadas de intermediação de emprego acentuaria, ainda mais, a heterogeneidade entre os trabalhadores contratados com registro – o tipo de emprego intermediado teria aumentado em quase 300%, entre 1994 e 2010. Heterogeneidade esta que é estruturalmente estabelecida em um mercado de trabalho, no qual uma “norma salarial” jamais teria sido universalizada. Por outro lado, a regulação institucional teria atingido apenas uma pequena parcela dos empregados formais, cuja “estabilidade” teria lhes sido negada a partir da legislação do regime militar sobre o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) (GUIMARÃES, 2011).

A noção flexibilização, da qual se começa a falar especialmente com o aumento do mercado informal nas últimas décadas do século XX, ocorre sobre uma estrutura que já era flexível, fragilizando vínculos em setores econômicos em reestruturação, ao mesmo tempo em que vínculos de trabalho de natureza distinta se reconstituem (GUIMARÃES, 2011). E, mais, a flexibilização do emprego ocorre de forma concomitante à progressiva extensão do que se poderia imaginar como uma sociedade salarial brasileira. Nesse cenário, o que se observaria, seria, assim, não apenas uma condição de precariedade intrínseca à considerável parte dos vínculos laborais, mas, sim, um *processo* longitudinal de *precarização* das experiências de trabalho. (GUIMARÃES; PAUGAM, 2016).

Graça Druck (2014) parece sinalizar em sentido semelhante, ao salientar que flexibilização e precarização seriam fenômenos concomitantes. Ao se falar em precarização, há a transição de uma ideia de precariedade em um sentido provisório para um sentido permanente, dada pelas condições de instabilidade, insegurança e fragmentação da ação coletiva dos

trabalhadores, somada a uma brutal competição posta entre eles. No Brasil, a precarização é marcada por atingir uma variedade de situações: tanto áreas mais desenvolvidas, como São Paulo, como tradicionalmente mais instáveis, tal qual a Bahia; tanto setores modernos e dinâmicos, como formas mais tradicionais de trabalho informal; tanto setores privados, como públicos.

Além disso, o crescimento dos empregos formais ocorrido na década de 2000 não teria sido suficiente para reduzir a taxa de rotatividade, que permaneceu superior a 40% ao final da década, evidenciando o grau de flexibilidade dos contratos de trabalho. A duração do emprego também era curta: analisando dados do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE) (2014), a autora aponta para o fato de, em 2012, 45% dos empregos terem durado menos de seis meses e 66,5%, menos de um ano, apontando para um alto nível de instabilidade e vulnerabilidade dos empregos que foram criados. Em relação à renda, embora tenha ocorrido um enorme crescimento dos empregos formais entre 2002 e 2012, o tipo de emprego que mais cresceu (142%) foi o de até dois salários mínimos, enquanto os empregos que remuneravam para além desta marca tiveram um acréscimo bastante inferior, da ordem de 24%. Finalmente, ao se pensar na valorização do salário mínimo, a autora destaca para o fato do mesmo ter se elevado em 171%, mas que não chegou a alcançar o salário mínimo necessário, representado pelo montante de R\$ 2.227,5, em 2009 – neste ano, o salário mínimo era de R\$ 510 (DRUCK, 2014).

Para Guimarães et al. (2015), os anos 2000 marcam a consolidação da mercantilização do trabalho, ou seja, o mercado passa a ser, a partir dessa década, o *locus* necessário da sobrevivência. Assim, a comoditização do trabalho no Brasil se constitui pela propensão dos indivíduos de buscarem sua sobrevivência no mercado, garantindo uma oferta efetiva de trabalho composta pelas pessoas economicamente ativas, estejam elas ocupadas ou não. Em 2010, quase sete a cada dez brasileiros passaram a buscar a própria sobrevivência no mercado de trabalho. Assim, a descomodificação de determinados serviços antes mercantilizados, tal qual a saúde, e que passaram ao *status* de direito universal a partir de 1988, passa a conviver com o processo de comodificação do trabalho ao qual a sociedade brasileira passou a fazer parte.

Nesse cenário, estudar o mercado de trabalho passa a ser cada vez mais importante para compreender as condições de vida no Brasil. Uma vez que a maior parte das pessoas economicamente ativas dependem da esfera do mercado para obterem o seu sustento, é esse mesmo mercado que produz implicações diretas sobre as situações de pobreza e não pobreza.

Especialmente no período pós-2014, quando se acentuam os efeitos da crise econômica e política sobre o país, encerrando, em definitivo, a supracitada “década milagrosa” denominada por Kerstenetsky (2017), as noções de precariedade, flexibilização e precarização se revigoram, em detrimento do estabelecimento de um sistema garantista de direitos para a população brasileira. Exemplo disso é dado pela recente aprovação, pelo Congresso Nacional, da reforma trabalhista (Lei Federal nº 13.467, de 13 de julho de 2017), que altera regras da CLT relativas a férias, jornada de trabalho, tempo na empresa, tempo de descanso, remuneração, trabalho intermitente, remoto e parcial, negociação coletiva, demissão e tantos outros elementos inerentes às relações de trabalho e emprego.

Além disso, é preciso considerar que a mercantilização do trabalho no Brasil “é um processo que se declina no feminino” (GUIMARÃES et al., 2015, p. 406), uma vez que ela se dá muito em decorrência da forte entrada das mulheres no mercado de trabalho nos últimos cinquenta anos, entender como as mulheres se articulam dentro da esfera produtiva passa a ser de grande relevância para entender suas condições de vida. No caso do presente estudo, essa trajetória importa à medida que as mulheres a que dizem respeito essa pesquisa, se encontram na base da pirâmide social e, conseqüentemente, tendem a viver de forma mais acentuada as fragilidades inerentes à organização do mercado de trabalho no país. Segue-se, assim, com o debate sobre o trabalho das mulheres no Brasil nas últimas décadas.

4. O trabalho das mulheres no Brasil

Neste bloco, discute-se a forma como se desenvolveu o trabalho feminino recente no Brasil. Visa-se relacionar o modo como a inserção feminina no mercado de trabalho, somada às obrigações assumidas no âmbito doméstico familiar, relacionam-se com a experiência da pobreza entre as mulheres. Inicialmente, contudo, é realizado um apontamento teórico acerca de alguns conceitos e definições que fundamentam os estudos sobre trabalho feminino no país.

4.1. Apontamentos teóricos preliminares

Nesse sentido, o conceito de divisão sexual do trabalho é central ao entendimento das relações de trabalho entre homens e mulheres. Segundo Danièle Kergoat (2009), esta noção, inicialmente utilizada por etnólogos para designar uma repartição “complementar” das tarefas entre homens e mulheres em sociedades que estudavam, ganha um novo conteúdo com antropólogas feministas que sustentaram que o conceito não traduzia uma mera

complementaridade na repartição de tarefas, mas, sim, a existência de uma relação de poder dos homens sobre as mulheres. E essa conceituação ganha um caráter analítico à medida que passa a ser utilizada em outras disciplinas, tal qual a História e a Sociologia.

A divisão sexual do trabalho seria, assim, a forma de divisão do trabalho social que decorre das relações sociais de sexo, historicamente adaptada a cada sociedade. De acordo com tal visão teórica, a divisão sexual do trabalho seria organizada mediante os seguintes princípios: (i) separação, por meio da qual haveriam trabalhos designados para homens e outros de mulheres, e; (ii) hierarquização, pelo qual são atribuídos valores diferentes aos trabalhos realizados socialmente por homens e mulheres, sendo que os primeiros seriam detentores de valor superior. Dessa maneira, a divisão sexual do trabalho se assenta sobre a destinação prioritária do homem à esfera produtiva, na qual ele ocupa funções de forte valor social agregado, e a da mulher à esfera da vida reprodutiva, privada, de valor social relativamente reduzido (KERGOAT, 2009).

A divisão sexual do trabalho seria parte integrante da divisão social do trabalho. A estruturação da divisão sexual do trabalho – em se se opõem dicotomias entre trabalho assalariado e trabalho doméstico, fábrica/escritório e família – teria surgido ao mesmo tempo que o próprio sistema capitalista, sendo o trabalho doméstico desempenhado pelas mulheres fundamental para o estabelecimento da relação assalariada. E, do nascimento do capitalismo aos dias de hoje, tanto o trabalho assalariado, quanto o doméstico evoluem no tempo concomitantemente às relações de produção (HIRATA, 2002).

A noção de “trabalho produtivo”, assim, corresponderia às atividades realizadas no mercado capitalista, geradoras de um valor remunerável ao trabalhador – historicamente destinado aos homens –, enquanto “trabalho reprodutivo” seria o trabalho que, embora indispensável para o desenvolvimento do sistema capitalista, não é remunerado e se realiza no âmbito doméstico, voltado à reprodução da vida – atribuída historicamente às mulheres. A este respeito, Ruth Milkman (1987) argumenta, ainda, que a preservação do papel doméstico da mulher interessa ao capital, tendo em vista que permite a manutenção de salários mais baixos para todos os trabalhadores, que garantiriam parte de seus custos de manutenção e reprodução no âmbito doméstico, por meio do trabalho não remunerado das mulheres.

Assim, ao contrário da ideologia naturalista que teria legitimado as práticas sexuadas como “papeis sexuais” que remetem a um destino natural da espécie, ao trazer uma ideia de complementaridade e parceria (solidariedade orgânica) entre papeis sociais com especialidades próprias, Kergoat (2009) entende que tais práticas sexuadas são, em verdade, construções

sociais resultantes de relações sociais, constituídas por grupos com interesses antagônicos. Anne Marie Devreux (2005) afirma que o antagonismo base dessas relações teria sido demonstrado pela opressão das mulheres no interior do casamento (Cf. DELPHY, 1970): o trabalho gratuito das mulheres, enquanto classe, para a reprodução da célula familiar, seria um trabalho explorado pelo conjunto dos homens, que dele se beneficiariam e agiriam no sentido de reproduzir essa divisão do trabalho. Falar em uma relação social, dentro da teoria de cunho marxista, seria falar da divergência radical de interesses entre classes opostas. E as relações sociais de sexo seriam baseadas na relação hierárquica existente entre eles, configurando-se em uma relação de poder, de dominação do homem sobre a mulher.

Conforme aponta Devreux (2005), a divisão sexual do trabalho é uma das maneiras pela qual se exprimem as relações sociais de sexo, outro conceito que embasa diversos estudos sobre trabalho feminino. Para Kergoat (2009), seriam as relações sociais de sexo e a divisão sexual do trabalho indissociáveis, formando um sistema baseado em relações desiguais, hierárquicas e assimétricas entre os sexos. Nesse sistema, a divisão sexual do trabalho é o que está em jogo nas relações sexuais de sexo. Tais relações seriam um paradigma das relações de dominação, ao passo que estruturam o conjunto do campo social e são transversais. Isto é, as relações sociais de sexo possuiriam como propriedade o fato de poderem ser encontradas por toda parte na sociedade e sua lógica articularia todos os campos da sociedade (DEVREUX, 2005).

Segundo Kergoat (2009), as relações sociais de sexo não apenas seriam transversais, como também seriam marcadas por uma constante interpenetração, ou seja, seriam consubstanciais. No modo de produção capitalista, a separação dos lugares e tempos de produção e reprodução seria o exemplo da interpenetração de relações sociais de naturezas distintas: enquanto o espaço da produção de valor foi atribuído historicamente aos homens, o espaço da reprodução da vida foi construído sob a forma de “trabalho doméstico”, aparte do espaço da produção, mas também inerente à sociedade salarial.

A partir dessa linha teórica, a noção de gênero é entendida enquanto resultado da relação social de sexo, que produz uma categorização a partir do sexo – para a qual importa não apenas como o plano do simbólico a transmite, mas como ela ocorre no plano material, fático. E a divisão sexual do trabalho seria, por sua vez, a base material das relações sociais de sexo, configurando-se como ideias indissociáveis (DEVREUX, 2005).

Este debate também se coloca em torno de algumas conceitualizações que passaram a ser pertinentes para pensar o desenvolvimento da divisão sexual do trabalho. Kergoat (2010) sustenta que as relações sociais de sexo são consubstanciais e coextensivas. A problemática da

consustancialidade, elaborada a partir do final dos anos 1970, inicia-se “em termos de articulação entre sexo e classe social, para ser desenvolvida, mais tarde, em termos de imbricação entre classe, sexo e raça” (HIRATA, 2014, p. 63).

A consustancialidade consistiria, assim, em uma forma de leitura analítica da sociedade, com o sentido de “unidade de substância”, e que significaria “o entrecruzamento dinâmico e complexo do conjunto de relações sociais, cada uma imprimindo sua marca nas outras, ajustando-se às outras e construindo-se de maneira recíproca” (KERGOAT, 2010, p. 100). Isso porque, embora sendo distintas, as relações sociais possuem propriedades comuns e não poderiam ser entendidas separadamente, sob o risco de sua reificação (KERGOAT, 2016).

A noção de coextensividade, por sua vez, expressaria justamente esse dinamismo das relações sociais de classe, gênero e raça, que se reproduziriam e co-reproduziriam mutuamente. Kergoat (2010) fala em um *imbricamento* das três categorias, que não poderiam ser pensadas analiticamente em separado. As relações de sexo, as relações de classe e as relações de raça seriam coextensivas, ou seja, se sobreporiam parcialmente, que se interpenetram, se imbricam, não se tratando meramente de conceitos que se recortam ou se articulam (KERGOAT, 2009).

Paralelamente a tais noções, que seguem a linha teórica francesa, feministas negras⁴ estadunidenses levantam questões apontando para a heterogeneidade do grupo das mulheres no contexto do pós-colonialismo. Angela Davis, Audre Lorde, Patricia Hill Collins e bell hooks são algumas das precursoras no debate anglo-saxão sobre a produção de desigualdades de gênero e raça na sociedade, que desemboca na criação do conceito de interseccionalidade.

O termo, originalmente definido pela jurista estadunidense Kimberlé Crenshaw (1991), foi pensado como uma ferramenta para entender as interações de raça e gênero no contexto da violência cometida contra as mulheres negras. Para a autora, a interseccionalidade seria dividida em: i) interseccionalidade estrutural, apontando para o fato de a violência de gênero experienciada pelas mulheres negras diferir qualitativamente das vivida pelas mulheres brancas; ii) interseccionalidade política, que denunciaria a marginalização acerca da violência sofrida pelas mulheres negras induzidas pelas políticas feministas e antirracistas.

Todavia, essa noção de intersecção, de entrecruzamento de raça, gênero e classe não se esgota na noção de violência e em sua perspectiva jurídica, mas direciona o foco para o conjunto das experiências específicas das mulheres negras. Audre Lorde (1984), por exemplo, enfatiza a

⁴ Hirata (2014) indica que o movimento *black feminism* (ou feminismo negro, em tradução livre) teve início nos fins da década de 1970 e sustentou forte crítica ao feminismo branco, de classe média e heteronormativo.

necessidade de reconhecimento das diferenças entre as mulheres como forma de se livrar do controle social imposto em prol de avanços na sobrevivência das mulheres, sejam elas brancas ou negras, velhas ou novas, lésbicas ou heterossexuais. A autora sustenta que “a recusa em reconhecer a diferença torna impossível enxergar os problemas diferentes e as armadilhas existente para nós, mulheres” (LORDE, 1984, p. 118, em tradução livre), enfraquecendo, consequentemente, seu poder conjunto. Isso porque, no sistema de poder patriarcal, os artifícios utilizados para neutralizar mulheres negras e brancas não seriam os mesmos, e o temor em reconhecer essa diferença invisibilizaria a realidade e a luta das mulheres negras – que estatisticamente contariam com menores salários e seriam alvos majoritários de abortos e esterilizações, dentro e fora dos Estados Unidos. Para Lorde, a necessidade de união entre as mulheres não poderia ser confundida com a necessidade de homogeneidade do grupo, sendo necessário romper com as estruturas de opressão que trabalham no sentido de negar as diferenças nele existentes.

bell hooks (1984) também critica a visão unidimensional dos problemas relativos às mulheres proclamado pela teoria feminista orientada pelo que ela chama de um individualismo liberal e atomístico. Segundo a autora, “mulheres em classes mais baixas e grupos pobres, especialmente aquelas não-brancas, não teriam definido a liberação das mulheres como a conquista de igualdade social para as mulheres, uma vez que elas são continuamente lembradas em suas vidas cotidianas que todas as mulheres não compartilham um status social comum” (HOOKS, 1984, p. 18, em tradução livre), sendo o racismo uma barreira à solidariedade entre as mulheres. hooks defende ser necessário questionar a própria ideia de gênero, na medida que ele se construiria de maneira diferente segundo posições de raça e classe.

De toda forma, o conceito de interseccionalidade se desenvolveu no passar dos anos e, hoje, extrapola gênero, raça e classe como grandes eixos da diferenciação social a interagirem entre si. Nas palavras de Sirma Bilge,

[A] interseccionalidade remete a uma teoria transdisciplinar que visa apreender a complexidade das identidades e das desigualdades sociais por intermédio de um *enfoque integrado*. Ela refuta o enclausuramento e a hierarquização dos grandes eixos da diferenciação social que são as categorias de sexo/gênero, classe, raça, etnicidade, idade, deficiência e orientação sexual. O enfoque interseccional vai além do simples reconhecimento da multiplicidade dos sistemas de opressão que opera a partir dessas categorias e postula sua interação na produção e na reprodução das desigualdades sociais. (BILGE, 2009, p. 70 *apud* HIRATA, 2014, pp. 62-63).

Kergoat (2010), por sua vez, critica a ideia de “cartografia” e “mapeamento” das categorias analíticas, na medida em que isso levaria a uma naturalização das mesmas. A

multiplicidade de categorias, ademais, mascararia as relações sociais dentro das quais tais categorias foram construídas. Para a autora,

trabalhar com categorias, mesmo que reformuladas em termos de intersecções, implica correr o risco de tornar invisíveis alguns pontos que podem tanto revelar os aspectos mais fortes da dominação como sugerir estratégias de resistência. A noção de multiposicionalidade apresenta, portanto, um problema, pois não há propriamente “posições” ou, mais especificamente, estas não são fixas; por estarem inseridas em relações dinâmicas, estão em perpétua evolução e renegociação. (KERGOAT, 2010, p. 98).

Em outro registro, Kergoat (2012) aprofunda tal crítica ao defender que a multiplicidade dos pontos de entrada para além de raça, gênero e classe teria o potencial de conduzir a uma fragmentação das práticas sociais. Por outro lado, nem todos esses pontos remeteriam a relações sociais e talvez não fosse o caso de colocá-los todos no mesmo plano. De acordo com seu entendimento, a interseccionalidade continuaria a ser pensada em termos de categorias e não de relações sociais, privilegiando uma ou outra categoria – por exemplo, nação, classe, religião, sexo, casta, entre outros – sem, no entanto, historicizá-las ou considerar as dimensões materiais da dominação.

Contudo, a própria autora sustenta não haver sobreposição ou competição entre interseccionalidade e consubstancialidade. O que haveria seria uma distância e proximidade concomitantes: a proximidade existiria na atitude crítica em relação à tendência de tomar uma experiência de “opressão das mulheres” enquanto experiência de *todas* as mulheres; já a distância estaria no modo de pensar a atitude crítica – que se embasa em textos de conteúdos diferentes – e de como traduzi-la em práticas sociológicas (KERGOAT, 2016).

Além disso, tanto o conceito de interseccionalidade quanto o de consubstancialidade teriam em comum a imbricação de diferentes relações de poder e a não-hierarquização dos diferentes aspectos da opressão – distanciando-se, assim, das noções do marxismo ortodoxo de contradição principal e secundária e de infraestrutura e superestrutura. Nesse sentido, Kergoat afirma:

Nenhuma relação social é primordial ou tem prioridade sobre outra. Ou seja, não há contradições principais e contradições secundárias. Quando as mulheres da rede hoteleira Accor enfrentam conflitos, o fazem como mulheres, trabalhadoras, mulheres negras; não fazem reivindicações separadas. Lutando dessa maneira, elas combatem a superexploração de todas e sua luta, assim, tem alcance universal. (KERGOAT, 2010, p. 99).

A respeito da não hierarquização das diferenças dicotômicas, Patricia Hill Collins (2015) faz um apontamento interessante:

Aplicar essa premissa [da hierarquização] em discussões de opressão nos leva à suposição de que a opressão pode ser quantificada e que alguns grupos são mais oprimidos que outros. Frequentemente me perguntam: “O que tem sido mais opressor para você, seu status de pessoa negra ou seu status de mulher?”. O que realmente estão me pedindo é que eu me divida em pequenas caixas e hierarquize meus diversos status. Se minha experiência de opressão é um fenômeno ambos/e, porque eu deveria analisá-la de maneira diferente? (COLLINS, 2015, p. 18).

Do contrário, a autora afirma que reconhecer que uma categoria de análise pode ter primazia sobre outras em determinado tempo e lugar não implica o reconhecimento de uma hierarquia fixa entre elas. As opressões são múltiplas e imbricadas, razão pela qual acredita que a interseccionalidade funcionaria como instrumento da luta política enquanto projeto de conhecimento e, ao mesmo tempo, uma arma política (COLLINS, 2015).

Mara Viveros (2016) faz apontamentos relevantes sobre como o debate acerca de interseccionalidade e consubstancialidade ecoa no contexto latino-americano. A autora conta que, embora a interseccionalidade tenha se convertido na expressão utilizada para designar a perspectiva cruzada ou imbricada das relações de poder, ela não seria uma novidade dentro do feminismo – várias teóricas feministas já haviam abordado o problema antes dele ganhar propriamente um nome, conforme também foi destacado acima.

Além disso, a associação tanto à macro quanto à microsociologia faria com que a interseccionalidade se configurasse de maneira distinta segundo os contextos nacionais sobre os quais se aplica. De acordo com Viveros (2016), enquanto, nos Estados Unidos, a tendência é que se aplique a interseccionalidade junto a trabalhos influenciado pelo *black feminism*, na Europa, os estudos que utilizam a análise interseccional estariam mais vinculados ao pós-modernismo.

Por sua vez, a trajetória da interseccionalidade na América Latina ocorreria de forma muito distinta. Autoras como a socióloga mexicana Martha Zapata Galindo (2011) sustentam que, na América Latina, a interseccionalidade não alcançou o status de conceito hegemônico e que, para muitas feministas latino-americanas, não contribui com nada de novo. Isso porque, há muito tempo as experiências sociais de grande parte das mulheres latino-americanas as teriam forçado levar em conta e fazer frente – teórica, prática e politicamente – a formas de opressão distintas, simultâneas e intersectadas.

No Brasil, o debate sobre o imbricamento das relações sociais de raça, sexo e classe tem como precursora Lélia Gonzalez, que parte da análise de suas próprias experiências como mulher negra em meio ao movimento negro e feminista negro. Gonzales (1983) enfatiza que o

lugar no qual se encontram as mulheres negras é determinante para a sua interpretação sobre o duplo fenômeno do racismo e do sexismo, cuja articulação produziria efeitos violentos sobre as mulheres negras. A autora chama a atenção sobre o fato de a mulher negra, na sociedade brasileira, ser vista sob uma dupla imagem: a da mulata e a da doméstica. E que, para enfrentar o racismo, é necessário que a população negra atente para a sua consciência – “lugar do desconhecimento, do encobrimento, da alienação, do esquecimento e até do saber” (GONZALES, 1983, p. 226) – e memória – “o não-saber que conhece, esse lugar de inscrições que restituem uma história que não foi escrita” (ibidem).

Heleieth Saffioti (1969, 1984), dedicando-se aos estudos do trabalho, também se destaca ao dissecar a questão de como o sexo opera como fator de sujeição das mulheres a partir do surgimento do capitalismo: enquanto, no plano superestrutural, o processo de individualização do modo de produção capitalista teria resultado em uma subvalorização das capacidades femininas, de modo a justificar a supremacia masculina, no plano estrutural, essa desvantagem teria se traduzido na marginalização das funções produtivas das mulheres, periféricamente situadas no sistema de produção. Essas desvantagens sociais teriam permitido à sociedade capitalista arrancar das mulheres o máximo de mais-valia, na medida em que delas decorriam a intensificação do trabalho, a extensão da jornada de trabalho e de salários mais baixos que os masculinos (SAFFIOTI, 1969).

E, no contexto brasileiro, essa inserção marginalizada no sistema capitalista não ocorreria de forma dissociada da categoria raça. Isso porque, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil não teria apenas se assentado na inatividade produtiva das mulheres brancas inseridas na família nuclear, em que o homem encarnava a figura do provedor, como também no papel das mulheres negras nas relações de produção da ordem escravocrata-senhorial. À mulher negra cabia não apenas a exploração enquanto força produtiva de bens e serviços, como também sexual, que a conduzia a uma maior reificação (SAFFIOTI, 1969).

A marginalização dos setores sobre os quais pesam discriminações sociais, dentro os quais as mulheres constituiriam o contingente mais significativo (SAFFIOTI, 1984), especialmente ao se tratar de mulheres negras (SAFFIOTI, 1987), implicaria uma maior presença das formas de trabalho “não-capitalistas”. Contudo, o que existiria seria uma articulação necessária das formas de produção capitalistas e não-capitalistas, pois, “na medida em que tais trabalhadores desempenham tarefas necessárias à reprodução ampliada do capital, não somente estão integrados no sistema capitalista, como permitem a este alcançar uma taxa mais acelerada de acumulação” (SAFFIOTTI, 1984, p. 45). O crescimento do fenômeno

“empregada doméstica” já nos anos 1960 seria exemplar da inserção marginal das mulheres no capitalismo, cujos salários seriam marcadamente reduzidos (SAFFIOTTI, 1984). Diz:

Qualquer que seja o tipo de discriminação que pese contra uma categoria social, serve para introduzir o fenômeno da diferenciação dentre os candidatos a empregos. Assim, a mão-de-obra em seu conjunto não é uniforme, é heterogênea. Essa heterogeneidade não diz respeito apenas ao grau de qualificação profissional das pessoas aptas para o trabalho. Estabelecem-se outras diferenças – como as de sexo e raça – sobre as quais seus portadores não têm controle.

Assim, é fácil pagar salários menores a um negro e a uma mulher. Mais fácil ainda será pagar salários ínfimos a uma mulher negra. Mal remunerada, esta mulher passará de duplamente discriminada para triplamente discriminada: mulher, negra e miserável. (SAFFIOTTI, 1987, p. 55).

Saffioti (1987) utiliza o termo “patriarcado-racismo-capitalismo” justamente para salientar a inseparabilidade de cada um desses sistemas de dominação-exploração sobre sexo, raça e classe. Não teria sido o capitalismo a inventar o patriarcado ou o racismo, mas com a emergência do capitalismo, os três sistemas teriam passado a atuar em simbiose, transformando-se em um único sistema de dominação-exploração. A autora enfatiza que não se deve proceder em um raciocínio de priorização de um desses sistemas, uma vez que a fusão entre eles teria ocorrido em profundidade tamanha a ponto de ser impossível afirmar se uma determinada discriminação decorre de qualquer um desses sistemas isoladamente: as opressões estão inter-relacionadas em sua narrativa.

4.2. Trabalho e pobreza feminina no Brasil

A partir do debate teórico realizado no bloco anterior, tem início a discussão sobre a evolução recente da presença feminina no mercado de trabalho brasileiro, que, segundo Alice Abreu (1994), ocorreu, desde o início, atrelada às desigualdades postas pela divisão sexual do trabalho. A autora lembra que, ao longo dos anos 1960, difundiu-se a ideia que a eliminação de trabalhos pesados e sujos, por meio do avanço das tecnologias microeletrônicas, permitiriam uma real igualdade entre homens e mulheres no mercado de trabalho. Entretanto, esta ideia se mostrou falsa ao longo das duas décadas que se seguiram, visto que se manteve o fosso entre o trabalho qualificado masculino e o trabalho desqualificado feminino. A construção da qualificação, por sua vez, seria uma construção social sexuada, que passaria por “um processo de construção de distinções de tipos de trabalho e, portanto, dos trabalhadores que os executam” (ABREU, 1994, p. 56). E, assim, a qualificação, sendo construída socialmente sobre a diferenciação masculino/feminino, seria ponto de desvantagem para as mulheres.

Esta divisão parece dar a toada do que se observa no trabalho feminino brasileiro, especialmente quando, a partir da segunda metade do século XX, as mulheres passam a ocupar de forma mais significativa o mercado de trabalho. Cristina Bruschini (1994) afirma que o crescimento da participação feminina no mercado de trabalho ocorreu sobretudo a partir dos anos 1970 e em meio urbano, intensificando-se e diversificando-se progressivamente. A necessidade econômica, intensificada com a deterioração dos salários dos trabalhadores, teria obrigado as mulheres pobres a buscarem uma complementação para a renda familiar. Porém não apenas esse estrato de mulheres teria passado a buscar o mercado de trabalho, como também as mulheres mais bem instruídas e de camadas médias. Estas, por sua vez, teriam seguido o anseio de ampliar e diversificar a cesta de consumo familiar, dado que a proliferação de novos produtos, na década, teria aumentado as expectativas de consumo e redefiniu o conceito de necessidade econômica.

Assim, por um lado, os anos 1970, ao promover a expansão da economia, da urbanização e o ritmo acelerado da industrialização, teriam gerado um ambiente favorável à incorporação de novos trabalhadores, inclusive do sexo feminino. E, por outro, as profundas transformações nos padrões comportamentais e nos valores referentes ao papel social da mulher – intensificadas pelo impacto dos movimentos feministas e pela maior presença feminina nos espaços públicos – teriam facilitado essa oferta de trabalhadoras. Esse movimento teria sido acompanhado pela queda da fecundidade, que liberou as mulheres para o mercado de trabalho, e pela expansão da escolaridade e o maior acesso feminino às universidades. De tal modo que, ao chegar aos anos 1980, em que, ao contrário da década predecessora, predominaram a crise econômica, a inflação e o desemprego, teria sido a consolidação dessas transformações comportamentais um dos fatores importantes a explicar a persistência da atividade feminina no setor produtivo (BRUSCHINI, 1994).

E tal consolidação do trabalho feminino efetivamente ocorreu ao longo das décadas seguintes, a ponto de, entre os anos de 1985 e 1995, tal participação ter saltado de 36,9% para 53,4%, ao passo que a taxa de atividade permaneceu praticamente inalterada – 76%, em 1985, e 78,3%, em 1995. Neste período, a participação feminina na PEA cresceu 63%, significando um afluxo de 12 milhões de mulheres adentrando o mercado de trabalho. Tal entrância resultou que, em meados dos anos 1990, as mulheres compunham 40,4% da força de trabalho (GUIMARÃES, 2004).

Guimarães (2004) sustenta que o crescimento da participação da atividade feminina teria provocado uma relevante mudança em relação ao perfil da mulher que participava do mercado

de trabalho nos anos 1970: se, até então, a mulher inserida no mercado de trabalho era jovem, solteira e sem filhos, a partir de meados da década de 90, o aumento nas taxas de participação teria sido sustentado por um perfil de mulher mais velha, casada e mãe. Tal mudança refletiria uma entrada no mercado de trabalho por mulheres mais velhas ou de mulheres que tivessem ingressado jovens nesse mercado e que dele não teriam se retirado ao iniciar sua carreira reprodutiva. No entanto, a divisão sexual do trabalho também operaria como um dos fatores a explicar a persistência da atividade feminina, uma vez que a mesma teria provocado a concentração de trabalhadoras em guetos ocupacionais (BRUSCHINI, 1994) e explicaria o acesso desigual das trabalhadoras à qualificação profissional, conforme apontado por Abreu (1994).

Cattaneo e Hirata (2009) apontam que a divisão sexual do trabalho seria central na medida que possibilitaria a organização flexível do trabalho, ou seja, “o trabalho assalariado das mulheres, principalmente sob a forma de trabalho em tempo parcial compulsório, e o trabalho assalariado dos homens, possibilitado pelo trabalho doméstico das mulheres” (CATTANÉO; HIRATA, 2009, p. 109). Seguindo a lógica da divisão sexual do trabalho, empregos precários, trabalho de tempo parcial e horários flexíveis foram empurrados às mulheres, acentuando as desigualdades nas condições de trabalho, emprego e saúde entre os sexos – tudo em nome da conciliação da vida familiar com a vida profissional das mulheres. A manutenção da diferença salarial – não superada até os dias atuais, frise-se –, por sua vez, foi legitimada a partir do argumento de que o salário, para as mulheres, assumiria o caráter de “renda complementar”.

O crescimento da presença feminina no mercado de trabalho teria sido acompanhado por uma crise do paradigma do emprego estável e protegido. Hirata (2002) fala em uma “transformação paradoxal do trabalho”, marcada pelo fato de que, se, por um lado, crescia mundialmente a participação feminina no trabalho remunerado – ao passo que a participação masculina se estagnou, conforme observado acima –, por outro, crescera também o emprego vulnerável e precário para as mulheres, que eram maioria em postos instáveis, mal remunerados e socialmente pouco valorizados.

Hirata e Kergoat (2007) salientam, ainda, que a flexibilização tende a reforçar as formas mais estereotipadas das relações sociais de sexo. Esse fato se confirma com a persistência majoritária das mulheres em atividades consideradas “femininas”, tal como o serviço comunitário, de saúde e de educação. Soma-se a isso, no Brasil, o fato de a retração da força de trabalho feminina no setor fabril ao longo da década de 1990 ter acentuado sua participação no

setor terciário, onde as mulheres já vinham se instalando desde o início dos anos 1980 (BRUSCHINI, 2000).

Mas não apenas isso: com o fechamento de postos de trabalho, sobretudo na primeira metade dos anos 1990, não apenas as mulheres teriam sido mais prejudicadas do que os homens, como teria aumentado, também, a competição entre os sexos pela obtenção do emprego (LAVINAS, 1997). O resultado dessa conjuntura seria, ademais, um movimento de migração ocupacional de trabalhadores masculinos para as atividades antes predominantemente femininas (GUIMARÃES, 2004).

Cristina Bruschini e Maria Rosa Lombardi (2000) apontam para um processo de bipolarização do trabalho feminino a partir dos anos 1990. Em um dos polos, teria se observado uma maior inserção de mulheres em ocupações não manuais, com maior formalização, rendimentos e proteção. Esse polo seria formado por profissionais de nível universitário, que teriam passado a ocupar setores, públicos e privados, antes de prevalência masculina, tais como engenharia, direito, arquitetura e medicina. Ainda que recebessem salários inferiores aos dos homens nessas profissões, estes seriam infinitamente superiores aos observados no outro polo. Neste, mantiveram-se as marcas da precariedade que resultam em postos de trabalho de menor qualidade, alta informalidade e menor renda. As ocupações de má qualidade quanto aos níveis de rendimento, formalização das relações e proteção no trabalho seriam preenchidos por mulheres com baixa escolaridade, pobres e, sobretudo pretas e pardas – ao contrário das mulheres do polo desenvolvido, que seriam, em sua maioria, brancas.

Este polo precário marcaria uma continuidade, ao longo dos anos 1990, em relação aos lugares ocupados pelas trabalhadoras na economia brasileira. Ou seja, um lugar caracterizado pela concentração de trabalhadoras “no setor de serviços e no segmento informal e desprotegido de trabalho, seja no emprego doméstico não-registrado, seja na atividade por conta própria, na familiar não-remunerada ou na domiciliar” (BRUSCHINI, 2000, p. 56). Segundo a autora, ainda, pelo menos metade da força de trabalho feminina estaria imersa em condições de trabalho precárias, mal remuneradas e desiguais em relação aos colegas homens.

Alice Abreu e Bila Sorj (1993) apontam para o trabalho a domicílio enquanto uma das formas de precarização das formas de contratação e das condições de trabalho adotadas pelas empresas modernas. Analisando o trabalho das costureiras a domicílio, as autoras notam que, este tipo de trabalho, informal, mal pago e geralmente realizado pelas mulheres, reproduziria as desigualdades das relações de sexo. Isso porque o trabalho a domicílio seria uma forma de

inserção no mercado de trabalho que permitiria a contribuição para o orçamento familiar simultaneamente à manutenção intacta do papel doméstico das mulheres nele envolvidas.

Magda Neves (2011) sustenta que o trabalho a domicílio contemporâneo consiste na segregação ocupacional de mulheres que “trabalham isoladamente, sem possibilidades de carreira ou formação, excluídas de benefícios sociais e ignoradas pelos Sindicatos” (NEVES, 2011, p. 165). Prossegue:

As mulheres inseridas nesta ocupação conseguem aliar as tarefas domésticas com o trabalho produtivo que na maioria das vezes é temporário e cujas tarefas não possuem qualificação reconhecida. Mesmo não existindo um contrato formal de trabalho, como no caso das costureiras a domicílio, as empresas exercem um controle rígido sobre a tarefa realizada, o número de peças e prazo de entrega. (NEVES, 2011, p. 165).

Liliana Segnini (1998), ao estudar o caso das mulheres incorporadas ao setor bancário informatizado, indica para o fato dessas trabalhadoras, inseridas em um regime de trabalho parcial e semi-qualificado, vivenciarem a dupla jornada (casa-trabalho) de trabalho e maior índice de doenças relacionadas ao trabalho bancário. Mas não apenas: a autora teria observado o uso de habilidades “domésticas”, decorrentes da divisão sexual do trabalho, no trabalho polivalente que delas é exigido como forma de intensificação da produtividade e redução dos custos pelos bancos. Afirma:

A conquista do espaço público do trabalho inserido num contexto altamente informatizado, tendo como estratégia um desempenho profissional em conformidade com as novas estratégias de racionalização do trabalho, que se traduz em produtividade elevada, revela uma nova especificidade no uso do trabalho feminino: vivenciar o espaço privado, as tarefas domésticas, passa a ser não mais um fato limitador para a mulher, mas sim um elemento qualificador, frente a possibilidade de ter adquirido socialmente habilidades requeridas para a realização do trabalho flexível.

Também se transforma numa característica positiva para a bancária, na aquisição da competência para o trabalho de atendimento ao cliente, o vivenciar valores sexistas que “autorizam” a mulher, socialmente, a experienciar e manifestar emoções e sentimentos de forma mais intensa do que o homem. (SEGNINI, 1998, p. 164).

Assim, como aponta Neves (2000), as jornadas parciais, os contratos por tempo determinado, os trabalhos a domicílio vêm acompanhados das condições de trabalho precárias e inseguras, baixos salários realização de tarefas simultâneas e flexíveis e perda de direitos. Cada vez mais as empresas teriam passado a se utilizar da qualificação informal adquirida pelas mulheres no trabalho doméstico, sem, todavia, conferir uma forma real de valorização desse tipo de trabalho empregado.

E é no emprego doméstico que pode se encontrar a expressão máxima da flexibilização das formas de trabalho feminino. Isso porque o trabalho doméstico não apenas sustenta o trabalho assalariado, como vem sendo pontuado, mas também é ele que torna possível, em grande medida, “a liberação do tempo das mulheres para garantir sua presença e estabilidade no mercado de trabalho” (ÁVILA, 2011, p.197).

Conforme sustentam Hirata e Kergoat (2007), como o trabalho doméstico nem sempre é levado em conta nas sociedades mercantis, à medida que mulheres trabalham e investem cada vez mais na consolidação de suas carreiras, elas passam a recorrer aos serviços domésticos de outras mulheres em situação precária, externalizando o trabalho doméstico que a elas é consignado. A contratação de mulheres pobres para a realização remunerada do trabalho doméstico surge como solução para as mulheres das classes mais favorecidas na ausência de uma corresponsabilidade masculina no trabalho doméstico-familiar e de um Estado que supere a tradição familista na provisão do bem-estar (PARELLA, 2007).

Segundo Hirata (2002), a bipolarização do trabalho feminino, ao criar dois grupos de mulheres com perfis econômicos e sociais opostos, exacerbaria as desigualdades de classe e raça. Maria Betânia Ávila (2011) complementa:

Nesse caso, se estabelece uma *relação de contradição entre mulheres*, na qual o trabalho doméstico gratuito e o trabalho doméstico remunerado permanecem como atribuição das mulheres. Essa relação entre mulheres reproduz a divisão sexual do trabalho e está marcada por relações de classe e de raça. (ÁVILA, 2011, p. 197. Grifo meu.).

No Brasil, este tipo de trabalho, que começou a se tornar mais frequente com o processo de reestruturação produtiva, continuou angariando um grande contingente de trabalhadoras, mesmo no período de crescimento econômico vivenciado nos anos 2000. Por fim, consolidou-se como nicho de trabalho típico das trabalhadoras pobres e negras brasileiras. Segundo dados do Dieese (2013), em 2011, o número de trabalhadores domésticos no país superava 6,6 milhões de pessoas, das quais 92,6% eram mulheres e, dessas, 61% eram negras. E, não obstante ter se verificado a queda do número total de trabalhadoras domésticas, cresceu, por outro lado, o percentual de mulheres negras nessa posição.

Em outro registro, Ávila (2016) destaca a exploração do tempo de trabalho das empregadas pelas patroas como o centro da contradição de classe e raça que embasa essa relação. Para a autora, a jornada de trabalho extensiva, intensiva e intermitente a que são submetidas as empregadas domésticas, tornando permanentes o cansaço e a exaustão, faria com que seu dia a dia pudesse ser definido como “uma sucessão de dias vividos, sobretudo, em

função do trabalho reprodutivo [para a sua família e para a família de suas patroas]” (ÁVILA, 2016, p. 141). Explica:

Dentro das contradições dessas relações de classe e de raça entre mulheres, a apropriação do tempo de trabalho se mostra um elemento central com o qual estão diretamente relacionadas a divisão sexual do trabalho e a sua reprodução. Como o trabalho doméstico é uma demanda sempre renovada e incessante, quanto mais o tempo de trabalho da empregada doméstica é apropriado, mais liberado de trabalho doméstico se torna o tempo no cotidiano da patroa. (ÁVILA, 2016, p. 141).

Segundo Ávila (2016), o tempo do trabalho consistiria no elemento central das contradições das relações de classe e raça porque seria a partir dele que se evidenciaria a tensão existente entre cidadania e servidão que marcam o emprego doméstico. Sua trajetória, tecida pelos fios da dominação patriarcal e racista, que remete ao período colonial, quando serviu de elemento de ostentação a marcar o poder de classe da elite nacional. E seria a impregnação do caráter servil do trabalho doméstico que se chocaria ao alcance de direitos e cidadania por parte das empregadas domésticas, sobre as quais recairia de forma permanente uma ideologia discriminatória e de desvalorização.

E, nesse sentido, a análise crítica dessa herança seria fundamental para a desnaturalização das relações de servidão no emprego doméstico. O sentido da servidão, segundo Ávila (2016), seria duplo: por um lado, partiria da concepção das mulheres enquanto sujeitos predispostos a uma disponibilidade permanente para servir aos outros; por outro, da associação desse trabalho à escravidão da população negra. Essa dimensão aponta para o fato de as relações raciais constituírem uma dimensão estruturadora da pobreza das mulheres e da população negra no Brasil.

O baixo índice de formalização da categoria é também um dos indicadores da precariedade desse tipo de trabalho. Embora a regulamentação do emprego doméstico tenha avançado ao longo dos anos, possibilitando um maior acesso a direitos pela categoria – a Emenda Constitucional 72/2013, conhecida como “PEC das Domésticas” e regulamentada pela Lei Complementar 150, de 01 de junho de 2015, é exemplo recente de um movimento de regulatório de importância à categoria, sobretudo no que diz respeito à hora extra e ao trabalho noturno (LIMA; PRATES, 2018) – a informalidade do setor ainda é predominante: segundo Bruschini et al. (2008), enquanto, em 1995, a média nacional de empregadas domésticas sem registro em carteira de trabalho era da ordem de 82,2%, em 2005, esse percentual se reduz a 74,8%. Dados mais recentes apontam que a formalização do setor chegou a 30,4% em 2015,

porém ainda são patamares baixos em relação à formalização dos trabalhadores das demais categorias ocupacionais (IPEA, 2017).

Além disso, o emprego doméstico traz, em si, uma forte conotação de classe, uma vez que, no Brasil, quase metade das mulheres pobres ocupadas em trabalhos urbanos remunerados está em empregos domésticos. Este percentual é notável especialmente quando comparado a outros países da América Latina, denotando a especificidade da generalização do emprego doméstico no Brasil: no Chile, esse montante seria de um terço do total das mulheres pobres ocupadas; no México, pouco mais de um quinto, e; na Venezuela, inferior a um quinto. Apenas o Paraguai superaria o Brasil no total de mulheres pobres ocupadas no emprego doméstico (ZEPEDA, 2008). Além disso, muito embora o emprego doméstico tenha alcançado uma maior remuneração ao longo dos anos – entre 1995 e 2015 teria se observado um aumento remuneratório da ordem de 64% –, especialmente em decorrência da valorização do salário mínimo e do crescimento da formalização do setor, a renda média, no ano de 2015, sequer alcançava o salário mínimo, sendo de R\$ 788 (IPEA, 2017).

Para Melo e Di Sabbato (2011), o predomínio das mulheres nas funções de prestação de serviços (sobretudo o serviço doméstico remunerado) exprimiria, ainda, o drama da pobreza das mulheres, dado que este setor alocaria 17% da força de trabalho feminina, mas auferiria a pior remuneração das atividades econômicas. Márcia Lima et al. (2013), por sua vez, apontam que mesmo no emprego doméstico haveria um descompasso dos rendimentos de acordo com o gênero e raça dos trabalhadores: no ano de 2009, enquanto as mulheres negras receberiam cerca de R\$ 600, a remuneração de homens brancos seria em torno de R\$ 920.

O trabalho remunerado de cuidado (*care*), por sua vez, é um trabalho correlato ao emprego doméstico e que compartilha de algumas das características deste. Guimarães, Hirata e Sugita (2008), observam ser impossível pensar no trabalho do *care* sem considerar que a existência de uma fluidez de fronteiras entre o trabalho profissional do *care* e o tradicional trabalho doméstico remunerado, ao obscurecer os limites de cada um, aproximaria os perfis da profissional do *care* e da empregada doméstica que acaba por “tomar conta” ou “cuidar” de outras pessoas em seu ofício.

Assim como o trabalho das empregadas domésticas, o trabalho das cuidadoras não possui, em geral, proteção formal: no ano de 2007, enquanto a média de formalização dos trabalhadores era de 66%, apenas 24% das cuidadoras contavam com registro em carteira – o percentual, na época, entre as empregadas domésticas era de 28%. As trabalhadoras também possuem baixa escolaridade, sendo que 63% delas possuem apenas o ensino fundamental –

dentre as empregadas domésticas, o percentual de trabalhadoras com até oito anos de estudo é de 80%. E sua remuneração também é baixa: 66% das cuidadoras recebem até um salário médio – para empregadas domésticas, o percentual é de 70% (GUIMARÃES et al., 2008).

Não à toa, o trabalho do *care* apenas recentemente passou a ser contabilizado enquanto uma categoria própria por estatísticas demográficas e administrativas. A identificação com o emprego doméstico tradicional – decorrente reconhecimento profissional do *care* – seria tamanha a ponto de, em 2008, as próprias trabalhadoras do *care* se intitularem como “empregada doméstica” antes que como “cuidadora” (GUIMARÃES et al., 2008).

Bruschini et al. (2008) chamam a atenção para formas de ocupação ainda mais precárias em que as mulheres estão inseridas, tais como o trabalho não-remunerado – em que 7% das mulheres brasileiras estariam inseridas no ano de 2005 – ou para consumo próprio ou da unidade familiar. Pontuam que, não obstante esses tipos de trabalhos serem mais frequentes no meio agrícola, haveria uma parcela “não-desprezível” de alocação feminina em tais ocupações no comércio, na prestação de serviços e na indústria de transformação.

De tal forma que é possível observar ser o mercado de trabalho um *locus* privilegiado de análise das desigualdades, posto que não apenas o acesso ao mercado de trabalho, como também as condições de ingresso importam na trajetória socioeconômica dos indivíduos (LIMA et al., 2013). A análise do mercado de trabalho e das relações de trabalho nele imersas permite a visualização das desigualdades de raça, gênero e classe existentes na sociedade. Desigualdades estas que podem se acentuar em períodos de crise econômica, mas que não desaparecem em momentos de crescimento. A persistência do rendimento feminino inferior ao masculino, do maior desemprego dentre as mulheres e da prevalência feminina em ocupações precárias são manifestações dessa inserção desigual. Segundo Lima et al. (2013),

O aumento da participação feminina, independentemente da cor, nas ocupações que não oferecem proteção social, flagra as desvantagens de gênero no acesso e permanência no mercado de trabalho. Ou seja, em contextos de relativo desenvolvimento econômico e maiores oportunidades no mercado, o segmento masculino tende a estabilizar-se primeiro nas ocupações mais protegidas, enquanto as mulheres são alocadas naquelas com maior precariedade social. (LIMA et al., 2013, p. 70).

As desigualdades observadas no mercado de trabalho são determinantes para a configuração da pobreza. E, uma vez que são as mulheres e, em especial, as mulheres negras, as que possuem piores condições de acesso e permanência no mercado de trabalho – de onde se origina a maior parte da renda familiar – são também elas as mais afetadas pela pobreza. A chefia de lares femininos é um exemplo comumente utilizado para quantificar a afetação

feminina pela pobreza. Entre 1995 e 2015, o percentual de lares chefiados por mulheres cresceu de 23% para 40%. Destas, em 2015, em 66% dos casos não havia a presença de cônjuge (IPEA, 2017).

E, sobretudo por conta da desvantagem feminina no mercado de trabalho, os lares chefiados por mulheres enfrentam maior risco de vulnerabilidade social. De acordo com os dados do Relatório Anual Socioeconômico da Mulher de 2013, 26,6% das famílias chefiadas por mulheres estariam em situação de pobreza, sendo esse percentual maior para famílias chefiadas por mulheres negras e inferior para as famílias chefiadas por mulheres brancas: 32% e 16%, respectivamente (BRASIL, 2013). A articulação entre raça e gênero também revela outras assimetrias: em 2011, enquanto a renda domiciliar per capita média de uma família chefiada por um homem branco seria de R\$ 997, esta, em uma família chefiada por uma mulher negra, seria de apenas de R\$ 491. De igual maneira, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganhariam até um salário mínimo, este percentual cai para 41% em famílias chefiadas por homens brancos (IPEA et al., 2011).

A monoparentalidade feminina é outro aspecto comumente associado à pobreza. Segundo dados da PNAD referente ao ano de 2013, 88,3% das famílias monoparentais tinham uma mulher como pessoa de referência. A mesma pesquisa apontou que, em arranjos monoparentais, apenas 11,9% se encontravam na classe de rendimento superior a dois salários mínimos, ao passo que 28% recebiam até $\frac{1}{2}$ salário mínimo. Esse dado se agravava em famílias com filhos de até 16 anos de idade, em que 42,7% se encontravam na classe de $\frac{1}{2}$ salário mínimo, enquanto que apenas 4,2% na superior a 2 salários mínimos (IBGE, 2014).

Sorj e Fontes (2008) notam que as desigualdades de gênero no mercado de trabalho e também nas responsabilidades familiares estariam fortemente relacionadas à tendência das famílias chefiadas por mulheres sozinhas apresentarem elevados percentuais de pobreza monetária. Assim, em função da discriminação e da segregação sexual das ocupações, essas mulheres ganhariam menos e as rendas disponíveis em seus domicílios seriam extremamente reduzidas quando comparadas aos domicílios com dois provedores ou com um provedor do sexo masculino.

Além disso, a qualidade dos empregos nos quais essas mulheres se inserem seria afetada pelas dificuldades em lidar com as demandas conflituosas entre trabalho e cuidados com a família. E, nesse sentido, seriam as mulheres chefes de famílias monoparentais com filhos dependentes as que se integrariam no mercado de trabalho em ocupações de menor qualidade. Assim, “as pressões sofridas pelas mães que vivem sozinhas para garantir a provisão e os

cuidados da família contribuem para a manutenção da situação de pobreza” (SORJ; FONTES, 2008, p. 191). E é a partir do entrecruzamento entre pobreza, mercado de trabalho e desigualdades de gênero e raça que se inicia o tópico seguinte.

5. Políticas de enfrentamento à pobreza e Programa Bolsa Família

Conforme suscitado anteriormente, não apenas o crescimento econômico e a valorização do trabalho produzem efeitos de redução da pobreza, como também os fazem as políticas governamentais de enfrentamento à pobreza e de melhoria das condições de vida da população em situação de maior vulnerabilidade. Este tópico se inicia, assim, com a trajetória evolutiva de tais políticas, desembocando na instituição do Programa Bolsa Família. A seguir, discute-se as especificidades de sua implementação e de seu desenho institucional, para, enfim, apresentar o debate acerca da centralidade das mulheres no programa.

5.1. O enfrentamento à pobreza via políticas sociais

A instituição de um sistema de proteção social no Brasil tem início entre os anos de 1930 e 1943, quando o Estado passa a assumir a regulação ou provisão direta em áreas diferenciadas, como educação, saúde, previdência social, transporte e habitação. Entretanto, ao longo das décadas, a promoção de solidariedade social, de bem-estar, pelo Estado esteve fortemente atrelado ao mercado e às atividades nele desenvolvidas pelos trabalhadores. O mercado de trabalho, rigidamente controlado pelo Estado, passa a ser a base de padrão de cidadania então forjado, remetendo a ideia, já aventada, de Santos (1979) de uma cidadania regulada. Segundo esse modelo, ser cidadão significava possuir carteira de trabalho assinada e pertencer a um sindicato, ou seja, acima da noção de necessidade, estava a ideia de mérito, de merecer a proteção social uma vez que alcançado o *status* de trabalhador (SILVA et al., 2008).

Em tal contexto, a pobreza não era vista enquanto uma questão social a ser enfrentada pelo Estado, mas naturalizada enquanto algo imutável e que sempre existiu na história do país. Longe de tangenciar o debate sobre cidadania ou direitos, a pobreza era abordada no campo do assistencialismo e da filantropia (BICHIR, 2011). Segundo José Cardoso e Luciana Jaccoud (2005), a problemática da pobreza na população não trabalhadora diria respeito a um âmbito diferenciado da atuação pública, que apenas posteriormente teria sido incorporado pelo Estado. Afirmando:

De fato, assistiu-se cedo ao florescimento de ações assistenciais na oferta de proteção a populações pobres classificadas como vulneráveis e consideradas incapazes para o trabalho, sendo assim reconhecidas como merecedoras da solidariedade social. É o caso de crianças órfãs ou abandonadas, idosos, deficientes e doentes sem recursos, mulheres com crianças em situação de pobreza, além de grupos vitimados por calamidades, para os quais aceitou-se a legitimidade da necessidade de atenção específica, na base de suportes e ajudas sociais, fornecidas, ao longo de séculos, por iniciativas de caráter filantrópico e, progressivamente, pelo Estado, organizadas ou não sob a forma de garantias legais. (CARDOSO; JACCOUD, 2005, p. 186).

Para Maria Silva et al. (2008), o sistema brasileiro de proteção social teria avançado rumo à consolidação durante o regime militar das décadas de 1970 e 1980, funcionando como uma compensação à repressão social promovida pelo Estado, aliando à sua função de controle social da população. Entretanto, é apenas com a Constituição Federal de 1988 que se estabelece um novo marco na evolução recente da proteção social no Brasil.

Uma das características que marca o novo modelo é a descentralização do modelo de proteção social, até então marcado por uma “extrema centralização política e financeira no nível federal das ações sociais do governo” (DRAIBE, 1993, p. 26), que desapropriava estados e municípios dos instrumentos de intervenção social, concentrando recursos financeiros no executivo federal, estabelecendo normas gerais aplicáveis às políticas sociais e submetendo a aplicação de fundos federais às decisões da União, evitando, a todo custo, qualquer repasse automático de recursos (ibidem).

O texto da Constituição de 1988 rompe com a totalidade da centralização ao estabelecer como diretrizes a participação da população nas ações governamentais na área da assistência social e a descentralização político-administrativa de tais ações, “cabendo a coordenação e as normas gerais à esfera federal e a coordenação e a execução dos respectivos programas às esferas estadual e municipal” (BRASIL, 1988, art. 204, II). O combate às causas da pobreza e aos fatores de marginalização e a promoção da integração social dos setores desfavorecidos foi atribuída aos entes federativos de competência comum, de modo que os três entes federativos passaram a atuar no desenvolvimento e gestão de políticas sociais de enfrentamento à pobreza.

Outra importante inovação trazida pela Constituição de 1988 foi o reconhecimento da assistência social como direito do cidadão, assumindo a responsabilidade do Estado pelo atendimento das populações em situação de vulnerabilidade, tradicionalmente público-alvo da assistência (CARDOSO; JACCOUD, 2005). Em seu artigo 194, estabelece ser a seguridade social no Brasil composta por três pilares: saúde, previdência social e assistência social (BRASIL, 1988). A Constituição, assim, inova ao instituir novas regras referentes aos

benefícios da previdência social, criando benefícios no âmbito da assistência social e assegurando sua integração ao princípio da seguridade social (JACCOUD, 2009).

O artigo 203 do texto constitucional também se destaca:

Art. 203. A assistência social será prestada a quem dela necessitar, independentemente de contribuição à seguridade social, e tem por objetivos:

I - a proteção à família, à maternidade, à infância, à adolescência e à velhice;

II - o amparo às crianças e adolescentes carentes;

III - a promoção da integração ao mercado de trabalho;

IV - a habilitação e reabilitação das pessoas portadoras de deficiência e a promoção de sua integração à vida comunitária;

V - a garantia de um salário mínimo de benefício mensal à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que comprovem não possuir meios de prover à própria manutenção ou de tê-la provida por sua família, conforme dispuser a lei. (BRASIL, 1988).

A partir desse artigo, torna-se evidente o novo desenho conferido à proteção social pela Constituição no sentido de ampliar sua cobertura em termos redistributivos, desvinculando o acesso a benefícios da comprovação individual ao regime previdenciário. A instituição da previdência rural é um exemplo desse novo modelo de proteção social, em que apenas a comprovação da inserção naquele regime de produção era o bastante (JACCOUD, 2009).

A implementação de programas de transferência de renda, ou seja, de programas voltados à efetuação de uma transferência monetária, independente de prévia contribuição, a famílias consideradas pobres, também começa a ganhar forma a partir de então (SILVA et al., 2008). É nesse sentido que um desses programas, o Benefício de Prestação Continuada (BPC), inova ao assegurar uma renda mensal de cidadania a idosos e pessoas com deficiência em situação de pobreza, de modo independente de qualquer contribuição pessoal⁵ (JACCOUD, 2009).

Em relação ao Benefício de Prestação Continuada, é relevante apontar que sua instituição ocorre com a promulgação da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), Lei nº 8.742 de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da assistência social. A criação da LOAS representou um marco definitivo para a mudança de orientação do modelo sistema nacional de proteção social, na medida que estrutura o funcionamento da assistência social no país. A LOAS determina a criação de um Sistema Único da Assistência Social (SUAS) e

⁵ O BPC, previsto no artigo 20 da LOAS, consistiria especificamente na “garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família” (BRASIL, 1993).

organizou entre os entes a distribuição das atribuições federativas trazidas pela nova Constituição.

Além disso, a LOAS distingue as ações da assistência social em quatro tipos: benefícios, serviços, programas e projetos assistenciais. Em relação aos benefícios, por sua vez, eles passam a ser subdivididos em dois: (i) o BPC, que garantiria uma renda permanente no valor de um salário mínimo a idosos e pessoas com deficiência com renda mensal *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo, e; (ii) os Benefícios Eventuais, a fim de assegurar o pagamento de um auxílio por natalidade ou falecimento a pessoas com renda mensal *per capita* inferior a um quarto de salário mínimo. Paralelamente, foram previstos programas e projetos de enfrentamento, tais como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996, o Programa Agente Jovem, criado em 1999, e o Programa de Combate à Exploração Sexual de Crianças e Adolescentes, criado em 2001 – todos voltados à geração de trabalho e renda (CARDOSO; JACCOUD, 2005).

Apesar de tais iniciativas lograrem considerável êxito em suas consolidações ao longo dos anos, não seria possível afirmar que a assistência social tenha sido prioridade dos governos da década de 1990, tampouco tinham os programas de transferência de renda escopo e articulação entre si e no interior da política de assistência (BICHIR, 2011). A falta de integração permitia o acúmulo de benefícios sem que houvesse, em contrapartida, garantia de universalização do acesso (JACCOUD et al., 2008).

Dentre os programas de transferência de renda instituídos na década de 1990, destaca-se como pioneiro o Programa de Garantia de Renda Mínima (PGRM), proposto pelo Senador Eduardo Suplicy por meio do Projeto de Lei do Senado Federal n. 80/1991, que, em sua versão original instituíra que todas as pessoas maiores de 25 anos, residentes no país e com rendimentos brutos mensais inferiores a 2,5 vezes o SM então vigente seriam beneficiadas. Posteriormente, a Lei nº 9.533/1997 autorizou o governo federal a conceder apoio financeiro, abrangendo 50% dos gastos, aos municípios que instituíssem programa de renda mínima associado a ações socioeducativas. Nesse contexto, são comumente ressaltadas as experiências exitosas da implementação do PGRM em cidades como Campinas e Ribeirão Preto, ambas localizadas no estado de São Paulo (JACCOUD et al., 2008).

Por outro lado, conforme indicam Cardoso e Jaccoud (2005), ao passo que crescia a demanda pela ampliação da intervenção estatal no campo da proteção social, também se articulava a proposta de sua redução pela via da focalização nos mais pobres. E nesse contexto é que a década de 2000 teria inaugurado as políticas de transferência de renda como uma nova

vertente de políticas federais no âmbito da assistência social. Renata Bichir (2001) aponta que é no governo Lula que se cria, de fato, uma agenda de políticas sociais mais direcionadas ao combate à pobreza e a desigualdade, na qual os programas de transferência de renda teriam, enfim, ganhado escopo, articulação e visibilidade, valorizando efetivamente a assistência social. A partir de então, a Política Nacional de Assistência Social (PNAS), em 2004 e da Norma Operacional Básica (NOB-SUAS), de 2005, permitem uma real efetivação do SUAS enquanto um *sistema* de proteção social unificado e com escopo.

Segundo Lavinhas et al. (2014), a década de 2000 marca a consolidação dos programas assistenciais não-contributivos de transferência de renda e tal consolidação está inserida no movimento de redução da pobreza ocorrido no período, junto à elevação das rendas do trabalho e às transferências fiscais contributivas (aposentadorias, pensões etc.). Estas últimas superaram as marcas da década anterior de redução da pobreza em 10,8% e alcançaram 12% (o que equivale a um ganho efetivo de cerca de 3 milhões de pessoas). Porém, teriam sido as transferências compensatórias o grande marco dos anos 2000: estima-se que, de 2001 a 2011, 7 milhões de pessoas tenham abandonado a linha da pobreza por sua conta, contribuindo para uma redução da pobreza em mais de 4%, contra 1,2% do que era essa redução em 2001. Da mesma forma, o contingente de pessoas em situação de pobreza extrema (até R\$ 70 mensais *per capita*, em 2011) foi reduzido, em 2011, para cerca de 1/3 de seu total em 2001.

5.2. O Programa Bolsa Família

Com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva, em 2002, observa-se uma guinada rumo ao aprimoramento das ações da assistência social herdadas do governo anterior, de Fernando Henrique Cardoso (FHC). A agenda política do governo Lula tornou central o enfrentamento à fome e à pobreza, visando articular políticas sociais e econômicas e ampliando consideravelmente o volume de verba destinada aos programas de transferência de renda e sua abrangência (SILVA et al., 2008).

Até o momento, as políticas da assistência social, apesar de terem começado a sair do papel, não haviam alcançado uma articulação entre os entes federativos, enfrentavam problemas recorrentes e caos organizacional. Uma série de políticas de transferência de renda haviam sido criadas, porém de modo fragmentado, sem coordenação geral ou planejamento gerencial e desprovido de uma estratégia mais ampla que garantisse às famílias sua autonomização após o desligamento dos programas – de modo que os programas de transferência de renda passavam

a funcionar como um fim em si mesmo, sem qualquer apontamento para a real superação da situação de pobreza do grupo familiar (SILVA et al., 2008).

Nas palavras de Sergei Soares e Natália Sátyro, acerca dos programas de transferência de renda:

O que existia não se assemelhava, mesmo remotamente, com um sistema de proteção social. Era um emaranhado de iniciativas isoladas, com objetivos diferentes, porém sobrepostos, e para públicos diferentes, mas também sobrepostos. Nenhum destes programas era universal ou sequer tinha a pretensão de vir a ser. Nenhum cobria todo o território nacional. (SOARES; SÁTYRO, 2009, p. 10).

O novo governo buscou corrigir os problemas relativos à implementação dos programas de transferência de renda, unificando-os. Essa iniciativa passava pela correção dos problemas do Cadastro único dos Programas Sociais, criado em 2001, revisão do papel da Caixa Econômica Federal (CEF) como operador dos benefícios, padronização da renda familiar *per capita* definida para ingresso das famílias nos programas, atualização do público alvo potencial dos programas, rediscussão sobre as formas de contrapartida dos municípios e retorno dos municípios de suas bases de dados para o planejamento de ações locais. A justificativa sobre a qual se apoiava a unificação dos programas de transferência de renda era dada pela ideia de ampliação de recursos, elevação do valor monetário do benefício e melhor atendimento, criando uma política de abrangência sobre todo o território nacional (SILVA et al., 2008).

Assim, em 20 de outubro de 2003 o governo federal institui por medida provisória (MPv nº 132 de outubro de 2003, posteriormente convertida na Lei nº 10.836/2004) o Programa Bolsa Família, unificando quatro programas que já existiam: (i) o Bolsa Escola, criado em 2001 e gerido pelo Ministério da Educação, para famílias com renda *per capita* inferior R\$ 90,00, que, em contrapartida, deveriam comprovar frequência escolar anual mínima de 85% para crianças de seis a quinze anos, sendo o valor da bolsa de R\$ 15,00 por criança, com limite de R\$ 45,00 por família; (ii) o Bolsa Alimentação, também de 2001 e gerido pelo Ministério da Saúde, que concedia bolsa de R\$ 15,00 por criança entre zero e seis anos, com teto de R\$ 45,00 por família, com a contrapartida de aleitamento materno, exames pré-natais para gestantes e vacinação das crianças (SOARES; SÁTYRO, 2009); (iii) o Cartão Alimentação, instituído em fevereiro de 2003 e gerido pelo Ministério Extraordinário de Segurança Alimentar, cujo benefício poderia ser concedido em dinheiro (R\$ 50,00) ou em alimentos em espécie para famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo (SILVA et al., 2008), e; (iv) o Auxílio Gás, criado em 2002 e gerido pelo Ministério de Minas e Energia, e que conferia um benefício no valor de R\$ 7,50,

sem contrapartida, a famílias com renda *per capita* de até meio salário mínimo integrantes do programa Bolsa Escola ou Bolsa Alimentação (BRASIL, 2002).

Além disso, no ano de 2005, o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil (PETI), criado em 1996, foi integrado ao Programa Bolsa Família. Assim, as famílias beneficiárias do PETI que cumpriam os requisitos de atendimento do PBF foram incorporadas a ele, encarregando-se a observar as contrapartidas de ambos os programas. Em relação às famílias que não cumpriam os requisitos de atendimento do PBF, foram estas mantidas no PETI. Entretanto, segundo dados de 2009, apenas cerca de 50.000 famílias faziam parte da parcela do PETI não integrada ao PBF (BARTHOLO, 2009).

Inicialmente, o Programa Bolsa Família estava vinculado a uma iniciativa que se propunha a ser o carro-chefe das políticas sociais do governo Lula, o Projeto Fome Zero, que envolveria todos os ministérios. O Fome Zero, estruturado em 2003, teve como proposta a combinação de políticas estruturais, específicas e locais (YAZBEK, 2004). Entretanto, em função de uma série de problemas de gestão, acabou desidratado, perdendo seu lugar de proeminência para o Programa Bolsa Família (BICHIR, 2011). Posteriormente, em 2011, o PBF passa a integrar o Plano Brasil Sem Miséria, do governo Dilma Rousseff, que consistiu em uma agenda mais ampla de articulação de iniciativas para a superação da extrema pobreza, a partir dos eixos de garantia de renda, acesso a serviços e inclusão produtiva (PAIVA et al., 2013).

Com sua implementação, a Secretaria Nacional de Renda de Cidadania (SENARC), do Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome (MDS) – atualmente Ministério do Desenvolvimento Social e Agrário (MDSA) –, passou a ser o órgão responsável pela sua coordenação, cabendo a ela:

Estabelecer normas para a execução, definir valores de benefício, estabelecer o diálogo com os municípios, definir e acompanhar contrapartidas, estabelecer metas – e, conseqüentemente, propor o orçamento anual do PBF –, definir quotas por município, estabelecer parcerias com os estados e com outros órgãos do Governo Federal, acompanhar o andamento do programa em geral e fazer avaliações regulares do PBF. (SOARES; SÁTYRO, 2009, pp. 10-11).

A Caixa Econômica Federal (CEF), por sua vez, é o órgão operador e pagador. A ela é incumbido o recebimento das informações do Cadastro Único levantadas pelos municípios, processando-as. Além disso, é a CEF a entidade responsável pelo cálculo da renda familiar *per capita* segundo os critérios da SENARC e do quanto cada família deve receber, bem como pela emissão dos cartões magnéticos para pagamento e pelo pagamento mensal do benefício (SOARES; SÁTYRO, 2009).

A base de informações do Programa Bolsa Família é dada pelo Cadastro Único dos Programas Sociais, que extrapola o PBF e é responsável pelo cadastramento da totalidade os programas sociais hoje no país. Segundo Soares e Sátyro:

O Cadastro é importante porque se trata de um censo, mesmo imperfeito e incompleto, da população pobre do país. Cabe aos municípios cadastrar as famílias pobres, usando o questionário-padrão definido pela SENARC, e fazer relatórios de acompanhamento das contrapartidas. (SOARES; SÁTYRO, 2009, p. 11).

O funcionamento do programa ocorre de forma descentralizada, cabendo aos municípios, em especial, diversas funções essenciais ao PBF. São os municípios os responsáveis pela identificação das famílias a serem beneficiadas, por meio do recolhimento das informações que compõem o cadastro. Ou seja, em última análise, é a municipalidade que decide quem será ou não potencial beneficiário do programa, uma vez que é ela quem coleta as informações que serão analisadas pela CEF e pela SENARC. A importância estratégica dos municípios é tamanha que, em 2006, o governo federal passa a conferir suporte financeiro à estrutura administrativa dos municípios, a partir da criação do Índice de Gestão Descentralizada (IGD) (SOARES; SÁTYRO, 2009).

O IGD é um indicador que visa apontar a qualidade da gestão local do Programa Bolsa Família, podendo se referir ao compromisso assumido pelos estados (IGD-E), Distrito Federal e municípios (IGD-M), mensurando, sobretudo, a qualidade das ações realizadas pelos entes nas ações de cadastramento, de atualização cadastral e de acompanhamento das condicionalidades de educação e saúde. O índice varia de zero a um, sendo que, quanto mais próximo de um, melhor é a avaliação sobre a qualidade da gestão. E, com base nesse indicador, são calculados o valor dos recursos financeiros que serão repassados aos entes federados (MDS, 2015a). A descentralização do programa também é promovida nas Instâncias de Controle Social (ICS), criadas em 2004, e que abrem para a participação social a possibilidade de acompanhamento, monitoramento e fiscalização do programa, possibilitando espaços de negociação da política (BICHIR, 2011).

Dentre os objetivos do PBF, elencados pelo artigo 4º do Decreto nº 5.209, de 17 de setembro de 2004, que regulamentou o programa, estão: (i) a promoção do acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; (ii) o combate à fome e a promoção da segurança alimentar e nutricional; (iii) o estímulo da emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; (iv) o combate à pobreza, e;

(v) a promoção da intersetorialidade, complementaridade e sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004b).

O Programa Bolsa Família consiste, assim, em um Programa de Transferência de Renda Condicionada (PTRC), em que o benefício financeiro concedido às famílias atendidas está vinculado ao cumprimento de um conjunto de condicionalidades nos campos da educação e saúde (COTTA; PAIVA, 2010). O programa adquire, assim, um caráter focalizado, operando na lógica da discriminação positiva de modo a atender carências agudas da população⁶ (BICHIR, 2011). É importante notar que o Programa Bolsa Família possui caráter de complemento, e não de substituição, de renda. Isso se evidencia pelos valores transferidos, consideravelmente inferiores ao salário mínimo concedido por aposentadorias ou BPC, supondo haver, na família beneficiária, algum tipo de capacidade produtiva (PAIVA et al., 2013).

O PBF transfere mensalmente, por meio de cartão bancário de saque, o Cartão Bolsa Família, recursos financeiros a famílias em situação de pobreza extrema (atualmente consideradas aquelas com renda familiar *per capita* de até R\$ 89,00 mensais) e pobreza (renda familiar mensal *per capita* entre R\$ 89,01 e R\$ 178,00). As famílias recebem a soma de benefícios de diferentes tipos previstos pelo PBF, sendo que o valor total do aporte financeiro transferido dependerá da composição (número de pessoas, idades, presença ou não de gestantes etc.) e da renda familiar (MDS, 2015b).

Os benefícios se subdividem em: (i) básico, no valor de R\$ 89,00, destinado exclusivamente a famílias extremamente pobres ; (ii) variáveis, no valor de R\$ 41,00, sendo que cada família pode receber até cinco benefícios desse tipo e que podem estar vinculados à: (a) criança ou adolescente de 0 a 15 anos; (b) gestante, sendo repassadas nove parcelas mensais, e; (c) nutriz, são repassadas seis parcelas mensais para famílias com crianças com idade entre 0 e 6 meses em sua composição, a fim de reforçar a alimentação do bebê, mesmo nos casos em que o bebê não more com a mãe; (iii) variável vinculado ao adolescente (15 a 17 anos), no valor de R\$ 48,00, e; (iv) para a superação da extrema pobreza, em valor calculado individualmente para cada família, a fim de assegurar que a família ultrapasse o piso de R\$ 89,00 de renda por

⁶ Para alguns autores (KERSTENETZKY, 2009; MEDEIROS, BRITTO e SOARES, 2007, BICHIR, 2011)., entretanto, a dicotomia entre universalização e focalização teria validade questionada, uma vez que as políticas focalizadas, como o PBF, ao atuar como um critério de priorização, complementariam o esquema universalista de atendimento da população. Nas palavras de Bichir, “boas estratégias de focalização são importantes para que os mais pobres sejam de fato atingidos tanto pelos programas de transferência de renda como pelas políticas sociais universais” (BICHIR, 2011, p. 91).

pessoa (MDS, 2015c). Considerando dados relativos a agosto de 2018, estima-se que o benefício médio esteja em torno de R\$ 188,16 (SAGI/MDSA, 2018).

O PBF apresenta condicionalidades nas áreas de educação e saúde. Em relação às condicionalidades de educação, exige-se a comprovação mensal de frequência escolar mínima de 85% das aulas para crianças e adolescentes de 6 a 15 anos e de 75% para jovens de 16 e 17 anos. Já em relação à área da saúde, é exigido que os responsáveis levem periodicamente as crianças menores de 7 anos a equipamentos de saúde para que neles sejam vacinadas, pesadas, medidas e para se seja realizado o acompanhamento do crescimento e desenvolvimento infantil. Além disso, devem as mulheres grávidas terem sua gravidez identificada pela área de saúde para que a informação seja inserida no Sistema Bolsa Família na Saúde, fazer o pré-natal e comparecer às consultas na unidade de saúde (MDS, 2015).

Estima-se que houvesse, no ano de 2009, um percentual de 5,9% de erros de inclusão indevida – pessoas em famílias não elegíveis recebendo o Bolsa Família – e 12,2% de erros de exclusão indevida – pessoas em famílias que deveriam estar recebendo, mas não recebiam (SOARES; SÁTYRO, 2009). Em relação à exclusão indevida, o Plano Brasil Sem Miséria implementou a estratégia de Busca Ativa para “levar o Estado ao cidadão, sem esperar que as pessoas mais pobres cheguem até o poder público” (MDS, 2015d), localizando as famílias extremamente pobres, incluindo-as ao Cadastro Único e no PBF e programas sociais a que são elegíveis. Já no caso da inclusão indevida, esta ocorre pela via minoritária das fraudes – “o número de casos de fraude levantado situa-se em algumas centenas, o que, em comparação aos 11 milhões de benefícios, é insignificante” (SOARES; SÁTYRO, 2009, p. 24) –, e, majoritariamente, em decorrência de erros na captação da renda e volatilidade da renda. Tais situações decorreriam de uma pluralidade de fatores, conforme explicam Soares e Sátyro:

As famílias próximas, mas acima, da linha de elegibilidade do PBF têm incentivos claros para subdeclarar sua renda. Além disso, assistentes sociais podem identificar famílias como pobres, mesmo estas não cumprindo formalmente as exigências para entrarem no programa, e decidirem fazer estimativas para baixo da renda familiar. Talvez a explicação mais plausível seja que as pessoas em geral, e particularmente as pessoas mais pobres, frequentemente não sabem qual é sua renda mensal. Um vendedor ambulante pode saber exatamente quanto vendeu no dia, mas calcular o lucro líquido no mês é bem mais difícil.

Ao contrário da fraude explícita, é difícil estimar qual a prevalência desse tipo de erro de focalização, tendo em vista que ele se confunde com a insegurança, ou volatilidade, da renda de famílias pobres. (SOARES; SÁTYRO, 2009, p. 24).

O Programa Bolsa Família conta com uma regra de permanência, desde 2004, segundo a qual atualizações cadastrais devem ser realizadas em um prazo máximo de dois anos, admitindo a possibilidade de variação de renda familiar nesse período (SOARES; SÁTYRO, 2009; BICHIR, 2011; PAIVA et al., 2013). O controle externo do programa é feito pela verificação do status das famílias a partir da base de dados do BPC, de outras bases de dados da seguridade social e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) (BICHIR, 2011). Segundo dados de 2015, desde 2003, 3.155.201 famílias teriam saído voluntariamente do programa por terem superado o rendimento máximo de elegibilidade e outras 3.029.165 famílias tiveram o benefício cancelado por não atenderem o perfil de acesso ao PBF (MDS, 2015e).

Assim como no caso da criação do IGD e sua inserção no Plano Brasil Sem Miséria, o aprimoramento e modernização do Bolsa Família permitiu que alcançasse um alto grau de cobertura, consolidando-se enquanto a maior política de transferência focalizada no país. De acordo com dados oficiais de agosto de 2018, 13,95 milhões de famílias seriam atendidas pelo PBF, contabilizando um total aproximado de 55,8 milhões de pessoas inseridas no programa, o que corresponde a uma abrangência de mais de 26% da população nacional (SAGI/MDSA, 2018).

No entanto, apesar de se considerar as grandes dimensões tomadas pelo programa, este não é o maior contingente já alcançado. A título de exemplo, em março de 2018, o total de famílias atendidas pelo PBF era de 14,16 milhões (SAGI/MDSA, 2018), indicando que o programa pode fazer oscilar sua abrangência de atendimento de acordo com o cumprimento ou não das condicionalidades pelas famílias. Mas não apenas: o programa é condicionado às possibilidades orçamentárias, sendo, assim, suscetível a cortes em função da dotação orçamentária estipulada de um ano para o outro. O Programa Bolsa Família não possui a natureza de um direito, ao contrário do que ocorre com a aposentadoria, o seguro-desemprego ou o pagamento de um título da dívida pública. Em termos orçamentários, contudo, o PBF é relativamente pequeno e responderia por algo em torno de 0,3% do Produto Interno Bruto (PIB) (SOARES; SÁTYRO, 2009).

Em relação ao perfil socioeconômico das pessoas atendidas pelo programa a nível nacional, há a predominância do sexo feminino, com 55,5%. Pardos e negros representam 73,7% desse total (66,7% e 7%, respectivamente). Quanto à escolaridade, considerando pessoas a partir de 25 anos, tem-se que mais da metade (53,5%) possui o ensino fundamental incompleto e 12,1% são analfabetas. No tocante à renda, as famílias beneficiárias viviam, em sua maioria,

na extrema pobreza (72,4%) e apenas 20,5% estaria na faixa de pobreza. Observou-se, assim, que o perfil geral que teria se formado no Brasil é majoritariamente urbano, feminino, de cor parda e de predominância de crianças e adolescentes (CAMARGO et al., 2013). Estes dados complementam as informações do Censo 2010 do IBGE, que apontavam que as mulheres eram maioria na situação de pobreza extrema, contabilizando um total de aproximadamente 8 milhões de mulheres em todo o Brasil, especialmente na região Sudeste e na zona urbana (CARLOTO; MARIANO, 2012)

Verificou-se, ademais, que, em março de 2013, as famílias eram compostas, em média, por 3,6 pessoas, sendo que o arranjo monoparental feminino é predominante (42,2%), seguido por casal com filhos (37,6%). O percentual de arranjos monoparentais femininos seriam maiores nas regiões Sudeste, Centro-Oeste e Norte (46,8%, 46,7% e 44,9%, respectivamente), indicando a maior parte das famílias do PBF são famílias nas quais a mãe é a única provedora de recursos, conciliando trabalho externo, atividades domésticas e cuidados com os filhos (CAMARGO et al., 2013).

5.3. O debate sobre a centralidade das mulheres no Programa Bolsa Família

A centralidade das mulheres no Programa Bolsa Família não se dá apenas em relação ao fato de comporem a maior parcela do universo de beneficiários do programa, mas especialmente porque, desde sua implementação, é a elas que se destina, via de regra, a titularidade familiar do programa. Assim, às mulheres cabe não apenas o recebimento do benefício financeiro transferido pelo PBF, como o cumprimento das condicionalidades de saúde e educação necessárias à permanência no programa.

A lei que institui a política (Lei Federal nº 10.836/2003), prevê expressamente a preferência feminina sobre a sua titularidade:

Art. 2º Constituem benefícios financeiros do Programa, observado o disposto em regulamento:

§ 14. O pagamento dos benefícios previstos nesta Lei será feito preferencialmente à mulher, na forma do regulamento. (BRASIL, 2004a).

Por sua vez, o Decreto nº 5.209/2004, que regulamenta tal lei, preconiza no mesmo sentido, conforme estabelece no seu art. 23-A: “O titular do benefício do Programa Bolsa Família será preferencialmente a mulher, devendo, quando possível, ser ela previamente indicada como responsável pela unidade familiar no ato do cadastramento” (BRASIL, 2004b). Conforme apontam Silvana Mariano e Cassia Carloto (2009, p. 904): “Ao ser incluída no PBF,

a mulher é tomada como representante do grupo familiar, vale dizer, o grupo familiar é materializado simbolicamente pela presença da mulher”.

O direcionamento preferencial da titularidade da política à mulher dentro dos núcleos familiares não é, todavia, inaugurada pelo Programa Bolsa Família. Segundo Yumi dos Santos (2016), o gênero/sexo feminino é ponto de convergência dos “novos” programas sociais estabelecidos na América Latina a partir da década de 1990. A matricialidade sociofamiliar, ou seja, a centralidade da família como núcleo social fundamental para a efetividade das ações e serviços da política de assistência social, foi preconizada, no Brasil, pela LOAS e, posteriormente, pela Política Nacional de Assistência Social (PNAS). De acordo com esta, a ênfase conferida à matricialidade sociofamiliar:

[...] está ancorada na premissa de que a centralidade da família e a superação da focalização, no âmbito da política de Assistência Social, repousam no pressuposto de que para a família prevenir, proteger, promover e incluir seus membros é necessário, em primeiro lugar, garantir condições de sustentabilidade para tal. Nesse sentido, a formulação da política de Assistência Social é pautada nas necessidades das famílias, seus membros e dos indivíduos. (MDS, 2004, p. 35).

É a partir desse esquema de funcionamento das políticas sociais, em que a família se constitui em porta de entrada e referência de gestão, que teriam sido desenhados diversos programas sociais, sobretudo os focados nas atenções básicas. A própria nomenclatura de muitos dos serviços oferecidos, inclusive, já apontaria para tal centralidade: Estratégia Saúde da Família (ESF), serviço de Proteção e Atendimento Integral às Famílias (PAIF), Programa Ação Família (PAF) e o próprio Programa Bolsa Família (PBF) (SANTOS, 2016).

Por sua vez, no contexto em que a família é a unidade de intervenção, a figura da mãe surge como a da pessoa responsável pela execução das orientações recebidas (ibidem). A mulher, entendida como mãe e como responsável pelo cuidado familiar, passa a ser fundamental para o sucesso de tais políticas de proteção social. De acordo com Cassia Carloto (2006), a matricialidade sociofamiliar teria por consequência não apenas a centralidade da família, mas a centralidade da mulher-mãe.

Como se pode imaginar, a centralidade à família, em que a mulher é peça-chave, nos programas sociais e, em especial, no Programa Bolsa Família mulheres não é tema pacífico dentro da discussão sobre os efeitos do programa. E é nesse contexto que ganham particular relevância os estudos sobre autonomia socioeconômica das mulheres dentro do PBF, que parecem polarizar em dois sentidos: os primeiros apontam para o impacto positivo da política sobre as mulheres titulares, em termos de liberdade pessoal e inserção produtiva; os segundos

seguem uma linha crítica em relação à atribuição de condicionalidades às mulheres, o que reforçaria não apenas seus papéis tradicionais, como a própria situação de pobreza.

Walquiria Leão Rego e Alessandro Pinzani (2014), avaliam de forma positiva os efeitos do Programa Bolsa Família sobre a autonomia individual de suas beneficiárias. Os autores realizaram 150 entrevistas em localidades com altos índices de pobreza no Nordeste brasileiro e na região norte do estado de Minas Gerais e sustentam que a experiência do Bolsa Família, ao fornecer um rendimento regular para as mulheres, que em sua pesquisa qualitativa se encontrariam quase sempre em situação de submissão familiar e/ou de desemprego crônico, incutiria nas beneficiárias uma percepção de maior liberdade pessoal e de maior respeitabilidade na vida local.

Embora admitam que “as possibilidades morais de libertação da opressão conjugal ainda são muito raras nas regiões pobres e atrasadas do Brasil, em razão dos rígidos controles familiares que atuam sobre as mulheres” (REGO; PINZANI, 2014, p. 200), existiria uma abertura à conquista de maior liberdade pessoal. Afirmam:

Como se viu nas entrevistas, o espectro de escolhas, inclusive morais, *começou* a se abrir. O direito de escolha se exerce desde a esfera mais ampla da programação da própria vida até a possibilidade de escolher entre a compra de um tipo de alimento mais que de outro, de uma roupa, de um creme para o cabelo e assim por diante. (REGO; PINZANI, 2014, p. 203).

Em relação à destinação preferencial do benefício às mulheres, apontam para o fato de que as mulheres julgariam melhor o benefício estar em seu nome do que em nome do marido, pois seriam as mulheres que “cuidariam melhor” do dinheiro, saberiam mais do que a família teria necessidade e seriam capazes de realizar compras mais econômicas. A chefia feminina do benefício é considerada de modo positivo pelos autos autores, que afirmam:

Quando o marido coopera em tal gestão (fazendo compras, por exemplo), [as mulheres] ainda se percebem como as verdadeiras “chefes” da família. Essa visão da sua posição na família não nos pareceu simples extensão de papéis sociais resultantes de um determinado contexto social e educativo (do seu papel como mulher e como mãe no ambiente social próprio da sociedade alagoana ou mineira, por exemplo), mas um genuíno compromisso de responsabilidade perante os filhos. Nesse sentido, essa visão é expressão de autonomia moral [...]. (REGO e PINZANI, 2014, p. 227).

Marlene Libardoni (2008), ao analisar a relação das desigualdades de gênero com o PBF em âmbito nacional, corrobora o entendimento acerca da conquista de respeitabilidade e cidadania para as mulheres titulares do programa. Segundo a autora, o mero fato de saírem do isolamento social para tirarem documentos civis para se inscreverem no PBF já seria capaz de

lhes conferir a sensação de visibilidade social. A abertura para maiores possibilidades de consumo também é sinalizada pela autora, que afirma:

[...] existem fortes sinais de que a capacidade de compra das mulheres vem suscitando alterações na hierarquia familiar pelo simples fato de as mulheres poderem, agora, fazer escolhas e, principalmente, negociar sua autoridade no âmbito doméstico. (LIBARDONI, 2008, p. 8).

André Pires (2012), que entrevistou mulheres titulares do PBF no município de Campinas (SP), por sua vez, nota que o surgimento do sentimento de compromisso pelas mulheres titulares do programa e especialmente quando cumprem com as obrigações previstas nas condicionalidades seria decorrente da possibilidade que o PBF abria de estabelecerem uma relação direta com o mundo externo. Contudo, pondera que as possibilidades de ganho proporcionadas pelo ingresso no programa, que seriam positivas, não afastariam o fato de o programa reforçar os papéis de gênero, que naturalizam o exercício da maternagem pelas mulheres.

Retornando à Santos (2016), o reforço dos papéis sociais atribuídos às mulheres estaria assentado justamente no fato de se naturalizar a credibilidade das mulheres como mais “responsáveis” pelo cuidado familiar. Para a autora, seria necessário partir de um olhar crítico sobre as relações sociais de gênero estabelecidas pelos “novos” programas sociais, nos quais se enquadra o PBF, em que a base comum seria dada pela combinação de uma gestão sexuada, fundamentada na divisão sexual do trabalho, e na funcionalização das mulheres pobres.

Carloto e Mariano (2010) também apontam para a instrumentalização de papéis femininos por políticas como o Programa Bolsa Família, no sentido de contribuir para sua eficácia e eficiência, uma vez que a mulher seria percebida tão somente enquanto mãe e identificada como única responsável pela família. Para as autoras, seria necessário avaliar cuidadosamente as análises que consideram a titularidade do benefício pelas mulheres como um indicador de autonomia, pois, do contrário, o que se verificaria seria um aumento da responsabilidade das mulheres no âmbito doméstico. Em suas palavras:

A centralidade na mulher-mãe reforça estereótipos sobre a condição feminina dentro de um viés biologicista que coloca como predisposições naturais a função de boa cuidadora no âmbito privado/doméstico. É o que se espera dela, que seja uma “boa mulher”, merecendo ser castigada quando não cumpre o que lhe é destinado socialmente. (CARLOTO; MARIANO, 2010, p. 3).

Em outro registro, Carloto e Mariano (2008) discorrem sobre a sobrecarga que a participação nos programas de transferência de renda acarreta para as mulheres-mães, que são

responsabilizadas por todos os processos de inclusão, permanência e exclusão. Para as autoras, a responsabilização dessas mulheres teria uma outra face, a culpabilização:

A outra face da responsabilização é a culpabilização pela perda do benefício, como apontado pelas assistentes sociais, quando as condicionalidades não são respeitadas, caso típico da situação em que não se consegue manter o filho na escola.

Podemos inferir que há uma dupla penalização a partir da culpabilização. A mulher/mãe é penalizada ao levar a culpa por não manter os filhos na escola, pelo comportamento destes, por não conseguir estabelecer vínculos, diálogo e um ambiente acolhedor para esses adolescentes. E, além da culpa, é penalizada com a perda do benefício. (CARLOTO; MARIANO, 2008, p. 161).

A conquista da autonomia econômica pelas mulheres titulares do PBF também é um ponto em que há contrassenso. Por um lado, algumas pesquisas teriam verificado um aumento na participação mercado de trabalho para os beneficiários adultos, especialmente mulheres. Em uma dessas pesquisas, estimou-se que haveria uma participação 2,6% maior como efeito do programa, sendo que este efeito é 4,5% maior para mulheres quando comparado aos homens (OLIVEIRA et al., 2007). Um segundo estudo, por sua vez, diagnosticou que teria ocorrido um aumento na ordem de 5,6% da procura de emprego pelas mães que passam a ser beneficiárias do PBF (TAVARES, 2010).

Por outro lado, a Avaliação de Impacto do Bolsa Família II (AIBFII) constatou que, com relação à participação feminina no mercado de trabalho, as mulheres beneficiárias apresentariam menor taxa de ocupação que as não beneficiárias (JANNUZZI; PINTO, 2013). Sorj e Fontes (2010), analisando dados longitudinais das PNADs, concluíram no mesmo sentido: as mulheres beneficiadas pelo PBF possuíam taxas de participação, jornada de trabalho e salários mais baixos do que as mulheres não beneficiadas.

As autoras destacam a pouca atenção que teria sido conferida às experiências das mulheres, cujo protagonismo só teria sido atribuído em decorrência do seu papel familiar. O Programa Bolsa Família pouco influenciaria a tomada de decisão das mulheres sobre a sua participação ou não no mercado de trabalho e não resultaria em ocupações de melhor qualidade, o que desestimularia o incremento de sua autonomia individual. Além disso, o programa teria caminhado em sentido contrário ao da politização da atribuição dos cuidados da família às mulheres, relegando a segundo plano o “papel que a educação infantil pode desempenhar na articulação entre trabalho e responsabilidades familiares, de modo a favorecer a inserção das mães no mercado de trabalho” (SORJ; FONTES, 2010, p. 63).

Chamam a atenção especificamente para o dever de se pensar o papel estratégico do *care* na inclusão produtiva dessas mulheres na sociedade brasileira:

[...] o problema dos cuidados com a família (care) [está] no centro do debate sobre as estratégias de inclusão das mulheres no mundo dos direitos. A natureza de gênero dessa obrigação, que incide principalmente sobre as mães, restringe a participação das mulheres no mercado de trabalho, em particular naquelas sociedades em que a possibilidade de comodificação desse serviço⁷ é severamente limitada pela situação de pobreza. (SORJ; FONTES, 2010, pp. 71-72).

Outros estudos (FERREIRA; MARIANO, 2014; CORGOZINHO, 2015) apontam para o fato de o PBF não ter sido pensado para enfrentar as diversas questões presentes nas relações de gênero, não conseguindo contribuir para o alcance de autonomia das mulheres titulares do programa, como tampouco para alterar tradicionais papéis atribuídos a homens e mulheres, estando neles alicerçado. Em sentido semelhante, Luana Passos e Fábio Waltenberg (2016), analisando a PNAD de 2006, concluíram que o PBF não contribui para a “destraditionalização” dos papéis socialmente instituídos. Pelo contrário, os autores observaram um aumento de cuidados no âmbito do lar, acentuando as relações de gênero já assimétricas no plano familiar.

Na grande maioria dos casos, contudo, parece haver um consenso sobre o fato de o Estado possuir o dever de se responsabilizar pela reprodução social, no sentido de minimizar tais desigualdades. Para Ferreira e Mariano (2014, p. 7), “reproduzir a divisão de papéis pode significar a omissão em algumas áreas como a garantia de emprego formal e a educação de primeira infância”. Lavinhas (2013), por sua vez, chega a questionar o próprio benefício do Programa, dado que o gasto social teria aumentado, porém careceriam investimentos nas áreas onde as condicionalidades do PBF foram impostas.

A discussão sobre a impossibilidade do Programa Bolsa Família, sozinho, reduzir as assimetrias de gênero e melhorar a inserção no mercado de trabalho das mulheres titulares do programa guarda relação com o debate sobre a elaboração e implementação de programas complementares ao PBF que auxiliassem as famílias beneficiárias a saírem da pobreza. Segundo Soares e Sátyro (2009), os programas complementares foram implementados de modo a focalizar, nas famílias beneficiárias do PBF, políticas tais quais a de treinamento e de microcrédito. Alguns desses exemplos seriam “o Programa Brasil Alfabetizado, o ProJovem, o Projeto de Promoção do Desenvolvimento Local e Economia Solidária, o Programa Nacional

⁷ Comodificação por meio do acesso a creches ou educação infantil, por exemplo.

da Agricultura Familiar, Programas de Microcrédito do Banco do Nordeste, a Tarifa Social de Energia Elétrica e o Programa Luz para Todos” (p. 20).

Em relação aos programas de qualificação profissional, em 2011, foi instituído o Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec) (Lei nº 12.513, de 26 de outubro de 2011), que visou expandir a oferta cursos de educação profissional técnica. O programa, que posteriormente contou com uma expressiva redução de verbas a ele destinada, acabou se reduzindo drasticamente até que foi extinto, em 2016. Dentre as modalidades do programa, entretanto, a vertente incluída no Plano Brasil Sem Miséria teve por objetivo específico a inclusão produtiva urbana dos mais pobres, englobando as pessoas beneficiárias do Programa Bolsa Família. Outra modalidade, o Pronatec Mulheres Mil, buscou levar cursos de qualificação profissional para mulheres em situação de vulnerabilidade econômica e social (MEC, sd.).

Nesse sentido, houve um avanço – seguido por um retrocesso – nas tentativas de se articularem programas que fornecessem condições para a superação consolidada da pobreza, especialmente necessárias se analisado o nível de vulnerabilidade das mulheres que assumem a titularidade do PBF. Se por um lado, são elas as responsáveis, em 93,1% dos casos (CAMARGO et al., 2013), pela administração de recursos advindos do programa e pelo cumprimento das condicionalidades impostas, por outro, são elas as mais sobrecarregadas pelo acúmulo de obrigações de cuidados intrafamiliares, que contam com parca escolaridade – mais da metade não chegou a completar o ensino médio (ibidem) – e baixa e precária participação no mercado trabalho.

Pensar a relação das mulheres titulares do PBF com a sua participação no mercado de trabalho e as demandas de cuidados intrafamiliares se mostra, assim, central no debate sobre a superação da pobreza e conquista de autonomia econômica para mulheres, bem como para a redução das assimetrias de gênero, raça e classe que as desfavorece. É nesse intuito que esta pesquisa é desenvolvida, ao observar como se articulam as estruturas familiares, as demandas geradas pelas condicionalidades impostas pelo PBF e as experiências que essas mulheres obtêm na esfera produtiva.

CAPÍTULO 2 – A ABORDAGEM QUANTITATIVA: PERFIL DAS MULHERES TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SÃO PAULO

Neste capítulo, é apresentada a pesquisa quantitativa que foi realizada. Esta consiste na realização de análises estatísticas a partir do banco de dados representativo de parte do universo de informações sobre as mulheres em posição de titularidade do Programa Bolsa Família na cidade de São Paulo. Essas informações correspondem àquelas que foram por elas declaradas, na condição de responsável familiar, no momento de cadastramento ou recadastramento de algum dos programas sociais abarcados pelo Cadastro Único dos Programas Sociais (CadÚnico), no qual se inscreve o PBF. Os dados sobre os quais recai a análise são referentes à extração de outubro de 2016, pela Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social de São Paulo (SMADS).

Uma vez que esta pesquisa de mestrado se volta a compreender as experiências de trabalho produtivo e trabalho reprodutivo das mulheres titulares do Programa Bolsa Família, realiza-se um recorte no qual são analisados exclusivamente os dados referentes às pessoas responsáveis pela unidade familiar do sexo feminino. Assim, de um total de 491.257 pessoas que se encontravam na condição de Responsáveis Familiares (RF) na extração referente ao município de São Paulo, em outubro de 2016, 436.655 delas são identificadas como do sexo feminino, o que corresponde a 88,88% do total, confirmando a supracitada a preferência do programa pela titularidade ser conferida às mulheres no interior do núcleo familiar.

A análise de informações é parcial porque se optou por selecionar, dentro de um universo de dados coletados pelo cadastro, aqueles que também foram explorados na análise qualitativa do capítulo seguinte. A análise apresentada neste capítulo visa fornecer um quadro que permita visualizar características e situações gerais às mulheres atendidas pelo PBF na condição de chefia familiar. A ideia, aqui, é investigar como os dados quantitativos contribuem para a relação que se conforma, na vida dessas mulheres, entre família, escola e trabalho. E, assim, fornecer um substrato que se relacione às experiências narradas adiante.

Buscou-se identificar as relações que existiam entre as variáveis que integravam dentro do conjunto de dados a que se teve acesso. Dessa forma, além da análise frequencial e de médias, a correlação tem um papel de relevância nessa pesquisa, uma vez que se intentou observar se os valores assumidos por uma variável podem ser vinculados aos de outra (SELZ, 2015).

Nesse sentido, são analisados dados referentes à raça, idade, número de pessoas no domicílio. Também são analisados dados referentes a escolaridade: alfabetismo e analfabetismo, se estudam ou não, se estudam em rede de ensino pública ou privada e, dentre as que não mais estudam, qual foi o nível escolar mais alto alcançado. No tocante ao trabalho desenvolvido na esfera produtiva, foram analisados dados sobre trabalho e não trabalho, se trabalhou nos últimos doze meses, trabalho urbano e rural, tipo de trabalho realizado, rendimentos obtidos do trabalho e acesso a outras fontes de renda. Foram, ademais, realizados cruzamentos entre dados obtidos referentes a alfabetismo/analfabetismo e raça, não trabalho e raça e tipo de trabalho e escolaridade.

Este capítulo está dividido em dois tópicos: um primeiro, no qual se elucida questões metodológicas sobre a forma de acesso, coleta e análise dos dados quantitativos e um segundo, que trata especificamente sobre os resultados obtidos com a análise dos dados.

1. Sobre os dados

Para o desenvolvimento desta etapa da pesquisa, em setembro de 2016, recorreu-se à SMADS, por meio de uma solicitação dos dados relativos às famílias integrantes do Programa Bolsa Família cadastradas no CadÚnico na cidade de São Paulo – mais especificamente, às pessoas titulares do referido programa. Tal solicitação foi enviada ao Comitê Permanente de Avaliação de Propostas de Solicitação de Pesquisa ou Formação em SMADS junto ao projeto de pesquisa previamente aprovado pelo Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade de São Paulo.

Após parecer favorável para extração de dados pela Coordenadoria de Gestão de Benefícios da SMADS, obteve-se deferimento da pesquisa. O recebimento dos dados, assim, teve início em dezembro de 2016 e foi finalizado em meados de maio de 2017. Foram providos os dados da extração mais recente que se tinha do CadÚnico, a qual correspondida aos dados de outubro de 2016.

É preciso pontuar que, inicialmente, o principal propósito da abordagem quantitativa era o de se explorar a relação de permanência e mudança entre os vínculos de trabalho e família na trajetória de vida dessas mulheres, traçando uma pesquisa quantitativa longitudinal. Assim, foram coletados dados entre os anos de 2011 – ano em que, segundo a coordenação, passou-se a ter uma sistematização mais apurada sobre os dados do Cadastro Único – e 2016, na tentativa de fazer um acompanhamento estatístico sobre os dados coletados em função do tempo. Dada

a impossibilidade temporal de resolver fragilidades existentes nos bancos de dados de todos os anos, optou-se por uma análise transversal utilizando os dados de 2016. A escolha de analisar os dados referentes a esta data se deu no intuito de conformar um cenário temporalmente mais próximo à data das entrevistas conduzidas na pesquisa qualitativa, permitindo uma melhor integração dos resultados quantitativos e qualitativos.

Os dados recebidos se referem a informações presentes no formulário principal de cadastramento (“caderno verde”) do CadÚnico, o qual consiste em um questionário fechado que deve a pessoa Responsável pela Unidade Familiar (RF) responder nos atos de cadastramento e recadastramento, o qual deve ocorrer no prazo máximo de dois anos. Responsáveis pela Unidade Familiar são pessoas com idade igual ou superior a 16 anos, cadastradas a partir de apresentação de CPF ou Título de Eleitor e que sejam, preferencialmente, mulheres.

É por meio dos responsáveis pela unidade familiar que se garante que as informações comunicadas durante a entrevista de cadastro e atualização cadastral são verdadeiras (MDS, 2015). Ou seja, o banco de dados sobre o qual se trabalha é produto da declaração conferida a órgão estatal das pessoas na qualidade de responsável familiar. Assim, embora existam procedimentos de averiguação do conteúdo das informações prestadas, o que o Estado sabe sobre essas famílias está substancialmente relacionado ao teor do que lhe foi declarado e registrado pelos servidores responsáveis pelo cadastramento e recadastramento das famílias. É necessário considerar, portanto, que inexatidões cadastrais podem ocorrer, posto que existe alguma margem a uma eventual omissão ou falseamento de alguns dados pela pessoa declarante.

No entanto, acredita-se que a grande parte das imprecisões, *missings* e discrepâncias encontradas em algumas das variáveis seja resultado do próprio processo de cadastramento e recadastramento. Isso porque esses processos ocorrem de forma pulverizada nos 54 Centros de Referência da Assistência Social (CRAS), 30 Centros de Referência Especializados da Assistência Social (CREAS) e 6 Centros POP do município. Os dados de cadastramento e recadastramento destes centros são enviados à Coordenadoria de Gestão de Benefícios, que conforma um banco de dados municipal de caráter preliminar. Estes bancos são refinados apenas quando chegam ao Ministério do Desenvolvimento Social. Assim, o fato de haver recebido o banco de dados em alçada municipal explica melhor a razão pela qual os dados apresentaram algumas fragilidades no início da filtragem.

O tratamento dos dados ocorreu por meio do software SPSS Statistics 24. Não houve acesso a informações de identificação pessoal – como, por exemplo, acesso a nome, endereço, documentos de identificação, entre outros –, de modo a respeitar o direito de privacidade e intimidade das pessoas.

2. Análise sociológica dos dados estatísticos

A prevalência feminina na titularidade da política

Neste tópico, são analisados os dados estatísticos referentes às mulheres em posição de titularidade no Programa Bolsa Família em São Paulo. A partir das variáveis selecionadas, são apresentados os resultados obtidos e estes são confrontados com outros de nível nacional e municipal, bem como perspectivados de acordo com a literatura existente sobre o assunto.

Cor e raça

A partir da análise de um universo de 436.655 mulheres responsáveis pela unidade familiar, observou-se uma prevalência de mulheres negras⁸, que representam 59,64% do total das 436.655 mulheres (pretas são 9,36%, pardas são 50,28%). Na sequência, tem-se que 37,73% são brancas e 0,45%, amarelas⁹.

Neste ponto, cabe salientar que o Cadastro Único, em seu formulário de cadastramento das famílias, segue a classificação do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que classifica como “cor ou raça” cinco categorias: branca, preta, amarela, parda e indígena. A este respeito, Osório (2003), aponta que, do Censo de 1940 ao de 1991, a única classificação era de “cor”; somente a partir da inclusão da categoria “indígena” que a classificação passa a considerar o termo “raça”. Esta análise parte, assim, de tal classificação vigente.

⁸ A noção da categoria negros como a agregação de pessoas pretas e pardas é generalizada em estatísticas oficiais de Estado e, segundo Osório (2003) se justificaria do ponto estatístico, uma vez que os dois grupos apresentariam uma uniformidade de características socioeconômicas e, teoricamente, pois as discriminações (potenciais e efetivas) sofridas pelos dois grupos seriam da mesma natureza (partem de uma caracterização sociocultural local).

⁹ 2,04% não responderam ou não souberam opinar.

Tabela 1: Perfil das mulheres titulares do PBF em São Paulo, segundo cor ou raça.

		Frequência	Porcentagem
Cor ou raça		8.911	2,0
	Branca	164.777	37,7
	Preta	40.872	9,4
	Amarela	19.72	,5
	Parda	219.554	50,3
	Indígena	569	,1
	Total	436.655	100,0

Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais. Extração de out. 2016, São Paulo. Elaboração própria.

Apesar de inferior à média nacional, segundo a qual 68% das mulheres titulares do PBF são negras (CAMPELLO, 2013), observa-se que o valor de 59,64% de mulheres negras titulares do PBF supera o percentual de mulheres negras na média da cidade de São Paulo, que é da ordem de 37% (SMPIR, 2015). Por outro lado, o oposto ocorre em relação à população branca: apesar de 60,6% da população paulistana se autodeclarar como branca, somente 37,73% das mulheres titulares do PBF na capital são brancas.

A desigualdade entre os grupos populacionais aponta para a relação existente entre mulheres negras e pobreza. Mulheres negras são o grupo predominante vivendo em situação de pobreza e pobreza extrema, em relação a homens brancos, mulheres brancas, e homens negros (SILVA, 2013). Este fator está relacionado, dentre outros aspectos, à forma como ocorre a inserção das mulheres negras no mercado de trabalho, onde costumeiramente ocupam piores posições, com remunerações menos privilegiadas. Assim, apesar de ter se observado um substancial crescimento da renda das mulheres ao longo das duas décadas (IPEA; ONU MULHERES, 2017), haveria uma manutenção da ordem de rendimentos, do maior para o menor, entre homens brancos, mulheres brancas, homens negros e mulheres negras, Tanto que, conforme apresentado no Capítulo 1, enquanto 69% das famílias chefiadas por mulheres negras ganham até um salário mínimo, no outro polo, para as famílias chefiadas por homens brancos este percentual cai para 41% (IPEA et al., 2011).

Idade

Dentro de uma faixa etária que varia dos 16 aos 94 anos, constatou-se que a idade média das beneficiárias é de 35,6 anos¹⁰, com moda em 33 anos, conforme se observa no gráfico a seguir.

¹⁰ Total de dados válidos da ordem de 436.236.

Gráfico 1: Histograma etário das mulheres titulares do BF em São Paulo.

Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais. Extração de out. 2016, São Paulo. Elaboração própria.

É possível perceber que a idade média, bem como a moda estatística¹¹, das mulheres que ocupam a posição de titularidade do programa não é de mulheres propriamente jovens, mas de mulheres na faixa entre 30 e 40 anos.

Até pelo fato de muitas mulheres pobres se tornarem mães na adolescência ou juventude, de fato, a frequência de mulheres jovens é expressiva, como se pode observar. Entretanto, a média se eleva em decorrência de existir uma frequência considerável de mulheres na condição de titularidade do programa que superam os 40 anos de idade – no histograma é possível verificar uma frequência considerável até entre mulheres no entorno dos 60 anos de idade. A grande maioria das mulheres titulares do PBF em São Paulo se encontra em idade economicamente ativa¹². Isso sugere que, mesmo dentre as que exercem atividade econômica remunerada, os rendimentos advindos do trabalho não são suficientes para alçar suas famílias para além da situação de pobreza.

Número de pessoas no domicílio

A análise dos dados a respeito do número de pessoas que compõem o domicílio familiar permite observar que a maioria das famílias registradas no PBF em São Paulo são compostas

¹¹ Moda estatística é o valor que ocorre com maior frequência ou o valor mais comum em um conjunto de dados.

¹² Segundo o IBGE (2018), a idade economicamente ativa vai dos 15 aos 65 anos de idade.

por três pessoas (32% dos casos). Na sequência, encontram-se famílias de dois membros (27,1% dos casos) e quatro membros (19,4%). Famílias com cinco pessoas existem em proporção menor (8,4%), assim como famílias com uma única pessoa (7,8%). O percentual de famílias com mais de cinco pessoas residindo no mesmo domicílio é diminuto, como se pode observar na tabela a seguir:

Tabela 2: Número de pessoas no domicílio das famílias inseridas no PBF em São Paulo.

		Frequência	Porcentagem
Número de pessoas	01	33.090	7,8
	02	114.603	27,1
	03	135.017	32,0
	04	81.869	19,4
	05	35.622	8,4
	06	13.781	3,2
	07	4.809	1,1
	08	1.704	,4
	09	630	,1
	10	227	,0

Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais. Extração de out. 2016, São Paulo. Elaboração própria.

É interessante notar que, apesar de famílias pobres costumarem ser mais extensas do que famílias com renda mais alta – é a partir desse grupo social que se formula a noção de famílias extensas ou ampliadas, nas quais é comum o número de pessoas no domicílio ser maior por conta de familiares que são agregados ao núcleo familiar (BILAC, 2014) –, a maior parte dos números declarados de pessoas no mesmo domicílio familiar é relativamente baixo.

Uma explicação possível para o número de pessoas no domicílio ser mais baixo está relacionada à queda de fecundidade no Brasil, que teria sido maior entre as famílias mais pobres. Conforme aponta a série histórica de dados da PNAD, entre 2003 e 2013, enquanto a redução número de filhos até 14 anos foi de 10,7% no Brasil, entre as famílias 20% mais pobres, essa queda foi de 15,7% (MDS, 2015f). Assim, ainda que entre os mais pobres se verifique uma taxa de fecundidade mais alta, a redução mais acentuada entre as famílias com menor renda aponta para uma redução da discrepância da taxa de fecundidade entre os segmentos de renda.

Além disso, a própria taxa de fecundidade no município de São Paulo é inferior à média nacional, o que sugere uma menor extensão das famílias. Assim, enquanto, em 2014, o país registrava uma taxa de 1,79 filhos por mulher, essa taxa, em São Paulo, era de 1,76 (SEADE, 2016). E, de fato, a predominância de famílias compostas por até quatro pessoas, encontrada por esta pesquisa, encontra correspondência com os dados gerais já indicados pelo Censo de

2010 para a cidade de São Paulo, na qual existia uma maior frequência de famílias formadas por 2 pessoas, seguidas por famílias de 3 pessoas e famílias de 4 pessoas (IBGE, 2018).

Tais informações sinalizam no sentido contrário ao argumento, popularmente difundido, de que o Programa Bolsa Família induziria as mulheres a terem mais filhos (CASTRO et al., 2009), uma vez que tanto maior é o benefício recebido pelas famílias, quanto maior o número de filhos nela existente. A prevalência de números reduzidos de pessoas no domicílio pode ter relação, inclusive, com o fato de a maior parte dos arranjos familiares inseridos no PBF, no Brasil, se constituírem como monoparental feminino (42,2%), em que as mães assumem, sozinhas, a responsabilidade pela criação dos filhos (CAMARGO et al., 2013).

Por outro lado, pode-se arriscar dizer que esses números podem também decorrer, muito minoritariamente, de eventuais erros e manipulações em torno da elegibilidade de renda declarada (SOARES et al., 2009; MEDEIROS et al., 2007). Uma vez que o número de pessoas vivendo no mesmo domicílio familiar é um dado declarado, existe a hipótese, difícil de se comprovar¹³, de que a presença de algum membro da família, cuja renda extrapole os critérios para a elegibilidade no programa, seja ocasionalmente ocultada.

Escolaridade

No que toca aos quesitos de escolaridade, constatou-se que 96,1% das mulheres declararam saber ler e escrever, sendo o índice de analfabetismo de 3,9%. É interessante notar que essa taxa de analfabetismo sofre relevante variação em relação a cor e raça, sendo que a população branca (3,6%) é a única que possui taxa inferior à média geral. Para a população parda, essa taxa é de 4,1%; para mulheres pretas e amarelas a taxa é de 4,5%, e; para a população indígena essa taxa chega a significativos 9,7%.

¹³ Medeiros et al. (2007) sustentam que o controle dos erros de focalização intrínsecos ao programa pode ser extremamente custoso, na medida em que depende do aprimoramento constante do mesmo.

Tabela 3: Número de pessoas no domicílio das famílias inseridas no PBF em São Paulo.

			Sabe ler e escrever		Total
			Sim	Não	
Cor ou raça	Branca	Contagem	158923	5851	164774
		% em cor ou raça	96,4%	3,6%	100,0
	Preta	Contagem	39029	1841	40870
		% em cor ou raça	95,5%	4,5%	100,0
	Amarela	Contagem	1884	88	1972
		% em cor ou raça	95,5%	4,5%	100,0%
	Parda	Contagem	210498	9047	219545
		% cor ou raça	95,9%	4,1%	100,0%
	Indígena	Contagem	514	55	569
		% cor ou raça	90,3%	9,7%	100,0%
Total		Contagem	419464	17177	436641
		% cor ou raça	96,1%	3,9%	100,0%

Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais. Extração de out. 2016, São Paulo. Elaboração própria.

Observou-se também que 94,3% das mulheres cadastradas como titulares não frequentavam a escola, 2,2% afirmaram nunca ter frequentado a escola, 3,1% respondeu frequentar a escola em rede pública e 0,1% em rede privada.

Dentre a maioria que não mais frequenta a escola, mas que já frequentou, 49,9% teria por curso mais elevado que frequentou o ensino fundamental, sendo 34,5% referentes ao ensino fundamental de 5ª a 8ª série e 16,7% ao ensino fundamental de 1ª a 4ª série. Já a outra metade, equivalente a 47,8% teria chegado ao ensino médio, o que, todavia, não significa necessariamente sua conclusão. 1% teria chegado ao ensino superior. A tabela abaixo ilustra esta situação:

Tabela 4: Nível de escolaridade alcançado pelas mulheres titulares do PBF em São Paulo.

		Frequência	Porcentagem
Nível escolar	Ensino Fundamental 1 (1ª a 4ª série)	68.809	16,7
	Ensino Fundamental 2 (5ª a 8ª série)	142.068	34,5
	Ensino Médio	196.842	47,8
	Ensino Superior	4.034	1,0

Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais. Extração de out. 2016, São Paulo. Elaboração própria.

Assim, percebe-se que a taxa de analfabetismo é inferior à média nacional de 7,2% (IBGE, 2016). No tocante ao nível de educação formal alcançado por essas mulheres, observa-se que, embora seja consideravelmente baixo, este parece se aproximar da taxa de escolaridade

da população brasileira. Segundo dados do IBGE (2016), entre as pessoas com 25 anos de idade ou mais (faixa etária predominante entre as mulheres titulares do PBF em São Paulo), 51% alcançaram apenas o Ensino Fundamental completo. Por outro lado, em relação ao total de titulares do PBF no país, no ano de 2013, tanto a taxa de analfabetismo é menor, como é maior a escolaridade: a taxa de analfabetismo, entre estes, é de 12,1%, enquanto o percentual de pessoas que concluíram o Ensino Médio é de, apenas, 12,1% (CAMARGO et al., 2013).

No que se refere ao nível de escolaridade em relação à cor ou raça, é pertinente chamar a atenção para o analfabetismo em português como um fator de relevância entre as mulheres indígenas e que aponta para uma considerável limitação tanto para a inserção na esfera produtiva em geral, como para o exercício de sua própria cidadania. Já em relação às mulheres pretas e pardas, embora sua taxa de analfabetismo supere em 0,9% e 0,5%, respectivamente, a taxa observada entre as mulheres brancas, esta diferença é bastante inferior quando comparado o analfabetismo no panorama nacional: no ano de 2014, quando a taxa nacional de analfabetismo era de 9,1% para as mulheres, as mulheres pretas e pardas apresentavam um percentual de analfabetismo da ordem de 14% e 12,1%, respectivamente, ao passo que esta taxa, para as mulheres brancas era de 5,8% (IBGE, 2014). Uma possível explicação para essa diferença reduzida entre os percentuais de analfabetismo entre negras e brancas ter relação com o potencial uniformizador das condições de vida a partir da intensa pobreza que vivenciam.

No que se refere à relação da escolaridade com a inserção no mercado de trabalho, a existência de metade das mulheres que frequentaram a escola apenas até o nível fundamental vem a sugerir que as possibilidades de qualificação profissional e a inserção qualificada no mercado de trabalho se tornem limitadas. Isso ocorre porque a baixa escolaridade baixa aumenta os riscos de vulnerabilidade social: para as mulheres com menor escolaridade, há maior risco de desemprego, trabalhos precários e pobreza. Segundo Lavinhas (2000), a falta de trabalho, que despontou como um fenômeno grave para as mulheres brasileiras à medida que crescia sua participação no mercado de trabalho, tinha como um de seus fatores causadores a heterogeneidade da condição social feminina. É dizer, por conta da alta diferença existente entre as mulheres, os riscos do desemprego se tornaram maiores para as mais pobres, negras e menos escolarizadas.

O próprio acesso à qualificação profissional se torna limitado para mulheres com baixo nível escolar, como, por exemplo, àquelas que não concluíram o ensino fundamental. Em estudo de caso no interior de Goiás, Martins (2016) constatou que dentre as dificuldades de oferecimento do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (PRONATEC)

Brasil sem Miséria, voltado a pessoas de baixa renda, destacou-se o fato de os potenciais beneficiários não atenderem aos requisitos de escolaridade para participar de determinados cursos de qualificação profissional. Ao se deparar com o público de maior vulnerabilidade social, observou que a própria comprovação da escolaridade por meio de apresentação de histórico escolar impedia a habilitação ao curso, uma vez que muitos interessados não detinham a posse do documento.

O Programa Mulheres Mil, instituído nacionalmente por meio da Portaria nº 1.015, de 21 de julho de 2011, e executado também no âmbito do PRONATEC (Pronatec Mulheres Mil), a partir de 2013, surge no intento de alcançar mulheres em situação de vulnerabilidade social, promovendo sua formação profissional e tecnológica articulada com aumento de escolaridade (MEC, sd.). O programa, integrado ao Pronatec Brasil Sem Miséria, teve por foco ampliar “a oferta de qualificação profissional às mulheres mais pobres, em especial às beneficiárias do Programa Bolsa Família que não acessavam os cursos do Pronatec, em virtude da baixa escolaridade, situação de vulnerabilidade e violência” (COSTA et al., 2014, p.15). Entretanto, em São Paulo, município que concentra grande número de beneficiárias, o Pronatec Mulheres Mil jamais chegou a ser instaurado.

Há que se notar, por outro lado, a relação direta existente entre baixa escolaridade e maior tempo de trabalho doméstico realizado pelas mulheres. Soares e Saboia (2007), analisando dados da PNAD, constataram que o tempo dedicado por mulheres a afazeres domésticos é maior tanto menor é a escolaridade destas. De modo contrário, para os homens, quanto maior a escolaridade, maior é a participação em afazeres domésticos. Por outro lado, o maior número de anos de estudo não implica necessariamente em maior poder de negociação das mulheres com seus parceiros a respeito do tempo gasto em afazeres domésticos, uma vez que a diminuição das horas dedicadas à reprodução social se deve em muito à terceirização dessas atividades, em regra, a outras mulheres (GOMES, 2015).

Trabalho

Em relação ao trabalho, obteve-se, a partir dos dados válidos¹⁴, que 55,8% das mulheres teriam trabalhado na semana passada, contra 44,2% que não. Destas, 98,1% estavam de fato sem emprego, contra uma minoria de 1,9% que se encontrava afastada do trabalho por motivos de doença, falta voluntária, licença férias ou outro motivo. Em relação aos últimos 12 meses,

¹⁴ O montante dos dados válidos apresenta alguma variação numérica em relação a cada quesito dado a própria natureza declarativa que forma o banco de dados.

62,2% das beneficiárias afirmaram que tiveram trabalho remunerado no período, contra 37,8% respostas negativas.

Tabela 5: Trabalho assalariado e não trabalho na semana anterior e motivos para o não trabalho entre as mulheres titulares do PBF em São Paulo.

	Frequência	Porcentagem Total	Porcentagem relativa
Trabalhou	233.588	55,8	
Não trabalhou	184.699	44,2	
Licença, doença, férias, falta voluntária e outros	3.446	0,7	1,9
Desemprego	181.253	43,5	98,1

Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais. Extração de out. 2016, São Paulo. Elaboração própria.

Ao se questionar sobre se o não trabalho na semana anterior (que significa, na grande maioria dos casos, desemprego) apresentaria variação em função da cor ou raça das titulares do programa, optou-se por cruzar as variáveis. Mais uma vez, um percentual mais discrepante de não trabalho remunerado se deu em relação às mulheres indígenas (53,9%). Mulheres brancas apresentam uma taxa de não trabalho de 45,9%, um pouco superior à taxa por volta de 43% de mulheres pretas e pardas.

Tabela 6: Não trabalho na semana anterior em relação à cor ou raça das titulares do PBF em São Paulo.

			Trabalhou na semana anterior		Total
			Sim	Não	
Cor ou raça	Branca	Contagem	85539	72583	158122
		% em cor ou raça	54,1%	45,9%	100,0%
	Preta	Contagem	22209	16790	38999
		% em cor ou raça	56,9%	43,1%	100,0%
	Amarela	Contagem	1068	854	1922
		% em cor ou raça	55,6%	44,4%	100,0%
	Parda	Contagem	119662	90164	209826
		% em cor ou raça	57,0%	43,0%	100,0%
	Indígena	Contagem	251	293	544
		% em cor ou raça	46,1%	53,9%	100,0%
Total		Contagem	233588	184699	418287
		% em cor ou raça	55,8%	44,2%	100,0%

Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais. Extração de out. 2016, São Paulo. Elaboração própria.

O trabalho exercido tem características predominantemente urbanas em 98,1% dos casos, face a 1,9% de mulheres responderam trabalhar na agricultura, criação de animais, pesca ou coleta (extração vegetal). Em relação ao tipo de trabalho exercido, 84,3% responderam se enquadrar na condição de “trabalhador por conta própria (bico, autônomo)”, enquanto 11,3%

declararam ser empregadas com carteira de trabalho assinada e 1% sem carteira. Em relação ao emprego doméstico, a taxa da modalidade sem carteira de trabalho assinada é de 2,4%, ao passo a modalidade com carteira de trabalho assinada registrou 0,7% do percentual válido. Demais tipos de trabalho, como trabalho não remunerado, militar ou servidor público, empregador, estagiário e aprendiz (os quais estão, na tabela 7, incluídos na categoria “outros”), obtiveram percentual inferior a 0,2%. Esses dados são apresentados na tabela a seguir:

Tabela 7: Tipo de trabalho realizado pelas mulheres titulares do PBF em São Paulo que declararam estar empregadas.

	Frequência	Porcentagem válida	Porcentagem cumulativa
Trabalho por conta própria (bico, autônomo)	199853	84,3	84,3
Trabalho temporário em área rural	358	,2	84,5
Emprego sem carteira de trabalho assinada	2262	1,0	85,4
Emprego com carteira de trabalho assinada	26874	11,3	96,8
Trabalho doméstico sem carteira de trabalho assinada	5680	2,4	99,2
Trabalho doméstico com carteira de trabalho assinada	1646	,7	99,8
Outros	360	,2	100,0
Total	237033	100,0	

Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais. Extração de out. 2016, São Paulo. Elaboração própria.

Ao se cruzarem os dados relativos aos tipos de trabalho que as titulares realizavam com o nível educacional que possuem, percebe-se que, para as mulheres que estudaram até o ensino médio, não há grande variação entre o percentual em que ocupam em cada tipo de trabalho¹⁵. Todavia, existe uma diferença substancial entre estas e as que chegaram ao ensino superior: aqui, o trabalho autônomo (“bico”) aparece com menor frequência em relação às demais escolaridades, enquanto sobe o percentual daquelas que trabalhavam com registro em carteira de trabalho. Por outro lado, é interessante notar que, em todas as faixas educacionais, a atividade autônoma é predominante em mais de três quartos dos casos.

¹⁵ Foram selecionados os tipos de trabalho cujo percentual represente pelo menos 0,2% do total de tipos de trabalho declarados pelas titulares.

Tabela 8: Tipo de trabalho alcançado em relação à escolaridade das mulheres titulares do PBF em São Paulo.

			Tipo de trabalho						Total
			“Bico”	Rural	Sem carteira	Com Carteira	Doméstico sem carteira	Doméstico com carteira	
Escolaridade	Ensino Fundamental 1 (1ª a 4ª série)	Contagem	30807	64	296	3618	1031	478	36294
		% em escolaridade	84,9%	0,2%	0,8%	10,0%	2,8%	1,3%	100,0%
	Ensino Fundamental 2 (5ª a 8ª série)	Contagem	67491	115	732	8888	2256	617	80099
		% em escolaridade	84,3%	0,1%	0,9%	11,1%	2,8%	0,8%	100,0%
	Ensino Médio	Contagem	92005	154	1084	13276	2133	478	109130
		% em escolaridade	84,3%	0,1%	1,0%	12,2%	2,0%	0,4%	100,0%
	Ensino Superior	Contagem	1345	3	27	333	12	3	1723
		% em escolaridade	78,1%	0,2%	1,6%	19,3%	0,7%	0,2%	100,0%
Total		Contagem	191648	336	2139	26115	5432	1576	227246
		% em escolaridade	84,3%	0,1%	0,9%	11,5%	2,4%	0,7%	100,0%

Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais. Extração de out. 2016, São Paulo. Elaboração própria.

Dentre as mulheres que responderam estar empregadas, observou-se que a média da remuneração declarada é bastante baixa: R\$ 236,27¹⁶. Em relação ao recebimento de outras fontes para conformação da renda familiar mensal, 11,6% das beneficiárias responderam receber ajuda ou doação regular de uma pessoa não moradora de seu domicílio. 4,9% das mulheres declararam receber pensão alimentícia quando do último recadastramento. Rendas decorrentes de aposentadoria, aposentadoria rural e pensão são recebidas por 0,7% das beneficiárias. Por sua vez, 0,4% das beneficiárias responderam estar recebendo seguro-desemprego. Outras fontes de remuneração que não o Bolsa Família e transferências de renda similares seriam obtidas por 3,4% das mulheres responsáveis familiares.

¹⁶ Considerando os valores declarados, que variavam entre R\$ 0 e R\$ 90.000, a média foi extraída de valores estipulados a partir do valor máximo de renda que uma família (com filhos) de dez membros que esteja dentro do critério de elegibilidade de renda do PBF, a saber, R\$ 1.780 – uma família com filhos, para se enquadrar no critério de elegibilidade do programa, deve ter renda máxima por pessoa de R\$ 178.

Gráfico 2: Outras fontes de renda mensais (exceto trabalho) declaradas pelas mulheres titulares do PBF em São Paulo.

Fonte: Cadastro Único dos Programas Sociais. Extração de out. 2016, São Paulo. Elaboração própria.

Sobre os números relativos a trabalho apontados pela pesquisa quantitativa, algumas considerações devem ser feitas. Primeiramente, é interessante notar como o desemprego e a não participação no mercado produtivo é uma realidade sobressaliente para essas mulheres. Enquanto na mesma época em que os dados foram coletados (outubro de 2016) a taxa nacional de desemprego era da ordem de 11,8% (IBGE, 2016) – já elevada em relação ao patamar próximo aos 6% que havia se estabelecido desde o início da década –, as taxas de não participação no mercado de trabalho para esse grupo supera em quatro vezes esse percentual (43,5%). Tais dados retomam dois fatos: o de que o desemprego feminino historicamente supera as taxas de desemprego masculino e o de que o desemprego entre as camadas sociais mais baixas supera, em muito, a média nacional.

Isso não significa, contudo, a plena exclusão dessas mulheres do mercado de trabalho. É necessário observar que mais da metade (55,8%) das mulheres, na data considerada, estavam inseridas em algum tipo de atividade no mercado de trabalho. Tal constatação vai no sentido de reforçar o caráter de complementariedade de renda do Programa Bolsa Família e corrobora para a refutação do “efeito preguiça” supostamente provocado pelo PBF. De acordo com esta crítica, que confronta a legitimidade do programa, um dos efeitos da outorga de um benefício condicionado a uma família de baixa renda poderia levar à acomodação e à diminuição da oferta de trabalho de seus membros (OLIVEIRA; SOARES, 2013). Nesse sentido, a observação que

mais da metade das titulares do benefício monetário conferido pelo programa desempenham atividades laborais remuneradas, não obstante a elas caiba o dever contínuo de cumprimento de afazeres domésticos, cuidado com os filhos e condicionalidades do próprio PBF, dificulta a sedimentação do argumento segundo o qual o programa incentiva o afastamento de seus beneficiários do mercado de trabalho.

Em relação ao cruzamento entre raça e não trabalho na semana anterior, o dado aponta para uma maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho tradicional pelas mulheres indígenas. Por sua vez, o desemprego ligeiramente inferior entre mulheres pretas e pardas, em relação às mulheres brancas, não encontra correspondência no dado nacional segundo o qual mulheres negras enfrentam maiores taxas de desemprego – em 2009, o desemprego de mulheres negras era de 12,5%, contra 9,2% entre mulheres brancas¹⁷ (LIMA et al., 2013). Ademais, assim como no caso da taxa de analfabetismo, a pequena variação existente na taxa de desemprego pode sugerir que a situação de pobreza e extrema pobreza atua no sentido de reduzir as desigualdades raciais vivenciadas pelas titulares do PBF em São Paulo.

Já no tocante às mulheres que declararam estar trabalhando, por sua vez, chama a atenção a predominância quase que absoluta da informalidade. O trabalho marcado por vínculos menos estáveis em relação à permanência no trabalho sinaliza para uma dinâmica precária de inserção no mercado de trabalho, nas ocupações assistidas por menos garantias. A contraposição entre trabalho autônomo e trabalho com registro em carteira evidencia tal situação: enquanto o percentual de mulheres que declararam trabalhar por conta própria ultrapassa 80%, o percentual de celetização pouco ultrapassa os 10%.

A informalidade, e a própria heterogeneidade de atividades e situações laborais que ela abarca, se faz mais presente entre os setores mais pobres e menos escolarizados (TELLES, 2001). Nesse sentido, o cruzamento escolaridade e tipo de trabalho indica que apenas as mulheres que chegaram ao ensino superior parecem encontrar uma margem maior de escape ao totalizante trabalho autônomo e desregulamentado. Entretanto, a própria situação de pobreza parece espremê-las todas na categoria de trabalho autônomo, que supera 75% dos onze tipos de trabalho aventados.

No que se refere ao tipo de trabalho declarado, é relevante, pontuar, ainda, que o trabalho autônomo, o “bico”, pode guardar relações com as atividades remuneradas desempenhadas em

¹⁷ O desemprego masculino, por sua vez, era consideravelmente inferior: 6% para negros e 5,3% para brancos (LIMA et al., 2013)

âmbito doméstico sem a ocorrência de formalização do vínculo de trabalho. É o caso da figura da diarista, a qual, assim como a empregada doméstica, presta serviços domésticos de forma remunerada. No entanto, no caso da diarista, não se verificaria o critério de continuidade que caracteriza o vínculo empregatício, sendo este tipo de trabalho entendido como autônomo (BRITES, 2013).

Assim, até por ser uma ocupação cada vez mais frequente, especialmente entre as mulheres pobres – de acordo com dados da PNAD, o percentual de diaristas teria subido de 18,3%, em 1995, para 31,7%, em 2015 (IPEA; ONU MULHERES, 2017) – é possível que dentre as mulheres que responderam trabalhar como autônomas, uma parcela seja diarista. Ou, ainda, desempenhem outras atividades relacionadas à esfera da reprodução, tal como o cuidado de pessoas exercido de modo remunerado. Tais suposições são feitas a partir do próprio cruzamento entre tipo de trabalho e escolaridade, uma vez que estas são ocupações para as quais comumente se demanda pouca qualificação formal. A execução de tais tarefas comumente representa os papéis socialmente atribuídos às mulheres (MELO, 1998), sendo uma expressão da própria condição social e sexual, uma extensão “natural” da condição de mulher, mãe e esposa (GEORGES, 2011)

Também o trabalho doméstico remunerado, que congrega relevante parcela do trabalho feminino, aparece como uma inserção no mercado de trabalho relevante. Os dados desta pesquisa quantitativa revelam que a modalidade sem formalização via carteira de trabalho é mais que três vezes presente do que a modalidade formalizada. Esse dado vai ao encontro do panorama brasileiro, em que menos de um terço das empregadas domésticas possuem registro em carteira de trabalho (IPEA; ONU MULHERES, 2017).

A ocorrência da informalidade no emprego doméstico pode também sugerir que a Lei Complementar nº 150 de 2015 (que regulamentou a “PEC das Domésticas”) ainda não tinha transformado os tipos de vínculos de trabalho existentes nessa em relação a essa atividade. Uma das possíveis explicações pode estar relacionada ao fato de a extração dos dados ocorrer pouco mais de um ano da promulgação da norma. Por outro lado, a ampliação dos direitos das trabalhadoras domésticas se depara com uma série de desafios decorrentes da própria configuração histórica desse tipo de trabalho, fortemente associado à servidão do período escravocrata (ÁVILA, 2009).

No que se refere à renda familiar, há que se notar que o próprio requisito de renda necessário à elegibilidade no Programa Bolsa Família tende a encontrar famílias em que os vínculos de trabalho não geram rendimentos suficientes para alçá-las da situação de pobreza e

pobreza extrema que vivenciam. A média de renda familiar encontrada por pessoa parece, destarte, surgir como consequência da inserção comprometida no mercado de trabalho e da informalidade aliada à pobreza e à parca escolaridade. Nesse sentido, cabe apontar que a informalidade contribui para a maior desigualdade de rendimentos entre os sexos: se mulheres recebem cerca de 72% do que os homens, tal proporção cai para 67,4% dentre trabalhadores informais (IBGE, 2013).

Seguindo este raciocínio, também não provoca espanto o considerável percentual de rendimentos obtidos de outras fontes afora trabalho e PBF, em relação às quais 21% das titulares declararam receber. Desponta de forma notável o recebimento de ajudas regulares de pessoas físicas que não residem no domicílio, o que pode sugerir que uma potência das relações de parentesco na constituição da renda mensal familiar. E também pode apontar para o aspecto de dependência econômica dessas mulheres e famílias de outros membros da família ou próximos dela: pais, ex-companheiros, parentes, amigos. Por outro lado, o baixo percentual relativo ao recebimento de pensões e outros benefícios de previdência e assistência social sugere que o Programa Bolsa Família surge na ausência desses auxílios. O mesmo parece ocorrer em relação à pensão-alimentícia: uma vez que boa parte dos casamentos no Brasil, sobretudo nas camadas mais pobres da população, não são oficializados (GEORGES; SANTOS, 2016), a noção de pensão de alimentos tende a possuir uma aplicabilidade muito restrita em relação ao total de casos.

Esta pesquisa quantitativa buscou, assim, trazer luz a fenômenos que caracterizam, como grupo social, as mulheres em posição de titularidade no Programa Bolsa Família no município de São Paulo. Em síntese, chama-se a atenção para a predominância de mulheres negras, com média etária superior a 30 anos, em domicílios compostos por até quatro pessoas. Em relação à escolaridade, observa-se que, embora a taxa de analfabetismo seja inferior à média brasileira, o nível de escolarização é semelhante ao patamar nacional, apontando para o fato de cerca de metade dessas mulheres não ter chegado a cursar o Ensino Médio.

No tocante a trabalho, taxas altas de desocupação são observadas. Entretanto, isso não remete à uma plena exclusão da esfera produtiva: pelo contrário, a maior parte das titulares do PBF em São Paulo desempenham atividades remuneradas. O tipo de vínculo de trabalho predominante é, contudo, informal, independentemente do nível de escolaridade alcançado. A renda familiar do núcleo em que estas mulheres estão à frente no PBF sugere, por sua vez, tanto a força das relações de parentesco, como a dependência dessas mulheres e de suas famílias a tal rede, como formas auxiliares de conformação de renda.

No capítulo a seguir, apresenta-se a pesquisa qualitativa, na qual se discute a forma como os elementos apresentados pela pesquisa quantitativa se manifestam nas narrativas das quinze titulares do PBF entrevistadas em São Paulo. A partir de tal abordagem, observa-se não apenas características gerais dessas mulheres, como especificamente o modo como se articulam as esferas da produção e da reprodução, adensando as possibilidades de explicações para os fenômenos já aventados.

CAPÍTULO 3 – A ABORDAGEM QUALITATIVA: RELATOS DE VIDA DAS TITULARES DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA EM SÃO PAULO

1. Introdução

Este capítulo pretende discutir os achados sociológicos possíveis de serem resgatados com base nos relatos de vida de mulheres chefes de família que integram o Programa Bolsa Família, na condição de titulares do benefício de renda. Há o intento de compreender as ações e decisões tomadas ao longo do tempo por elas, sobretudo em relação ao universo do trabalho produtivo e reprodutivo. Visou-se reconstituir o modo como se conformaram as relações entre trabalho, escola e família por meio dos relatos narrados. E, ademais, tentar perceber de que forma o denominador comum que as une, o Programa Bolsa Família, surge em suas estratégias cotidianas de sobrevivência.

Este capítulo está dividido em duas partes essenciais. Na primeira, discorre-se sobre a metodologia empregada no processo de entrada em campo, realização das entrevistas, sua sistematização e análise. Em um segundo momento, são descritos e analisados os resultados das investigações, apresentando-os a partir dos temas que orientam a condução e dos que se mostraram de especial relevância para a pesquisa.

Interessa, com a abordagem qualitativa, aprofundar a análise de um grupo que não é homogêneo e que apresenta narrativas próprias sobre suas realidades intra e extra domésticas. Ainda que este trabalho se debruce sobre mulheres marcadas pelo signo de inserção no Programa Bolsa Família, isto é, que atendam a uma determinada faixa de renda familiar mensal, a análise das narrativas delas enquanto indivíduos singulares visa a percepção da heterogeneidade de experiências vividas. O objetivo das entrevistas consiste, assim, em reconstituir as narrativas individuais sobre as experiências de trabalho remunerado e não remunerado de mulheres pobres atendidas pelo Programa Bolsa Família em São Paulo. A ideia basilar é compreender os relatos entrecruzam os níveis de escolaridade destas mulheres, sua inserção ou não no mercado de trabalho, o cumprimento tarefas domésticas e de cuidado com outros membros da família e, por fim, o rendimento e as condicionalidades previstas pelo Programa Bolsa Família.

Assim, se, na pesquisa quantitativa o que se obtém é identificação de um perfil geral das mulheres titulares do PBF em São Paulo, a análise qualitativa aparece como uma tentativa de identificação das dinâmicas e relações sociais que permeiam histórica e cotidianamente a vida

de tais mulheres. Trata-se de uma investigação sobre o que as narrativas revelam sobre a relação que elas desenvolveram com as esferas produtiva e reprodutiva de trabalho ao longo da vida.

Essa investigação tem por fundo, ademais, o questionamento do porquê a atividade econômica por elas desempenhada não parece ter o condão de alçá-las para além da situação de pobreza em que vivem. E, nesse sentido, permite explorar mais detidamente a presença do complemento de renda proporcionado pelo Bolsa Família em relação à autonomia econômica dessas mulheres.

Uma das hipóteses que este trabalho visou responder diz respeito da fragilidade dos laços de integração laboral desenvolvidos pelas mulheres titulares do Bolsa Família. É sabido que a natureza frágil do vínculo com o trabalho para as pessoas extremamente pobres faz com que elas dificilmente se beneficiem do crescimento econômico e dos investimentos em políticas de qualificação a curto prazo (SOUZA; OSÓRIO, 2013). Trata-se, desta feita, de investigar em que termos o estabelecimento de vínculos estáveis de trabalho é minada, em decorrência da pobreza e das relações sócio familiares que a ela estão atreladas. E de compreender o porquê de a inserção em uma política condicionada de transferência de renda não parece implicar maior acesso a políticas de qualificação ou de escolarização em idade adulta.

2. O desenho de pesquisa

A abordagem qualitativa consistiu na realização de entrevistas semiestruturadas com quinze mulheres inscritas no Programa Bolsa Família na condição de titularidade em diferentes regiões da cidade.

A escolha pela realização de entrevistas semiestruturadas foi feita com base na possibilidade de se alcançar um maior número de mulheres e encontrar diferentes narrativas de vida e experiências de trabalho. O modelo semiestruturado também permite uma maior flexibilidade nas respostas, algo que não ocorre em pesquisas fechadas, em uma dinâmica na qual a pessoa entrevistada pode se sentir mais à vontade para compartilhar detalhes de eventos e processos específicos (MAY, 2004).

Assim, com base em um roteiro de pesquisa qualitativa previamente elaborado, foram levantados questionamentos referentes à identificação da mulher entrevistada (dados relativos a nome, idade, estado civil, se tem ou não filhos, números de residentes na casa e tempo de Bolsa Família), a experiências laborais no mercado de trabalho formal e informal que tiveram ao longo da vida, à questão dos serviços domésticos e deveres de cuidado dentro da família, à

trajetória escolar e sobre a relação dessas mulheres e de suas famílias com o Programa Bolsa Família.

Esta pesquisa qualitativa é longitudinal retrospectiva¹⁸. Isso significa que a pesquisa visou integrar a dimensão temporal na análise dos fatos, extrapolando a análise restrita da situação presente. Trata-se de realizar uma análise da mudança social – no caso, o conjunto de experiências laborais, educacionais, familiares e de renda das mulheres titulares do PBF em São Paulo –, de modo a prestar contas da dimensão temporal dos fatos sociais (SAFI, 2015).

Para conduzir a pesquisa longitudinal retrospectiva, adotou-se o método qualitativo do “relato de vida” (ou narrativa de vida), proposto por Daniel Bertaux (2010). Tal método consiste em uma entrevista narrativa, na qual o pesquisador pede para o sujeito contar sua experiência vivida, total ou parcialmente. Ao tentar reconstituir sequências de acontecimentos da vida dos indivíduos, o relato de vida se aproxima de outros métodos qualitativos, tais como a história de vida ou a entrevista biográfica. A diferença fundamental entre esses métodos é que enquanto estes últimos se apoiam em questões retrospectivas abertas, enquadrando a totalidade da vida, o relato de vida propõe que o entrevistado se engaje no ato de relatar um momento de sua vida, visando-se estudar um fragmento particular da realidade sócio histórica desse sujeito, compreender o modo como ele funciona e se transforma (BERTAUX, 2010).

Bertaux (2010) defende a utilização dos relatos de vida a partir de uma perspectiva etnossociológica¹⁹, a fim de conduzir os relatos de vida à forma de relatos de práticas em situação. Ou seja, almeja-se compreender, por meio das práticas, os contextos sociais nos quais se inscreveram e como elas contribuem para reproduzi-los e transformá-los. O objetivo da perspectiva etnossociológica não é, portanto, o de procurar os esquemas de representações ou o sistema de valores de uma determinada pessoa isolada, nem mesmo de um grupo social. Mas, sim, o de estudar um fragmento particular da realidade sócio-histórica, um objeto social, e “compreender como ele funciona e como ele se transforma, enfatizando as configurações de relações sociais, os mecanismos, os processos e as lógicas de ação que o caracterizam” (BERTAUX, 2010, p. 12, tradução livre).

¹⁸ A pesquisa longitudinal pode ser: i) retrospectiva, consistindo em interrogar os indivíduos sobre o seu passado a fim de reconstituir sequências de acontecimentos; ii) prospectiva, precedendo por repetição de um protocolo de pesquisa sobre os mesmos indivíduos ao longo do tempo, ou; iii) de religação *a posteriori* de dados administrativos por diferentes acontecimentos da vida dos indivíduos (SAFI, 2015).

¹⁹ A perspectiva etnossociológica, segundo Bertaux (2010), designaria um tipo de pesquisa empírica baseada na entrevista de campo, que se inspira na tradição etnográfica das técnicas de observação, mas que construiria seus objetos em referência a problemáticas sociológicas.

No entanto, o método longitudinal retrospectivo adotado possui limitações. Uma delas é que a qualidade dos dados é suscetível à capacidade maior ou menor de o indivíduo reconstituir seu passado e da interpretação subjetiva que ele faz de seu passado (SAFI, 2015). É importante salientar, assim, que este trabalho não objetiva a captura da totalidade da vida das mulheres entrevistadas, tampouco persegue a conformação de uma “verdade”. Ao contrário, interessa resgatar a subjetividade nas mulheres titulares do PBF em São Paulo, a maneira como interpretam e transmitem suas experiências de trabalho produtivo e reprodutivo, bem como as justificativas que conferem a suas ações e escolhas em determinados momentos da vida.

Outra limitação diz respeito à fiabilidade das informações. Há que se considerar a possibilidade de ocorrerem problemas relacionados à memória: erros, esquecimentos e omissões propositadas (SAFI, 2015). Neste aspecto, retoma-se o ponto deste capítulo ser pensado em relação à pesquisa quantitativa previamente apresentada, de maneira que os dados coletados retrospectivamente possam ser confrontados com as informações objetivas produzidas pelo tratamento dos dados estatísticos municipais sobre as mulheres titulares do PBF em São Paulo em período próximo ao que ocorreram as entrevistas.

Passa-se, assim, à descrição dos campos em que ocorreram as entrevistas, bem como à descrição de como ocorreu a entrada em cada um deles. Em seguida, é realizada a descrição das entrevistas e à justificativa metodológica da técnica de análise adotada, os relatos de vida, que pauta a abordagem qualitativa.

2.1.O acesso às informantes

2.1.1. Os espaços e suas diferenças: CRAS e CCM

A entrada em campo para a realização das entrevistas com as mulheres beneficiárias do Programa Bolsa Família decorreu do contato com duas secretarias municipais da Prefeitura Municipal de São Paulo: a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Cidadania (SMDHC) e a Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social (SMADS).

A primeira é atualmente responsável pela Coordenadoria de Políticas para Mulheres, a qual oferece serviços de atendimento a mulheres no município. Basicamente, os serviços destinados à administração dessa coordenadora são os Centros de Referência da Mulher (CRMs) e os Centros de Cidadania da Mulher (CCMs), que existem em diversos pontos da cidade. Os Centros de Referência possuem a especificidade de serem orientados sobretudo ao enfrentamento à violência doméstica. Os Centros de Cidadania, por sua vez, ainda que também

tenham por função o atendimento a mulheres vítimas de violência, são especialmente orientados ao desenvolvimento de atividades produtivas pelas mulheres e de atividades de participação social.

Já à Secretaria Municipal de Assistência e Desenvolvimento Social cabe a implementação de políticas de assistência social no município, cujo norte é conferido por dois ramos essenciais ao seu funcionamento: os serviços de proteção social básica, que atuam na prevenção de situações de risco e no fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários; e os serviços de proteção social especial, que atendem famílias e indivíduos em situação de risco, decorrente de “abandono, maus tratos físicos e, ou, psíquicos, abuso sexual, uso de substâncias psicoativas, cumprimento de medida socioeducativa em meio aberto, situação de rua, situação de trabalho infantil, entre outras” (PMSP, 2018a).

É por meio da proteção social básica que ocorre a implementação, no município, das políticas de transferência de renda, tais como o Renda Mínima²⁰ e o Programa Bolsa Família. A porta de entrada da proteção social básica ocorre por meio dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS), existentes em número de 54 na cidade de São Paulo (PMSP, 2018b).

Assim, no intuito de encontrar mulheres titulares do Programa Bolsa Família, direcionou-se a atenção a dois equipamentos em que o atendimento a tais mulheres ocorre: os Centros de Cidadania da Mulher (CCMs) e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS). Os primeiros foram recorridos por serem espaços frequentados por mulheres em situação de vulnerabilidade²¹ e por serem espaços direcionados ao desenvolvimento de atividades voltadas à inserção produtiva, ao fortalecimento de vínculos pessoais e sociais e de enfrentamento à violência contra a mulher. Por outro lado, são os CRAS *locus* de cadastramento e recadastramento das famílias no Programa Bolsa Família, havendo ali razoável probabilidade de encontrar mulheres responsáveis pelo benefício, dado que elas são as titulares preferenciais do programa.

²⁰ O Programa Renda Mínima é um programa de transferência de renda existente no município de São Paulo, destinado a famílias com renda de até R\$175,00 por pessoa, que possuam filhos ou dependentes em idade escolar (6 a 15 anos) matriculados na escola e que comprovem residência de no mínimo dois anos no município de São Paulo (PMSP, 2018c).

²¹ Neste trabalho, considera-se vulnerabilidade como a conjunção de precarização do trabalho com a fragilidade dos suportes relacionais (Castel, 1997).

2.1.2. A entrada em campo: do CCM ao CRAS

Por existir de parte da pesquisadora uma familiaridade com o funcionamento dos CCMs, devido a uma prévia experiência de trabalho na extinta Secretaria Municipal de Políticas para as Mulheres (hoje reduzida à coordenadoria da SMDHC) e por tais equipamentos existirem em número relativamente reduzido quando comparados aos CRAS (são apenas 5 em toda a cidade), o contato com os CCMs ocorreu de forma direta.

Assim, primeiramente, foi feito contato com todas as coordenadoras dos CCMs do município, no intuito de visitar os serviços e entrevistar mulheres titulares do Programa Bolsa Família que neles fossem atendidas. De acordo com o que as coordenadoras desses equipamentos me relataram, o câmbio de gestão municipal ocorrido naquele ano (2017), somado à remodelação da secretaria em coordenaria, teria afetado negativamente o funcionamento dos CCMs, dado a ruptura ocorrida nas atividades que vinham até então sendo desenvolvidas.

A resposta que se obteve de quatro dos cinco equipamentos foi, portanto, a de que o fluxo de pessoas nos equipamentos se encontrava bastante reduzido, sendo pouco provável que fossem encontradas beneficiárias do PBF em uma eventual visita aos CCMs. De fato, foi possível comprovar tal situação com a primeira incursão (frustrada) a campo, que ocorreu no CCM Itaquera. Em tal oportunidade, após uma tarde em CCM, outrora ponto de referência muito frequentado por mulheres da região, não se encontrou beneficiárias a quem pudesse entrevistar.

A exceção a esse quadro se deu no CCM Parelheiros, localizado no extremo sul de São Paulo, em que não houve alteração de coordenação durante a mudança de governo, o que tornou seu caso particularmente diverso dos outros CCMs. Assim, após conversar por telefone com a coordenadora do CCM Parelheiros, ela mesma organizou um grupo de mulheres beneficiárias do Bolsa Família que pudessem ser entrevistadas.

E foi assim que em na tarde de quarta-feira, 23 de agosto de 2017, foram entrevistadas quatro mulheres no CCM Parelheiros. No dia, a intermediação do contato com as entrevistadas foi feita pela assistente social do CCM, a qual direcionou entrevistadora e entrevistadas para uma sala separada dentro do CCM. As entrevistas foram realizadas no período da tarde.

Tal ponte foi verdadeiramente importante para o desenvolvimento das entrevistas no CCM, não apenas porque possibilitou o contato com as beneficiárias, mas especialmente por ter criado um ambiente de confiança e descontração prévia entre entrevistadas e entrevistadora

estranha àquele ambiente (universitária, de classe média e sem vínculos com a realidade das moradoras daquela região). A intermediação contribuiu em muito para uma duração prolongada e qualidade das entrevistas, em geral, ricas em detalhes. Ademais, também permitiu uma melhor preparação para as entrevistas que se sucederam nos CRAS, nas quais a abordagem com as entrevistadas ocorreu de forma direta e muito diferente da experiência no CCM, conforme será descrito adiante.

A incursão nos CRAS, por sua vez, ocorreu de modo inverso: mediado no contato institucional e direto no contato com as beneficiárias. A SMADS, responsável pela administração dos CRAS, estrutura o contato dos pesquisadores com os equipamentos que ela administra por meio de um órgão próprio, o Comitê Permanente de Avaliação de Propostas de Solicitação de Pesquisa. Dessa forma, foi submetido à apreciação do comitê uma solicitação para realização de entrevistas com beneficiárias do PBF em alguns CRAS do município, pedido este que foi aprovado ou rejeitado de acordo com a possibilidade de cada equipamento. E assim foram feitas entrevistas no CRAS São Mateus, localizado na zona leste de São Paulo, e no CRAS Perus, no extremo norte do município.

Entre 4 e 5 de setembro de 2017, visitou-se o CRAS São Mateus, em horários estabelecidos pela coordenação do equipamento, a fim de realizar entrevistas com mulheres titulares do Bolsa Família. Conforme apontado acima, a abordagem às mulheres neste espaço ocorreu de forma não intermediada por nenhum funcionário, mas diretamente. O momento de abordagem ocorreu durante a espera dos usuários pela liberação da senha de atendimento, a qual seria liberada por ordem de chegada.

Existia, no CRAS São Mateus, um grande fluxo de pessoas sendo atendidas, o que trouxe vantagens e desafios para o desenvolvimento da pesquisa. Por um lado, havia ali um grande número de mulheres responsáveis pelo recebimento do Bolsa Família a quem se pudesse entrevistar. Por outro, existia pouco espaço físico de sobra para o estabelecimento das conversas e limitação de tempo, uma vez que as mulheres entrevistadas estavam no aguardo de atendimento no local. Havia, ademais, um grande fluxo de funcionárias distribuindo senhas e fornecendo demais informações para os usuários do serviço, o que fez com que a entrevistadora fosse em muitos momentos interpelada por pessoas que acreditavam que esta fosse funcionária. Isso direcionou a atenção no reforço da condição de pesquisadora sem vínculos com a administração municipal, uma vez que qualquer associação com a entidade de fiscalização do cumprimento das condicionalidades do PBF, no qual consiste o CRAS, teria o potencial lesivo

ao estabelecimento de vínculos de confiança entre entrevistada e entrevistadora. Ao todo, foram entrevistadas oito mulheres no CRAS São Mateus.

Em 18 de dezembro de 2017, foram realizadas entrevistas no CRAS Perus, onde o procedimento geral foi similar ao de São Mateus, sendo as mulheres abordadas de forma direta pela pesquisadora. Entretanto, ao contrário do CRAS São Mateus, o equipamento em Perus contava com um menor fluxo de transeuntes no espaço, dentre usuários e funcionários. Tal dinâmica de funcionamento permitiu por parte dos presentes no espaço uma maior compreensão da pessoa da pesquisadora enquanto pessoa externa ao CRAS. Ao todo, três mulheres foram entrevistadas no CRAS Perus.

É interessante destacar que, em ambos os CRAS, as entrevistadas buscaram o espaço como forma de obter a regularização de suas inscrições no Programa Bolsa Família. Esta ocorria pela entrega de documentos que atestassem a necessidade de recebimento do benefício ou cumprimento das condicionalidades demandadas pelo programa – por exemplo, comprovação de renda familiar ou de frequência escolar dos filhos.

Uma vez em campo, teve início o processo de interação social no qual consiste a entrevista. O primeiro momento da entrevista tratou do desafio da construção de um entendimento intersubjetivo entre entrevistadora e entrevistada, sem abrir mão de certo nível de distanciamento requerido na busca por objetividade (MAY, 2004). Para tanto, três elementos foram considerados: i) a acessibilidade, ou seja, a verificação de que a parte entrevistada teria ou não acesso ou não às informações que a entrevistadora procura. Assim, mulheres que ainda não recebiam o benefício do PBF ou mulheres não titulares do programa, por exemplo, ao não terem acesso aos questionamentos que seriam levantados, não puderam ser entrevistadas; ii) a cognição da parte da pessoa entrevistada do que é requerido dela no papel de entrevistada; iii) a motivação da parte entrevistada em cooperar para com a condução da pesquisa (MAY, 2004).

Atenta a esses três elementos, coletaram-se das mulheres entrevistadas as declarações escritas de consentimento de gravação da entrevista. A condução das entrevistas teve por preocupação primordial perspectivar a realidade do grupo social estudado. Para tanto, é necessário que se abandone o ponto de vista dominante sobre esse lugar social, no qual geralmente estão situados observador e leitor, para dar lugar a uma representação complexa e múltipla do grupo estudado. No momento das entrevistas, portanto, buscou-se coletar uma pluralidade de perspectivas, que correspondem à pluralidade dos pontos de vista coexistentes (BOURDIEU, 2012). E, nesse sentido, o recrutamento das mulheres a serem entrevistadas

perpassou, dessa forma, à busca por perfis diversificados em relação a fatores tais como idade, situações empregatícias, arranjos familiares, constituição da renda familiar.

Outra preocupação foi a de tentar minimizar os riscos de incorrer no que Pierre Bourdieu (2012) denomina como “violência simbólica” por parte da parte entrevistadora face a parte entrevistada. Uma vez que aparte entrevistadora determina unilateralmente os objetivos da entrevista e as regras do jogo, a reflexividade se faz mister a fim de repelir a dissimetria hierárquica que se pode estabelecer. Um meio de mitigar tal exercício de poder simbólico se deu pela tentativa de conferir às entrevistadas algum domínio sobre o conteúdo do roteiro qualitativo, à medida que apenas respondiam perguntas as quais se sentiam confortáveis para tanto e que discorressem sobre as perguntas por quanto tempo que desejassem.

Este foi um ponto interessante, porque também abriu a elas a possibilidade de falarem sobre temas que as afetavam de forma mais pungente no momento da entrevista ou temas que consideravam importantes e que, a princípio, não estavam previstos no roteiro seguido pela entrevistadora. E, desse modo, despontaram no horizonte da pesquisa narrativas sobre engajamento político, problemas de saúde, relações afetivas, violência doméstica e outros temas que fugiam do eixo principal do roteiro, mas que contribuíram para a conformação de um cenário complexo que conforma o universo estudado.

A estratégia de entrevista perpassou, ademais, pela técnica da sondagem em busca de respostas comparáveis e codificáveis (MAY, 2004), visando entender a extensão na qual as respostas são semelhantes, e, assim, possíveis de serem codificadas de uma mesma maneira. Por trás desta técnica está o intuito de se alcançar um ponto de saturação progressiva das entrevistas, que ocorre a partir do momento em que se observa a recorrência de lógicas de ação. Uma vez que os casos passam a repetir a mesma estrutura de um determinado fenômeno, estamos diante de sua saturação. O alcance do ponto de saturação é importante porque é dele que se emerge a validade sociológica da amostra, revelando um fenômeno não de foro psicológico, mas do universo social (BERTAUX, 2010).

2.2. Considerações sobre sistematização e análise sociológica

Após a realização das quinze entrevistas, teve início a etapa de sistematização dos dados coletados e de sua interpretação sociológica. A primeira etapa analítica de sistematização se deu pela familiarização dos dados a partir do processo de transcrição dos áudios. Isso porque é com a transcrição que se chega ao final do processo de constituição de um *corpus* textual a ser

submetido à objetivação em um documento sobre a interação entre entrevistado e entrevistador. A transcrição é parte do exercício de análise, o qual se guia pelas expectativas teóricas do pesquisador e por um modelo de comunicação. Ainda que a transcrição implique um processo de “miniaturização” da interação discursiva entre as partes na entrevista, é por meio dela que se permite a articulação de uma resposta convincente às nossas perguntas de pesquisa (CARDANO, 2017).

Buscou-se, nesse momento, revisar cronologicamente (ou diacronicamente, conforme salienta Bertaux²²) o relato que cada mulher faz de uma determinada situação e o modo como a vivencia, no intento de focalizar a maneira pelo qual pessoas diferentes relatam suas experiências de acordo com as circunstâncias nas quais se encontram (MAY, 2004). A revisão diacrônica por parte da pesquisadora se faz fundamental, uma vez que ainda que as entrevistadas tentem apresentar sua memória das situações vividas como um todo inteligível coeso e coerente, por vezes essa história não é narrada linearmente: há frequente confusão em relação a datas, ocorrem esquecimentos nem sempre seguidos de rememorações e digressões diversas interrompem a linearidade pretendida da narrativa etc. (BOURDIEU, 2006; BERTAUX, 2010).

Essa sistematização dos dados das entrevistas visou ampliar as possibilidades de comparação dos relatos obtidos, percebendo os pontos de aproximação e diferenciação entre eles. Isso porque a organização das diferentes narrativas de mulheres que compartilham entre si a posição de titularidade no PBF permite identificar uma variedade de situações a partir das quais é possível se construir uma representação sociológica que extrai delas lógicas mais amplas (BERTAUX, 2010). Nesse sentido, cabe ao trabalho sociológico a criação de novas formas temporais de causalidade que possibilitem novas vias de inteligibilidade das práticas sociais (CONNINCK; GODARD, 1990).

A comparabilidade dos dados permite a organização dos achados sociológicos a partir de temas relevantes para o responder da pergunta central que motiva a investigação qualitativa e para o preenchimento dos objetivos de pesquisa levantados. Assim, a partir de uma análise temática, que visa comparar o conteúdo de extratos de uma entrevista a outra, intenta-se localizar, em cada entrevista, as passagens concernentes a um determinado tema a partir do estudo do texto transcrito (BERTAUX, 2010).

²² Bertaux estabelece uma diferença entre cronologia e diacronia: enquanto a diacronia se refere à sucessão temporal dos acontecimentos, suas relações antes/depois, a cronologia se refere à data dos acontecimentos ou se dá em termos de idade quando da ocorrência dos fatos (BERTAUX, 2010).

As entrevistas, guiadas a partir de um roteiro qualitativo, permitiram a coleta de dados referentes a alguns temas, os quais, agora, são utilizados para balizar a sua análise. Trata-se de buscar compreender o funcionamento, as lógicas e as dinâmicas do mundo social ou da situação social na qual se insere o sujeito (BERTAUX, 2010). Desta feita, neste trabalho, as entrevistas são apresentadas a partir dos temas relacionados às suas experiências de trabalho produtivo e reprodutivo. São estabelecidos cinco eixos sobre os quais os relatos de vida são apresentados: experiências de trabalho produtivo, experiências de trabalho reprodutivo, escolarização, Programa Bolsa Família e temas complementares.

Nesse processo de interpretação sociológica, um aspecto importante consiste no situar das falas. Longe de buscar uma “verdade” intrínseca aos fatos relatados, as entrevistas se apoiam, sobretudo, na percepção da pessoa entrevistada, a qual é “filtrada e modificada por suas reações cognitivas e emocionais e relatadas através de sua capacidade pessoal de verbalização” (DEAN, J. P.; WHITE, W. F., 1969, pp. 105-106 *apud* HAGUETTE, T. M. F., 2013, p. 82). Ademais, além da análise linguística, a análise de entrevista deve focalizar tanto as motivações dos sujeitos, como as suas identidades sociais e o modo como elas são construídas nas situações sociais nas quais as pessoas vivem e trabalham (MAY, 2004).

O exercício da reflexividade sociológica, assim, foi uma preocupação ao longo de toda a pesquisa, que assumiu como dever o desenvolvimento de um ponto de vista crítico sobre as tramas da vida em sociedade. No momento da realização da pesquisa, é necessário ter em mente que os dados dela oriundos refletem o tipo de relação estabelecida entre pesquisador e pesquisado. É papel do sociólogo considerar seriamente a possibilidade de limites intrínsecos ao método aplicado e questionar os dados coletados. Ao contrário de conferir aos dados obtidos confiança cega, é necessário que o trabalho sociológico se esforce para mediar eventuais obliquidades no fazer interpretativo, como condição de possibilidade de cientificidade (PAUGAM, 2015).

Pierre Bourdieu (2006) trata do dever da reflexividade a partir da ideia de “ilusão biográfica”. Segundo o autor, há uma propensão entre os indivíduos de se esforçarem para apresentar suas vidas como dotadas de alta coerência interna, com um sentido único e unidirecional, selecionando certos acontecimentos significativos e estabelecendo entre esses, conexões para lhes dar coerência. Essa postura tem base no modo como se estrutura o mundo social, a partir de modelos oficiais de representação de si mesmo calcados em uma lógica “coerente” e que compele continuamente os indivíduos a buscarem uma “unificação do eu” na forma como se expressam.

Para Bourdieu, se um biógrafo pode ser conivente com essa construção artificial, baseando sua obra tão somente nela, o mesmo não pode se dar com o sociólogo. Este só pode compreender uma trajetória a partir da construção prévia “dos estados sucessivos do campo no qual ela se desenrolou e, logo, o conjunto das relações objetivas que uniram o agente considerado [...] ao conjunto dos outros agentes envolvidos no mesmo campo e confrontados com o mesmo espaço dos possíveis” (BOURDIEU, 2006, p. 190).

Similarmente, Daniel Bertaux (2010) aponta que o sociólogo, face à alta coerência interna das narrativas que lhes são apresentadas, deve considerar que as experiências relatadas já passaram por um filtro do entrevistado e que o projeto de vida de cada influenciado e negociado ao longo da vida em grupo. Concerne ao sociólogo encontrar os mecanismos sociais que justificam a coerência interna dos diferentes tipos de narrativas e trajetórias individuais.

3. Nas tramas de produção e reprodução: os relatos de vida

A tabela 9 apresenta uma breve descrição das quinze entrevistas realizadas, segundo idade, raça, estado civil número e idade de filhos, número de pessoas na casa e renda familiar.

Tabela 9: características gerais das mulheres entrevistadas

Nome	Idade	Raça	Estado Civil	Filhos (idade)	Nº de pessoas na casa	Renda Familiar
Gabriela ²³	24	Negra	Separada	3 (9, 5 e 2). Grávida (8 meses)	5 (ela, ex-marido e filhos)	Ex-cônjuge, pai, PBF
Valeska	34	Negra	Casada	3 (15, 13, 3)	4 (ela, marido, filhos mais novos)	Cônjuge, PBF
Olívia	31	Negra	Separada	2 (10, 5)	3 (ela e filhos)	Bicos, ex-cônjuge, PBF
Nice	47	Branca	Casada	3 (24, 21 e 8)	4 (ela, marido e filhos mais novos)	Trabalho formal, bicos, cônjuge, PBF
Laila	28	Negra	Casada	4 (11, 9, 5 e 2 meses)	7 (ela, marido, 4 filhos e sobrinha)	Cônjuge, PBF
Jurema	44	Negra	Viúva	3 (24, 17 e 13)	5 (ela, filhos e neta)	Igreja, parentes, PBF
Ellen	40	Branca	Casada	2 (14 e 11)	4 (ela, marido e filhos)	Cônjuge, PBF
Natália	35	Negra	Solteira	2 (11 e 3 meses)	3 (ela e filhos)	Bicos, parentes, PBF
Odete	56	Negra	Casada	5 (23, 17)	5 (ela, marido, dois filhos e irmã)	Filho, parentes, PBF
Gisele	20	Negra	Casada	2 (3 e 1 ano e 3 meses)	4 (ela, marido e filhos)	Cônjuge, PBF
Cláudia	48	Negra	Separada	3 (19)	2 (ela e filho mais novo)	Bicos, ex-cônjuge, PBF
Regina	42	Branca	Casada	5 (23, 22, 13, 11 e 8)	7 (ela, marido e filhos)	Trabalho formal, cônjuge, filho mais velho, PBF
Stéfani	16	Negra	Solteira	Grávida (4 meses)	1 (mora sozinha)	Parentes, PBF
Roseli	38	Negra	Separada	6 (24, 16, 14, 12, 8 e 6)	8 (ela, filhos e neta)	Trabalho formal, filho, PBF
Marina	59	Negra	Solteira	1 (31)	1 (mora sozinha)	Bicos, filho, amigos, PBF

²³ Os nomes das entrevistadas foram alterados com vistas a preservar sua identidade.

Na busca por experiências de vida e trabalho diversificadas, buscou-se, em campo, entrevistar mulheres em posição de titularidade do Programa Bolsa Família de faixas etárias diferentes. E, de fato, como aponta o quadro acima, a faixa etária das entrevistadas alcançou razoável amplitude, dos 16 aos 59 anos. É interessante destacar, contudo, que a maior parte das mulheres entrevistadas possuem mais de 30 anos.

De certa forma, tal achado vai ao encontro da previamente apresentada média estatística referente à idade das mulheres titulares do PBF em São Paulo, que é relativamente elevada (35,6 anos). Uma possível explicação para a menor presença de mulheres titulares do PBF na faixa inferior aos 30 anos pode ser porque é comum que mulheres quando são mães solteiras jovens, tendem a permanecer na casa dos pais, onde recebem principalmente ajuda da própria mãe, avó das crianças (SARTI, 1996). Simone Wajnman (2012) também aponta para a propensão dos adultos jovens corresidirem com as mães, contribuindo para o crescimento das famílias estendidas no Brasil na medida em que adiam a formação de seus próprios domicílios e permanecem dependentes por mais tempo.

E, de fato, dentre as entrevistadas com maior idade foi possível observar casos como o de Jurema (44 anos) e Roseli (38 anos), em que suas filhas que se tornaram mães solteiras continuaram com elas, as quais, estas sim, são as titulares do programa. Jurema diz: *“minha filha de 16 anos ficou grávida e teve uma bebezinha, aí não trabalha, porque não consegue, né, largou os estudos também”*. Já Roseli, ao falar da filha, defende que:

“É minha função criar, eu não joguei no mundo. Que nem agora tem a minha netinha, não joguei na rua também, tá lá em casa. Fui eu que consegui as coisinhas pra ela vir para o mundo. O pai da menina foi embora, dizem que ele tá lá no Rio. Agora falta registrar, a menina já tá com 20 dias. Aí eu consegui o número do irmão dele, aí eu liguei e pedi pra ele dar um jeito pra vir registrar. Ela não pode registrar só”. “Ela tem 16 anos ainda. Ela fala que ele tem a mesma idade, mas eu não consigo nem afirmar, porque eu nunca vi o documento, né. Esse povo não quer saber de nada”.

Mesmo nos casos em que a filha adolescente sai de casa, é possível observar a preocupação da mãe com seu sustento. O caso de Stéfani é exemplar: aos 16 anos, é solteira, está grávida e mora sozinha, já sendo titular do Bolsa Família há três meses. Mesmo assim, observa-se que a dinâmica de dependência (ao menos econômica) em relação à figura materna se mantém, uma vez que, como não trabalha, sua renda provém de “ajudas” regulares feitas por sua mãe e irmã mais velha, além do benefício do PBF.

Outro fator que pode servir à explicação do achado referente à idade das mulheres entrevistadas diz respeito à saída do mercado de trabalho em decorrência de problemas de

saúde. Este é um aspecto encontrado em narrativas de mulheres acima dos trinta anos e que detalharemos mais a frente, como é o caso de Jurema (44), Odete (56), Marina (59) e Roseli (38), que cujos problemas de saúde impossibilitou ou está em vias de obstaculizar a permanência no mercado de trabalho. A saída do mercado de trabalho para cuidar de parentes que adoeceram também aparece, como no caso de Cláudia (48).

Uma vez que abandonam o mercado de trabalho por não terem mais saúde para levar a atividade adiante, essas mulheres passam a depender mais de relações familiares e do Estado para obtenção de renda. Em casos como o de Jurema e Roseli, que eram as principais provedoras do sustento familiar, esse contexto assume contornos ainda mais dramáticos, vez que a saída das chefes de família do mercado de trabalho compromete toda a renda do conjunto familiar e se intensificam a pobreza e a dependência em relação aos serviços previdenciários e de transferência de renda do Estado.

A raça das mulheres entrevistada é predominantemente negra, sendo 12 mulheres negras e 3 brancas. Este dado vai ao encontro do achado estatístico que aponta serem as mulheres negras maioria dentre as titulares do PBF no município de São Paulo (59,6%) e com o levantamento municipal de 2015 que apontou que, nos distritos analisados, Parelheiros, São Mateus e Perus, a população negra é de 57,1%, 45,6% e 49,9%, respectivamente – percentuais significativamente superiores à média municipal de 37% que se autodeclara negra (SMPIR, 2015). Conforme pode se observar, o próprio espaço dos CRAS em que ocorreram as entrevistas era um espaço em que a maioria das pessoas que buscavam atendimento eram negras. É relevante salientar, ademais, que a alta presença de mulheres negras também pode ser justificada pelo fato de famílias chefiadas por pessoas negras serem mais pobres, apresentando um percentual de pobreza de 32%, enquanto essa taxa é de 16% para as famílias chefiadas por pessoas brancas (BRASIL, 2013).

Em relação ao estado civil, o número de mulheres casadas (7) é um pouco inferior ao de mulheres que vivem sem companheiro (8). Dentre estas, quatro afirmaram ser separadas, três solteiras e uma viúva. Há de se ressaltar que, nas camadas populares, o termo “casamento” significa coabitação, no sentido de assumir publicamente uma relação conjugal e constituir uma família. O casamento religioso e o casamento civil são raros, seja porque implicam custos para a sua realização, seja porque demandam a mobilização de burocracia para a ritualização da união (GEORGES; SANTOS, 2016). Valeska, por exemplo, durante toda a entrevista utiliza do termo “casada” para falar de sua situação conjugal, entretanto quando perguntada se era casada, responde: *“eu moro com o pai da minha filha... eu não sou exatamente casada, né... ele disse*

que vai casar o ano que vem, vamos ver”. Assim, para fins desta pesquisa, “casamento” é utilizado em sentido amplo, compreendendo as hipóteses formalizada e não formalizada, a partir da declaração das entrevistadas.

A presença do cônjuge aparece como fator determinante para a formação da renda familiar, uma vez que na maioria dos casos é o marido quem, de regra, assume o papel de provedor do lar, à exceção de momentos em que este fica desempregado. Este é o caso de Odete, em que o desemprego do marido fez reconfigurar os laços com filhos e parentes próximos, que passaram a fornecer dinheiro e mantimentos para garantir o sustento da família: *“meus parentes me ajudam, me dão uma cesta básica, uma caixa de leite...”*. Apenas Nice e Regina contribuem com a remuneração oriunda do trabalho, em conjunto à do trabalho de seus maridos, para o sustento de suas famílias.

Já nos lares em que as mulheres chefiam solo, é menos presente a função do trabalho próprio como principal fonte de conformação da renda. Dentre esses casos, como veremos mais detidamente adiante, apenas Roseli aparece como mãe solo em trabalho registrado em carteira e cujo rendimento é a principal fonte de renda do lar. Em outros casos, o trabalho remunerado desempenhado pelas mulheres aparece na forma de “bicos” realizados em constância de tempo pouco regular. Por outro lado, o recebimento de “ajudas” por parte de ex-companheiros, familiares, amigos e igreja não só é comum como contribui de forma mais fixa ao rendimento familiar mensal. Este fato se relaciona diretamente com o achado estatístico que aponta para a relevância das rendas recebidas regularmente e que não são oriundas do trabalho nem de políticas sociais.

É interessante notar que o valor monetário recebido por vezes de ex-companheiros não possui natureza de pensão alimentícia, mas sempre de uma ajuda esporádica que pode ocorrer com maior ou menor frequência – ainda que os filhos morem com as mães. Isso parece guardar relação com o fato de os casamentos e separações não serem juridicamente oficializados (cf. SANTOS, 2008, p. 268). Isso se soma, também, à certa proximidade que a existência de filhos impõe e ao desejo relatado de se evitar conflitos, de modo a preservar a relação entre os filhos e o pai.

O caso de Valeska é exemplificativo dentro do debate sobre renda familiar e responsabilidade para com os filhos. Aos 34, é casada pela segunda vez, está desempregada e possui três filhos: dois meninos, de 15 e 13 anos, filhos do primeiro casamento e uma menina, de 3 anos, filha do casamento atual. Quando do divórcio com o ex-marido, relata que ele ficou três anos sem pagar a pensão:

“Ele nunca quis pagar pensão, ele não paga. Ele tinha mês que eu falava pra ele ‘ó, eu vou acionar [a Justiça]’ e eu sempre ficava com medo de acionar por causa da molecada ‘mãe, meu pai, meu pai...’. E do dia da separação ele ficou três anos sem pagar nada, ele nunca pagou pensão. Então eu não acionei.”

Relata que o regime de divisão de guarda entre os dois é de guarda compartilhada²⁴, mas que ainda necessita utilizar o dinheiro que recebe do Programa Bolsa Família (R\$ 117) para comprar mantimentos e outros itens (como, por exemplo, roupas) para seus filhos mais velhos, que estavam morando com o pai nos últimos meses. Apesar de a guarda compartilhada prever a divisão de responsabilidades e de despesas dos filhos entre os pais, Valeska relata que o ex-marido não provê regularmente a casa:

“O pai deles fica o dia todo fora, come, tá cursando outra faculdade, é bem de vida, tem carro, tem moto, mas os filhos fica [sic] jogado. Nunca tem nada lá na casa deles. Tanto é que ontem eu entrei num acordo com ele, no zap [Whatsapp], a gente conversando, que eu quero os dois de volta. Eu quero, porque um tá comigo, né, só foi esses dias pra casa do pai. Mas eu falei ‘eu quero os dois comigo’.”

Tanto no caso das mulheres casadas como no caso das mulheres que vivem sem companheiro e desenvolvem a maternidade solo, entretanto, é notável a existência considerável de dependência econômica em relação a terceiros. Se o caso de mulheres casadas em que o marido assume o papel de provedor esta dependência é esperada, por outro lado, talvez essas relações de dependência sejam, a princípio, menos evidente entre as mulheres em posição de chefia das famílias monoparentais.

Quanto à maternidade, observa-se que todas elas são mães ou estão em vias de se tornarem. Há também uma tendência à coabitação dos filhos preferencialmente com as mães, no caso em que as mães não convivem com o pai, e até mesmo quando já possuem idade mais avançada. No caso de Odete, há o retorno do filho mais velho que se separou da mulher; no caso de Jurema e Roseli, conforme já apontado, as filhas adolescentes que se tornaram mães solteiras continuaram a viver com a mãe; no caso de Regina, todos os filhos ainda moram com ela e seu marido.

Nesse sentido, chamamos a atenção à ideia de Serge Paugam (2017) sobre a força que possuem os laços sociais lineares em famílias em situação de precariedade econômica e social. Segundo Paugam, os laços lineares são aqueles estabelecidos entre pais e filhos desde o

²⁴ A Lei Federal n. 11.698, de 13 de junho de 2008, que alterou os artigos 1.583 e 1584 do Código Civil Brasileiro, define, no §1º do art. 1583, guarda compartilhada como sendo “a responsabilização conjunta e o exercício de direitos e deveres do pai e da mãe que não vivam sob o mesmo teto, concernentes ao poder familiar dos filhos comuns” (BRASIL, 2008).

momento do nascimento da criança e que determina um tipo de proteção baseada na solidariedade intergeracional. Em sociedades em que este tipo de vínculo é forte, existiria uma forte solidariedade familiar para enfrentar a pobreza, o desemprego e o isolamento social. Por conta do poder desse vínculo em sociedades desse tipo, nas quais ele denomina haver um regime familista, que seria comum se observar a permanência dos filhos até idade mais avançada morando ainda com os pais, que seriam sua principal fonte de proteção social.

Uma fala recorrente das entrevistadas em relação à maternidade em relação ao Programa Bolsa Família diz respeito ao entendimento de que só estão integradas ao programa pelo fato de serem mães. Ou, ainda, que o complemento de renda obtido pelo programa é direito dos filhos, e não delas. A fala de Ellen é exemplificativa: *“porque é direito deles [dos filhos], se parar pra pensar, é direito deles... porque se não fosse através deles, não teria esse benefício”*. Nas entrevistas, apareceu de forma frequente a noção de que elas, enquanto mães, se enxergam como uma espécie de veículo intermediador entre a política de transferência de renda e o direito de receber o valor monetário, visto, muitas vezes, como sendo dos filhos. Entendimento semelhante apresenta Letícia Bartholo (2009), ao analisar a articulação trabalho família em relação às políticas de transferência de renda:

Isto é, o próprio nome do Programa – Bolsa Família – pode levar à conclusão de que os arranjos unipessoais não componham seu público, mesmo estando na situação de extrema pobreza abarcada pelo PBF. Do mesmo modo, não parece inválida a inferência de que o vínculo do PBF com as condicionalidades de educação e saúde para as crianças, ou seu foco na figura materna, induza à percepção de que famílias sem filhos, ou sem a figura da mãe, não façam jus aos benefícios do PBF. Se as famílias com filhos e com a presença da mãe procuram mais intensamente o cadastramento do que os outros tipos de família, a concretização desse viés de seleção pode ocorrer. (BARTHOLO, 2009, pp.120-121).

Por sua vez, o número de pessoas na casa aponta para a existência de uma pluralidade de arranjos familiares que nem sempre segue o padrão mãe e filhos ou mãe pai e filhos. É interessante destacar o caso de Marina, que havendo criado o filho sozinha, hoje vive solo. A noção de família ampliada²⁵, ou seja, aquela em que parentes próximos convivem no interior do mesmo grupo doméstico, também é retomada. No caso de Laila, a sobrinha se integra ao

²⁵ A denominação família ampliada ganhou definição legal com a reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei 12.010/09), no parágrafo único do artigo 25:

“Art. 25. (...)

Parágrafo único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.” (BRASIL, 2009).

núcleo familiar. No de Odete, parte dos filhos já não mora com os pais, mas a irmã foi integrada ao lar para que Odete pudesse lhe prestar cuidados mais de perto. A Fala de Valeska é exemplificativa da situação:

“Depois que a gente morou na minha mãe, aí a gente veio pra cá na casa da mãe dele, porque a mãe dele é falecida, né. Daí morava as duas irmãs e o irmão dele, aí dividiram a casa. Que é um sobrado, né, aí dividiram. Aí a gente ficou de um lado e as meninas do outro.”

Para Klass Woortman (1982), a família extensa, enquanto arranjo doméstico, corresponderia a uma estratégia, uma solução temporária, para o desenvolvimento do grupo doméstico, então unificado pelos princípios do parentesco. Longe de ser a expressão de valores culturais, Woortman sustenta que a família extensa seria, sim, um produto da pobreza. Carloto e Gomes (2011) endossam esse entendimento, apontando que a presença das famílias extensas, permanência de jovens adultos nas suas famílias, idosos que residem na mesma casa seriam situações se manifestam na unidade familiar como estratégias frente a situações de risco.

3.1.Revisitando trajetórias e experiências educacionais, laborais e domésticas

Escola, trabalho e casa são temas que se entrelaçam muito firmemente nas narrativas de vida das mulheres entrevistadas. Por essa razão, resolveu-se tratar dos temas de modo conectado, no intento de apresentar como as tramas que os envolvem se apresentam nesses relatos.

A tabela 10 apresenta os dados relativos à escolaridade e às experiências de trabalho produtivo das mulheres entrevistadas. Decidiu-se apresentar de forma relacionada os dois temas levando em consideração o nexo de causalidade que a escolaridade possui sobre a inserção no mercado de trabalho em geral e, também, nas trajetórias narradas.

Tabela 10: escolaridade e trabalho produtivo das mulheres entrevistadas

Nome	Escolaridade	Empregada? ²⁶	Ocupações ²⁷	Duração ²⁸	CLT ²⁹	Bico?	Do quê?
Gabriela	EF cursando (8ª série)	Não	Restaurante: garçoneiro, limpeza; traficante	Até 2014	Nunca	Não	-----
Valeska	EF incompleto (8ª série)	Não	Cuidadora	Até set/16	Não	Sim	Cuidadora
Olívia	EM completo	Não	Restaurante: auxiliar de cozinha, saladeira, atendente, balconista	Até jan/17	Sim	Sim	Vendedora
Nice	EF incompleto (6ª série)	Sim	Auxiliar de limpeza terceirizada, metalúrgica, camareira	Há 6 anos	Sim	Sim	Vendedora
Laila	EF completo (até a 8ª série)	Não	Diarista	Até 2015	1 vez	Não	-----
Jurema	EF incompleto (até 6ª série)	Não	Vendedora	Até jan/2011	18/19 anos	Espora dicamente	Reciclagem
Ellen	EF incompleto (até 6ª série)	Não	Doméstica	Até os 25 anos	Nunca	Não	-----
Natália	EM completo	Não	Bicos	Sempre	Nunca	Sim	Vende Avon e Natura
Odete	Analfabeta	Não	Babá	Vários anos	Não	Não	-----
Gisele	EF incompleto (até 7ª série)	Não	Entregadora de panfletos	Até os 14 anos	Não	Não	-----

²⁶ Considera-se empregada, para fins desta pesquisa, “toda pessoa física que prestar serviços de natureza não eventual a empregador, sob a dependência deste e mediante salário”, conforme determinação presente no artigo 3º, “caput”, da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). (BRASIL, 1943).

²⁷ Ocupações que declararam ter desempenhado, apresentadas da mais recente para a menos recente.

²⁸ Duração engloba: (i) tempo a partir de quando ficou desempregada, para as mulheres que não estão empregadas, e; (ii) tempo em que está empregada, para as que estão empregadas.

²⁹ Registro em carteira de trabalho.

Cláudia	EF incompleto (até 5ª série)	Não	Metalúrgica, atendente, babá, doméstica	Intermitent e (parou 10 anos para cuidar da mãe)	2 vezes	Sim	Vendedora e faxina
Regina	ES cursando (serviço social)	Sim	Agente SUAS, cabelereira, manicure	Out/2015	Não	Não	-----
Stéfani	EM cursando (1º colegial)	Não	-----	-----	Não	Não	-----
Roseli	EF incompleto (2ª série)	Sim	Auxiliar de limpeza	3 meses	Sim	Sim	Faxina
Marina	EF incompleto	Não	Autônoma no movimento de moradia, empacotadora, babá, limpeza, repositora	+20anos	Não	Sim	Catadora de latas

3.1.1. Escola

Ao se observar a escolaridade, observa-se que existe uma tendência que confirma o que constata as estatísticas nacionais sobre o público inserido no Programa Bolsa Família e a específica sobre as mulheres titulares do programa no município de São Paulo.

Quando se investiga as razões para o abandono dos estudos, há a questão do casamento e da gravidez como fator predominante: é o caso de Gabriela, Valeska, Laila, Jurema, Ellen, Gisele e Regina, que apresentam narrativas praticamente uníssonas em relação à interrupção dos estudos. Segundo Valeska:

“Parei no oitavo ano, quando engravidei do meu de 15 anos. Quando eu voltei, eu ainda fiquei uns 6 meses em casa e voltei a estudar. Quando eu voltei a estudar, o pai dele [seu primeiro marido] me tirou da escola. Aí tive que ficar em casa [...] até ele completar 12 anos.

[...]

Eu tentei voltar pra escola, mas aí ele foi e me tirou. Comecei a estudar numa escola perto de onde a gente morava, aí ele foi, barrou e tive que sair. Aí na outra escola que eu estudei, [ele] barrou e tive que sair também. Tive que parar duas vezes. Aí eu vi que não tinha mais jeito.”

O caso de Jurema é semelhante, em especial no que toca na figura do marido como elemento impeditivo ao retorno aos estudos. Relata que parou de estudar quando cursava a sexta série, porque casou. Natural de Rui Barbosa, na Bahia, logo após o casamento teria vindo para São Paulo com o marido, *“mas aí não voltei não a estudar... porque meu marido era muito ciumento. Aí tive o filho mais velho e acabei desanimando de voltar a estudar. Não voltei mais.”*. Já Gisele relata que, após casar e parar de estudar quando estava na sétima série, não teve mais oportunidade de estudar, uma vez que o cuidado com os filhos pequenos e com a casa tomam todo o seu tempo.

Os relatos de Ellen e Laila relatam que, apesar do casamento, já faltava alguma vontade própria em persistir nos estudos. Ellen estudou até a sexta série, quando casou *“aí que eu não quis voltar a estudar mesmo... não tive mais paciência”*. Laila, por sua vez, relata que, mesmo havendo parado de estudar por causa da gravidez, a saída da escola lhe trouxera um alívio: *“Eu parei de estudar foi por causa da gravidez e não foi... foi porque... porque eu cansei de estudar em escola. Porque o ensino de lá [Bahia] é melhor, só que eu mesma estava cansada”*.

Outra razão pela qual as mulheres relataram ter abandonado os estudos repousa na necessidade de trabalhar fora de casa ainda na infância ou início da adolescência, como forma de driblar os efeitos da pobreza de suas famílias. Em particular, o envio de crianças para trabalharem com serviços domésticos em outras casas é um fenômeno de raízes históricas no Brasil e fortemente relacionado à interrupção dos estudos (SEGNINI, 2003).

O caso de Roseli é emblemático nesse sentido: oriunda de São Luís, do Maranhão, vem de uma família de dezoito filhos e parou de estudar aos 7 anos de idade, quando foi enviada pelos seus pais para trabalhar como doméstica na casa de outra família, *“porque minha mãe não tinha condição [...] e dos sete pra cá eu nunca parei, sempre trabalhando”*. Este também é o caso de Marina, que parou de estudar para trabalhar, pois era a filha mais velha dos seis irmãos. Aos 12 anos, foi enviada por seus pais para trabalhar na casa de uma família como babá.

Nice, por sua vez, relata que começou a trabalhar em metalúrgica aos 16 anos e tentou resistir à interrupção dos estudos, mas acabou sendo vencida pelo cansaço:

“Eu tava na quinta série, mas aí, quando fui trabalhar, comecei a estudar a noite e me dava sono... porque eu acordava cedo, aí na sala de aula eu ficava cochilando, cochilando e quando eu ia ver eu tava dormindo, aí eu pensei ‘ai meu Deus, não tem como’.”

Seu caso vai ao encontro do que sustenta Yumi dos Santos (2008), ao notar que a dupla jornada trabalho/estudo pode comprometer o desempenho do estudante e influir negativamente em sua trajetória de trabalho futura. O caso de Nice é exemplo dessa situação, em que a rotina promovida pela conjugação das jornadas de estudo e trabalho desfavoreceu a continuação dos estudos.

Em outros casos, mesmo quando as mulheres conseguiram conciliar estudo e trabalho nos primeiros anos da adolescência, foi a perspectiva de casamento que influenciou a saída da escola, e também do trabalho. No caso de Gabriela, o casamento foi consequência de uma gravidez. Ela, que trabalhava desde os 12 anos de idade, parou de estudar quando tinha 14 anos. Nessa época, conta que ficou grávida de seu filho mais velho e se casou. O marido, entretanto, passou a proibi-la de sair de casa, momento em que se viu obrigada a abandonar trabalho e estudos. Já Gisele estudava e trabalhava com a mãe entregando panfletos no farol desde os 13, até que se saiu de casa aos 14, já grávida, para morar com o marido, doze anos mais velho. A partir desse momento, abandonou os estudos e o trabalho.

Em ambos os casos, é notável a reprodução dos papéis tradicionais de gênero, em que o homem se encarrega de “liberar” a mulher dos espaços públicos de estudo e trabalho, agora que assume a posição de provedor do lar. Há que se notar que o homem figura como centro das decisões nos primeiros momentos de formação da família: é o marido quem determinou, nesses casos, a saída dessas mulheres do ambiente escolar e sua dedicação ao lar.

Segundo Woortman (1982), o casamento constituiria uma unidade doméstica independente que segue a ideologia de família nuclear enquanto modelo socialmente

legitimado. A família nuclear se organizaria em torno dos papéis centrais do “pai de família” e da “dona de casa”, que seriam interdependentes entre si, tornando as categorias “casa” e “família” dois elementos do mesmo domínio ideológico. Nesta família, cabe ao homem o papel de chefe de família, aquele que provê a casa com os meios necessários à reprodução da família, e à mulher, de chefe da casa, que preside o consumo, submetendo-o às necessidades coletivas da família. Cynthia Sarti (1985) completa:

Esta divisão complementar permite, então, a realização das diferentes funções da autoridade na família. O homem corporifica a ideia de autoridade, como mediação da família com o mundo externo. Ele é a autoridade moral, responsável pela respeitabilidade familiar. Sua presença faz da família uma entidade moral positiva, na medida em que ele garante o *respeito*. Ele, portanto, responde pela família. Cabe à mulher a importante dimensão da autoridade, manter a unidade do grupo. Ela é quem cuida de todos, e zela para que tudo esteja em seu lugar. É a *patroa*, designação que revela o mesmo padrão de relações hierárquicas na família e no trabalho. (SARTI, 1985, p. 43).

Além disso, nas classes trabalhadoras e mais pobres, segundo Telles (2001), a família tem uma importância definitiva, pois:

É o espaço que viabiliza a sobrevivência cotidiana pelo esforço coletivo de todos os seus membros; é o espaço no qual constroem os sinais de uma respeitabilidade que neutraliza o estigma da pobreza; é o espaço, ainda, no qual elaboram um sentido de dignidade que compensa moralmente as adversidades impostas pelos baixos salários, pelo trabalho instável e pelo desemprego periódico. [...] A valorização da “família unida”, tão presente no universo popular, pode ser tomada como indicação nesse sentido. (TELLES, 2001, p. 107).

Segundo Danièle Kergoat (2009), é, todavia, importante destacar os processos pelos quais a sociedade utiliza a diferenciação entre as atividades dos homens e das mulheres para hierarquizá-las:

Assim, as formas sociais ‘casal’ ou ‘família, que podemos observar em nossas sociedades, são ao mesmo tempo expressão das relações (*rappports*) sociais de sexo configuradas por um sistema patriarcal e também espaços de interação social que vão, eles mesmos, recriar o social e dinamizar parcialmente o processo de sexuação do social. (KERGOAT, 2009, p. 72).

Trata-se de perceber que “são as relações sociais que pré-configuram a sociedade” (KERGOAT, 2009, p. 72). Os papéis sociais atribuídos ao homem e à mulher dentro da lógica familiar não apenas reproduzem a hierarquização de tarefas existente na sociedade, mas também são recriados no interior da família e da casa.

Entretanto, conforme será visto a seguir, a posição da figura pública masculina que provê o lar pode acabar eventualmente frustrada. Dentro da dinâmica familiar, não basta ao homem apenas o dever de prover à família de elementos materiais, há que se inspirar

respeitabilidade. Uma vez que a figura masculina do “chefe de família” está ligada à noção de respeito social, a sua dignidade perante a todos está relacionada a um padrão de conduta que é essencialmente moral. Homens que desviam desse padrão, como quando, por exemplo, se “entregam” à bebida, pedem a fonte de sustentação moral de sua autoridade, a qual começa a ruir (SARTI, 1985).

Dentre as que retornaram aos estudos, a principal motivação foi a vontade de alcançar melhores postos de trabalho. Gabriela, por exemplo, havia retornado há pouco tempo os estudos, pois desejava prestar o concurso para a polícia civil do estado, o que requeria a conclusão do ensino médio: *“tem que ter altura, tem que ter peso. Isso aí eu tenho, eu já passei dessa parte. Só que eu preciso terminar de estudar, aí ano que vem eu consigo fazer”*. Valeska também tinha por objetivo retornar os estudos para poder concluir o curso técnico de enfermagem:

“Eu tô doida querendo voltar... e, se eu voltar, eu vou fazer o meu auxiliar de enfermagem. Porque eu comecei, só que não pude terminar porque eu não tenho o ensino médio [...] porque se tivesse, eu já teria terminado os meus estudos faz tempo. Eu quero fazer o auxiliar de enfermagem, quero fazer o técnico, depois eu quero tentar uma vaga em casa de repouso. Porque eu gosto de cuidar de velhinhos.”

O cansaço da rotina trabalho-estudos-casa também é retratado. Roseli relata que, quando passou a morar em São Paulo, em 2013, tentou retornar aos estudos. Sua ideia era completar o ensino fundamental, para tentar conseguir outro tipo de emprego que não fosse ligado à limpeza, já que seus problemas de saúde vêm impossibilitando sua continuidade nesse mercado:

“Eu já tentei aqui quando vim pra São Paulo, só que devido ao meu problema de saúde e o cansaço do dia-a-dia do trabalho, eu não conseguia dar conta de tudo... aí eu parei, eu nem fechei o ano, no mesmo ano que eu comecei eu não fui em frente, eu parei... passei uns quatro meses, mais ou menos”.

A busca por melhor qualificação para o mercado de trabalho também é observada no caso de Regina. Aos 17 anos de idade, trabalhava em uma imobiliária e cursava a sétima série, quando abandonou escola para se casar: *“casei em 1992 e tive meus filhos, aí era mais dona de casa mesmo. Depois fui trabalhar com vendas, em sacolão. Mas quando tive os filhos parei de vez”*. Aos 20 anos, teve o primeiro dos cinco filhos (que na data da entrevista tinham 22, 21, 13, 11 e 8 anos). Voltou a estudar em 1999, quando completou o ensino fundamental. Em 2000, começou a cursar o ensino médio: *“mas devido à turbulência na escola pública eu desisti, eu saí”*. Regina lembra que a partir de então teria começado a fazer cursos *“de manicure, cabelereira, sobrancelha”* e que, em 2009, abriu um salão de beleza. Voltou a cursar o ensino médio no ano de 2011, completando-o dois anos depois. Em 2015, ingressou no curso de serviço

social e conseguiu um estágio no CRAS onde foi entrevistada. Seu objetivo era o de concluir a graduação, para então conseguir um emprego público ou privado na área *“ou então tentar abrir uma ONG em alguma comunidade para dar apoio as pessoas que moram ali... [fazer] entrega de leite, auxílio nas políticas públicas”*.

Além disso, é relatado o esforço para que filhos permaneçam na escola e, talvez, como a essa segunda geração oportunidades mais amplas também aparecem no horizonte. Séfani, apesar de aos dezesseis já morar em residência própria, narra os esforços que sua mãe, titular do PBF desde 2007, fez para que ela continuasse na escola a partir do momento em que seu padrasto, principal provedor do lar, falece, em 2009: *“aí, a partir desse momento ela passou a catar reciclagem para cuidar da gente”*. Ela garante que foi esse ato que permitiu que continuasse com os estudos até o momento, quando cursava o primeiro ano do ensino médio³⁰. Relatou que deseja fazer *“faculdade de artes cênicas, porque meu sonho é ser atriz... eu fazia teatro”*. Grávida diz que pensa em ter o filho e buscar um emprego *“de telemarketing, por enquanto, até subir de cargo, fazer uns cursos”*.

Essa dimensão da preocupação com a educação dos filhos é observada no orgulho que Cláudia conta que seus três filhos concluíram o ensino médio *“e o mais novo, que mora comigo, também concluiu curso técnico no Senai”*. Mas também aparece quando percebem eventuais deficiências no ensino ou que o filho não tem bom desempenho na escola. Laila compara o ensino de São Paulo com o da Bahia: *“aqui não é bom que nem lá, não... aqui eles passam a criança direto de série. Meu filho tem 9 anos e não sabe nem ler e nem escrever”*. Regina relata que seus filhos mais velhos não chegaram na faculdade *“meu filho mais velho parou no segundo grau e o de 21 tá terminando agora o terceiro ano”*.

Por fim, nota-se que, apesar da escolaridade ser um fator importante na constituição das trajetórias narradas pelas entrevistadas, não se pode traçar uma ligação direta entre escolaridade mais elevada e empregos melhores ou menos precários. Isso porque, ao considerarmos as cinco entrevistadas que completaram o ensino fundamental, percebemos que uma delas trabalha em tempo parcial em um estágio temporário, uma está desempregada e três estão fora do mercado de trabalho e não buscam colocações nele.

³⁰ De acordo com Santos (2008):

A necessidade de compensar a falta da presença paterna, associada ao "medo" de ser culpabilizada pelo fracasso escolar das crianças, faz com que a mãe chefe de família monoparental sinta-se pressionada a acompanhar de perto os estudos de seus filhos. Dessa forma, mesmo as mães de baixa escolaridade e que não retomaram os estudos insistem na boa formação escolar dos filhos. (SANTOS, 2008, p. 121).

3.1.2. Trabalho

Em relação à busca por emprego e posições no mercado de trabalho, observou-se que, dentre as razões do afastamento em relação ao mercado de trabalho, assim como no estudo, o dever de cuidado com a casa e com os filhos aparece como motivo predominante. Assim como se viu ocorrer em relação aos estudos, em muitos relatos as mulheres narram que o casamento foi o ponto decisivo para o afastamento do trabalho. Dessa forma, nos casos em que a mulher já estava inserida no mercado de trabalho, o casamento implicou sua retirada. Já nos casos em que a mulher não desempenhava trabalho produtivo, o casamento implicou no não contato com o mercado de trabalho.

Em relação ao afastamento das mulheres da esfera do trabalho produtivo, é importante retomar os papéis que homens e mulheres desempenham no interior da casa, pensada enquanto estrutura material e simbólica da organização familiar (WOORTMAN, 1982). Um ponto de união em muitos relatos foi o casamento como entidade criadora dos papéis sociais de pai de família e de chefe do lar. Assim, por um lado, as mulheres entram no casamento tendo em mente a promessa de que o marido desempenhará o papel de homem provedor. Conforme aponta Sarti (1985), o ganho que permite o sustento da casa pelo marido e a noção de honra pessoal são dois fatores que se mesclam para compor a autoridade paterna. Por outro lado, as próprias mulheres, a partir da união matrimonial, buscam assumir a gestão interna da organização familiar a que pertencem. Sua autoridade na família estaria vinculada à valorização da mulher enquanto mãe, partindo do universo simbólico no qual a mulher apenas se torna uma mulher completa quando se realiza nas funções de mãe (SARTI, 1985).

A partir dessas considerações, é possível compreender a frequência com que aparecem nas narrativas de saída das mulheres do trabalho produtivo para cuidar da casa e dos filhos, ao passo que o homem assume o papel de provedor do lar, por meio do trabalho remunerado – situações que foram parcialmente narradas quando se apontou a figura masculina como motivo de interrupção dos estudos. Nove dentre as quinze entrevistadas declararam ter deixado de trabalhar para cuidar da casa e dos filhos, sendo o sustento da casa advindo do rendimento do trabalho do marido. Assim Nice, que trabalhava na metalurgia desde os 16 anos, relata:

“Aí quando eu fui morar com o meu marido, ele era feirante, ele não ganhava mal e ele falou pra mim que não era pra mim trabalhar. E eu besta fui na conversa, porque se eu tivesse continuado a trabalhar, hoje eu estaria aposentada, né. Aí eu fiquei grávida da minha filha de 24 anos, não trabalhei mais, aí ficou parada a minha carteira, né. Eu deveria ter feito ele pagar também [o INSS]. Não fiz por falta de sabedoria. E ele é feirante até hoje, desde criança.”

Uma variação dessa experiência consistiu no fato de o homem expressar o desejo de que a mulher não trabalhe a partir do momento em que, já casados, a mulher tem o primeiro filho. Este é o caso de Regina, como já descrito acima, que abandonou o trabalho para cuidar dos filhos pequenos. E o de Ellen, que mesmo com filhos (pré-)adolescentes, não pensa em voltar a trabalhar, pois o marido, mecânico e dono de uma mecânica, não deixa:

“No comecinho do casamento ele deixava trabalhar, depois que tive os filhos não... ciúmes deve ser, não? Quando eu trabalhava não era casada, só trabalhava mesmo. Mas aí, depois que a criança nasceu, tive que sair porque ele não queria mais.”

É interessante notar que, paralelamente ao dever de cuidar dos filhos e da casa, os “ciúmes” do marido aparecem de forma corriqueira dentre as justificativas para permanecer no lar. No caso de Gabriela, como apontamos, ela não apenas ficou impossibilitada de retomar os estudos ou o trabalho após a gravidez e casamento, como também sequer poderia sair de casa: *“aí eu não trabalhava mais, porque eu não podia sair de casa, porque o meu marido não deixava. Só depois que eu me separei dele que eu voltei a trabalhar”*. Laila, por sua vez, está no segundo casamento, e relata que, durante grande parte do primeiro casamento, não pode trabalhar, especialmente porque o marido exigia que ficasse em casa cuidando dos filhos:

“Quando eu era casada com o meu ex-marido ele não fazia nada, até o copo eu tinha que pegar da mão dele... era muito, muito ruim. E outra, ele não me deixava sair, não deixava eu conversar com ninguém. Até o portão era todo fechado, pra mim sair, eu tinha que sair escondida. Ele ia trabalhar era duas horas da tarde, aí quando dava meia hora eu saía. E quando dava 7, 8 horas da noite eu voltava pra casa, que era a hora que ele ligava. Eu tinha que estar em casa quando ele ligava, porque ele ligava pra casa e ligava para o celular. Aí eu tinha que estar em casa pra mim atender. Eu não vivia, eu vegetava.”

No caso de Roseli, ciúmes e “papel de homem” se unem de forma distinta dos demais casos observados, mas é reveladora de como esses dois elementos andam juntos na lógica afetivo-familiar. Ela conta que, ao engravidar de um namorado aos 14 anos, foi abandonada por este. Comenta que tinha expectativas de que ele de fato a assumisse e cuidasse dela e da criança. Entretanto, isso não aconteceu e ela encontrou abrigo temporário na casa da mãe do rapaz:

“Eu tinha esperança de ele ser meu marido, só que na realidade ele não levou nada a sério. Aí eu fui morar na casa dela [a mãe do namorado], ela ficou assumindo a responsabilidade que era dele, até o meu filho ter um ano e meio de idade.”

Roseli ressalta que essa situação a frustrou muito, pois se sentiu desamparada pelo pai do filho, seu namorado, em um momento de fragilidade. Relata que, naquela época, já se trabalhava na casa de uma família e que teve que deixar o emprego, onde morava. Com a gravidez, passou a sentir muitos enjoos e cansaço, que a impediam de trabalhar. Esperava que

o namorado se casaria com ela e a ajudaria econômica e afetivamente durante a gravidez, porém ele se ausentou. E, para a sua surpresa, após esse período:

“Aí depois que eu comecei a ficar normal depois da gravidez ele começou a cobrar normal de mim, ele queria voltar atrás. Aí eu tive que sair [da casa da mãe dele], ele não deixava eu sair de casa, ele cobrava ciúmes, eu tinha de dar satisfação de tudo da minha vida. Mesmo não tendo mais relacionamento. Ele queria pra mim voltar com ele, só que eu não tava mais querendo. Porque o que ele fez de me abandonar no dia que eu cheguei a dizer pra ele que eu tava grávida, então eu não podia mais voltar, porque ele ia fazer de novo. Porque ele não tava cumprindo o papel de homem.”

A noção de que ele deveria ter cumprido “seu papel de homem” aparece como condição para que tivesse legitimidade para expressar algum ciúme ou sentimento de posse. À medida que esse namorado se afasta da responsabilidade de casar e prover mulher e filho, abandonando-a, a tentativa de se exercer controle sobre ela passa a ser entendida como ilegítima. Neste ponto, cabe observar a concepção interiorizada no ideário social do casamento como um contrato que pressupõe o indivíduo como proprietário. Não só o casamento estabelece o acesso sexual legítimo à propriedade da pessoa (PATEMAN, 1993), como seria o acordo, verbal ou escrito, a conferir ao homem o poder de interferir sobre a liberdade individual da mulher de socialmente validada.

Os ciúmes do primeiro marido também foram causa para que Valeska não trabalhasse logo no início do casamento. Vítima de violência doméstica nos seus dois casamentos (ainda continua casada com seu segundo marido), indica que o modelo de homem trabalhando fora e mulher trabalhando dentro da casa se mostrou instável demais para que assim perdurasse. Conta que apenas quando estava em vias de se separar de seu primeiro marido pode se fixar em um emprego: *“porque pra mim poder trabalhar, eu tive que largar dele”*.

No caso de Valeska, é interessante notar que o primeiro marido, embora não permitisse que ela trabalhasse, ele próprio também não o fazia, não se colocando no papel de homem provedor da casa. Relembra a situação vivida da seguinte maneira:

“Então, ele não fazia nada. Sabe quando o pai tem condição e a mãe tem condição? Que sempre foi bancado pelo pai e pela mãe? Ele tava acostumado do pai e da mãe bancar, então ele acomodou... mas tipo assim, tinha aquele negócio, né, tinha que ficar [com ele], sempre tinha aquilo de tem filho no meio, é novo ainda, dois aninhos, três anos... ‘aguenta’, meu pai falava sempre isso, ‘aguenta’.”

Hoje, no segundo casamento, sente necessidade de trabalhar fora e ter uma renda própria do trabalho. Expressa algum desconforto em relação à situação de dependência econômica em relação a seu segundo marido, cuja renda advinda do trabalho sustenta a casa. A

principal motivação para a busca por emprego seria, contudo, a necessidade de prover bens materiais necessários para seus filhos do primeiro casamento, já que o primeiro marido e pai dos meninos não os provê adequadamente:

“Agora eu tô atrás de serviço, porque se eu tiver um meio, um meio de me sustentar e bancar os meus filhos, porque, querendo ou não, às vezes eu tenho que pedir alguma coisa pra ele [segundo marido] ajudar nos meus filhos.”

Revela, ainda, que a necessidade de trabalhar está vinculada a turbulências conjugais vividas recentemente no casamento atual. Conta que está em fase de reconciliação com seu segundo marido após um desentendimento no qual o companheiro a expulsou de casa, porém demonstra algum grau de preocupação:

“Agora, que tá num tempo de reconciliação, tudo é legal, é bacana, tem que aproveitar as oportunidades, né. Então eu tô atrás ainda, fiz umas entrevistas, tô vendo. Aí minha menina [a filha mais nova] fica em creche, entendeu? Aí é mais fácil arrumar [emprego] agora, porque, querendo ou não, no dia que ele me tocou de casa, eu não tive pra onde ir.”

Outra situação que marca uma ruptura com o papel do marido provedor e mulher dona-de-casa, é a necessidade recorrente de as mulheres voltarem ao mercado de trabalho, em decorrência da insuficiência de rendimentos. Laila conta que, apesar da resistência de seu primeiro marido em aceitar que ela trabalhasse, o crescimento da família impôs a necessidade de sua ida ao mercado de trabalho, quando passou a trabalhar como diarista. No segundo casamento, passa agora por situação similar:

“Meu marido é montador, o salário dele não dá pra pagar tudo: água, luz, aluguel, gás e sustentar a casa. Então eu vou começar a procurar emprego assim que a [filha] mais novinha completar 6 meses e poder colocar na creche.”

Essa então chamada ruptura da dinâmica pautada no marido provedor também ocorre nos casos em que o vício em álcool ou drogas termina por impedir esses homens a se manterem de forma regular na esfera produtiva. Jurema lembra que, apesar do desejo do marido em assumir sozinho o sustento da casa, acabou retornando ao mercado de trabalho pouco tempo após o casamento, antes mesmo do primeiro filho nascer:

“Ele não me deixava trabalhar... só fui voltar quando ele não trabalhava mais... porque já tinha se entregado à bebida. Aí as dívidas foram se acumulando e eu comecei a trabalhar pra pagar as dívidas. Mas era complicado, o menino mais velho não tinha nem nascido ainda.”

Situação parecida encontrou Roseli, que conta que, após o episódio com o ex-namorado, já quando seu filho tinha quatro anos, casou-se com outro homem. O casamento durou doze anos, mas há quatro se separou. Relata que, embora nunca tenha parado de trabalhar, era o marido que ganhava mais, porém se viu obrigada a terminar o relacionamento a partir do

momento em que seu vício em drogas passou a prejudicar a convivência dentro do núcleo familiar: *“Aí, depois disso, ele nem arranhou mais serviço pra ajudar os filhos, ele tá perdido na droga. Aí eu tô assumindo a responsabilidade de pai e de mãe”*. Nesse sentido, foi a falha de não se ter o chefe de família como provedor o fator a desencadear a ruptura conjugal (Cf. GEORGES; SANTOS, 2016).

O afastamento da esfera produtiva também pode se dar por razões de saúde, seja o afastamento para cuidar de algum familiar que enfrenta problemas de saúde, como quando a própria saúde deteriora a ponto de impossibilitar a continuação no mercado de trabalho. Olívia precisou abandonar o trabalho para cuidar do filho, que, apesar da pouca idade (dez anos), já já se deparava com questões relacionadas a drogas, o mesmo problema que parecia acometer o pai de seus filhos, seu ex-marido. Justifica:

“Por causa do meu filho, sim, é prioridade, né, é algo que eu vou ter pro resto da minha vida, então assim, meu dever como mãe é cuidar e zelar por eles. Então, se tem alguma coisa que não tá legal e que eu possa modificar alguma coisa na minha vida pra mim me empenhar mais a eles, com certeza, não pensaria duas vezes... se eu tivesse que... se voltasse no tempo e eu tivesse que tomar a mesma atitude da mesma forma eu tomaria a mesma atitude, eu sairia do serviço pra mim cuidar dos meus filhos.”

Cláudia, por sua vez, afastou-se temporariamente de seu emprego de recepcionista de consultório dentário, no ano de 2009, para tratar um câncer. Acabou sendo demitida seis meses após ter retornado ao trabalho e passou a se dedicar ao cuidado de sua mãe, que sofria de uma enfermidade cardíaca que se agravava progressivamente. Relata que, por se dedicar integralmente aos cuidados de sua mãe até seu falecimento, em 2016, ficou afastada por sete anos do mercado de trabalho.

No caso de Jurema, ela era o pilar de sustentação financeira da família, até que adoeceu. Relata que, como o marido era alcoólatra, sempre precisou trabalhar fora para sustentar a família. Trabalhou por dezenove anos como vendedora em lojas, com registro em carteira de trabalho. Estava afastada do trabalho por licença médica, mas, em janeiro de 2011, a empresa decretou falência e fechou as portas. A partir de então, não conseguiu mais trabalhar. A doença progrediu e hoje relata esquecimentos frequentes, a ponto de não poder ficar sozinha e não conseguir auxiliar nas tarefas da casa. Em suas palavras:

“Já tentei aposentadoria e não consegui, tentei inclusive [entrar com] recurso, mas não consegui. Aí meus filhos que me ajudam em casa, nas tarefas da casa. Tem coisas que eles não me deixam fazer por conta do problema do esquecimento. Aí minha menina mais nova estuda a tarde e a mais velha, a noite, por causa do neném. Porque é a mais nova que cuida do bebê para a

mais velha, porque não posso ficar eu mesma... nem pra isso eu tô servindo, pra você ver.”

Já Roseli tentava prolongar ao máximo sua permanência no novo cargo de auxiliar de limpeza, porém essa tarefa se dificultava à medida que seus problemas de saúde se agravavam:

“Eu comecei a trabalhar, mas já tô saindo. Ainda nem completei os 3 meses, mas eu tô saindo porque tenho problema de saúde. Tenho problema de diabetes, meu diabetes tá muito forte e aí eu tenho que entrar em tratamento. Ontem mesmo eu passei mal.”

Relata que estava tendo muita dificuldade em cumprir a jornada de trabalho e que sentia que precisaria parar. Dentre as razões pelas quais sente dificuldade em continuar no emprego, aponta para o desgaste físico que o tipo de trabalho que exerce impõe. E, pelo fato de seu salário ser a principal fonte de renda de sua família, a ideia de sair do emprego a preocupa demasiadamente. Diz:

“Lá o serviço é muito atarefado e a gente gasta muito o físico, é muita energia... aí eu me sinto fraca demais. Ontem mesmo eu fui no médico e fiz um monte de exames, fiquei internada. E hoje eu tô aqui fraca, fraca, toda doída. E mesmo assim, se eu parar, quem é que vai sustentar os meus filhos?”

Especialmente no caso de Jurema e Roseli, a necessidade de se afastar do trabalho em decorrência do agravamento de problemas de saúde impacta abruptamente a estruturação da renda familiar. Frente a tal situação, aparece a necessidade de se recorrer a outras fontes de renda: Jurema passou a contar com a ajuda regular de familiares e igreja, enquanto Roseli pensa em retornar à terra natal, onde o custo de vida é mais baixo e pode contar com o auxílio de familiares.

É relevante notar que, em não sendo essa significativa perda de rendimento familiar substituída por um amparo previdenciário do Estado (como, por exemplo, por meio do recebimento de aposentadoria), o grau de vulnerabilidade dessas mulheres e suas famílias se acentua. São, de certa maneira, obrigadas a traçar novas estratégias de sustento familiar, ao passo que também se aprofunda sua dependência a políticas estatais de transferência de renda, tal qual o Programa Bolsa Família.

Nesse sentido, Telles (2001) já sinalizava para o frágil equilíbrio das condições de vida familiar para as classes trabalhadoras brasileiras:

Qualquer “acaso”, como o desemprego, a doença, a invalidez ou a morte dos provedores principais, pode jogar as famílias nas fronteiras da pobreza ou mesmo da miséria. Para colocar a questão em um registro mais geral, as condições vigentes no mercado (e na sociedade) acabam por desfazer – real ou virtualmente – a eficácia possível das estratégias familiares, de tal modo que os riscos de pauperização definem o horizonte mais do que provável de parcelas majoritárias das famílias trabalhadoras. [...] [A questão da pobreza]

diz respeito à precariedade inscrita nas formas de vida das famílias trabalhadoras. (TELLES, 2001, p. 109).

Dessa forma, é fundamental apontar para gênero e classe como categorias analíticas para se pensar sobre saúde e trabalho. Isso porque o processo de qualificação do trabalho feminino é resultado de um conjunto de particularidades que compõem a socialização das mulheres. Vez que atividades de homens e de mulheres são diferenciadas segundo o sexo e hierarquizadas, mulheres acabam sendo concentradas em atividades que exigem qualidades que lhes são pretensamente naturais, tais como a docilidade, a paciência, e a resistência para o trabalho monótono e repetitivo (KERGOAT, 1990).

A soma do tipo de atividade que mulheres comumente desenvolvem no mercado de trabalho às atribuições de cuidado da casa e dos filhos faz com que o desgaste físico se intensifique progressivamente, originando doenças. Estas possuem forma diferenciada em relação às doenças tipicamente masculinas: entre as mulheres, é comum o desenvolvimento de doenças relacionadas ao estresse, lesões por esforços repetitivos e depressão (OLIVEIRA, 2000).

O estresse, por sua vez, pode estar relacionado a um estilo de vida urbano em que a qualidade de vida é baixa e há instabilidade econômica³¹. Assim, temos que não só o trabalho desenvolvido pelas mulheres, que é caracterizado pelo acúmulo de atividades de cunho produtivo e reprodutivo, como a situação de pobreza e vulnerabilidade social como um forte potencial para o desencadeamento de doenças que derivam do estresse. O desenvolvimento de diabetes, doença que acomete Roseli, é exemplo de doença ligada ao estresse ao qual mulheres são acometidas, bem como à sua condição de pobreza³².

A situação de Roseli também ilustra outro caso, menos frequente, referente à não interrupção do trabalho produtivo a partir do casamento. Nesses casos, o rendimento do trabalho do marido não se mostrou suficiente para a manutenção da casa (caso de Roseli) ou houve um consenso por parte do casal de que a mulher não necessitaria precisaria largar o emprego (caso de Cláudia). Ainda quando casada, Roseli não se viu em condições financeiras suficientes para “parar de trabalhar”, trabalhando como empregada doméstica em diversas casas. Lembra:

³¹ Segundo Filgueiras e Hippert (2002), dentre os principais fatores desencadeadores do estresse, figurariam: tensões no trabalho, pressão e exigência além do suportável, preocupações com o futuro, instabilidade econômica e política, baixa qualidade de vida, estilo de vida urbano, desemprego.

³² A prevalência de desnutrição intrauterina e insuficiência alimentar decorrente da pobreza estimularia os mecanismos que o corpo dispõe para controlar o gasto energético, resultando em uma maior capacidade de armazenamento de gordura no corpo. Tal armazenamento pode levar ao desenvolvimento de obesidade, sobretudo de obesidade central (acúmulo de gordura na região do abdômen), a qual propiciaria o aparecimento de doenças cardiovasculares, diabetes e hipertensão (SAWAYA et al., 2003).

“Primeiro eu trabalhava com uma família... teve uma família que eu trabalhei 10 anos. Aí lá [no Maranhão] nunca é um salário normal... eu ganhava 300, 250 por mês. Lá eu trabalhava de bico, só que com o mês fechado direto, né.”

Assim como Roseli, Olívia conta que a saída do mercado de trabalho nunca surgiu como opção para ela, mesmo quando casada. Expressa, inclusive, que sua vontade era de poder ficar mais tempo com os filhos e acompanhar mais detidamente seu cotidiano e desenvolvimento, mas que sua condição financeira não permite:

“Na realidade, a gente gostaria é de ficar em casa, com uma condição boa pra cuidar, acompanhar, mas infelizmente não tem como fazer isso. A gente tem a necessidade... não é porque “ah, eu quero sair pra trabalhar”, entendeu? Eu tenho a necessidade de sair pra eu poder dar o melhor para os meus filhos, então eu vou trabalhar. A mãe ela não deixa um filho com um vizinho, com um amigo, com uma amiga pra ir trabalhar porque ela gosta, porque ela é muito empenhada... não, é por conta da necessidade mesmo.”

Cláudia, por sua vez, nunca cogitou parar de trabalhar de forma remunerada, embora tenha se casado com seu namorado logo após engravidar, aos 20 anos. Ela e seu marido eram metalúrgicos na época, com registro em carteira. Com o tempo, ambos experienciaram um processo de transição ocupacional: ele se tornou balconista e ela, babá e empregada doméstica.

A transição ocupacional para posições de trabalho menos protegidas por direitos e que demandam menor escolaridade também foi vivenciada por Nice, que trabalhou no setor fabril de metalurgia por quase dez anos. Entretanto, após a última empresa que trabalhou fechar por falência, há sete anos, não encontrou mais emprego na área. Ela, já com 40 anos de idade, conseguiu emprego apenas em uma empresa de serviços de limpeza terceirizados, ramo em que está até hoje. Ao relembrar os empregos que teve, fala:

“Naquela época, eu trabalhava em metalúrgica, mexia com peças eletrônicas. Eu gostava muito de trabalhar como metalúrgica, era muito diferente do trabalho na limpeza. Mexia com cinto de segurança e trabalhei também numa empresa que fazia cone, cone de alto-falante e gostava, gostava de trabalhar. Limpeza eu trabalho por falta de opção, mas o que eu gostava mesmo era de trabalhar como metalúrgica [...] eu até gosto da empresa, mas se for pra falar se eu gosto do trabalho, eu não gosto não.”

Quando perguntada sobre as razões pela qual a busca de posições no setor metalúrgico não resultou em emprego, responde:

“Eu tenho tentado arranjar emprego como metalúrgica, mas o que acontece é que nessa época de 1990, 1992, não pedia colegial e hoje tudo eles estão pedindo terceiro colegial. Isso aí me atrapalhou muito. Eu tinha a experiência e não tinha estudo.”

Mais uma vez, a exigência por maior escolaridade aparece como um obstáculo para a inserção em determinadas ocupações, especialmente aquelas em que a taxa de formalização é mais alta. No caso de Nice é possível falar, inclusive, em uma perda de capital de qualificação,

uma vez que sua reinserção no mesmo ramo se torna impossível à medida que se eleva a qualificação demandada para tal ocupação profissional.

Contudo, cabe contextualizar os casos de Cláudia e Nice com a tendência nacional de reestruturação organizacional que teve espaço especialmente a partir do início dos anos 1990, impondo novos destinos empregatícios aos trabalhadores demitidos (GUIMARÃES, 2004). Este movimento se engloba dentro de um processo de desindustrialização nacional, marcado pela migração de ocupações do setor industrial para o de serviços. Nele, observa-se uma tendência à informalização do mercado de trabalho, em que grande parcela da população foi excluída do emprego protegido (POCHMANN, 2014; 2008).

Cláudia e Nice são, assim, exemplos vivos do movimento histórico de enxugamento dos postos de trabalho industriais e concentração feminina em atividades informais e precárias, entendidas como de má qualidade e não protegidas pela legislação (BRUSCHINI e LOMBARDI, 2002). Segundo Hirata (1998), o movimento de transição ocupacional para posições de trabalhos mais precárias não implicaria o fim do trabalho, mas sua dispersão em diferentes situações de trabalho ou “mundos de trabalho”. No caso de Cláudia, esse reflexo é visto a partir do momento que transita do trabalho fabril registrado para ocupações informais no trabalho doméstico e de cuidados, enquanto. Já Nice, mesmo registrada, desempenha uma atividade para a qual se exige menor qualificação, de relativa menor qualificação e menos protegida pela legislação trabalhista.

É interessante ressaltar que a terceirização também se relaciona à deterioração da saúde das mulheres, assunto debatido acima. Segundo Hirata (1998):

[...] a saúde das mulheres parece duplamente ameaçada: pela conjunção da precariedade do emprego, das exigências de flexibilidade que empresas do mundo inteiro, em número crescente fazem às assalariadas (estas, no Brasil, sobretudo pelo processo de terceirização, aproximam-se, pelas suas condições de trabalho, das trabalhadoras do setor informal) e pelas formas recentes de intensificação do trabalho impostas pelas novas tecnologias e processos produtivos. (HIRATA, 1998, p. 19).

A intensificação do trabalho somada a formas de trabalho como a terceirização explicam parcialmente como o cansaço decorrente das jornadas de trabalho aparece nas narrativas das mulheres entrevistadas. Uma vez que a captação do tempo das mulheres é composta pela articulação do tempo de trabalho assalariado com o do trabalho doméstico, de produção do viver, a existência dessas mulheres é dominada por uma sobrecarga de trabalho nas diferentes esferas da vida (HIRATA, 2009a).

Por outro lado, é relevante pensar sobre o desemprego que acomete as entrevistadas. Por desemprego, entende-se aqui não àquelas que por quaisquer razões se afastaram do mercado de trabalho e não pensam em retorno, mas sim aquelas em idade ativa que não se encontram empregadas, apesar de buscarem emprego.

Dentre as razões observadas para o desemprego está o dever de cuidado com os filhos e a dificuldade em se encontrar emprego quando se tem filhos pequenos. Gabriela, que possuía três filhos pequenos e estava grávida de oito meses do quarto, estava desempregada desde 2014, quando engravidou de seu terceiro filho. Conta que depois que ele nasceu, procurou emprego, mas sem lograr sucesso: *“eu tava procurando, agora não, mas eu procurei bastante, até o início da gravidez, mas não achei não”*.

Dentre as dificuldades na busca por emprego, Gabriela destaca o preconceito como elemento-chave: *“é difícil de arrumar emprego quando você tem filho, tem serviço que nem entra, que eles nem chamam pra entrevistar”*. Isso porque, mesmo com os filhos matriculados em creche e escola, a maternidade continua sendo um obstáculo nessa busca. A dificuldade de encontrar emprego na região que mora também é uma limitação presente em seu relato, uma vez que todos os empregos que já teve ou que encontrou em sua busca eram em áreas distantes – o que, quando se mora em uma região como o extremo-sul de São Paulo, pode implicar em um trajeto de mais de três horas para ir e voltar do trabalho.

A necessidade permanente de articular papéis familiares e profissionais, o que limita a disponibilidade das mulheres para o trabalho (BRUSCHINI, 1998), também afeta Olívia. Moradora da mesma região que Gabriela, deixou o emprego para poder estar mais perto dos filhos. Olívia relata que a distância de onde mora para onde os empregos, no ramo em que trabalha, são ofertados é grande e que tem dificuldade em encontrar postos de trabalho mais próximos de casa:

“Ó, eu trabalho na área de restaurante... então, eu acho bastante lá pelo centro da cidade, mas pra mim não compensa, porque eu moro na região de Parelheiros. Então assim, se for pra mim trabalhar no centro pra chegar em casa uma hora da manhã, quem vai cuidar dos meus filhos? Entendeu? Porque foi os horários que eu encontrei, das duas às dez. Eu vou sair daqui pra ir pra região da zona leste? Não tem condições... e pra estar na região eu não acho. E por conta dessa crise, que tá muito grande, né, tá atingindo a todos. Então assim, as pessoas não contratam mais como antigamente... então tá bem difícil mesmo o trabalho, tá muito difícil.”

Para Olívia, o alto desemprego que o país apresenta se intensificaria nas regiões mais distantes do centro da cidade, evidenciando um “descaso”, por parte do Estado, para contornar

essa situação. Em suas palavras, aponta também para a questão do valor recebido em relação aos gastos que um emprego distante do domicílio implica:

“O descaso é muito grande, entendeu? Às vezes a pessoa até quer trabalhar, mas não tem como. Porque, tipo assim, pra mim sair daqui pra mim trabalhar na Zona Leste pra mim ganhar R\$1.100,00 por mês não compensa, porque eu tenho que pagar alguém pra ficar com os meus filhos, eles estudam... eu já pago o aluguel, pago luz e aí eu vou pagar alguém pra cuidar das crianças... aí eu vou trabalhar só pra me pagar, porque do dinheiro que eu vou receber eu não vou colocar nem um arroz, nem um feijão dentro de casa, uma mistura... nada, porque eu não tenho condições. Fora os descontos que tem, né, porque a gente trabalha registrada aí tem os descontos.”

Um ponto levantado por Olívia diz respeito aos custos com a terceirização dos cuidados de seus filhos, uma vez que seus horários de trabalho são incompatíveis com o período em que as crianças estão na escola. Há, conforme indica Hirata (2011), uma angústia relacionada a uma nada harmoniosa conciliação entre vida profissional e vida familiar para as mulheres, que implica na transferência de parte do trabalho de cuidados a outras mulheres, de forma remunerada. Na fala de Olívia, é possível identificar um certo sofrimento que a disputa entre lar e local de trabalho provoca (Cf. HOCHSCHILD, 1979).

A idade avançada é outro fator de relevo ao se analisar a situação de desemprego em que parte das entrevistadas se encontram. Esta é a situação vivida por Cláudia, que, aos 48 anos, encontra dificuldade para encontrar um emprego fixo. Relata que, especialmente após ter se retirado do mercado de trabalho para tratar de problemas de saúde seu e de sua mãe, não conseguiu encontrar nenhum posto de trabalho que a aceitasse. Frisa que deseja um emprego registrado e que sua busca é constante: *“mando currículo pra loja, pra escritório, pra fazer faxina”*.

Marina, aos cinquenta e nove anos, também enfrenta dificuldades na busca por emprego fixo. Relata que conta com a indicação de amigos para encontrar vagas e também com o CRAS da região que mora, mas que não teve sucesso na busca. Assim ilustra a situação que vive na busca por emprego:

“Eu já cheguei a pegar aquela cartinha do CRAS pra você ir lá fazer entrevista duas vezes... mas depois que a moça bateu lá no computador ela falou ‘Dona Marina’³³, a senhora me desculpa, mas eu não vou poder entregar o serviço pra senhora, porque só aceita até 40 anos’ e eu tinha mais de quarenta, tanto é que vou fazer agora 60 anos. Aí eu vou fazer o quê? Eu vou matar ela [a atendente do CRAS]? Não. Eu só agradei a ela, né, a gente fica magoada... quase que eu falei pra ela ‘por que que você não viu antes de me dar a cartinha pra eu ir lá fazer a entrevista?’”

³³ Alteração do nome real para o fictício para a preservação da identidade e intimidade da entrevistada.

Relata, ainda, que as oportunidades de emprego que surgem costumam ser relacionadas a emprego doméstico, mas que sua atual condição de saúde não a permite se engajar nesse tipo de atividade: *“trabalho aparece, mas de doméstica. Mas como que eu vou trabalhar de doméstica se a perna dói, se eu tomo remédio pra diabetes?”*, pergunta. Mais uma vez, idade e questões de saúde se entrecruzam nas trajetórias de trabalho produtivo. Marina expressa seu desconforto com a própria situação:

“Eu não acho que isso daqui [buscar o CRAS] é humilhação, porque eu sempre que venho aqui, as minhas vizinhas, sempre sou bem atendida. Mas a situação toda às vezes é vergonhoso, porque você tem dois braços e duas pernas e tem que ficar pedindo as coisas.”

Estas situações apontam para o fato de mesmo em sendo o desemprego das mulheres superior ao dos homens, especialmente em se tratando de todas as entrevistadas desempregadas serem negras – Abramo (2006) assinala que o desemprego das mulheres negras chega a quase dobrar o desemprego de homens brancos –, a idade aparecer como fator de obstrução na busca por emprego. O Caso de Marina demonstra como a busca por emprego em uma faixa etária acima dos 40 anos pode ser um desafio complicado: mesmo com a carta de encaminhamento do serviço público para a vaga ofertada, o limite de idade configura um elemento que antecede qualquer análise de currículo e experiências anteriores.

Segundo Oliveira et al. (2009), em estudo sobre desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras, a partir dos 45 anos, apenas parte das mulheres se mantêm empregadas, sendo que outras acabam por se tornar inativas. A partir dessa faixa etária, apenas as mulheres com maior empregabilidade permaneceriam no mercado de trabalho. No caso de Cláudia e de Marina, o retorno ao mercado de trabalho parece improvável à medida que o afastamento anterior do mesmo se combina com o avanço da idade.

Ao se pensar de forma mais geral a respeito do desemprego feminino, Rogerat (2009) explicita a relação entre este, a baixa qualificação e as condições precárias de trabalho:

O desemprego feminino é frequentemente um desemprego de mulheres pouco ou mal qualificadas, que obtêm unicamente salários baixos, são pobres ou se tornam cada vez mais pobres, e encontram às vezes trabalho, mas em condições tão precárias que permanecem regularmente à margem do assalariamento, embora isso não signifique necessariamente sua exclusão do mundo do trabalho. (ROGERAT, 2009, p. 52).

A este ponto, é fundamental retomar a questão racial brasileira como elemento que determina quem são as pessoas e quem são as mulheres a cujo desemprego impactará de forma mais acentuada. A mulher negra brasileira é não apenas aquela que está sujeita a menor escolaridade e a posições de trabalhos mais precárias e com menores rendimentos em relação

às mulheres brancas, como é a que enfrenta maior desemprego (ABRAMO, 2006). Lima et al. (2013) complementam:

[...] as desigualdades raciais se revelam tanto na busca pelo emprego – com elevada taxa de desemprego para os negros – como na competição social por espaços e posições de poder – como a condição de empregador, de proprietários, posições de comando e chefia. (LIMA et al., 2013, p. 54).

O desemprego, entretanto, não significa uma rotina isenta de trabalho para as mulheres entrevistadas. Pelo contrário, o cotidiano dessas mulheres é marcado por muito trabalho, seja o trabalho de reprodução da vida, que engloba as tarefas domésticas e de cuidados, seja porque passam a desempenhar atividades com valor econômico à margem do assalariamento: os “bicos”.

Categoria frequente dentro do conjunto de narrativas das mulheres entrevistadas, o “bico” é uma forma de garantir renda familiar, ainda que de maneira menos estável do que em um emprego fixo. São diversas as formas que essa atividade econômica pode tomar, muito embora, como será visto a seguir, exista uma tendência a que se configurem como uma extensão das funções domésticas de sobrevivência (TELLES, 2001; HIRATA; HUMPHREY, 1989). Observa-se que não apenas as mulheres desempregadas, contudo, valem-se dos bicos como forma de geração de renda. No caso de Nice e Roseli, embora empregadas, os bicos aparecem como uma forma de complementação da renda familiar, realizado nos espaços das jornadas de trabalho que desempenham cotidianamente.

Assim, Olívia, desempregada havia seis meses, relata ter passado a vender cosméticos por catálogo como estratégia de obtenção de renda: *“é a renda que eu tenho no momento para estar sustentando os meus filhos”*. Conta que começou a vender cosméticos como uma tentativa de incrementar a renda há pouco tempo:

“Ah, já tem umas duas semanas, umas três semanas que eu peguei a revista pra eu vender, então assim, não sei bem o resultado ainda porque eu to começando, mas é uma tentativa, entendeu? A gente tem que tá tentando. Desistir nunca, sempre tentar.”

Paralelamente à venda dos cosméticos, revela que “bicos” esporádicos de trabalhos em restaurantes surgem eventualmente, sendo a questão do cuidado com os filhos tratada da seguinte forma:

“Como eu tava falando pra você, eu não tô trabalhando agora, então eu não preciso de ninguém para ficar com as crianças pra mim, quando eu arrumar algum bico no final de semana pra mim fazer em algum restaurante, que às vezes aparece, também é difícil, mas às vezes aparece, então aí a próxima da casa é da minha tia. Então eu vou pra lá, deixo as crianças lá, trabalho e depois eu volto pra casa. Entendeu? Aí eu vou tocando a vida. Aí eu junto os

bicos mais a revista que eu comecei a vender, faz pouco tempo que eu comecei a vender...”

Natália, por sua vez, afirma: *“nunca trabalhei. Sempre vendi Avon e Natura”*. Ela, que hoje tem 40 anos, dois filhos e mora no fundo da casa dos pais, narra que nunca trabalhou com carteira assinada e que sua renda própria veio majoritariamente de bicos que realizou ao longo da vida. Nice declara trabalhar vendendo revistas por catálogo como complemento de renda. Mas se queixa: *“olha, não dá muita coisa não. Porque assim, a Avon cobra frete, cobra a revista, se você for fazer a continha, dá quase 40 reais”*.

No caso de Cláudia, o bico é a alternativa de obtenção de renda enquanto não consegue emprego fixo: *“eu vendo blusas de frio, quando tá frio, eu vendo cueca, calcinhas... vendo nas portas”*. Conta que também faz bico de faxina, lava e passa roupa “pra fora”. Roseli, após ter se mudado para São Paulo, em 2013, passou a fazer bicos de faxina em casas de família quando encontrava tempo, *“mas hoje em dia tá até difícil isso, porque eu tô me sentindo muito cansada”*. Jurema também tem sua atividade com bicos limitada por problemas de saúde:

“Às vezes trabalho com reciclagem, mas é meio irregular, porque também não posso ficar muito tempo em lugar fechado e não pode sair sozinha... porque às vezes tenho uns episódios de faltar oxigênio no cérebro e depois não lembro de nada.”

Já Marina conta com uma conformação de renda própria diversificada. Relata que durante a infância de seu filho, cuidava de outras crianças em sua casa como uma forma de bico: *“eu pegava criança para cuidar, porque eu morava numa kitnet ali no centro [da cidade]”*. Hoje, entretanto, faz bico como catadora de latas de alumínio e com a feitura de artesanato, utilizando a seguinte estratégia: a cada três a cinco quilos de latinha que consegue coletar e vender, compra cinco panos de prato, os quais borda e revende cada um por um preço que varia entre R\$ 10 e R\$ 20.

Outra parte de sua renda própria advém de suas atividades como colaboradora autônoma em um movimento de moradia da cidade. Relata que atua há mais de vinte anos junto a movimentos de moradia e que sua aproximação decorreu de parentes que já participavam desses movimentos e que sinalizaram sobre a possibilidade de se conseguir uma moradia própria por meio da organização coletiva:

“Aí um dia a minha prima falou ‘olha, vai lá no movimento de moradia assim assado, que tá precisando de pessoas lá, que vai ter apartamento, moradia em tal lugar, né, e a renda não precisa ser alta’. Aí eu fui lá e fiz a inscrição, aí eu participei das reuniões igual todo mundo, só que um dia a coordenadora da executiva perguntou ‘quem pode nos ajudar aqui? Pra carimbar as carteirinhas, fazer as inscrições, passar alguns informes. Aí um monte de gente não quis e eu pensei ‘vou ajudar, né, o interesse é meu. Se eu vou ter a

minha casa, eu tenho que ajudar eles'. Aí eu senti confiança, porque são vários movimentos de moradia, você tem que saber qual [fazer parte]".

Conta que depois de anos colaborando com o movimento de moradia, conseguiu uma habitação em um CDHU³⁴ de Perus. As atividades desenvolvidas junto ao movimento de moradia não possuem o caráter de um trabalho produtivo uma vez que não visam a produção de valor. Marina atualmente compõe a comissão executiva do movimento que participa, entretanto isso não se converte em um dever de prestação pecuniária regular do movimento para com ela; suas atividades em relação ao movimento de moradia podem ser melhor entendidos na chave de uma *militância* política:

"Mas eu presto serviço só voluntário, porque assim, você fica feliz, porque eu tenho a minha moradia não foi porque eu conquistei porque eu pago sozinha, eu tive uma ajuda... não tem dinheiro que pague isso daí".

Todavia, essa atividade, que ela mesma define como voluntária, traz uma renda entendida enquanto uma "ajuda" esporádica relacionada à sua dedicação ao movimento e condicionada às limitações de recursos que a organização apresenta – e que impede de contratá-la como uma funcionária regular, apesar dos anos dedicados ao grupo. Ela descreve a situação:

"Vamos supor que faz uma reunião, aí a reunião dá 100 reais, aí eles me dão 50, me dão 40, aí eu vou, compro arroz, compro feijão... não é um tipo de um [trabalho regular]...é tipo de uma ONG. Se eles pudessem eles já tinham pago o meu salário, mas eles também não podem me ajudar assim."

Segundo Marina, as atividades que ela desempenha na organização – tais como fazer a limpeza, "tomar conta" do espaço, ir ao banco e ajudar nas inscrições – funcionam a partir da seguinte lógica:

"É assim, você faz a inscrição para o movimento de moradia, aí tira alguns coordenadores que assim, não trabalham, que podem se doar, aí eu explico como funciona o movimento de moradia, que as reuniões são uma vez por mês, que tem, não é pagamento, que é um tipo de uma contribuição... por exemplo, que tem uma carteirinha que você tem que fazer, isso tem um custo. Aí eu explico o dia da próxima reunião, se tem alguma atividade pra gente fazer... só que é difícil arranjar um voluntário, porque as pessoas que estão lá estão atrás da moradia, trabalham, pagam aluguel, mora em área de risco."

No caso de Marina, é possível observar que, embora ela desempenhe diversas atividades com regularidade para o movimento de moradia – orgulha-se ao falar que participa dele há vinte anos – este trabalho não é reconhecido como trabalho a ser regularmente remunerado. Tenha como causa as insuficientes condições materiais do movimento em remunerá-la ou a própria

³⁴ Sigla referente a Companhia de Desenvolvimento Habitacional e Urbano do Estado de São Paulo, que é uma empresa estatal vinculada à Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo e que tem por fim a execução de programas habitacionais no território estadual (CDHU, 2018)

natureza militante do trabalho realizado, este tipo de trabalho assume os traços de um trabalho informal.

É possível dizer que a informalidade nas relações de trabalho é marca de muitas das trajetórias narradas. É comum o trânsito entre várias ocupações informais, bem como a circulação entre atividades laborais informais e formais. Estas trajetórias são muitas vezes descontínuas em virtude tanto de questões conjugais (como é o caso de Valeska, por exemplo), como da maternidade e das obrigações reprodutivas, tratadas mais detidamente adiante.

Os trabalhos voltados para a reprodução da esfera doméstica costumam estar mais atrelados à informalidade. Valeska relata que, por ter se casado muito jovem e pelo fato de seu primeiro marido resistir à sua busca por emprego, apenas começou a trabalhar após sua separação, como cuidadora de idosos. Embora tenha trabalhado para várias famílias, por mais ou menos tempo, este trabalho sempre ocorreu aparte de qualquer formalização.

Segundo Valeska, o trabalho em que permaneceu por mais tempo foi cuidando por três anos de um senhor estadunidense que morava no Brasil e que havia sofrido um acidente vascular cerebral e ficado acamado. Descreve que o começo da relação de trabalho envolveu algumas negociações salariais com familiares do senhor, nem sempre harmônicas:

“Eles me pagavam, na época, era mil reais, na época. Só que o que acontece: como eu vi que eu tava fazendo sábado e domingo, eu falei que eu não vou ficar por menos de mil, não vou ficar por menos não. Porque ela queria abaixar. Eu falei ‘não, se vocês quiserem, vai ser mil e oitocentos’. Aí eles aceitaram. Aí depois acho que queriam montar em cima, porque eu tava recebendo muito e só jogavam as coisas por debaixo da porta do apartamento. Aí eu tive que tomar uma outra atitude: vim pra cá pra Parelheiros, pegar meus dois filhos e levar de mala e cuia pra lá. Pra morar.”

A relação com o idoso, entretanto, era boa. Conta que foi ele quem teria feito questão de que ela levasse os filhos para morar com ela no apartamento dele, em Pinheiros, e que a família dele pagou pela educação de seus filhos no período em que cuidou dele:

“Ele falou ‘vai buscar seus filhos e eles vão bancar seus filhos também’ [...] ele dava a maior atenção para os meus meninos. Os meninos chamavam ele de vô, era vô pra cá, vô pra lá. Onde a gente ia eles iam juntos. A gente viveu bem, com esse senhor, né. A gente viveu um bom período com esse senhor.”

Sobre a rotina de trabalho, diz que envolvia um variado leque de atividades, não restrito apenas às tarefas de cuidado com o idoso, englobando também serviços domésticos: *“Tudo o que você imagina: banho, comida, trocava, tudo, tudo, tudo, tudo. Pegava, ligava pra aquele táxi acessível, aí ele saía pra passear... tudo. E cuidava dos meus filhos ainda... da casa e dos filhos”*.

Relata que precisou sair do trabalho quando o idoso se recuperou: “[durou] até o dia que eu levantei e botei ele pra andar. Ele andou e depois eu quis ir embora. Eu falei ‘eu vou embora’. Ele ‘não, não vai’, e eu ‘vou embora’”. A principal razão era a necessidade de retornar fisicamente para Parelheiros, retomar a posse do que ainda era seu e seguir com o processo de divórcio: “não tinha audiência nenhuma ainda marcada, tinha que dividir ainda os bens... tanto é que o tempo que eu fiquei lá eu perdi tudo o que eu tinha”.

Durante o tempo que trabalhou para esse idoso, comenta que também trabalhava para outros idosos que moravam nos apartamentos do mesmo prédio em que vivia:

“Então, tinha mais senhores acamados... tinha aquelas meninas que trabalham e tinha dias que elas precisavam folgar, aí eu dava suporte no dia da folga delas. Eu já levei tanto na cara de uma senhora [risos], ela já me deu tanto tomando banho... porque ela tinha Alzheimer, né. E o engraçado é que um dia ela me reconhecia e no outro ela falava que eu era uma bandida [risos]. E aí ela me batia com o negócio dela [bengala]. Eu já cheguei a ficar trancada no quarto esperando ela se acalmar [risos].”

Após este período, trabalhou com outros idosos na região onde mora, porém afirma que tem uma dificuldade maior em encontrar um trabalho fixo. O conflito recente com seu marido, que a expulsou de casa, fez com que ela perdesse o último emprego (pois, uma vez sem lar, buscou abrigo na casa de uma de suas primas, a qual, entretanto, mora no interior de São Paulo):

“Eu trabalhava na vizinha, o pagamento não era lá aquelas coisas... aí quando eu tava indo embora agora, eu tive que sair e coloquei a minha prima no lugar. E minha prima tá lá, não tem como eu tirar a bichinha de lá pra eu poder entrar, né tadinha... às vezes aparece bico, é pra trocar um tubo de alimentação, às vezes pra dar um banho no idoso, mas tem um tempo que não aparece mais não...”

Valeska conta que o único trabalho que teve com registro em carteira foi por um ano e meio, como auxiliar de limpeza em empresa terceirizada. Entretanto, sustenta que sua vontade é trabalhar profissionalmente no cuidado com idosos, porém a falta de qualificação aparece como um forte obstáculo na busca por emprego. Conta que começou um curso de auxiliar de enfermagem, mas que não pode concluir por não ter, até o final do curso, completado o Ensino Médio:

“Se eu tivesse pelo menos terminado o estudo [Ensino Médio], terminado o auxiliar [de enfermagem], feito um técnico [de enfermagem], sabe... eu quero trabalhar com idoso, eu quero trabalhar com casa de repouso. Eu já trabalhei uma vez, mas não era registrado, entendeu? Eu trabalhei voluntário, aí depois eles começaram a pagar pra mim, eu fiquei seis meses recebendo... e seis meses de voluntário. E ó, gostei muito, é muito bom trabalhar com idoso.”

A respeito do trabalho de cuidados exercido por mais tempo por Valeska, é interessante notar que a informalidade desse trabalho está fortemente relacionada à não delimitação estrita

das atividades desempenhadas, o que se expressa pela ideia de “fazer de tudo”. No Brasil, o trabalho do *care* carrega consigo um significado longamente difundido que associa as noções de “cuidado” e de “tomar conta” à submissão, inicialmente dos escravos e, posteriormente das mulheres, brancas ou negras (GUIMARÃES et al., 2011, p. 154).

A predominância de relações de trabalho informais no âmbito do *care* seria, assim, reflexo da naturalização em torno da atividade, entendida como inerente à posição e à disposição femininas. Não por acaso, a pesquisa conduzida por Guimarães et al. (ibidem), que teve acesso a 7 mil registros de entrevistadas pela Pesquisa Emprego e Desemprego (PED), da Fundação Seade, na região metropolitana de São Paulo em 2008, aponta para o fato de muitas trabalhadoras de cuidado se autoidentificarem como “empregada doméstica”, antes que como “cuidadoras”.

A esta situação se aproximam Odete e Marina, que também vivenciaram a informalidade no ofício do cuidado quando foram babás. A partir da narrativa de ambas, um ponto em comum que se percebeu foi o de que realizaram o cuidado para com outras crianças ao mesmo tempo em que se dedicavam a cuidar de seus filhos, recebendo-as em suas casas. Nesses casos, o desempenho da atividade foi sustentado com base na experiência de cuidado com os filhos que adquiriram enquanto mães no exercício da maternidade, durante a criação dos próprios filhos. Ainda que tenha se tratado de um trabalho remunerado e ofertado no mercado de trabalho, seus vínculos com o trabalho do *care* ocorreu de modo mais próximo a uma ideia de reprodução da vida familiar e mais distante de um viés de profissionalização do ofício.

O caso de Valeska, por sua vez, foge em algum grau a este esquema. Apesar de contar que seu trabalho com idosos pode envolver um “fazer de tudo”, Valeska se entende como profissional do cuidado e, inclusive, busca a profissionalização da atividade por meio da qualificação no ramo da enfermagem. O próprio modo como se referiu várias vezes, durante a entrevista, ao senhor com quem trabalhou por mais tempo, ao usar o termo “paciente”, expressa uma desnaturalização do cuidado como atividade doméstica feminina não remunerada, voluntária. Conforme sustenta Guimarães et al. (ibidem):

A emergência do *care* como profissão implica o reconhecimento e a valorização do trabalho doméstico e do trabalho familiar como “trabalho”; em outras palavras, a associação do trabalho do *care* com uma profissão feminina deixa de ser natural. (GUIMARÃES et al., 2011, p. 156).

Por outro lado, o cuidado com idosos impõe uma complexidade de análise, uma vez que as atividades técnicas de cuidados se relacionam à dimensão relacional de interação, comunicação e capacidade de escuta e à dimensão emocional, que envolve a prescrição de

emoções para a realização do trabalho e do controle emocional (SOARES, 2012 *apud* HIRATA, 2016, p. 153). Controle emocional este que lhe é especialmente demandado em situações como a da idosa que por vezes não a reconhecia e se enfurecia, mas também é um atributo valioso em todo o lidar com as pessoas idosas – em um momento da entrevista, Valeska aponta para a prima de seu marido, que a acompanhava e fala: *“E eu quero carregar essa daqui também pra área, porque ela tem paciência”*.

Nesta fala, está implícita a noção de trabalho emocional que o trabalho do *care* envolve. Arlie Hochschild (1979), precursora da ideia, sustenta que o trabalho emocional consiste em uma tentativa de alterar em grau ou qualidade uma emoção ou um sentimento. Refere-se a um esforço de evocar ou suprimir uma emoção a partir de um foco cognitivo, de modo a fazer com que suas emoções se adéquem às situações encaradas. Pascale Molinier (2008), ao tratar do saber-fazer discreto das enfermeiras, contudo, aponta para os riscos de esgotamento profissional ao se levar por uma modulação de emoções, que nada tem de natural: é, antes, uma modificação da subjetividade pelo trabalho.

Destaca-se, mais uma vez, a figura masculina do parceiro como elemento chave na ruptura com os vínculos laborais. E o seu retorno à esfera de produção de valor ocorre na forma de bicos (*“pra trocar um tubo de alimentação, às vezes pra dar um banho no idoso”*), reforçando a ideia de uma trajetória ocupacional marcada por interrupções e trabalhos precários, aparte de qualquer proteção formal.

No caso de Gabriela, por sua vez, a informalidade se manifestou em ocupações diferentes pelas quais passou. Apesar de ter trabalhado em diversos empregos, conta que em nenhum deles foi registrada: *“Era só bico, meu. De carteira assinada não teve nenhum. Já trabalhei em empresa, restaurante, não era fixo... em loja”*. Sua trajetória ocupacional se inicia quando ela começa, aos doze anos, a trabalhar em um estabelecimento comercial.

Aos treze, começou a trabalhar em uma conhecida rede de restaurantes de *fast-food*, em relação a qual reconhece: *“eu nem podia trabalhar lá, mas eu trabalhava, eu tinha 13 anos”*. Trabalhou neste lugar por um ano e meio e saiu porque tinha crises de gastrite frequentes: *“Eu fiquei até com gastrite quando eu fui trabalhar lá, porque eu tinha 10 minutos de almoço, aí eu comia lanche só”*. Passou a trabalhar em outra loja, quando então engravidou pela primeira vez e interrompeu os estudos e trabalho.

Seu retorno ao mercado de trabalho ocorreu após alguns anos, com a primeira separação. Conta que passou a trabalhar em uma lanchonete, mas que saiu quando se envolveu com tráfico

de drogas. Relata que sua opção pela atividade de tráfico em detrimento da anterior se deu primordialmente pelo retorno financeiro maior que a nova atividade a trazia: *“ah, dava bem mais dinheiro”*. Ao ser perguntada das razões pela qual abandonou o tráfico, responde: *“ah, porque eu fui presa, né. Aí depois eu tive filho de novo e daí eu parei”*. Sobre o tempo em que permaneceu presa, diz: *“ah, foi pouco tempo... eu paguei e saí”*.

Após o nascimento do segundo filho, relata que trabalhou em outros restaurantes, mas que a distância trabalho-casa afetava sua permanência nos empregos. Conta que encontrou um emprego em uma pizzaria na região em que reside, na qual permaneceu por um ano: *“Lá o trabalho era normal, só que eu ganhava pouco, bem pouco. Lá eu trabalhava três dias da semana e ganhava trinta reais. Entrava às quatro e saía às duas da manhã. Era sexta, sábado e domingo. Tinha que ficar juntando dinheiro. Aí todo domingo era noventa reais, aí eu gastava na segunda”*. Após essa experiência, passou a trabalhar em um restaurante da região, no qual trabalhou até a gravidez do terceiro filho. Recebia R\$60 por noite de trabalho como garçoneiro, embora tenha declarado que a atividade compreendia *“fazer de tudo”* dentro do restaurante. Após o nascimento do terceiro filho, contudo, não conseguiu encontrar emprego.

É possível dizer que a precariedade é traço fundamental da trajetória laboral de Gabriela, informada pela insegurança no trabalho, pela sua retenção em um nicho de baixa qualidade e prestígio ocupacional (GUIMARÃES et al., 2017). Sua trajetória também é marcada pelas baixas remunerações alcançadas, em geral, nos empregos que teve – o caso do emprego no qual recebia R\$ 30 reais por dia trabalhado, trabalhando três dias por semana, é exemplificativo – e pelo pouco tempo em que permaneceu em cada uma das ocupações.

No caso de Gabriela, é interessante notar a identificação entre ocupações informais e a ideia de bico. Muito embora tenha trabalhado com regularidade para empregadores, a precariedade das atividades exercidas a afastam de uma noção de trabalho (assalariado, com garantias). O recebimento por dia de trabalho, que implicava em rendimentos laborais inferiores a um salário mínimo, é um elemento que faz com que Gabriela não considere suas experiências enquanto trabalho, mas sim, enquanto “bicos”. De acordo com Hirata (2009b), as reduzidas horas de trabalho semanal é indicadora para a existência do trabalho precário, uma vez que resultam em salários baixos.

A alta volatilidade dessas experiências também é notável. Mais do que uma trajetória de permanência e identificação com uma determinada ocupação, as experiências de trabalho de Gabriela são, sobretudo, marcadas pelo trânsito entre uma ocupação e outra. Essa trajetória de transitoriedade entre ocupações precárias tem na gravidez um ponto de interrupção importante.

Isso porque, a cada nova gravidez, Gabriela enfrentou uma interrupção nas atividades produtivas que desenvolvia, a ponto de a afastar, de vez, do mercado de trabalho.

Não apenas o trânsito entre atividades informais é notado, como também o trânsito entre o mercado informal e o ilegal. É em meio ao desenvolvimento de atividades precárias que Gabriela chega ao tráfico de drogas, que oferecia maiores rendimentos, apesar do risco de encarceramento, que de fato ocorreu. Esse trânsito para o tráfico de drogas aponta para como mercados legais (formais e informais) e ilegais são interligados por redes sociais; não são, ao contrário do que se pede pensar, atividades totalmente separadas e bem demarcadas (MISSE, 2006). O “trabalho sem forma” mobilizado e reproduzido na economia capitalista é marcado pelo intrincamento entre o oficial e o paralelo, no qual as binaridades entre o legal e o ilegal, o lícito e o ilícito perdem sentido (TELLES; HIRATA, 2007).

Mais do que isso, é de se ressaltar que a relação entre a atividade de venda no mercado ilegal do narcotráfico e o aprisionamento existe de sobremaneira porque não apenas se trata de um mercado ilegal, mas, sobretudo, um mercado criminalizado. Conforme aponta Michel Misse (2006):

Trata-se de um mercado necessariamente avesso a qualquer regulamentação estatal ou pública, já que sua dimensão política *compete* com a dimensão política pública ou estatal. Em princípio, constitui-se como o tipo-ideal de todo *mercado ilegal* e só poderia existir, de forma pura, como atividade, no mínimo, *indiferente ao Estado* e, no máximo, como um mercado *criminalizado* pelo Estado. (MISSE, 2006, p. 22).

Além do tráfico, a comunicação entre mercados informais e ilegais na trajetória de Gabriela também ocorre com a sua entrada precária no mundo do trabalho, caracterizada trabalho infantil. Apesar de legislação brasileira proibir o trabalho a menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir dos catorze anos (BRASIL, 1988), o trabalho infantil é uma realidade histórica no Brasil. Segundo dados da PNAD Contínua de 2016, 1,8 milhão de crianças com idade entre 5 e 17 anos estão submetidas ao trabalho infantil, sendo 190 mil crianças da faixa de 5 a 13 anos e outras 808 mil entre 14 a 17 anos, as quais não possuem registro em carteira, como demandado por lei (IBGE, 2017).

Gabriela, por sua vez, não somente ingressou no mercado de trabalho antes de completar 14 anos, como as atividades que desenvolveu até os 16 anos não foram em caráter de aprendizagem, tampouco obteve algum registro em carteira de trabalho. Ao analisar o todo de sua trajetória de trabalho, esta permite a observação sobre o fato que as baixas remunerações e irregularidades têm início já nessas primeiras experiências – chama a atenção como uma pré-

adolescente de 13 anos trabalhou de forma inteiramente irregular em uma grande rede de restaurantes.

Se no caso de Gabriela, a baixa remuneração é posta em evidência, por outro lado, são fartas as situações em que nenhuma remuneração é recebida. Ainda de acordo com os dados da PNAD Contínua de 2016, somente 26% das pessoas ocupadas de 5 a 13 anos recebiam remuneração, contra um total de 74% que não a recebiam (IBGE, 2017). Nesta situação se encontrou Roseli, que foi enviada pelos pais para trabalhar na casa de uma família quando tinha 7 anos de idade. Trabalhou nessa residência dos 7 aos 13 anos, até que engravidou e retornou à casa de seus pais.

Ao contrário de Gabriela, Roseli relata não ter recebido salário pelos serviços que prestou nessa casa. Quando perguntada se as pessoas dessa família para quem trabalhou a remuneravam, responde: *“Agradavam, né, davam um agrado”*. Quando perguntada sobre se essa ajuda era em dinheiro, a resposta é: *“davam uma ajuda, essas coisas... tipo assim, ajuda com roupa”*. Sustenta que a sua situação era de trabalho escravo: *“Que antes o pessoal mandava a gente ficar na casa deles, pra brincar com os filhos, tudo, mas só que era o tempo da escravidão, né, trabalhava e não tinha direito a nada. Porque no norte é diferente, né, eu sou do Maranhão, de São Luís”*.

Em relação ao tipo de atividade que desenvolvia nesse trabalho, Roseli diz: *“Não era aquela coisa de chegar e fazer tudo, tinha as coisas que a gente fazia. Eu aprendi muita coisa naquela casa, dessas coisas de faxina”*. Conta que a principal razão de ter começado a trabalhar ainda na infância se deu porque seus pais não tinham condições financeiras de sustentar os dezoito filhos: *“Eu tinha que trabalhar pra ajudar minha mãe e ter minhas coisas”*.

O trabalho ainda na infância motivado pela necessidade de ajudar a família também ocorreu no caso de Gisele e Cláudia. A primeira, foi trabalhar no semáforo entregando panfletos junto à mãe quando tinha treze anos, como forma de complementar a renda familiar. Já Cláudia conta que, com a morte precoce de seu pai, todos os oito irmãos tiveram que começar a trabalhar: *“eu tinha doze anos, fui vender doces e engraxar sapatos na Avenida Paulista³⁵, para ajudar mamãe, que era doméstica”*. O ingresso precoce no mercado de trabalho pode ser, assim, justificado pela intenção de fornecer uma suposta ajuda à família dessas crianças, que passam a desempenhar a função de trabalhadores familiares auxiliares (Cf. IBGE, 2017).

³⁵ Localizada na região central (centro expandido) de São Paulo, a Avenida Paulista é um relevante centro de negócios e comércio do município, com grande afluxo de pessoas e relativa notoriedade entre os habitantes locais.

O trabalho infantil doméstico é uma realidade perseverante no Brasil. Em 2016, 50,2% das crianças de 5 a 17 anos realizavam tarefas domésticas e de cuidados de pessoas (IBGE, 2017). Uma vez que são executadas em horário prolongado, essas tarefas frequentemente entram em conflito com a educação formal, obstruindo-a, como foi o caso de Roseli: *“Na verdade, eu nem tive tempo de estudar... eu fiquei até a segunda série... e não sei a leitura”*.

Este parece ter sido o caso de Roseli: sua família, em não podendo arcar com os custos da criação de todos os filhos, destinaram-na a outra família que garantisse alimentação, moradia e alguns bens materiais, em troca de cuidado com crianças e serviço doméstico. A situação de pobreza vivida propiciou a ocorrência do trabalho infantil doméstico, modalidade mais comum em regiões em que concentram grande quantidade de pessoas pobres³⁶.

A ausência de remuneração em dinheiro também foi diagnosticada por Cristina Silva (2009), que, após entrevistar 52 crianças em trabalho infantil em São Luís, percebeu que em 27% dos casos, a remuneração monetária não acontecia. Nesses casos, a compensação pelo trabalho executado ocorria por meio de alimentação e presentes, o que, na fala de Roseli, corresponde aos *“agradinhos”* que recebia. Segundo Silva (2009), o não reconhecimento, por parte das famílias que recebem as crianças, das atividades por elas desempenhadas enquanto trabalho é o principal motivo alegado para a não remuneração em dinheiro, *“apesar do emprego de esforços físicos, emocionais, culturais e sociais para obtenção do produto final”* (SILVA, 2009, p. 111). Nesse sentido, o acesso à casa, ao convívio familiar, à alimentação e a roupas se impõem como valores de troca pelo trabalho infantil doméstico, entendidos na chave de uma ajuda proporcionada pela família que acolhe e emprega a criança, ainda que contrário a qualquer regulamentação legal existente.

Em relação à trajetória de trabalho de Roseli, também se verifica certa precariedade dos vínculos de trabalho, evidenciada pela soma das baixas remunerações com a insegurança no trabalho. Conta que chegou em São Paulo há quatro anos e que somente então encontrou trabalho com registro em carteira: *“Lá [no Maranhão] eu trabalhava de bico, só que com o mês fechado direto, né”*. Sua experiência de trabalho mais duradoura ocorreu como empregada doméstica na casa de uma família, com a qual permaneceu por dez anos: *“teve uma família que eu trabalhei 10 anos. Aí lá nunca é um salário normal... eu ganhava 300, 250 por mês”*. Entretanto, aponta que, mesmo ganhando pouco, era *“mais fácil da gente viver. Porque o custo*

³⁶ No caso, há que se destacar para o fato de o Maranhão ter historicamente se posicionado entre os estados com maior número de crianças em situação de trabalho infantil, já tendo alcançado 17% do total de crianças em situação de trabalho infantil no território brasileiro (SILVA, 2009).

de vida é menor... sobre comida, entendeu? E aqui é mais caro, é tudo mais caro, aí fica mais difícil pra mim”.

Nessa casa, começou trabalhando como arrumadeira e passadeira de roupa, depois entrou para fazer a limpeza da cozinha e a comida, depois foi trabalhar na lanchonete da família: “eu era atendente, eu era cozinheira, eu fazia de tudo um pouco”. Diz que, no Maranhão, não é costume trabalhar com registro em carteira: *“lá você tem que ganhar muito bem pra ser registrado”*. E que mesmo a regularização da empresa familiar não ocorreu de imediato: *“nessa família, só quando eles conseguiram registrar a lanchonete que eles começaram a registrar os funcionários”*.

Relata que começou a trabalhar nessa casa quando estava grávida do terceiro filho e que a vaga foi intermediada pela avó paterna da criança. Ela, que na época já era a principal provedora do lar, lembra com gratidão pela compreensão e auxílio que obteve da patroa: *“a dona da casa também me ajudou muito, graças a Deus... por isso que eu também não cobrei nada deles, não tenho o que dizer da patroa não. Ela me ajudava com roupa, no final de ano ela me ajudava com alimentação, de tudo ela me ajudava um pouco”*.

Após se mudar para São Paulo, na busca por emprego – *“porque lá é mais fácil moradia, só que lá tá difícil emprego e aí eu vim tentar pra cá”*, afirma –, encontrou o primeiro emprego por meio de um anúncio em um jornal voltado a divulgar vagas de emprego. Trabalhou por oito meses nesse emprego, como auxiliar de limpeza. Após esse período, trabalhou por mais três meses em outra empresa, também como auxiliar de limpeza.

No momento da entrevista, estava há três meses trabalhando como auxiliar de limpeza de uma empresa terceirizada, em um restaurante no qual o filho é atendente: *“foi ele que conseguiu esse emprego para mim... só que lá o serviço é muito atarefado e a gente gasta muito o físico, é muita energia... aí eu me sinto fraca demais”*. Conta que trabalha em escala de trabalho 5x1 (ou seja, a cada cinco dias de trabalho, folga um), com alternância de turno uma vez por semana: *“hoje mesmo eu vou trabalhar a noite. Toda semana eu trabalho uma vez a noite”*. Em decorrência dos recentes problemas de saúde, pensa em retornar ao Maranhão após pedir demissão do trabalho, pois sem o seu rendimento, torna-se inviável a permanência na capital paulista: *“meu salário na carteira é R\$1.068, mas tem desconto, aí recebe R\$900, aí pra quem paga aluguel não dá, ainda mais com filho”*.

A trajetória ocupacional de Laila guarda muitas semelhanças com a de Roseli. Laila trabalhou em diferentes casas como diarista e, na maior parte das vezes, informalmente. Assim

como Roseli, Laila migrou na maturidade de seu estado natal, a Bahia, em busca de melhores oportunidades de emprego. Encontrou seu primeiro emprego já em São Paulo, como diarista em um condomínio, por meio de sua ex-cunhada que trabalhava no mesmo local. Esse foi o emprego no qual permaneceu por mais tempo: um ano e meio. Após essa experiência, trabalhou em diversas casas, apenas sendo registrada na casa de uma senhora, na qual permaneceu por oito meses e para a qual trabalhava três vezes por semana.

É possível constatar que a busca por emprego de Roseli e de teve, como regra, a mobilização de suas redes de sociabilidade. No primeiro emprego, os próprios pais intermediaram seu ingresso; na casa que trabalhou por mais tempo, foi sua ex-sogra a responsável pelo contato inicial com a família empregadora, e; neste último emprego, quem intermediou a busca foi seu filho. No caso de Laila, situação parecida ocorre, vez que é sua ex-cunhada quem a indicou para o emprego no qual permaneceu por maior período de tempo.

Guimarães (2012), ao analisar como ocorria a busca por trabalho na metrópole de São Paulo, aponta para a “escassa capacidade de suporte do sistema público de proteção às iniciativas de procura encetadas pelos desempregados” (GUIMARÃES, 2012, p. 137) enquanto razão pela qual as vicissitudes das pessoas desempregadas recorriam:

à esfera privada, às redes tecidas nos seus espaços de sociabilidade; e, nelas, àqueles elos mais fortes — aos parentes, amigos e círculos próximos de conhecimento. Esse era o meio pelo qual se procurava trabalho, e também pelo qual se organizava a sobrevivência. (ibidem)

Somente um dos empregos de Roseli foi intermediado por um meio diverso, o anúncio em jornal. E, não à toa, essa busca ocorre no primeiro emprego que encontra vivendo em uma cidade nova, em um momento em que a sua família estava se estabelecendo e se adaptando à uma nova realidade.

No caso de Roseli, o acúmulo de ocupações precárias parece se relacionar à deterioração de sua saúde, uma vez que, embora tenha apenas 38 anos, já se considera “*fraca demais*” para continuar a executar as tarefas relacionadas ao seu emprego como auxiliar de limpeza. Em relação a este, por sua vez, é notável que, embora tenha um vínculo formal com a empresa pela qual é contratada, o tipo de atividade que exerce guarda relação com as atividades de limpeza que realizou ao trabalhar informalmente para famílias. Esse tipo de atividade reflete o trabalho reprodutivo aprendido durante a socialização feminina no lar e encontra pouco valor na esfera produtiva, o que se expressa por ser uma atividade terceirizada, submetida a menor grau de segurança no trabalho.

Se, entretanto, as trajetórias de Roseli e Laila são sobretudo marcadas pelo trânsito entre trabalhos informais, no caso de Olívia, a principal característica é a transitoriedade entre ocupações formais e informais. Com um nível de escolarização acima da média das demais entrevistadas (completou o Ensino Médio e fez alguns cursos complementares), Olívia conta que se especializou no ramo dos serviços em restaurante. Assim relata o início de sua trajetória ocupacional:

“Eu comecei a trabalhar com dezessete anos, que foi em restaurante, foi meu primeiro trabalho. Eu trabalhava no Butantã, eu trabalhava das duas às dez, que foi meu primeiro horário, que eu comecei lavando prato e todo o meu desenvolvimento, todo o conhecimento que eu tenho hoje eu aprendi nesse restaurante que eu comecei, eu trabalhei lá cinco anos com eles... com carteira assinada, tudo bonitinho. Eu trabalhei com eles por cinco anos, aí eles passaram o ponto, mudou de dono.... teve toda aquela burocracia toda aí eu peguei e desisti.”

A escolaridade mais alta parece se relacionar com o fato de o tempo de permanência de Olívia nos seus empregos, em contraste com as trajetórias anteriores: em seu último emprego, em que ela própria pediu demissão para estar mais próxima de seus filhos, permaneceu por três anos. Nesse sentido, aponta Guimarães et al. (2016):

A propensão à mercantilização é também mais consistente entre os que detêm maior capital escolar. Aqueles que realizaram as transições escolares mais elevadas (entraram ou completaram o ensino superior) apresentam altas taxas de participação combinadas com elevada presença de empregados e empregadores, a díade típica de um mercado capitalista de trabalho. Já entre os analfabetos, o autoemprego e o trabalho não remunerado exercido para membros da família ombreiam com o assalariamento até o fim dos anos de 1990. (GUIMARÃES et al., 2016, p. 34)

Olívia conta que possui um total de dez anos de experiência trabalhando em restaurantes, havendo trabalhado em diversas funções: *“eu trabalho tanto na cozinha como no salão, qualquer lugar que você me jogar na área do restaurante, eu domino. Tanto como auxiliar de cozinha, como saladeira, atendente, balconista”*. E não teve muitos problemas em relação a formalização ou não do vínculo empregatício:

“Então, teve lugares que eu passei sem registro em carteira, né, mas o procedimento é o mesmo: se você não tem o registro, mas aí quando você sai o patrão te paga o seu tempo trabalhado, os seus dias, tudo bonitinho. Eles acertavam tudo... era até mais lucrativo.”

Em outro momento da entrevista, Olívia explica que, por ganhar pouco, os valores descontados da folha salarial implicavam uma redução significativa em seus ganhos. Por outro lado, se vê desesperançosa em relação à destinação do dinheiro retido:

“O governo, a política no nosso país, ela é falha... a justiça, ela é falha. Eles não dão prioridade à classe baixa. O roubo é muito grande, e se esse dinheiro

fosse empenhado numa educação, numa alimentação saudável para as crianças... porque arroz e feijão não é uma alimentação saudável. Às vezes a gente dá o arroz e o feijão porque são as condições que o sistema impõe pra gente. Porque tudo o que acontece é o sistema que impõe pra gente..."

A afirmação de Olívia parece remeter à própria situação de pobreza na qual se insere. Nesse cenário, os ganhos imediatos possuem um impacto direto sobre condições básicas de vida como a alimentação, no sentido em que o desconto na folha salarial, que fomenta o sistema de previdência social, é visto como um fator de redução da quantidade e qualidade de alimentos oferecidos a seus filhos.

Jurema, apesar de contar com um menor nível de escolarização, relata que trabalhou na maior parte da vida com carteira assinada. Trabalhou por dezenove anos em algumas lojas, na maioria delas com registro em carteira, como vendedora, *"mas depois que a última empresa que eu trabalhei fechou, não encontrei mais nada"*. Nice, por sua vez, alternou entre ocupações com e sem registro em carteira de trabalho: primeiramente como metalúrgica, hoje como auxiliar de limpeza em empresa terceirizada. Em relação ao trabalho na empresa de limpeza terceirizada, afirma:

"É CLT, tem férias, décimo terceiro, tudo normal. Hoje eu trabalho lá na biblioteca Prestes Maia... mas também já trabalhei na USP, na engenharia hidráulica [direcionada pela empresa de limpeza]... porque já tem seis anos que tô nesse trabalho."

Conta que, apesar de ter começado a trabalhar cedo, passou treze anos sem trabalhar após o nascimento de sua filha mais velha. Retornou ao mercado de trabalho, ainda como metalúrgica e trabalhando com registro em carteira, porém relata que teve problemas com seu empregador, pelo fato de ele não repassar os descontos em folha de pagamento ao INSS:

"Aí, quando a minha filha tinha 13 anos, eu fui trabalhar numa metalúrgica que tinha perto da minha casa, só que não repassava o INSS, aí por causa disso aí a minha carteira ficou parada. Eu trabalhei lá mais de 5 anos. Aí eu não pegava férias, sabe quando você não quer ficar em casa, você quer trabalhar? E nem as férias ele [patrão] pagava. Aí até hoje tá na Justiça, né, só que ele alegou falência. Esse meu patrão era tipo assim, ele não colocava nada no nome dele. Aí ele começou a atrasar o salário, aí a gente combinou que se ele não pagasse o salário, a gente não ia no dia seguinte. Aí ninguém foi, aí quando foi no outro dia em que a gente foi lá pra ver o que ele tinha acertado, ele pegou e mandou todo mundo embora. E não pagou nada. Eu fiquei sabendo que esse prédio tinha vendido e o dinheiro tava na mão do juiz e as pessoas que tavam com nome no sindicato tavam recebendo, mas como o meu foi pra outro advogado, aí só Deus na causa."

Algo ressaltado por Nice é a sua vontade em trabalhar, apesar das condições que lhe eram impostas:

“Era registrado em carteira, mas ele não repassava o INSS, não depositava em fundo de garantia. Aí eu saí a primeira vez e coloquei ele na justiça. Aí ele pegou foi e me chamou de volta. Como eu tava meio depressiva, preocupada com conta, eu resolvi voltar. Aí eu falei pra ele ‘só que é assim, eu coloquei você na justiça’ ele falou assim ‘ah, não tem problema não’. Ele chegou a me pagar uns meses e quando faltava três, ele parou. Eu gostava de trabalhar lá, só que tinha essas pilantragens.”

A segunda vez que saiu do emprego na metalúrgica teria ocorrido há 7 anos: *“aí eu fiz um bico no hotel, lá na Cidade Dutra, só que eu achava o salário pouco e não tinha benefício, né. Aí a minha vizinha arrumou esse [na empresa de limpeza] pra mim”*.

A busca orientada pelas redes de sociabilidade também ocorre no caso de Nice: seu retorno ao mercado de trabalho ocorreu em uma metalúrgica em sua vizinhança e foi sua vizinha quem intermediou sua entrada em seu emprego atual. A vontade de trabalhar após a maternidade lhe retirar da esfera produtiva também aparece como fator de relevo, uma vez que a fez relevar a própria precariedade da ocupação em que estava.

Em nenhum dos casos se observou uma trajetória de permanência única em ocupações formais. Do contrário, as trajetórias são marcadas pelo trânsito entre ocupações formais e informais ou, ainda, apenas informais. O tempo de permanência também varia, mas é de se destacar o fato de ser comum permanecerem apenas alguns meses em um emprego, a ponto de o compreenderem enquanto um “bico”, conforme já discutido.

3.1.3. Casa

As tarefas exercidas dentro do âmbito da casa constituem um trabalho significativo para as mulheres entrevistadas, especialmente as relativas aos afazeres domésticos e ao cuidado com pessoas do contexto familiar. Se, em muitos dos casos, a paternidade está relacionada à prestação de auxílio econômico, a maternidade está fortemente atrelada à realização de trabalhos domésticos não remunerados. Tanto que, conforme observado acima, muitas mulheres interromperam suas trajetórias ocupacionais para se dedicarem exclusivamente ao trabalho doméstico e de cuidados. E, mesmo dentre as que trabalham, a elas não se isentam as obrigações relacionadas ao lar.

A própria inserção feminina no mercado de trabalho retoma o debate sobre a dupla e tripla jornada de trabalho que as mulheres passam a assumir, em que o tempo é dividido entre o trabalho remunerado e os não remunerados, de afazeres domésticos e de cuidados. Por não ser o tempo do trabalho doméstico do cuidado com a reprodução da vida das pessoas levado em conta na organização do tempo social na relação entre produção e reprodução, este trabalho permanece invisível e não remunerado. Consequentemente, esse tempo de trabalho é retirado

do tempo que forma o dia a dia das mulheres como parte das atribuições femininas, gerando para elas o acúmulo de jornadas (ÁVILA, 2012). Conforme aponta Cristina Carrasco (2005):

[...] con la creciente participación femenina en el mercado de trabajo y la nula respuesta social y masculina ante este cambio de cultura y comportamiento de las mujeres, éstas últimas asumirán la doble jornada y el doble trabajo desplazándose continuamente de un espacio a otro, solapando e intensificando sus tiempos de trabajo. Tiempos que vienen determinados por un lado, por las exigencias de la producción mercantil y, por otro, por los requerimientos naturales de la vida humana. (CARRASCO, 2005, p. 53).

Dentre as mulheres casadas que trabalham em tempo integral (40 a 44 horas semanais), Madalozzo et al. (2010) constataram uma dedicação de, em média, 20 horas semanais para trabalhos domésticos, contra apenas 5 horas semanais dedicadas ao mesmo fim por homens que trabalhavam o mesmo número de horas no mercado de trabalho. Especialmente entre as mulheres pobres, o tempo dedicado a afazeres doméstico é maior: Bruschini (2006) aponta que mulheres com rendimento inferior a um salário mínimo por mês têm uma média de 26,1 horas dedicadas aos afazeres domésticos.

No caso das mulheres entrevistadas neste trabalho, observou-se que a elas pertence a maior parte dos afazeres domésticos. Em alguns casos, há ao compartilhamento dos afazeres com o marido, entretanto, essa participação é residual; a “chefia” do lar e da organização das atividades é feminina. No caso de Laila, embora o marido atual difira do primeiro, que em nada contribuía na realização dos afazeres domésticos, a participação residual nessa tarefa é percebida. Há o entendimento de que, embora o marido realize tarefas domésticas, essa não é a função dele, pois ele trabalha fora de casa e ela não:

“O meu marido de agora ajuda em tudo em casa... faz as coisas de casa, cuida das crianças, bota a criança na perua, dá banho pra ir pra escola, faz almoço se não tiver nada pronto pra almoçar ainda. Mas agora temos duas moças dentro de casa, a minha sobrinha e a minha filha, aí eu não deixo ele fazer muita coisa, porque ele já trabalha, né.”

No caso de Ellen, algo similar ocorre: *“não lava a louça, mas leva as crianças na escola”*. Já nos casos de Regina e Nice, mesmo com elas trabalhando fora, a responsabilidade sobre o serviço doméstico é essencialmente delas. Regina, que é casada e cujos filhos todos ainda moram com ela, diz que é a única a cuidar dos serviços domésticos, recebendo algum auxílio por parte do marido: *“a faxina pesada quem faz sou eu, meu marido ajuda”*. Já Nice conta que por muito tempo ela cuidou dos afazeres domésticos sozinha, mas que deixou de aceitar essa situação e agora o marido ajuda nas tarefas domésticas: *“hoje eu não passo mais roupa, se o meu marido quiser, ele que passe... ele também ajuda a lavar a louça”*.

Além dos serviços domésticos, o cuidado intrafamiliar, com filhos e outros familiares, também é função assumida pelas entrevistadas. Odete, mesmo com problemas de saúde, assume em tempo integral os cuidados da irmã mais velha, de 61 anos, aposentada com problemas psiquiátricos: *“ela não pode nem andar sozinha. Eu tô tomando conta dela até quando eu puder. Quando não puder, pego uma pessoa pra tomar conta dela”*. Conta que teve que parar de cuidar de crianças em casa, pois a irmã sentia ciúmes e sofria alterações de humor: *“a minha irmã ficava muito nervosa e machucava as crianças dos outros, aí eu parei de olhar... ela ficava nervosa por causa de ciúmes”*. Claudia, por sua vez, conforme já exposto, deixou de trabalhar por dez anos para cuidar, sozinha, da mãe doente.

Já Roseli assume o cuidado de cinco dos seus seis filhos, os quais moram com ela, além da neta recém-nascida. Nice, além da filha mais nova, também pensa em assumir os cuidados de seu neto quando nascer, pois o filho, de 21 anos, não teria responsabilidade suficiente. Relata:

“O engraçado é que ele engravidou a namorada e agora voltou pra casa. Porque a sogra foi morar com eles, aí ele voltou. Mas eu dou razão pra ela, pra sogra, porque eu sei a pecinha que eu tenho em casa... ele é folgado, deixa as coisas tudo jogada nos lugares... eu que sou mãe, eu aguento, mas você acha que a sogra vai aguentar?”

Por outro lado, Stéfani, aos 16 anos já planeja assumir integralmente os cuidados com a filha que vai nascer. Embora tenha um namorado, que é o pai do feto, ele não mora com ela e ela mesma não sabe se ele assumirá a responsabilidade de criação da filha. Tudo o que tem é uma esperança: *“eu não sei se a gente vai ficar junto, se ele vai pagar pensão e tudo, é provisão de Deus, seja o que Ele quiser”*.

Olívia diz que hoje é a única responsável por cuidar dos filhos. Quando ainda era casada, afirma que a ajuda que recebia em relação aos cuidados era essencialmente com a questão da ida e volta dos filhos à escola:

“Em questão de horário de escola, então assim, como eu trabalhava na parte da manhã e as crianças estudavam na parte da tarde, então ele colocava na parte da tarde na escola, né, meio dia, e quando eu chegava eu mesma pegava, não precisava pagar ninguém pra ficar com eles. Durante a manhã eles ficavam em casa com ele, porque ele trabalha por conta, então ele saía depois do meio dia pra fazer os bicos dele e a tarde quando eu voltava do serviço eu pegava, entendeu? Porque era o horário que eu chegava certinho... a menina chegava sete e meia, o menino sai da escola cinco e meia.”

Esse mesmo suporte não teve Valeska, cujo filho reprovou de ano porque seu ex-marido não se encarregava de colocar os filhos, que moravam com ele, no transporte escolar:

“O menino mais velho, que tá com 15 anos, ele repetiu três anos... porque o pai não botava na perua. Eu deixava só isso pra ele, que a gente já era separado, ‘coloca seu filho na perua’. Morava do lado, a mesma casa e ele não colocava na perua.”

Conta que a filha mais nova está em creche, porém que na época em que teve os seus filhos mais velhos, não encontrou vagas para eles, o que a fez buscar a ajuda de sua mãe, quando retornou ao mercado de trabalho. O seu marido atual não contribui muito com o cuidado da filha mais nova, porque trabalha em dois turnos, como garçom: *“bem na verdade eu não vejo ele direito [risos]. Ele sai às oito da manhã e volta uma e meia, duas horas da manhã. Porque ele faz dois turnos no serviço. Entendeu? Então eu nem quase vejo ele”*.

O cuidado com os filhos parece não se restringir apenas a atividades “práticas” do cotidiano, todavia. A responsabilidade pelas atitudes dos filhos também ocupa fortemente o universo de preocupações das mulheres que são mães, sendo um importante fator de sofrimento. Este é o caso de Odete e Olívia, que intensificaram o trabalho de cuidado com seus filhos motivadas pela angústia em relação ao comportamento deles.

Odete demonstrou durante toda a entrevista uma intensa preocupação com seu filho mais novo, de dezessete anos, o qual ela teme que esteja envolvido com drogas: *“eu tenho medo dele virar a cabeça para coisas ruins...você viu que esses dias mataram dez lá no Morumbi [bairro de São Paulo]”*. Segundo Odete, seu filho estaria se envolvendo com companhias duvidosas e frequentando habitualmente bailes funks: *“ele sai e chaga a hora que quer... sai nove horas da noite e chega seis horas da manhã”*. Diz que, apesar de tentar o diálogo com ele, não seria escutada, *“mas se jogar no mundo é pior”*. Sua preocupação é que estivessem *“viciando”* o filho dela, *“pagando festas, bebidas, drogas para que depois que o menino fique viciado comecem a cobrar a família e se não pagar o menino morre”*. Conta que não dá dinheiro para o filho quando ele sai desacompanhado, pois *“quanto mais dá, pior fica”*. Entretanto, essa situação lhe enseja grande dor de consciência, porque não sabe qual é a fonte do dinheiro que ele arranja para sair para as festas. Explica:

“Se ele pedisse dinheiro para comer, eu dou. Um salgadinho, uma bolacha, um refrigerante. Mas eu pergunto ‘pra que você quer o dinheiro? Fala pra mamãe pra que você quer o dinheiro.’, ‘ô mãe, se é assim eu arrumo dinheiro’, ‘mas não perguntam pra que é não?’... difícil, muito difícil. Aí, ao invés de apanhar do pai e da mãe, apanha da polícia. Quando apanha do pai e da mãe, acha ruim, mas quando apanha da polícia é pior. Fico triste por causa disso. [...] Aí meu marido chega e diz ‘é por causa da idade’ e eu ‘que idade da bicheira é essa, pai? Idade de 14, 15, até 16 anos tudo bem, mas 17 anos tinha que seguir os passos’”.

Olívia, por sua vez, relata que o motivo por ter abandonado seu último emprego teria relação com uma possível aproximação do filho de dez anos com o universo dos narcóticos. Demonstrando indignação com as próprias condições de vida que lhes foram impostas, diz:

“Porque tudo o que acontece é o sistema que impõe pra gente... a criança de tantos anos tá usando droga, mas por que? Porque o sistema impôs aquilo. Porque não tem uma área de lazer, não tem uma boa educação, não tem uma boa alimentação... às vezes o pai ou a mãe já tem um problema com alguma coisa, entendeu? E aquilo tudo acarreta na família. [...] Falta muita coisa em todos os sentidos, tanto na área da educação, como na área social.. falta tudo, na área de lazer... tem lugares, tem bairros que você não vê uma praça, né, você não vê um espaço pra uma criança brincar, pra uma criança correr, porque a criança, ela tem que ser criança, né... então não é legal uma criança de dez anos numa favela jogada pra cima e pra baixo como a gente vê hoje em dia. Então tem coisas que as pessoas veem e falam ‘ai, é normal’, mas não é normal.”

Também conta que o acesso de seu ex-marido, pai dos seus filhos, é restrito. Segundo ela, o contato só ocorre quando ela está presente: *“o pai, ele vai em casa... não tem costume de sair pra levar eles em lugar nenhum, sempre em casa”*. E afirma: *“o mundo como ele tá nós não podemos confiar, né, então se eu puder manter eles amarradinhos [...] se eu não cuidar, o mundo cuida, né, e do jeito que o mundo cuida não é legal”*.

Para Olívia e Odete, o cuidado com os filhos assume também uma conotação de vigia e de tentativa de prevenção a determinadas condutas. Isso pode ser observado quando Odete acompanha os passos do filho mais novo e quando Olívia deixa o emprego para se dedicar mais tempo aos filhos e por sua vontade de mantê-los *“amarradinhos”* a si. Há que se considerar que a própria vida na periferia da cidade aparece como fator facilitador para o envolvimento de jovens a entorpecentes ilícitos: não apenas os filhos de Odete e Olívia, mas mesmo Gabriela se envolveu com consumo e tráfico de drogas durante a juventude.

O dever de manter a relação conjugal como forma de manter a união do núcleo familiar também é um peso que recai essencialmente sobre as mulheres. Tal razão, somada à falta de amparo familiar, teria levado Gabriela a, por vezes, reatar a relação com seu ex-marido, apesar da instabilidade e do vício em drogas da parte dele. No momento da entrevista, ainda residia na mesma casa que ele, embora ele já estivesse em outro relacionamento. Uma das preocupações que expressou foi a de não deixar seus filhos sob o cuidado do ex-marido, por medo que eles ficassem próximos *“daquela viciada lá que é a nova namoradinha dele”*. Declara:

“Na verdade, a gente nem casado é, agora a gente vai mudar cada um pra sua casa. Aí eu vou ter que pagar aluguel. Hoje ele ajuda a cuidar dos meninos... leva na escola. Depois eu não sei se ele vai continuar. Aí depois eu vou ter que pagar alguém pra olhar.”

Valeska, por sua vez, viu-se compelida a sustentar o relacionamento com o ex-marido durante anos, pois, além de desejar que os filhos, ainda pequenos, crescessem na presença do pai, não encontrou apoio familiar para seguir com a separação. Conta que esta somente ocorreu após uma traição:

“É, peguei ele com outra mulher, na minha cama. Ela era minha amiga, ela limpava a minha casa, de quinze em quinze dias. Amiga safada, fia (sic). Vinha com o filhinho dela, um bebezinho, meu afilhadinho... e depois de um tempo eu descobri que era filho dele.”

Conta, ainda, que mesmo após esse episódio, sua família não a apoiou em sua decisão de separação. Diz:

“E todos ficaram contra mim. Depois de um tempo que começaram a falar [comigo]... então, eles não são a favor de separação. Eu também não sou a favor, mas você vai virar capacho de homem a vida toda? Não dá. Não tem cabimento, não tem. Aí eu tive que tomar uma decisão. Entendeu?”

Antes da traição, relata que já havia sofrido agressões por parte de seu primeiro marido: *“ele me agrediu já, umas duas, três vezes”*. Seu atual marido, à época amigo do primeiro, teria, inclusive, interferido sobre uma situação de violência física:

“Aí eu lembro uma vez que ele falou assim pro meu marido, né, pro meu ex-marido... que o meu ex-marido tava fazendo não sei o quê, aí eu virei assim e quando eu virei ele me deu na cara, aí eu empurrei e fui pra cima dele. Aí esse outro segurou os braços dele, que é o [nome do marido atual], o sobrinho dela [amiga que a acompanhava]... segurou os braços dele e falou assim ‘olha o que eu tô te falando (e botou o dedo na cara), eu ainda vou casar com a tua mulher’.”

Entretanto, a necessidade de se manter em um relacionamento por conta dos filhos não a isentou de passar pela mesma situação no segundo casamento. Nem em relação à violência doméstica: conta que já foi agredida no casamento atual e que estavam em fase de reconciliação, especialmente porque a filha mais nova seria muito apegada ao pai.

Assim como sustenta Mary Miller (1999), a permanência em relações potencialmente lesivas para Valeska parece estar relacionada à garantia de bem-estar para os filhos. E, uma vez que as responsabilidades de cuidados com os filhos se apresentam mais intensas para as mulheres, o que, muitas vezes, se soma à dependência econômica, é maior a dificuldade que elas enfrentam para escapar desse tipo de relacionamento. Em relação ao seu segundo marido, parece, ainda, haver uma esperança de reconciliação, como se ainda não se tivessem esgotado as possibilidades de mudança do outro ou da própria relação.

Conforme aponta Sorj (2008), a persistência das desigualdades de gênero é causa e consequência do volume desproporcional de trabalho não pago que as mulheres realizam em

casa. Assim, as dificuldades para a integração feminina na vida pública seriam maiores para aquelas que dedicam parte substancial do seu tempo aos cuidados da família. Contudo, é também observável que, mesmo dentre as mulheres que, assim como seus cônjuges, estão inseridas no mercado de trabalho, as responsabilidades de cuidado intrafamiliar recaem de sobremaneira sobre elas.

Por outro lado, a insuficiência de oferta de suportes extrafamiliares para os cuidados da família persiste (*ibidem*). A fala de Valeska exhibe essa situação quando relata que a falta de vaga em creches para seus filhos mais velhos levou a um arranjo familiar, em que os cuidados, durante parte do dia, eram transferidos à sua mãe. Não por acaso, a mesma pesquisa de Sorj (2008) aponta para o fato que a vida em família, para as mulheres que possuem filhos pequenos dependentes, afeta negativamente os rendimentos que podem obter no mercado de trabalho, na medida em que participam de ocupações de menor qualidade em relação a dos homens e de mulheres sem filhos.

3.2.Experiências relativas ao Programa Bolsa Família

Em relação ao Programa Bolsa Família, interessa compreender desde fatos relacionados a tempo de inserção no programa e a renda por ele recebida a como o dinheiro dele proveniente é utilizado e qual é a influência de suas condicionalidades sobre a relação família e trabalho das titulares. A tabela a seguir explana alguns desses dados:

Tabela 11: tempo de permanência, renda e usos do dinheiro proveniente do Programa Bolsa Família

Nome	Tempo de PBF	Renda de PBF ³⁷	Usos do dinheiro
Gabriela	Desde Jan/2017	R\$ 253	Filhos e aluguel
Valeska	Desde 2012	R\$117	Filhos
Olívia	Desde Set/17	≅ R\$ 100	Sustento da família
Nice	“Desde a época da Marta” ³⁸	-----	Filhos
Laila	Desde 2011	R\$222 (BA); R\$310 (SP)	Filhos
Jurema	Desde 2011	≅ R\$ 200	Filhos
Ellen	Há 5/6 anos	-----	Filhos
Natália	Há 5 anos	-----	Filhos
Odete	Há 3 anos	≅ R\$ 100	Sustento da família
Gisele	Há 1 ano	-----	Filhos
Cláudia	Há 1 ano e 8 meses	-----	Sustento da família
Regina	Desde 2000 ³⁹	≅ R\$ 300	Paga sua faculdade
Stéfani	Há 3 meses	< R\$ 100	Sustento próprio
Roseli	Há 10 anos	≅ R\$ 300	Filhos
Marina	Há 2 meses	R\$ 85	Sustento próprio

O tempo de permanência no programa variou de poucos meses a mais de uma década. Sete das quinze entrevistadas passou a ingressar no programa após 2013, ano em que houve a

³⁷ Esta coluna está incompleta porque nem todas as entrevistadas responderam à pergunta correspondente.

³⁸ A gestão da prefeita Marta Suplicy na Prefeitura Municipal de São Paulo correspondeu ao período compreendido entre os anos de 2001 a 2004.

³⁹ Apesar de o Programa Bolsa Família ter sido implementado em 2003, Regina já recebia a transferência de renda desde os programas que o antecederam.

expansão de cadastrados no PBF em São Paulo, conforme apresentado anteriormente. Dentre estas, é de se notar que a maior parte delas ingressou muito recentemente no programa: quatro delas passaram a integrar o programa há menos de um ano. Por outro lado, oito entrevistadas já eram beneficiárias do PBF há cinco anos ou mais, anteriormente, portanto, a 2013. Nota-se que algumas já recebiam benefícios de transferência de renda desde os primórdios do Bolsa Família ou, ainda, recebiam renda de programas de renda antecessores. Nice e Valeska relataram já terem recebido valores transferidos pelo programa Renda Mínima, paralelamente ao PBF.

Em relação à renda recebida, ela variou de R\$ 85 a R\$310, sendo que a maioria das entrevistadas recebe entre R\$ 100 e R\$ 200. Observou-se um discurso geral de aprovação ao programa. Reconhece-se que o benefício monetário por ele proporcionado contribui positivamente para o incremento da renda familiar mensal, sendo portador de grande importância. Por parte de algumas das entrevistadas, há também o reconhecimento da necessidade de políticas sociais por parte do Estado. Marina, por exemplo, fala da importância do PBF e também dos programas de moradia popular, da qual foi beneficiária:

“Eu tenho que agradecer a Deus e ao movimento de moradia, porque eu tenho a minha moradia foi através deles. Porque se dependesse de mim, desde criança você trabalhando, você não tem um estudo, você vai trabalhar do quê? Casa de família, doméstica... aí os anos vão passando, você vai se acomodando e quando você vê... sem o Bolsa Família, sem os programas sociais, o que seria da maioria dos seres humanos que são humildes?”

No que toca aos usos do valor monetário proporcionado pelo programa, percebe-se uma forte vinculação deste com as obrigações de cuidado com os filhos. Conforme se expôs anteriormente, são frequentes os relatos que relacionam o benefício a um direito atribuído aos filhos, até porque as próprias condicionalidades de recebimento do benefício monetário estão atreladas à vacinação infantil e à frequência escolar. A ideia geral expressada é a de que o rendimento advindo do programa surge como um complemento de renda a ser destinado para os gastos que as mulheres têm com os filhos, reforçando a noção da mãe como gestora dos interesses familiares e filiais.

Assim, Ellen, ao expressar que se tratava o recebimento dos valores referentes ao programa um direito pertencente a seus filhos, conta que usa o dinheiro para comprar *“uma coisa de casa, um doce, uma bolacha, um Danone, esses negócios”*. Valeska também usa o dinheiro recebido para comprar itens para os filhos mais velhos, que estavam morando com o pai, uma vez que o próprio contribuiria de modo insuficiente para o sustento dos filhos.

Laila fala que o Bolsa Família contribui para aumentar a renda de sua família, utilizando-o para *“pagar a perua da escola, para pagar o lanche das crianças, alguma coisa*

da escola, pra quando passeia, essas coisas”. Diz que não usa o dinheiro para comprar coisas para ela, pois não sobra nada. Roseli afirma usar o dinheiro recebido *“pra comprar alimento pra eles [os filhos], quando falta alguma coisa da escola, roupa, essas coisinhas pra eles quando não dava de eu comprar”*. “E pra você?”, foi perguntado. Ela responde:

“[risos] sempre em segundo lugar ou terceiro. Pra mim não dá pra comprar nada, porque eu tenho 5 crianças, tem que ver primeiro pra eles, né. A minha vida é eles. Aí do meu servicinho que eu fazia antes [bico de faxina] é que dá alguma coisa [pra mim]. Aí eu pago água, pago luz e compro alguma coisinha pra mim. Não é aquela coisa de luxo, porque até o sabonete tem que ser pra todos, pasta de dente, papel higiênico e tudo tem que ser pra todos”.

Nice, por sua vez, afirma que o valor que recebe do PBF *“é um dinheiro meu, ninguém mexe não”*, fato que a agrada. Conta, todavia, que sempre destinou o valor que recebe do PBF e, anteriormente, também do Renda Mínima para seus filhos. Relata que é ela quem gerencia o uso do valor recebido, até porque seu marido não fazia um bom aproveitamento do dinheiro quando recebia a missão de comprar algo para os filhos. Exemplifica a afirmação ao narrar a seguinte situação:

“Esses dias eu dei o dinheiro para o meu marido comprar um sapato para a menina mais nova, que o dela tinha rasgado. Ele chegou com uma molequinha [calçado da marca Moleca], quando eu vi o preço, ele gastou 60 reais, eu mandei ele devolver, porque imagine, esse sapato é no máximo 30 reais! Se eu soubesse, não tinha nem mandado.”

Gabriela, que recebe o benefício desde o início de 2017 afirmou que vem utilizando-o com seus filhos *“e pra mim mesma não sobra dinheiro nenhum”*. Entretanto, conta que passará a usar o dinheiro que recebe do PBF com o aluguel da casa nova, para a qual está se mudando após a última separação de seu ex-marido.

Já Marina, cujo único filho já é adulto e não mora mais com ela, usa o valor com si própria *“é muito pouco dinheiro, mas me ajuda muito”*, para o suprimento das necessidades de sua casa. Declara: *“com o dinheiro que eu recebo do Bolsa eu vou e pago uma conta de luz, compro um botijão de gás, uma mistura...”*. Stéfani, cuja filha ainda não nasceu, também afirma gastar o dinheiro recebido para seu sustento próprio.

Regina é a que possui o relato mais destoante. Apesar de ser mãe de cinco filhos e residir com todos eles, afirma que o dinheiro que recebe do Programa Bolsa Família é destinado para pagar parte da faculdade de serviço social que cursa, que é privada. Até por contar com os rendimentos do trabalho seu, de seu marido e de seu filho mais velho⁴⁰ – o que expressa uma

⁴⁰ Segundo Regina, o filho mais velho trabalha vendendo cachorro-quente.

situação excepcional em relação às demais entrevistadas –, consegue não apenas cursar uma faculdade privada, como também destinar o valor recebido pelo PBF para tal fim.

É interessante notar que muitas das mulheres que se encontravam nos CRAS quando foram entrevistadas estavam ali justamente para regularizar o recebimento do programa, cumprindo a condicionalidade do PBF relativa à comprovação de frequência escolar dos filhos. A necessidade de se atestar o cumprimento das condicionalidades do programa se apresenta como fator que motiva idas regulares ao CRAS, até porque existe a preocupação constante de que o benefício não seja cortado – até porque, segundo as entrevistadas, uma vez que o benefício é cortado, o retorno do recebimento pode levar meses.

Jurema narra que, por conta da comprovação do cumprimento das condicionalidades, o recebimento do benefício sempre foi marcado por intermitências: *“fazia o cadastro, depois de um tempo parava, aí eu vinha aqui [CRAS] refazer o cadastro e aí demorava mais 90 dias pra receber o benefício de novo”*. Gisele também passa por situação similar, embora receba o benefício há apenas um ano: *“o benefício tá agora bloqueado porque ele [o filho de um ano e três meses] não está estudando, aí eu vou tirar o nome dele hoje pra eu voltar a receber”*. Nice, por sua vez, relata ter desistido de incluir um de seus filhos no programa e, consequentemente, receber mais, por conta do cansaço que efetuar o cadastro lhe proporcionava: *“eu fui lá no CRAS, mas faltou um dos documentos. Aí outra vez eu fui levar e esqueci meu RG e eles não deixaram. Ah, eu não vou voltar mais lá não, é muita canseira”*.

O cumprimento das condicionalidades, em especial à frequência escolar, reforça o sentimento de responsabilidade das mulheres que são mães acerca da educação sobre os filhos. Essa responsabilidade, por um lado, é entendida como positiva para os gestores da política, pois permite-lhes um melhor acompanhamento das dificuldades enfrentadas pelas famílias quando há baixa frequência escolar, identificando motivos como gravidez na adolescência ou necessidade de cuidar de irmãos mais novos (CURRALERO et al., 2010). Por outro lado, esse sentimento de responsabilidade sobre a educação dos filhos parece ocorrer de forma unilateral, não encontrando correspondência na figura paterna. O caso de Valeska é exemplificativo dessa situação:

“Aí o que acontece, o pai dos meninos, eu só deixei isso [de responsabilidade], como morava na mesma rua, eu falava “não esquece de colocar a molecada na perua”, ele não colocava e os meninos sempre faltava. Quando eu fui no final do ano que eu vi que ele repetiu o ano... não é justo, entendeu?”

A partir de então, mesmo com os filhos morando com o pai, ela passou a se assegurar diariamente de que os filhos estão comparecendo à escola – passou a desempenhar o papel de fiscal do funcionamento familiar. Relata:

“Mas agora é assim, o menino vai pra escola, esse ano todinho. Eu ligo, mando mensagem, ‘tá indo pra escola?’. Quando eu desconfio de alguma coisa, a vó dele liga, eu ligo pra um, pra outro ‘vê se tá indo pra escola! Vê se indo pra escola!’. Se eu ver que não foi, eu vou lá no CEU e vejo se ele tá lá na escola ou não.”

A noção de uma responsabilidade com os filhos para cumprir as condicionalidades do PBF também foi constatada por Carloto e Mariano (2012), que afirmam:

O sentimento de maior responsabilidade está relacionado à obrigação que a mulher passa a ter em manter os filhos na escola para receber o benefício. Manter os filhos na escola significa muitas vezes uso de tempo demasiado para levar e buscar em locais distantes da moradia. Essa preocupação em acompanhar é motivada não só por questões de segurança pessoal da criança, mas também para garantir que essa vá e permaneça na escola. (CARLOTO; MARIANO, 2012, p. 268).

A inserção no Programa Bolsa Família também parece suprir uma lacuna de atendimento previdenciário. O caso de Jurema ilustra esse cenário, uma vez que, mesmo com problemas de saúde que a impediram de continuar trabalhando, muito embora fosse seu rendimento do trabalho o pilar de sustentação econômica de sua família, não recebe verbas previdenciárias. Ela e sua família contam, hoje, com a verba proveniente do PBF somado a auxílios de familiares e da igreja para o sustento, *“às vezes também consigo uma cesta básica com a assistente social”*. Narra que, assim que sua doença passou a impossibilitar que continuasse trabalhando, procurou uma agência do INSS: *“mas eu não consegui, porque precisava de um documento da empresa, mas como ela tinha fechado, falido, não consegui mais encontrar nada”*.

Roseli, mesmo enfrentando problemas de saúde que estão progressivamente impossibilitando sua continuidade como auxiliar de limpeza, mostra-se desesperançosa em relação ao acesso a auxílios previdenciários. Diz:

“Acho difícil conseguir alguma coisa [do Estado] porque a minha mãe tinha diabetes e ficou doente muito tempo, muito tempo mesmo. Pra ela conseguir se aposentar ela perdeu a visão. Depois que ela perdeu a visão ainda passou 5 meses [pra receber]. E eu andando pra lá e pra cá com ela no médico. Aí eu falei com o médico e ele deu um laudo que ela não tinha mais possibilidade de fazer nada. Aí mandou pra lá e eles recusaram da primeira vez aí teve de botar advogado pra poder constar que ela não tinha como trabalhar cega”.

O programa Bolsa Família parece, assim, aparecer como um auxílio do Estado que lhes é mais acessível do que os benefícios previdenciários (como, por exemplo, a aposentadoria por

invalidez), ainda que confira a elas um rendimento muito menor. Em não sendo assistidas por políticas previdenciárias, o PBF surge como uma possibilidade de renda mais palatável a essas mulheres. Uma vez que amplia e reforça o sistema de garantia de renda, para além da oferta de substituição de renda em situações de inatividade (JACCOUD, 2013), o PBF passa, assim, a se configurar como uma alternativa às lacunas do amparo previdenciário.

CONCLUSÃO

A investigação conduzida partiu do problema sociológico de pesquisa concernente à forma como se articulam as experiências de trabalho produtivo e reprodutivo das mulheres titulares do Programa Bolsa Família no município de São Paulo. Em síntese, esta pesquisa visou identificar o cenário em que se encontram as mulheres titulares do PBF no município de São Paulo e analisar suas trajetórias individuais no que se refere ao trabalho não remunerado desenvolvido no âmbito doméstico e familiar e o trabalho remunerado desenvolvido no mercado de trabalho, bem como o modo o qual o Programa Bolsa Família interfere na dinâmica laboral.

Como este problema de pesquisa parte de um debate sobre as relações sociais de sexo no interior de uma política social de enfrentamento à pobreza, recorreu-se, de início, à literatura sociológica capaz de fornecer sustentação conceitual e teórica a este estudo. Para situar o debate sobre a titularidade feminina no interior do Programa Bolsa Família, considerou-se necessário trazer ao leitor a ciência de alguns debates em torno das categorias pobreza, gênero e trabalho e a maneira pela qual tais categorias se articulam no cenário brasileiro.

Desse modo, o Capítulo 1 apresenta a discussão sobre pobreza no Brasil a partir de definições operacionais prévias e da mudança analítica ocorrida com a virada do século como marco temporal, bem como localiza as particularidades do fenômeno da pobreza no município de São Paulo. Tal debate encontra complementação no tópico seguinte, que apresenta a literatura acerca dos movimentos do mercado de trabalho no Brasil nas últimas quatro décadas. Uma vez que os rendimentos do trabalho compõem a principal parcela da renda das famílias, a situação do trabalho no Brasil afeta e é afetada pelo estado de pobreza da população. Sendo assim, a condução teórica propõe a reflexão de como os movimentos do mercado de trabalho nacional, tais quais a flexibilização e a precarização (DEDECCA, 2009; GUIMARÃES, 2004), marcas da reestruturação produtiva brasileira a partir dos anos 1980, conferiram substância ao fenômeno da pobreza.

E, tendo em vista que esta pesquisa tem por filtro o segmento feminino de beneficiários em posição de titularidade, é fundamental que não apenas o trabalho, mas o trabalho feminino seja abarcado. Assim, são abordadas conceituações de teóricas feministas sobre o modo como o trabalho é dividido socialmente em função do sexo (KERGOAT, 2009), definindo o que são as relações sociais de sexo e a noção de gênero (DEVREUX, 2005) segundo a corrente investigativa adotada. Também se fez essencial a discussão como sexo, raça e classe são categorias que se encontram imbricadas nas relações sociais, entendimento este trazido a partir

das noções de consubstancialidade (KERGOAT, 2010) e interseccionalidade (CRENSHAW, 1991). Tal digressão conceitual tem por fim não apenas embasar a discussão que se segue sobre a conformação da presença feminina no mercado de trabalho brasileiro a partir da segunda metade do século XX, como a própria discussão sobre a titularidade feminina no Programa Bolsa Família. Isso porque esta circunda em torno das noções de liberdade pessoal e trabalho reprodutivo, de onde surge a dicotomia autonomia-dependência econômica.

O enfoque teórico que dá forma ao Capítulo 1 se encerra com a discussão sobre as “novas” políticas sociais (SANTOS, 2016), na qual ganha força a noção de matricialidade sociofamiliar, na qual a mulher que personaliza a mãe no interior do núcleo familiar assume centralidade no funcionamento das políticas assistenciais. O Programa Bolsa Família, implementado no ano de 2003 e cujo desenho institucional se apresenta em seguida, vincula-se a tal tendência previamente observada em outros programas voltados à área da saúde e da assistência social, ao estabelecer normativamente a preferência feminina na titularidade do programa. Acerca desta, foram apresentados os principais debates, que se complementam: se, por um lado, o recebimento pelas mulheres do dinheiro transferido pelo PBF pode favorecer uma concepção de maior liberdade individual (REGO; PINZANI, 2014), também é verdade que as condicionalidades por ele impostas se valem e, em certa medida, reforçam os deveres associados ao trabalho reprodutivo socialmente atribuído às mulheres (CARLOTO; MARIANO, 2010).

Os Capítulos 2 e 3, por sua vez, consistem nas investigações, de natureza quantitativa e qualitativa, sobre o objeto de pesquisa. Em ambos os capítulos, utilizou-se o Programa Bolsa Família a partir de duas perspectivas, como um filtro nivelador da pobreza e da extrema pobreza e como um produtor de efeitos sobre a realidade das mulheres em posição de titularidade. Assim, em relação aos resultados, o Capítulo 2 oferece uma análise descritiva da amostra de 436.655 mulheres em posição de titularidade do Programa Bolsa Família em São Paulo. Já o Capítulo 3 perscruta, a partir de relatos de vida de 15 mulheres titulares do PBF em diferentes regiões da capital, as relações que as mulheres estabeleceram entre esferas produtiva e reprodutiva, bem como de que maneira o Programa Bolsa Família interfere sobre esta dinâmica. Neste capítulo conclusivo, faz-se pertinente entrelaçar os resultados obtidos pelas diferentes abordagens metodológicas, sinalizando seus pontos de aproximação e distanciamento.

Ambos os resultados apontam para a relevância do elemento racial como caracterizador do segmento analisado. Tanto o dado quantitativo como o qualitativo indicam para uma prevalência de mulheres negras na titularidade do programa: 59,4% das mulheres titulares no

município são negras e, mesmo dentre o universo não representativo das 15 entrevistadas, há que se notar que 12 delas eram negras. O percentual de mulheres negras em famílias que cumprem o requisito de renda para o PBF e que assumem a sua titularidade é, dessa forma, demasiado superior ao percentual de 37% de mulheres negras na cidade de São Paulo (SMPIR, 2015).

Por outro lado, quando se compara o resultado quantitativo com os distritos onde se realizaram as entrevistas, observa-se uma aproximação, dado que nos distritos de Parelheiros, São Mateus e Perus, a população negra é de 57,1%, 45,6% e 49,9%, respectivamente (SMPIR, 2015). A maior presença de população negra nestes distritos aparece associada a piores condições de vida, uma vez que estes distritos apresentam Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) inferior à média municipal: ao passo que o IDH-M é de 0,805, São Mateus apresenta IDH de 0,804 Perus, 0,772, e Parelheiros, 0,747 (PNUD, 2013). A relação entre cor/raça e pobreza também é indicada pela baixa concentração de empregos formais em tais distritos: em 2016, enquanto o distrito de Pinheiros contava com 2,32 empregos formais por pessoa, tal concentração em São Mateus foi de 0,17 emprego formal por pessoa, em Perus, 0,08 e, em Parelheiros, 0,05 (OBSERVA SAMPA, 2018).

No tocante à faixa etária das mulheres titulares do PBF, o resultado quantitativo revelou uma média superior aos 30 anos (35,6 anos de idade), sendo que o grande contingente de titulares está em idade economicamente ativa. Entretanto, mesmo em idade ativa, a pesquisa qualitativa revela que fatores como o adoecimento dessas mulheres e consequente maior dificuldade de permanência no mercado de trabalho acabam por deteriorar as condições de vida de suas famílias a ponto de necessitarem do complemento de renda obtido pelo programa. Também se observou que a idade dessas mulheres guarda relação com a maternidade, uma vez que elas ingressam no programa quando estão em vias de se tornar mães ou quando já possuem filhos.

O resultado qualitativo apontou, ademais, que, dentre as mulheres em uma faixa etária mais elevada, havia a coresidência de filhas que já tinham se tornado mães, porém que dependiam do auxílio da estrutura familiar da qual advinham. Este resultado corrobora para a existência do fenômeno de famílias ampliadas nos núcleos familiares das mulheres entrevistadas, na qual o núcleo familiar passa a englobar familiares (BILAC, 2014). Observou-se, quanto a este aspecto, um pequeno distanciamento em relação ao achado quantitativo, que apontou para a prevalência de núcleos familiares de dois ou três membros. Há que se ressaltar,

ainda, a presença de núcleos familiares monoparentais femininos, em que as mulheres-mães, assumem integralmente a chefia do lar.

No que se refere à escolaridade, o perfil traçado pelo resultado quantitativo aponta para uma maioria cujo nível educacional mais elevado é o Ensino Fundamental. Nas entrevistas, observou-se que as causas mais alegadas para o abandono dos estudos antes da conclusão do Ensino Fundamental e do Ensino Médio foram o casamento e a gravidez, porém a necessidade de trabalhar para sustento próprio e da família também surge como motivação relevante. Observou-se também a percepção, por parte das entrevistadas, da baixa escolaridade como obstáculo à qualificação profissional e ao alcance de posições melhores remuneradas no mercado de trabalho.

Ao tomar o trabalho produtivo e reprodutivo como elemento de análise, o resultado qualitativo é especialmente relevante por tornar nítida a forma como ambos se entrelaçam. Isso porque os dados quantitativos são restritos às informações de (re)cadastro das famílias no CadÚnico, sendo aptos apenas a expor elementos reveladores do trabalho em esfera produtiva. Enquanto isso, os relatos oriundos das entrevistas permitem verificar não apenas de que modo a inserção e o afastamento do mercado de trabalho ocorrem, como compreender o papel que o trabalho reprodutivo assume na vida cotidiana das mulheres em posição de titularidade do Programa Bolsa Família.

Em relação à não inserção e ao afastamento do mercado de trabalho, os relatos de vida das mulheres titulares do PBF apontaram como razão primordial os desdobramentos fáticos do casamento e da gravidez e maternidade. Estes compreendem, entre outros fatores, o peso do desejo declarado por seus parceiros para o afastamento do trabalho externo ao lar, sob o argumento de que os rendimentos do trabalho do cônjuge seriam suficientes ao sustento familiar. Nessa linha argumentativa, desponta, ademais, o desejo declarado do parceiro de que a mulher não trabalhe na esfera produtiva por motivo de “ciúme”, chegando a desembocar, inclusive, em situações de privação e abusos domésticos.

Ainda em relação à inatividade em âmbito produtivo, é também frequente o argumento, por parte das entrevistadas, de que esta foi motivada pelo dever de cuidado com os filhos e com outros familiares, geralmente assumidos por elas de modo integral e exclusivo. A própria deterioração das condições de saúde é outro fator que afasta as mulheres do mercado de trabalho, acentuando a situação de pobreza e dependência econômica vivenciada.

Por sua vez, o desemprego, que atinge quase metade das titulares do PBF em São Paulo, também pode ser explicado pelos deveres relativos ao trabalho reprodutivo. De acordo com alguns dos relatos aqui apresentados, a busca por emprego é dificultada pela presença de filhos pequenos, especialmente em função da responsabilidade para com obrigações de cuidado. Há dificuldade em se conciliar horários de trabalho produtivo e reprodutivo, além do fator distância emprego-casa. Este elemento possui especial importância especialmente entre as mulheres que habitam em regiões mais próximas aos extremos da cidade, onde a oferta de empregos é reduzida e a distância para com o centro da cidade é maior.

É também necessário apontar para o modo como se dá a inserção dessas mulheres no mercado de trabalho, considerando que 55,8% do total de mulheres titulares do PBF na cidade de São Paulo se encontravam ocupadas. Assim como apontou o resultado quantitativo – segundo o qual, dentre as mulheres que estariam ocupadas, 84,3% delas estariam no trabalho autônomo/“bico” –, o trabalho em sua modalidade informal é predominante entre as experiências relatadas pelas entrevistadas.

Assim, o trabalho informal surge especialmente no setor de serviços, nas funções de cabelereira, manicure, garçonne e outras funções em restaurantes e até mesmo em movimentos sociais. O trabalho doméstico remunerado também aparece nos relatos em sua modalidade informal, assim como o trabalho como diarista, cuidadora, babá, em que as mulheres exercem remuneradamente tarefas de caráter reprodutivo, em âmbito doméstico. A noção de “bicos” também é utilizada para as atividades de venda de produtos de catálogo e de catação de materiais recicláveis, entendidas como forma de complementação de renda própria e familiar, e não como emprego. O trabalho ilegal, por sua vez, surge na forma de trabalho infantil, trabalho escravo e tráfico de drogas.

A modalidade formal relativa ao trabalho remunerado se expressa de forma menos frequente em ambos os resultados. Enquanto quantitativamente o percentual de mulheres titulares do PBF em São Paulo com trabalho registrado em carteira é de 11,3%, os relatos apontaram para experiências de trabalho formal na indústria metalúrgica, no setor terciário, na hotelaria, em vendas e empresas terceirizadas de limpeza terceirizada. É interessante apontar para a perda de capital de trabalho e de qualificação por duas entrevistadas que vivenciaram situações semelhantes, de perda de emprego na indústria metalúrgica e realocação como auxiliar de limpeza em empresas terceirizadas. Assim, não apenas é possível observar a precariedade dos vínculos laborais nas experiências de trabalho marcadas pela informalidade,

como também se pode perceber a precarização dos vínculos como resultado da reestruturação produtiva ocorrida nos anos 1980 e 1990.

A fragilidade no estabelecimento dos vínculos com o mercado de trabalho se atrela, por sua vez, à forma como a renda é percebida. Assim, se o resultado quantitativo apontou para um rendimento do trabalho substancialmente inferior ao salário mínimo, os relatos indicam que, não apenas a informalidade, mas a intermitência dos vínculos de trabalho produtivo é determinante, na medida em que tornam os rendimentos do trabalho descontínuos e oscilantes. Tal fato tem por consequência a dependência econômica dessas mulheres em relação a terceiros, conforme se constatou em ambas as abordagens metodológicas.

A dependência do cônjuge na conformação da renda familiar é a que se evidencia mais diretamente, tendo em vista que, em diversos casos, é dele que se obtém a principal fonte de sustento familiar. No entanto, também é observada a dependência referente a “ajudas” de pessoas que não residem no mesmo domicílio e que consiste no recebimento, com alguma regularidade, de valores monetários por parentes, amigos, ex-parceiros e, até mesmo, “irmãos” de igrejas. Este tipo de fonte de renda é recebido por 11,6% das mulheres titulares do PBF em São Paulo e, conforme sugere a abordagem qualitativa, a noção de “ajuda” tem especial relevância entre as mulheres chefes de conjuntos familiares monoparentais e por aquelas em que há desemprego por parte do cônjuge.

Há que se notar, ainda, o reduzido percentual relativo ao recebimento de pensão alimentícia (4,9%), fato que pode ser parcialmente explicado a partir dos relatos colhidos. Segundo estes, existe uma dificuldade no recebimento de pensão alimentícia dos pais dos filhos dessas mulheres uma vez encerrada a união matrimonial, o que se soma à prevalecente não formalização das uniões nas classes populares. Tais situações apontam, ademais, para que a natureza do auxílio financeiro para a criação dos filhos oriundos dessas uniões seja também informal, como uma “ajuda” recebida pelos ex-parceiros.

É necessário apontar que as relações de sexo observáveis a partir dos relatos despontam essencialmente como relações de poder, com uma pluralidade de exemplos de situações em que essas mulheres são subjugadas por seus companheiros. A dependência econômica em relação a seus parceiros, a qual muitas dessas mulheres estão submetidas, é um dos aspectos em que se torna patente a submissão aventada. Mas não apenas: os aludidos “ciúmes” de seus parceiros, muitas vezes entendidos de modo naturalizado, bem como os casos em que se vislumbra episódios de violência doméstica são outras situações que localizam as mulheres em posição subjugada na relação de poder com o sexo oposto. Tais situações permeiam as diferentes esferas

aqui abordadas (educacional, laboral e doméstica) e produzem efeito direto sobre o potencial de obtenção de autonomia econômica.

Assim, a análise do Programa Bolsa Família a partir dos efeitos que produz sobre a dinâmica de vida de suas titulares se relaciona diretamente à fragilidade dos vínculos formados na esfera da produção e à decorrente oscilação dos rendimentos observados a cada mês. Essa tendência é sobretudo observada nos relatos, em que as entrevistadas são uníssonas em ressaltar a importância do recebimento do benefício do PBF para a composição da renda familiar mensal, este que tende a variar entre R\$ 100 e R\$ 200, segundo os relatos.

A isso se associa os achados quantitativo e qualitativo que apontam para o fato de o Programa Bolsa Família atender à lacuna gerada pela previdência social. Por um lado, os resultados quantitativos apontam para o ínfimo percentual (abaixo de 1%) de mulheres contempladas por benefícios previdenciários como aposentadorias e seguro-desemprego, além de o próprio PBF ter como titulares um número não desprezível de mulheres acima dos 40 anos de idade, quando se acentua a saída das mulheres do mercado de trabalho. Por outro, os relatos sinalizam um ceticismo das titulares do PBF na busca pela previdência social, considerando as dificuldades associadas ao reconhecimento de direitos previdenciários. O benefício provido pelo Programa Bolsa Família aparece como fonte de renda estatal mais acessível à população pobre, inclusive em relação aos outros programas de transferência de renda nos quais podem ser elegíveis – o que pode ser explicado, parcialmente, pelo alto grau de cobertura do programa nos três distritos em que se desenvolveram as entrevistas, superior a 70% (OBSERVA SAMPA, 2018).

Por outro lado, é importante chamar atenção para a forma como se dá o uso do dinheiro mensalmente transferido pelo PBF. Este dado, revelado apenas por meio das entrevistas, identificou que o uso é, de modo geral, atrelado ao atendimento de necessidades dos filhos. A mulher atua como gestora do benefício em âmbito doméstico familiar, o que tanto produz a percepção de um maior arbítrio sobre a renda familiar entre as mulheres cuja renda principal é advinda do cônjuge, como um sentimento mais acentuado de sua responsabilidade em relação aos filhos. Tal sentimento, por sua vez, é intensificado pelo seu dever de cumprimento das condicionalidades do programa, as quais aumentam significativamente no caso em que há na família criança ou adolescente de até 17 anos de idade. É possível sustentar, assim, que o Programa Bolsa Família tanto se vale da figura materna como ente responsável pela gestão *in loco* da organização doméstica para garantir o seu funcionamento, como também adiciona mais

tarefas de cunho reprodutivo a tais mulheres, produzindo sobre elas uma sobrecarga ainda maior de trabalho.

Entretanto, não há respostas simples para o porquê de estas condições parecerem não favorecer a superação da pobreza pelas mulheres titulares do Programa Bolsa Família, mas sim uma teia de circunstâncias que se expressam ao longo de suas trajetórias. Primeiramente, há a condição prévia de pobreza identificada pelos relatos, à qual se soma o abandono prematuro do ambiente escolar e o engajamento, ainda na adolescência, em uniões matrimoniais e na maternidade. E, ainda que a inserção dessas mulheres na esfera produtiva possa ocorrer desde a adolescência, fatores se articulam na limitação à conquista da autonomia econômica: por um lado, a baixa qualificação limita o acesso a posições mais protegidas por direitos e melhor remuneradas; por outro, o acúmulo de tarefas de ordem reprodutiva assumidas de forma praticamente exclusiva por essas mulheres as sobrecarrega e impõem limites à permanência no mercado de trabalho.

A inserção no mercado de trabalho também é dificultada por elementos como a distância entre local de trabalho e casa, a qual, em uma cidade com as dimensões de São Paulo, traduz-se em um grande número de horas enfrentadas em trânsito. O cansaço e a exaustão física são fatores que surgem em decorrência de rotinas sobrecarregadas e que podem ter como resultado a deterioração das condições de saúde e o aparecimento de doenças que impossibilitam a permanência na esfera produtiva.

Considerando todos esses fatores, não pareceria correto atribuir unicamente ao Programa Bolsa Família o potencial de produzir transformações estruturais sobre a pobreza vivenciada por suas titulares. Isso porque este produz um efeito limitado no que diz respeito à elevação da renda, muito embora o benefício fornecido tenha um papel essencial na garantia de um patamar de renda mínimo para as famílias contempladas. O PBF, ainda que por vezes surja como um complemento de renda para as famílias entrevistadas, é o que permite a garantia mínima da segurança alimentar dessas famílias e a aquisição de bens de consumo necessários ao cotidiano, como roupas e material escolar. Trata-se, portanto, de uma política de fundamental importância no contexto social brasileiro, na medida em que atenua a vulnerabilidade social as privações impostas pela condição de pobreza.

Há a necessidade de que a superação da pobreza seja compreendida a partir de um olhar pluridimensional, sendo necessária a articulação de políticas que ajam sobre diferentes áreas, para além do PBF. Isso implica, primeiramente, liberar o tempo despendido pelas mulheres em atividades reprodutivas, suprimindo a carência de vagas em creches e expandindo a educação

infantil pública em tempo integral (Cf. SORJ; FONTES, 2010). Tais políticas devem ser acompanhadas por iniciativas educacionais que favoreçam a elevação escolar, mas que também proporcionem qualificação profissional às menos escolarizadas – dificuldade previamente aventada em relação a políticas que já existiram nesse sentido na cidade de São Paulo, como PRONATEC.

Políticas específicas voltadas à geração de emprego e renda também se fazem necessárias, à medida que não se basta qualificar profissionalmente, como é preciso oferecer postos de trabalho à população. Nesse sentido, é fundamental que se assegurem as garantias trabalhistas, capazes de promover o acesso dessas mulheres a posições de trabalho protegidas institucionalmente. E nesse sentido, há a necessidade de se refletir sobre os efeitos das modificações recentes nos ordenamentos jurídicos, trazidos pela Reforma Trabalhista (Lei nº 13.467, de 13 de julho de 2017) e pela legalização, pelo Supremo Tribunal Federal (STF), da terceirização (COELHO, 2018).

Esta pesquisa consistiu, assim, no esforço em mapear quem são as mulheres titulares do Programa Bolsa Família no município de São Paulo e como se faz presente em suas trajetórias e cotidianos o entrelaçamento entre as atividades de cunho produtivo e as relacionadas à reprodução da vida, bem como a sua relação com a situação de pobreza que vivenciam. O Programa Bolsa Família possui o condão de provocar alterações na dinâmica estabelecida entre as titulares e suas famílias, porém, a complexidade do fenômeno observado demanda que outras políticas públicas se somem a ele para potencializar uma saída sustentada da pobreza, especialmente entre as mulheres, que não apenas conformam a maioria das pessoas pobres e chefiam solo núcleos familiares em situação de maior vulnerabilidade social, como também são as que encontram maiores dificuldades no mercado de trabalho e na conciliação de suas funções neste com a estrutura familiar. Este estudo não pretende esgotar a análise do objeto no interior da temática das relações sociais de gênero, trabalho e políticas sociais. Pelo contrário, sua profunda conexão com a conjuntura social, econômica e política do país e da cidade de São Paulo certamente demanda uma continuidade de pesquisas na área, que enriqueçam o entendimento até aqui apresentado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRAMO, Laís. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho brasileiro. **Cienc. Cult.** São Paulo, v. 58, n. 4, p. 40-41, dezembro 2006 .

ABREU, Alice. Especialização flexível e gênero: debates atuais. **São Paulo em Perspectiva**, v. 8, n.1, jan-mar, 1994.

ABREU, Alice; SORJ, Bila. Trabalho a domicílio e relação de gênero: as costureiras externas no Rio de Janeiro. In: ABREU, Alice; SORJ, Bila. (orgs.). **O trabalho invisível: estudo sobre trabalhadores a domicílio no Brasil**. Rio de Janeiro, Rio Fundo, 1993.

ARAUJO, Ângela Maria Carneiro. Dossiê gênero e trabalho: Apresentação. **Cadernos Pagu**, n. 17/18. 2001/2002. Campinas: UNICAMP, 2002. p. 131-138.

ÁVILA, Maria Betânia De Melo. **O tempo do trabalho das empregadas domésticas: tensões entre dominação/exploração e resistência**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2009.

ÁVILA, Maria Betânia. Reflexões sobre as desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho. In: **Autonomia e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: F.A. de Gusmão, 2011, pp. 187-206.

ÁVILA, Maria Betânia. **Trabalho, desenvolvimento e os impactos na vida cotidiana**. São Paulo: Fundação Friedrich Ebert, 2012.

_____. O tempo do trabalho doméstico remunerado: entre cidadania e servidão. In: ABREU, A; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. (orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 137-148.

BAENINGER, Rosana. Crescimento da população metropolitana de São Paulo: desconstruindo mitos do século XX. In: KOWARICK, Lucio; MARQUES, Eduardo. **São Paulo: novos percursos e atores. Sociedade cultura e política**. São Paulo: Editora 34, 2011.

BARROS, Ricardo Paes de; HENRIQUES, Ricardo; MENDONÇA, Rosane. “Desigualdade e Pobreza no Brasil: retrato de uma estabilidade inaceitável”. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, 2000, pp. 123-42.

BARTHOLO, Letícia. **Articulação trabalho-família, bem-estar infantil e o aproveitamento da janela de oportunidades demográfica: a proteção social brasileira das crianças entre 0 e 6 anos no início do século XXI**. Dissertação de Mestrado. Campinas, Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), 2009.

BERTAUX, Daniel. **L'enquete et ses méthodes: le récit de vie**. 3ª ed. Paris: Armand Colin, 2010.

BICHIR, Renata M. **Mecanismos federais de coordenação de políticas sociais e capacidades institucionais locais: o caso do Programa Bolsa Família**. 2011. Tese de doutoramento em Ciência Política. Instituto de Estudos Sociais e Políticos, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2011.

BILAC, Elisabete Dória. Trabalho e família: Articulações possíveis. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 129-145, jun. 2014.

BILGE, Sirma. Théorisations féministes de l'intersectionnalité, **Diogène**, v. 225, no. 1, 2009, pp. 70-88.

BOURDIEU, Pierre (org.). **A miséria do mundo**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2012.

BOURDIEU, Pierre. **A Dominação Masculina**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2012.

_____. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, Marieta M.; AMADO, Janaína (orgs.). **Usos e abusos da história oral**. 8ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

BRASIL. (2004a) Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004. cria o Programa Bolsa Família e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 9 de janeiro de 2004.

_____. (2004b) Decreto n. 5.102, de 17 de setembro de 2004. Regulamenta a Lei n. 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 17 de setembro de 2004.

_____. Decreto n. 4.209, de 24 de janeiro de 2002. Regulamenta a Medida Provisória no 18, de 28 de dezembro de 2001, relativamente ao "Auxílio-Gás". **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 24 de janeiro de 2002.

_____. Lei n. 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 7 de dezembro de 1993.

_____. PR/SPM. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, Novembro, 2013.

_____. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 5 de outubro de 1988.

_____. Lei n. 11.698, de 13 de junho de 2008. Altera os arts. 1.583 e 1.584 da Lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002 – Código Civil, para instituir e disciplinar a guarda compartilhada. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 13 jun. 2008.

_____. Lei n. 12.010, de 3 de agosto de 2009. Altera altera a Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente. **Diário Oficial República Federativa do Brasil**, Brasília, 3 ago. 2009.

_____. Decreto-lei n.º 5.452, de 1º de maio de 1943. Aprova a Consolidação das Leis do Trabalho. **Diário Oficial República Federativa do Brasil, Brasília**, 1º mai. 1943.

BRASIL. PR/SPM. **Relatório Anual Socioeconômico da Mulher**. 1ª Impressão. Brasília: Secretaria de Políticas para as Mulheres, nov. 2013.

BRITES, Jurema Gorski. Trabalho doméstico: questões, leituras e políticas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, v. 43, n. 149, p. 422-451, ago. 2013.

BRUSCHINI, Cristina. Trabalho das mulheres no Brasil: continuidades e mudanças no período 1958-1995. **Textos FCC**, n. 17, 1998.

_____. Gênero e trabalho no Brasil: novas conquistas ou persistência da discriminação? (Brasil, 1985-1995). In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000, pp. 13-58.

_____. Trabalho doméstico: inatividade econômica ou trabalho não remunerado? **Revista Brasileira de Estudos de População**, v.24, n. esp., 2006.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. Instruídas e trabalhadeiras: Trabalho feminino no final do século XX. **Cadernos Pagu**. Campinas, n. 17-18, p. 157-196, 2002.

BRUSCHINI, Cristina; LOMBARDI, Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. **Cadernos de Pesquisa**, nº 110, São Paulo/Campinas: Fundação Carlos Chagas, julho de 2000, pp. 67-104.

BRUSCHINI, Cristina; RICOLDI, Arlene M.; MERCADO, Cristiano M. Trabalho e gênero no Brasil até 2005: uma comparação regional. In: COSTA, Albertina; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina; HIRATA, Helena. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, pp. 15-34.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: Ed. 34, 2000.

CAMARGO, Camila F.; CURRALERO, Cláudia R. B.; LICIO, Elaine L.; MOSTAFA, Joana. Perfil socioeconômico dos beneficiários do Programa Bolsa Família: o que o Cadastro único revela? In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, p. 156-177.

CAMPELLO, Tereza. Uma década derrubando mitos e superando expectativas. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013.

CARDANO, Mario. Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação. Petrópolis: Vozes, 2017.

CARDANO, Mario. **Manual de pesquisa qualitativa: a contribuição da teoria da argumentação**. Petrópolis: Vozes, 2017.

CARDOSO Jr., José Celso; JACCOUD, Luciana. Políticas sociais no Brasil: organização, abrangência e tensões da ação estatal. In: JACCOUD, Luciana (org). **Questão social e políticas sociais no Brasil contemporâneo**. Brasília: IPEA, 2005.

CARLOTO, Cassia M.; Gomes, Anne G. Geração de Renda: enfoque nas mulheres pobres e divisão sexual do trabalho. **Serviço Social & Sociedade**, v. 105, p. 131-145, 2011.

CARLOTO, Cássia Maria. Gênero, políticas públicas e centralidade na família. **Revista Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 86, 2006.

CARLOTO, Cássia; MARIANO, Silvana. A Família e o Foco nas Mulheres na Política de Assistência Social. **Sociedade em Debate**, Pelotas, 14(2): 153-168, jul.-dez./2008

_____. As mulheres nos programas de transferência de renda: manutenção e mudanças nos papéis e desigualdades de gênero. **13º Congresso da Rede Mundial de Renda Básica**. São Paulo, 2010.

CARLOTO, Cassia; MARIANO, Silvana. Empoderamento, trabalho e cuidados: mulheres no programa Bolsa Família. **Textos & Contextos** (Porto Alegre), v. 11, n. 2, p. 258 - 272, ago./dez. 2012.

CARRASCO, Cristina. Tiempo de trabajo, tiempo de vida. Las desigualdades de género en el uso del tiempo. In: AGUIRRE, Rosario; SAINZ, Cristina García; CARRASCO, Cristina. **El tiempo, los tiempos, una vara de desigualdad**. Santiago de Chile: Cepal, 2005. p. 51-79. (Serie Mujer y Desarrollo, 65).

CASTEL, Robert (1997). A dinâmica dos processos de marginalização: da vulnerabilidade à “desfiliação”. In: **Caderno CRH**, Salvador, n. 26/27, p. 19-40.

CASTEL, Robert. **As metamorfoses da questão social: uma crônica do salário**. Petrópolis: Vozes, 2015.

CASTRO, Henrique Carlos de Oliveira de et al. Percepções sobre o Programa Bolsa Família na sociedade brasileira. **Opinião Pública**, Campinas, v. 15, n. 2, p. 333-355, Nov. 2009.

CATTANÉO, Nathalie; HIRATA, Helena. Flexibilidade. In: HIRATA et al (orgs.), **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, pp. 106-111.

CDHU (2018). **Apresentação**. Disponível em: http://www.cdhu.sp.gov.br/a_empresa/apresentacao-cdhu.asp. Acesso em: 18/05/2018.

COELHO, Gabriela. **Por maioria, STF declara constitucional a terceirização de atividades-fim e meio**. Disponível em: <https://www.conjur.com.br/2018-ago-30/maioria-supremo-valida-terceirizacao-atividades-fim>. Acesso em: 31/08/2018.

COHN, Amélia. Políticas sociais e pobreza no Brasil. **Planejamento e políticas públicas**. Ipea, n.12, jan./dez. 1995, p.1-17.

COLLINS, Patricia Hill. Em direção a uma nova visão: raça, classe e gênero como categorias de análise e conexão. In: MORENO, R. (org.) **Reflexões e Práticas de Transformação Feminista**, São Paulo: SOF, 2015, p.13-42.

COMIN, Álvaro Augusto. **Mudanças na estrutura ocupacional do mercado de trabalho em São Paulo**. Tese (Doutorado em Sociologia). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo. São Paulo, 2003.

CONINCK, Frédéric de; GODARD, Francis (1990). L'approche biographique à l'épreuve de l'interprétation — les formes temporelles de la causalité. In: **Revue Française de Sociologie**, Paris, Janeiro-Março, vol. XXXI (1), pp. 23-53.

CORGOZINHO, Kamila. A política social e a feminização do cuidado no Programa Bolsa Família: invenção das tradições? **Emancipação**, Ponta Grossa, 15(1): 97-114, 2015.

COSTA, Patrícia. V.; MÜLLER, Luiz H.; CARDOSO, Margarida M. ; SOUZA, Marcelo de; LIMA, Luciano M. A. . A Estratégia de Inclusão Produtiva Urbana no Plano Brasil sem Miséria. In: CAMPELLO, FALCÃO E COSTA. (Org.). **O Brasil sem miséria**. 1ed. Brasília: MDS, 2014, v. 1, p. 289-321.

COTTA, Tereza Cristina; PAIVA, Luís Henrique. O Programa Bolsa Família e a Proteção Social no Brasil. In: CASTRO, J. H.; MODESTO, L. **Bolsa família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília: Ipea, 2010, pp. 57-100.

CRENSHAW, Kimberlé W. (1991) "Mapping the margins: intersectionality, identity politics and violence against women of color". **Stanford Law Review**, vol. 43, Julho de 1991, pp. 1241-1299.

CRESWELL, John W. **Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto**. 3ª ed. Porto Alegre (RS): Artmed, 2010.

CURRALERO, C. B. et al. As Condicionalidades do PBF. In: CASTRO, J. A.; MODESTO, L. (Org.). **Bolsa Família 2003-2010: avanços e desafios**. Brasília, DF: Instituto de Pesquisas Aplicadas – Ipea, 2010.

DEDECCA, Claudio Salvadori. Flexibilidade e regulação de um mercado de trabalho precário: a experiência brasileira. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H., SUGITA, K. (orgs.). **Trabalho flexível, empregos precários?** São Paulo: Edusp, 2009.

DELPHY, Christine. L'ennemi principal. **Partisans**, n. 54-55, juillet-août, 1970.

DEVREUX, Anne Marie. "A teoria das relações sociais de sexo: um quadro de análise sobre a dominação masculina". **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 20, n. 3, set/dez 2005, p. 561-584.

DIEESE. O Emprego Doméstico no Brasil. **Estudos e pesquisas**, São Paulo, n. 68, ago. 2013.

_____. **Rotatividade e Políticas Públicas para o mercado de trabalho**. São Paulo: DIEESE, 2014.

DIETRICH, Pascale; LOISON, Marie; ROUPNEL, Manuella. Articular as abordagens quantitativa e qualitativa. In: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

DORLIN, Elsa. De l’usage épistémologique et politique des catégories de ‘sexe’ et de ‘race’ dans les études sur le genre. **Cahiers du Genre**, nº 39, 2005, pp. 83-105.

DRAIBE, Sônia Miriam. O Welfare State no Brasil: características e perspectivas. **Caderno de pesquisa n. 8**. Campinas, Núcleo de estudos de políticas públicas – Unicamp, 1993.

DRUCK, Graça. The Social Precarisation of Labour in Brazil. **Journal für Entwicklungspolitik**, XXX 4-2014, p. 46–68.

ESPING-ANDERSEN, Gösta. Power and Distributional Regimes. **Politics & Society**, v. 14, Issue 2, pp. 223 – 256, 1985.

FERREIRA, Lina; MARIANO, Silvana. Gênero e o Programa Bolsa Família: que papel cabe às mulheres? **Anais do III Simpósio Gênero e Políticas Públicas**. Universidade Estadual de Londrina, 27 a 29 de maio de 2014.

FILGUEIRAS, Júio C.; HIPPERT, Maria Isabel. Estresse: Possibilidades e Limites. In: JACQUES, Maria da Graça. & CODO, Wnderley (orgs.). **Saúde Mental & Trabalho**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

GALINDO, Martha Zapata. El paradigma de la interseccionalidad en América Latina. **Ponencia**. Lateinamerika-Institut, Freie Universität Berlin, 2011.

GEORGES, Isabel. Entre discriminação e reconhecimento: trabalhadoras domésticas de São Paulo. In: CABANES, R; GEORGES, I.; RIZEK, C; TELLES, V. (Orgs.) **Saídas de Emergência: ganhar/perder a vida na periferia de São Paulo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

GIL, Antônio C. Como classificar as pesquisas? In: Gil AC. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 5ª ed., São Paulo: Atlas; 2010.

GOMES, Fernanda Sucupira. **Dupla presença feminina: efeitos da divisão sexual do trabalho sobre o tempo cotidiano das mulheres urbanas de baixa renda**. Dissertação de mestrado. Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2015.

GONZALEZ, Lélia. “Racismo e sexismo na cultura brasileira”. In: SILVA, Luiz Antônio Machado et alii. **Movimentos sociais urbanos, minorias étnicas e outros estudos**. Brasília: ANPOCS, 1983, p. 223-44

GUIMARÃES, Antônio Sérgio. **Preconceito racial**. São Paulo: Cortez, 2008.

GUIMARÃES, Nadya Araújo. **Caminhos cruzados: estratégias de empresas e trajetórias de trabalhadores**. São Paulo: Ed. 34, 2004.

_____. O que muda quando se expande o assalariamento (e em que o debate da Sociologia pode nos ajudar a compreendê-lo)? **Dados**, Rio de Janeiro, v. 54, n. 4, p. 533-568, 2011.

_____. A procura de trabalho: uma boa janela para mirarmos as transformações recentes no mercado de trabalho? **Novos estudos**. CEBRAP, São Paulo, n. 93, p. 123-143, Jul. 2012 .

GUIMARÃES, Nadya A., BARONE, Leonardo S.; BRITO, Murilo M. A. Mercado e mercantilização do trabalho no Brasil (1960-2010). In: ARRETCHE, Marta (org.). **Trajetórias das desigualdades: como o Brasil mudou nos últimos cinquenta anos**. São Paulo: Editora UNESP, CEM, 2015.

GUIMARÃES, Nadya A.; PAUGAM, Serge. Work and Employment Precariousness: a transnational concept?. **Sociologia del Lavoro**, v.144, 2016, p.55 - 84.

GUIMARAES, Nadya Araujo et al. OS POBRES E O ACESSO AO TRABALHO: Entre a ação pública e o interesse privado. **Novos estudos**, CEBRAP, São Paulo, v. 36, n. 2, p. 83-105, Out. 2017.

GUIMARAES, Nadya Araujo; BRITO, Murillo Marschner Alves de; BARONE, Leonardo Sangali. Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no brasil. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, v. 31, n. 90, p. 17-38, Fev. 2016 .

GUIMARÃES, Nadya; HIRATA, Helena; SUGITA, Kurumi. Cuidado e cuidadoras: o trabalho do *care* no Brasil, França e Japão. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H. (orgs.). **Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do *care***. São Paulo: Atlas, 2012.

HAGUETTE, Teresa M. F. **Metodologias qualitativas na sociologia**. Petrópolis: Vozes, 2013.

HIRATA, Helena. **Nova divisão sexual do trabalho? Um olhar voltado para a empresa e a sociedade**. São Paulo: Boitempo, 2002.

_____. Reestruturação produtiva, trabalho e relações de gênero. **Revista Latinoamericana de Estudios del Trabajo**, São Paulo, ALAST, ano 4, nº 7, 1998.

_____. (2009a). Trabalho (o conceito de). In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo**. São Paulo: Editora UNESP, 2009, pp. 251-255.

_____. (2009b). A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. **Sociologias**, Porto Alegre, ano 11, n. 21, jan./jun. 2009, pp. 24-41.

_____. (2009c) Globalização e divisão sexual do trabalho numa perspectiva comparada. In: GUIMARÃES, N. A.; HIRATA, H., SUGITA, K. (orgs.). **Trabalho flexível, empregos precários?** São Paulo: Edusp, 2009.

_____. O trabalho do cuidado (care) em perspectiva comparada: França, Japão e Brasil. In: ABREU, Maria Aparecida (org). **Redistribuição, reconhecimento e representação: Diálogos sobre igualdade de gênero**. Brasília: IPEA, 2011. p. 83-107.

_____. Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais, **Tempo Social**, v. 26, nº 1, Jan-jun. 2014, p. 61-74.

HIRATA, Helena; HUMPHREY, John. Trabalhadores desempregados: trajetórias de operárias e operários industriais no Brasil. **Revista brasileira de ciências sociais**, v. 11, n. 4, p. 71-84, 1989.

HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Novas configurações da divisão sexual do trabalho. **Cadernos de Pesquisa**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, pp. 595-609.

HOCHSCHILD, Arlie Russell. Emotion Work, Feeling Rules, and Social Structure. *American Journal of Sociology*, v. 85, n. 3, p. 551-575, nov. 1979.

HOFFMANN, Rodolfo. Transferências de Renda e Redução da Desigualdade no Brasil e em Cinco Regiões, entre 1997 e 2005. In: BARROS, Ricardo P. B.; FOGUEL, Miguel N.; ULYSSEA, Gabriel (orgs). **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente**. Brasília: IPEA, 2007, p. 131-145.

_____. Transferências de renda e desigualdade no Brasil (1995-2011). In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013, p. 207-216.

HOOKS, bell. **Feminist theory: from margin to center**. Boston: South end Press, 1984.

HUMPHREY, John. (1994). Are the Unemployed Part of the Urban Poverty Problem in Latin America? **Journal of Latin American Studies**, 26(3), 713-736.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). (2013). **Pesquisa nacional por amostra de domicílios: síntese de indicadores. 2012**. Rio de Janeiro: IBGE, 2013.

_____. (2014). **Síntese de Indicadores Sociais: Uma análise das condições de vida da população brasileira 2014**. Rio de Janeiro: IBGE, 2014.

_____. (2016). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: segundo semestre 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. (2016a). **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2016**. Rio de Janeiro: IBGE, 2016.

_____. (2017). **PNAD Contínua de 2016: Trabalho infantil**. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101388_informativo.pdf. Acesso em: 26/05/2018.

_____. (2017a). **Produto interno bruto dos municípios: 2010-2015**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017.

_____. (2018). **Notas metodológicas**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pme/pmemet2.shtm>. Acesso em: 18/07/2018.

_____. (2018a). **Censo. Amostra: Famílias**. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/sp/sao-paulo/pesquisa/23/24161>. Acesso em: 30/09/2018.

_____. (sd). **Indicadores sociais mínimos: conceitos**. Disponível em: <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/indicadoresminimos/conceitos.shtm>. Acesso em: 08/06/2018.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA AVANÇADA (IPEA). Desemprego e desigualdade no Brasil metropolitano. **Comunicados Ipea**. Brasília: Ipea, 2011.

IPEA; ONU MULHERES. **Retrato das desigualdades de gênero e raça – 1995 a 2015**. Brasília: Ipea, 2017.

IPEA; ONU MULHERES; SPM; SEPIR. In: Mazzini, Mariana Marcondes et al. (orgs.). **Retrato das desigualdades de gênero e raça**. 4ª ed. Brasília: Ipea, 2011.

JACCOUD, Luciana. Pobres, pobreza e cidadania: os desafios recentes da proteção social. **Texto para discussão**, n. 1372, Brasília, Ipea, jan. 2009.

JACCOUD, Luciana. Programa Bolsa Família: proteção social e combate à pobreza no Brasil. **Revista do Serviço Público**, v. 64, p. 291, 2013.

JACCOUD, Luciana; HADJAB, Patrícia Dario El-Moor; CHAIBUB, Juliana Rochet. Assistência Social e Segurança Alimentar: entre novas trajetórias, velhas agendas e recentes desafios (1988-2008). In: RIBEIRO, José A. (ed.). **Políticas Sociais – Acompanhamento e Análise: vinte anos da Constituição Federal**. Brasília: Ipea, 2008.

JANNUZZI, Paulo de Martino; PINTO, Alexandro Rodrigues. Bolsa Família e seus impactos nas condições de vida da população Brasileira: uma síntese dos principais achados da pesquisa de avaliação de impacto do Bolsa Família II. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

KERGOAT, Danièle. La problematique de la division sexuelle du travail – rapports sociaux. In: DEJOURS, C. **Plaisir et souffrance dans le travail**. Paris: Iresco, 1988, p. 171-192.

_____. Qualification et rapports sociaux de sexe: le cas des ouvrières et celui des infirmières. In: KERGOAT, D. et al (eds.). **Les Infirmières et Leur Coordination**. Paris: Editions Lamarre, 1990, pp. 56-66.

_____. Divisão sexual do trabalho e relações sociais de sexo. In: HIRATA et al (orgs.), **Dicionário Crítico do Feminismo**. São Paulo: Unesp, 2009, pp. 67-75.

_____. Dinâmica e consubstancialidade das relações sociais. **Novos Estudos**. - CEBRAP, São Paulo, n. 86, p. 93-103, Mar. 2010.

_____. **Se battre, disent-elles....** Paris: La Dispute, 2012.

_____. O cuidado e as imbricações das relações sociais. In: ABREU, A; HIRATA, H.; LOMBARDI, M. (orgs.). **Gênero e trabalho no Brasil e na França: perspectivas interseccionais**. São Paulo: Boitempo, 2016, pp. 17-26.

KERSTENETZKY, Celia Lessa. Redistribuição e Desenvolvimento? A Economia Política do Programa Bolsa Família. **Dados, Revista de Ciências Sociais**, Rio de Janeiro, vol. 52, nº1, 2009, pp. 53-83.

_____. FOI UM PÁSSARO, FOI UM AVIÃO? Redistribuição no Brasil no século XXI. **Novos Estudos**, CEBRAP, São Paulo, v. 36-02, pp. 15-34, jul. 2017.

KOWARICK, Lucio. **A espoliação urbana**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

LAVINAS, Lena. Emprego feminino: o que há de novo e o que se repete. **Dados**, v. 40, n. 1, 1997, pp. 41-67.

_____. Evolução do desemprego feminino nas áreas metropolitanas. **Texto para Discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 756, set. 2000.

_____. 21st Century Welfare. **New Left Review**, 84, nov.-dez. 2013.

LAVINAS, Lena, COBO, Barbara; WALTENBERG, Fabio; VEIGA, Alinne; MÉNDEZ, Yasmín. **Percepções sobre desigualdade e pobreza: o que pensam os brasileiros da política social?** Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2014.

LEITE, Marcia de Paula; SALAS, Carlos. Trabalho e desigualdades sob um novo modelo de desenvolvimento. **Tempo Social**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 87-100, jun. 2014.

LIBARDONI, Marlene. O Programa Bolsa Família e o enfrentamento das desigualdades de gênero. **International Policy Centre for Inclusive-Growth**, 2008.

LIMA, Márcia; PRATES, Ian. **Emprego doméstico e mudança social: reprodução e heterogeneidade na base da estrutura ocupacional brasileira**. São Paulo, 2018. (Mimeo).

LIMA, Márcia; RIOS, Flavia; FRANÇA, Danilo. Articulando gênero e raça: a participação das mulheres negras no mercado de trabalho (1995-2009). In: Mariana Marcondes; Luana Pinheiro; Cristina Queiroz; Ana Carolina Querino; Danielle Valverde. (Org.). **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. 1a.ed. Brasília, 2013, p. 53-80.

LORDE, Audre. Age, Race, Class and Sex – Women Redefining Difference. In: **Sister Outsider. Essays and Speeches**. Freedom, California: The Crossing Press, 1984.

MACHADO DA SILVA, L.A. A (Des)Organização do Trabalho no Brasil Urbano. **São Paulo em Perspectiva**, vol. 4, n. 3-4, 1991, pp. 2-5.

MADALOZZO, Regina; MARTINS, Sergio Ricardo; SHIRATORI, Ludmila. “Participação no mercado de trabalho e no trabalho doméstico: homens e mulheres têm condições iguais?”. **Estudos Feministas**, vol. 18, n. 2, 2010, pp. 547-566.

MARIANO, Silvana A.; CARLOTO, Cassia M. Gênero e combate à pobreza: Programa Bolsa Família. **Estudos Feministas**, v. 7, n. 3, p. 901-908, 2009.

MARIANO, Silvana Aparecida; CARLOTO, Cássia Maria. Gênero e combate à pobreza: programa bolsa família. **Rev. Estud. Fem.**, Florianópolis, v. 17, n. 3, p. 901-908, dez. 2009.

MARQUES, Eduardo. **Redes sociais, segregação e pobreza**. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

MARTINS, Sérgio P. Desafios de capacitação profissional: a experiência do Pronatec/BSM em Senador Canedo (GO). **Série WWP de Estudos de Caso**, Brasília, 2016.

MAY, Tim. Pesquisa social: questões, métodos e processos. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MAY, Tim. **Pesquisa social: questões, métodos e processos**. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

MEDEIROS, M.; BRITTO, T.; SOARES, F. Programas focalizados de transferência de renda no Brasil: contribuições para o debate. **Texto para discussão**, n. 1283. Brasília, 2007.

MEDEIROS, Marcelo; BRITTO, Tatiana; SOARES, Fábio. Transferência de renda no Brasil. **Novos estudos – CEBRAP**, São Paulo, n. 79, p. 5-21, Nov. 2007.

MEDEIROS, Marcelo; SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; CASTRO, Fábio Ávila de. A estabilidade da desigualdade de renda no Brasil, 2006 a 2012: estimativa com dados do imposto de renda e pesquisas domiciliares, **Ciência & Saúde Coletiva**, 2015, 20(4):971-986.

MELO, Hildete Pereira de. O serviço doméstico remunerado no Brasil: de criadas a trabalhadoras. **Texto para discussão**, n. 565. Brasília: Ipea, 1998.

MELO, Hildete Pereira de; DI SABBATO, Alberto. Divisão sexual do trabalho e pobreza. In: **Autonomia e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: F.A. de Gusmão, 2011.

MILKMAN, Ruth. **Gender at work: the dynamics of job segregation by sex during World War II**. Urbana: University of Illinois Press, 1987.

MILLER, Mary Susan. **Feridas invisíveis**. São Paulo: Summus, 1999.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (MEC). (sd.). **Programa Mulheres Mil**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso em: 11/06/2018.

_____. (sd.). **Apresentação**. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/programa-mulheres-mil>. Acesso em: 20/08/2018.

MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL (MDS). (2004). **Política Nacional de Assistência Social PNAS/2004**. Disponível em: https://www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Normativas/PNAS2004.pdf. Acesso em: 20/08/2018.

_____. (2014). **Relatório de Gestão 2014**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/RelatorioGestao2014.pdf.pagespeed.ce.-t0LhupiRB.pdf>. Acesso em: 30/08/2015.

_____. (2015). **Relatório de Gestão 2014**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/RelatorioGestao2014.pdf.pagespeed.ce.-t0LhupiRB.pdf>. Acesso em: 30/08/2015.

_____. (2015a). **IGD**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/gestao-do-programa/igd>. Acesso em: 16/08/2018.

_____. (2015b). **Benefícios**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/beneficios>. Acesso em: 16/08/2018.

_____. (2015c). **Acesso a educação e saúde**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/bolsa-familia/o-que-e/acesso-a-educacao-e-saude/acesso-a-educacao-e-saude>. Acesso em: 16/08/2018.

_____. (2015d). **Busca Ativa**. Disponível em: <http://mds.gov.br/assuntos/brasil-sem-miseria/busca-ativa>. Acesso em: 16/08/2018.

_____. (2015e). **Mais de 3,1 milhões de famílias saíram voluntariamente do programa**. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/abril/mais-de-3-1-milhoes-de-familias-sairam-voluntariamente-do-programa>. Acesso em: 16/08/2018.

_____. (2015f). **Número de filhos teve maior queda entre beneficiárias**. Disponível em: <http://mds.gov.br/area-de-imprensa/noticias/2015/marco/numero-de-filhos-teve-maior-queda-entre-beneficiarias>. Acesso em: 30/09/2018.

_____. (sd). **Bolsa Família**. Disponível em: <http://www.mds.gov.br/bolsafamilia>. Acesso em: 30/08/2015.

MISSE, Michel. As ligações perigosas: mercado informal, ilegal, narcotráfico e violência no Rio. In: _____. **Crime e violência no Brasil contemporâneo. Estudos de sociologia do crime e da violência urbana**. Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2006b. p.179-210.

MOLINIER, Pascale. A dimensão do cuidar no trabalho hospitalar: abordagem psicodinâmica do trabalho de enfermagem e dos serviços de manutenção. **Rev. bras. saúde ocup.**, São Paulo, v. 33, n. 118, p. 06-16, Dez. 2008.

NERI, Marcelo; HERCULANO, Pedro. A Década Inclusiva (2001-2011): Desigualdade, Pobreza e Políticas de Renda. **Comunicados do Ipea**, no. 155. Brasília: Ipea, 2012.

NEVES, Magda A. Reestruturação produtiva, qualificação e relações de gênero. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da (org.) **Trabalho e gênero: mudanças, permanências e desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000, pp. 171-186.

_____. Desigualdades de gênero e raça no mercado de trabalho: precarização e discriminação salarial. In: **Autonomia e empoderamento da mulher: textos acadêmicos**. Brasília: F.A. de Gusmão, 2011, pp. 157-176.

OBSERVATÓRIO DE INDICADORES DA CIDADE DE SÃO PAULO (OBSERVA SAMPA). **Indicadores por região: concentração de emprego formal**. Prefeitura Municipal de São Paulo: São Paulo, 2018). Disponível em: <http://observasampa.prefeitura.sp.gov.br/index.php/indicadores/indicadores-por-regiao/>. Acesso em: 08/10/2018.

OLIVEIRA, A. M. H. C. D et al. Primeiros resultados da análise da linha de base da Pesquisa de Avaliação de Impacto do Programa Bolsa Família. In: VAITSMAN, J.; PAES-SOUSA, R. (Eds.). **Avaliação de políticas e programas do MDS – Resultados**. Brasília: MDS, 2007.

OLIVEIRA, Eleonora Menicucci de. Corpos saudáveis e corpos doentes na nova organização social do trabalho. In: ROCHA, Maria Isabel Baltar da. (org). **Trabalho e Gênero: Mudanças, Permanências e Desafios**. São Paulo: Editora 34, 2000. p. 237-256.

OLIVEIRA, Luís Felipe Batista de; SOARES, Sergei S. D.. “Efeito preguiça” em programas de transferência de renda? In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: Ipea, 2013.

OLIVEIRA, Pedro Rodrigues de; SCORZAFAVE, Luiz Guilherme; PAZELLO, Elaine Toldo. Desemprego e inatividade nas metrópoles brasileiras: as diferenças entre homens e mulheres. **Nova econ.**, Belo Horizonte , v. 19, n. 2, p. 291-324, Set. 2009.

OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O sistema classificatório de cor ou raça do IBGE. **Texto para discussão 996**. Brasília: IPEA, 2003.

OSORIO, R. G. ; SOUZA, P. H.G. F. ; SOARES, S. S. D. ; Oliveira, L. F. B. Perfil da Pobreza no Brasil e sua Evolução no Período 2004-2009. **Texto para Discussão Ipea**. No. 1647. Brasília: Ipea, 2011.

PAIVA, Luís Henrique; FALCÃO, Tiago; BARTHOLO, Letícia. “Do Bolsa Família ao Brasil Sem Miséria: um resumo do percurso brasileiro recente na busca de superação da pobreza extrema”. In: CAMPELO, T.; NERI, M. (orgs.). **Programa Bolsa Família. Uma década de inclusão e cidadania**. Brasília, IPEA, 2013.

PARELLA, Sonia. Las migraciones femeninas y la internacionalización de la reproducción social. Algunas reflexiones. **Quaderns de la Mediterrània**, n. 7, IEMed, 2007, pp. 149-154.

PATEMAN, Carole. **O contrato sexual**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1993.

PAUGAM, Serge. **La disqualification sociale**. Paris: Quadrige – Presses Universitaires de France (PUF), 1991.

_____. Poverty and Attachment Regimes in Modern Societies. In: J. SCHROEDER et al. (Orgs.). **Soziale Bildungsarbeit – Europäische Debatten und Projekte, Soziale Arbeit als Wohlfahrtsproduktion**. Wiesbaden: Springer Fachmedien, 2017.

_____. A reflexividade do sociólogo. In: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

PIRES, Aandré Orçamento familiar e gênero: percepções do Programa Bolsa Família. **Cadernos de Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 42, n. 145, p. 130-161, 2012.

PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO (PMSP). (2018a). **Proteção Social Especial**. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_especial/index.php?p=17335. Acesso em: 22/03/2018.

_____. (2018b). **Proteção Social Básica**. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/protecao_social_basica/index.php?p=1907. Acesso em: 22/03/2018.

_____. (2018c). **Renda Mínima**. Disponível em: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/assistencia_social/renda_minima/index.php?p=2010. Acesso em: 22/03/2018.

POCHMANN, Márcio. **O desafio da inclusão social no Brasil**. São Paulo: Publisher Brasil, 2004.

_____. **O emprego no desenvolvimento da nação**. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **Nova classe média? O trabalho na base da pirâmide social brasileira**. São Paulo: Boitempo, 2012.

_____. **O mito da nova classe média: capitalismo e estrutura social.** São Paulo: Boitempo, 2014.

_____. Brasil: segunda grande transformação no trabalho?. **Estudos Avançados.** São Paulo, v. 28, n. 81, p. 23-38, Ago. 2014.

_____. Ajuste econômico e desemprego recente no Brasil metropolitano. **Estudos Avançados** 29(85), pp. 7-19, 2015.

PROGRAMA DAS NAÇÕES UNIDAS PARA O DESENVOLVIMENTO (PNUD). **Atlas do Desenvolvimento Humano.** PNUD: Brasília, 2013.

REGO, Walquiria Leão; PINZANI, Alessandro. **Vozes do Bolsa Família: autonomia, dinheiro e cidadania.** 2. ed. São Paulo: Unesp, 2014.

RIZEK, Cibele; LEITE, Marcia de Paula. Dimensões e representações do trabalho fabril feminino. **Cadernos Pagu**, n.10, 1998, p. 281-307.

ROCHA, Sonia. **Pobreza no Brasil: afinal, de que se trata?** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

_____. Os "novos" programas de Transferência de Renda – Impactos Possíveis sobre a Desigualdade no Brasil. In: BARROS, Ricardo P. B.; FOGUEL, Miguel N.; ULYSSEA, Gabriel (orgs). **Desigualdade de Renda no Brasil: Uma Análise da Queda Recente.** Brasília: IPEA, 2007, p. 131-145.

ROGERAT, Chantal. Desemprego. In: HIRATA, Helena et al. (orgs.). **Dicionário crítico do feminismo.** São Paulo: Editora UNESP, 2009.

SAFFIOTI, Heleieth. **A Mulher na Sociedade de Classes. Mito e Realidade.** São Paulo: Livraria Quatro Artes Editora, 1969.

_____. **Mulher Brasileira: Opressão e Exploração.** Rio de Janeiro: Achiamé, 1984.

_____. **O poder do macho.** São Paulo: Moderna, 1987.

SAFI, Mirna. A dimensão temporal dos fatos sociais: a pesquisa longitudinal. In: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica.** Petrópolis: Vozes, 2015.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. **Cidadania e justiça: a política social na ordem brasileira**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

SANTOS, Yumi Garcia dos. **Mulheres chefes de família monoparental entre a autonomia e a dependência: um estudo comparativo entre Brasil, França e Japão**. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo, 2008.

_____. Gênero e pobreza na proteção social e no desenvolvimento social: convergências de agenda por meio de uma gestão sexuada. In: GEORGES, I., SANTOS; Y. G. . **As ‘novas’ políticas sociais brasileiras na saúde e na assistência: produção local do serviço e relações de gênero**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2016.

SARTI, Cynthia Andersen. **A Família como Espelho: um estudo sobre a moral dos pobres na periferia de São Paulo**. São Paulo: Autores Associados, 1996.

SAWAYA, Ana Lydia et al. Os dois Brasis: quem são, onde estão e como vivem os pobres brasileiros. **Estudos Avançados**, São Paulo , v. 17, n. 48, p. 21-44, Ago. 2003 .

SEAWRIGHT, Jason. Better multimethod design: the promise of integrative multimethod research. **Security Studies**, 25, n. 1, 2016.

SEADE. Diferenciais regionais de fecundidade no município de São Paulo. **SP Demográfico**, São Paulo, Fundação SEADE, ano 16, n. 02, jun. 2016.

SECRETARIA DE AVALIAÇÃO E GESTÃO DA INFORMAÇÃO/MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO SOCIAL E AGRÁRIO (SAGI/MDSA). **RI Bolsa Família e Cadastro Único: Brasil**. Disponível em: <https://aplicacoes.mds.gov.br/sagi/RIv3/geral/relatorio.php#Vis%C3%A3o%20Geral%20Brasil>. Acesso em: 16/08/2018.

SEGNINI, Liliana R. P. Relações de gênero no trabalho bancário informatizado. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, 1998, pp.147-168.

_____. Mulheres, mães, desempregadas: contradições de uma condição social. In: EMÍLIO, Marli; TEIXEIRA, Marilane; NOBRE, Miriam; GODINHO, Tatau (orgs.). **Trabalho e Cidadania Ativa para as Mulheres**. São Paulo: Coordenadoria Especial da Mulher, 2003.

SELZ, Marion. O raciocínio estatístico em sociologia. In: PAUGAM, Serge (org.). **A pesquisa sociológica**. Petrópolis: Vozes, 2015.

SILVA, Carla Cecília Serrão. **Trabalho infantil doméstico: perfil e vivência de meninas trabalhadoras em São Luís**. Dissertação de mestrado. Universidade Federal do Maranhão, 2009.

SILVA, Maria Ozanira S.; YAZBEK, Maria C.; DI GIOVANNI, Geraldo. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4 ed. São Paulo: Cortez, 2008.

SILVA, Tatiana D.. Mulheres Negras, Pobreza e Desigualdade de Renda. In: MARCONDES, Mariana M. et al. (orgs.). **Dossiê Mulheres Negras: retrato das condições de vida das mulheres negras no Brasil**. Brasília, IPEA, 2013, pp. 109-132.

SMPIR. **Igualdade racial em São Paulo: avanços e desafios**. São Paulo: PMSP, 2015.

SOARES, Angelo. As emoções do care. In: HIRATA, H.; GUIMARÃES, N. A. (org.) Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. São Paulo, Atlas, 2012, pp.44-59 apud HIRATA, Helena. Subjetividade e sexualidade no trabalho de cuidado. **Cadernos Pagu**, Campinas, SP, n. 46, p. 151-163, jun. 2016.

SOARES, Cristiane; SABOIA, Ana Lúcia. Tempo, trabalho e afazeres domésticos: um estudo com base nos dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios de 2001 e 2005. **Textos para discussão. Diretoria de Pesquisas**. Rio de Janeiro, IBGE, 2007.

SOARES, Sergei et al. Focalização e cobertura do Programa Bolsa-Família: Qual o significado dos 11 milhões de famílias? **Texto para Discussão**, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), No. 1396, mar. 2009.

SOARES, Sergei Suarez Dillon. PNAD 2009 - Primeiras Análises: Distribuição de renda entre 1995 e 2009. **Comunicados do IPEA**, n. 63, Brasília, 2010.

SOARES, Sergei; SÁTYRO, Natália. O Programa Bolsa Família: desenho institucional, impactos e possibilidades futuras. **Texto para Discussão**, n. 1424, Brasília, IPEA, 2009.

SORJ, Bila. O Trabalho doméstico e de cuidados: novos desafios para a igualdade de gênero no Brasil. In: Maria Lucia da Silveira; Neuza Tito. (Org.). **Trabalho Doméstico e de Cuidados**. 1ed. São Paulo: Sempreviva Organização feminista, 2008, p. 77-89.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana. Famílias monoparentais femininas, pobreza e bem-estar das crianças: comparações regionais. In: COSTA, Albertina; SORJ, Bila; BRUSCHINI, Cristina;

HIRATA, Helena. **Mercado de trabalho e gênero: comparações internacionais**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2008, p. 187-205.

_____. Políticas públicas e a articulação entre trabalho e família: comparações inter-regionais. **Cuidado, Trabalho e Autonomia das Mulheres**. São Paulo: SOF, 2010.

SOUZA, Pedro Herculano Guimarães Ferreira de; OSÓRIO, Rafael Guerreiro. O perfil da pobreza no Brasil e suas mudanças entre 2003 e 2011. In: CAMPELLO, T.; NERI, M. C. (Orgs.) **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília : Ipea, 2013.

STRAUS, Murray A. Social stress and marital violence in a national sample of American families. **Annals of New York Academy of Science**, v. 347, p. 229-250, 1980.

TAVARES, Priscilla Albuquerque. Efeito do Programa Bolsa Família sobre a oferta de trabalho das mães. **Economia e Sociedade**, Campinas, v. 19, n. 3 (40), p. 613-635, dez. 2010.

TELLES, Vera da Silva. **Pobreza e cidadania**. São Paulo. Ed. 34, 2001.

TELLES, Vera da Silva; HIRATA, Daniel Veloso. Cidade e práticas urbanas: nas fronteiras incertas entre o ilegal, o informal e o ilícito. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 21, n. 61, p. 173-191, Dez. 2007.

WAINMAN, Simone. **Demografia das famílias e dos domicílios brasileiros**. Tese de titularidade. Belo Horizonte, Face-ufmg, 2012.

WOORTMAN, Klaas. **Casa e Família Operária**. Anuário Antropológico/80. Fortaleza/Rio de Janeiro: Edições da UFC/Tempo brasileiro. 1982. Pp. 119-150

YASBEK, Maria Carmelita. O programa fome zero no contexto das políticas sociais brasileiras. **São Paulo Perspec.**, São Paulo, v. 18, n. 2, p. 104-112, jun. 2004.

ZEPEDA, Eduardo. Latin America's Progress on Gender Equality: Poor Women Workers Are Still Left Behind. **One pager**, International Poverty Centre (IPC), n. 49, Brasília, fev. 2008.

ANEXO: ROTEIRO DE ENTREVISTA

I. Apresentação

1. Como se chama?
2. Qual é sua idade?
3. Estado civil: solteira, casada, viúva...
4. Tem filhos? Se sim: eles são quantos? Quantos anos eles têm?
5. Quantas pessoas moram com você?
6. Como você se autodeclara em relação à sua raça/cor?

II. O Programa Bolsa Família

1. Há quanto tempo recebe o Bolsa Família?
2. Quanto você recebe por mês pelo programa?
3. É você quem decide como o dinheiro é usado? E com o que utiliza?
4. O que você acha do Bolsa Família? O que mudou depois que você começou a receber?

III. Escolaridade

1. Você estuda?
2. Se sim: em qual série você está?
3. Se não: até que série você cursou? Quantos anos tinha? E por que você parou?
4. E depois, você voltou a estudar (em algum momento)? Se sim: quando?

IV. Trabalho, renda e família

1. Você trabalha?
 - a) Se sim:
 - i. Trabalha com o quê?
 - ii. Há quanto tempo?
 - iii. E quantas horas por semana trabalha? Em que horário?
 - iv. O horário é fixo ou varia de semana para semana?
 - v. Você tem alguma outra atividade para complementar a renda? Qual?
 - b) Se não:
 - i. Há quanto tempo não trabalha?
 - ii. Tem procurado por emprego?
2. Seu marido/companheiro trabalha? Com o quê?

3. Mais pessoas trabalham na sua família? Quais?
4. Quem é a principal fonte de renda das pessoas que vivem na sua casa?
5. Quais trabalhos teve durante a vida? Fale um pouco sobre a sua trajetória profissional, onde trabalhou, quando e como aconteceu cada coisa (saída de um trabalho para o outro, o que aconteceu).
6. Ter filhos mudou a sua relação com o trabalho (parou de trabalhar, não parou....)? Como?
7. Quando teve filhos, você teve acesso a creches do Estado? E a escolas primárias?
8. Isso influenciou no seu trabalho? Por quê?
9. Quem é a principal pessoa responsável pelas tarefas da sua casa? Se apenas ela: alguém mais da sua família ajuda? Fazendo o quê?
10. Quais são as principais tarefas que você faz?
11. Você já teve que parar de trabalhar fora por causa das tarefas de casa ou pra cuidar de filhos/parentes?
12. O trabalho dentro de casa faz você mudar a forma como procura trabalho fora de casa?